

Discurso em suas pluralidades teóricas

Organizadores:

Daniela da Silveira Miranda

Milan Puh

Solange Ugo Luques

Colaboradores:

Elaine Hernandez de Souza

Janaína Oliveira Silva

São Paulo, 2013

Paulistana
— Editora —

ISBN: 978-85-99829-66-0

Copyright © 2013 Dos organizadores

Logotipo IV Eped

Milan Puh

Vivian Pontes

Revisão Técnica

Daniela da Silveira Miranda

Milan Puh

Solange Ugo Luques

Conselho editorial

- Adail Ubirajara Sobral [UCPEL]
- Ana Lúcia Tinoco Cabral [UNICSUL]
- Anna Maria Grammatico Carmagnani [USP]
 - Eliana Alves Greco [UEM]
- Elizabeth Harkot-de-La-Taille [USP]
- Helena Hathsue Nagamine Brandão [USP]
 - Ieda Maria Alves [USP]
- José Rodrigues Seabra Filho [USP]
- Luciana Salazar Salgado [PD Fapesp/USP]
- Maria Helena Cruz Pistori [PD PUC-SP]
- Maria Lúcia da Cunha V. de O. Andrade [USP]
 - Maria Teresa Celada [USP]
 - Maria Zilda da Cunha [USP]
 - Neide Luzia de Rezende [USP]
- Paulo Roberto Gonçalves Segundo [USP]
- Sheila Vieira de Camargo Grillo [USP]
 - Valdir Heitor Barzotto [USP]
 - Waldir Beividas [USP]
- Zilda Gaspar Oliveira de Aquino [USP]

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Chefe: Prof. Dra. Marli Quadros Leite

Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

Coordenadora: Prof. Dra. Elis de Almeida Cardoso Caretta

LUQUES, Solange Ugo; MIRANDA, Daniela da Silveira; PUH, Milan (Orgs.). **Discurso em suas pluralidades teóricas**. São Paulo: Paulistana Editora, 2013. ISBN: 978-85-99829-66-0. Disponível em: <http://www.eped.fflch.usp.br>

Os artigos publicados nesta obra são de responsabilidade de seus autores.

Discurso em diálogo: teorias, métodos e caminhos na Universidade de São Paulo

This book is about meaning. It is about the meanings we make with words and with the symbolic values of every object and action. It is also about social relationships, from the temporary or enduring relationships among individuals to the more general and pervasive relationships between men and women, old and young, rich and poor, straight and gay, 'our kind' and 'their kind'. I believe that matters of meaning and matters of social relationship are so interdependent that we must understand both to understand either.
Jay Lemke (2005: 01)

As palavras de abertura de Lemke (2005), em *Textual Politics: Discourse and Social Dynamics*, poderiam muito bem ser aplicadas a este novo livro, **Discurso em suas pluralidades teóricas**, originário dos trabalhos apresentados pelos graduandos, pós-graduandos e docentes no âmbito do IV Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos da USP (EPED USP). Trata-se de uma obra que reúne vinte artigos que versam justamente sobre a construção do sentido, sobre o modo pelo qual o discurso articula e desarticula os diversos modos de conceber a realidade, de estabelecer relações sociais e de configurar identidades.

Por meio do discurso, o ser humano age e, assim, dinamiza seu entorno, criando uma tensão, sempre processual e constante, sutil, mas nunca irrelevante, entre a estabilidade e a instabilidade social. Por meio dele, o ator social desenvolve e enfrenta poderes e hegemonias, atuando, conjuntamente, para a estruturação de redes sistêmicas de práticas. É justamente sobre esse percurso que o analista do discurso se debruça, procurando desvelar de que modo as diferentes semioses constituem-se em recursos que, concomitantemente, configuram e desfiguram práticas, confirmam e refutam pontos de vista, relativizam ou impõem versões da realidade, justificam ou denunciam a exploração humana e ambiental. Nesse sentido, o analista do discurso é — ou, pelo menos, deveria ser — eminentemente subversivo, uma vez que, ao escutinar os mecanismos de constituição de sentido, põe a nu a capacidade humana de simbolização, desvelando não somente os atos potenciais de esconder, manipular, atacar e acusar, mas também os de amar, solidarizar-se, sacrificar-se, denunciar, a partir da rigorosa apreensão das formações discursivas, das ideologias e das representações sociais.

A coletânea de artigos aqui reunida mostra justamente o quão rica é a capacidade humana de construção de significado nas mais distintas esferas sociais e apresenta discussões teórico-metodológicas e resultados de análises condizentes com o rigor inerente ao campo científico, mostrando, ademais, o importante diálogo que as teorias discursivas permitem realizar com outras áreas da Linguística e das Ciências Humanas.

A interface discurso-ensino é objeto de investigação direta em quatro textos — *Marcas proverbiais em dissertação de vestibular: um estudo sobre relações intergenéricas*, *A teoria dos atos de fala e o ensino de línguas estrangeiras*, *A argumentação e sua prática no ambiente escolar: uma análise de textos dissertativos* e *Discursos, interpretação e autoria: a constituição do sujeito-escolar* —, nos quais se destacam abordagens dialógicas, intertextuais, pragmáticas e argumentativas da realidade linguístico-discursiva inerente à atividade escolar. Além disso, produções textuais de alunos também se constituem em objeto de estudo no que se refere à apreensão de representações sociais, como se pode observar em *Os discursos sobre o trabalho em redações de vestibular*.

O diálogo entre discurso e letramento, central na contemporaneidade, faz-se presente em *Práticas de retextualização como tecnologia de letramento em esferas intersetoriais*, a partir de uma perspectiva sociointeracionista. Igualmente relevante, o discurso midiático é foco de dois trabalhos. O primeiro, *Wittgenstein, jogo de linguagem e discurso: análise de uma linguagem midiática*, estabelece uma ponte entre abordagens discursivas e pragmáticas, e o segundo, *Olhares discursivos plurais no/sobre o discurso dos media: a heterogeneidade enunciativa no discurso publicitário*, aborda relações dialógicas e interdiscursivas na publicidade a partir de múltiplos olhares teóricos, dentre os quais se destaca o de Charaudeau.

Os estudos sobre discurso político, tão caro a Patrick Charaudeau, não podiam também estar ausentes deste livro. São abordados textos jornalísticos, debates e discursos públicos, abrangendo desde a Análise da Conversação e a noção de face até a Teoria da Argumentação e as construções metafóricas, conforme os cuidadosos títulos dos artigos permitem inferir: *Uma análise das estratégias de ataque, defesa e valorização das faces em interações polêmicas: o debate político*, *A imagem do jogo no quadro das relações políticas*, *Referenciação metafórica no discurso político presidencial: um estudo argumentativo*.

A Epistolografia e a Filologia também constituem campos de interface positiva com a Análise do Discurso e, nesse sentido, é enriquecedor ler artigos que busquem um olhar ao processo de construção de sentido empreendido em textos não contemporâneos, o que requisita uma abordagem ainda mais cuidadosa em relação ao contexto sócio-histórico que circunscreve tais produções. São três os artigos que estabelecem tal relação — *O silêncio do outro lado de A barca de Gleyre? Ah! As tão esperadas cartas de Godofredo Rangel...*, *Epistulae ad Caesarem senem do (Pseudo-) Salústio: limiar entre*

res ficta e res historica sob o viés dos Progymnasmata, *A diferença entre Gênero e Tipologia textuais em documentos manuscritos da capitania de São Paulo do século XVIII*.

O texto literário e a canção também consistem em importantes objetos de análise dos pesquisadores envolvidos nos estudos discursivos da USP, abarcando diversas perspectivas. Em *A articulação ethos, logos e pathos: análise sêmio-retórico-discursiva da canção buarquiana “Acorda, amor”*, destaca-se uma proposta de articulação teórico-metodológica entre Teoria da Argumentação e Semiótica da Canção; em *Diálogos em língua portuguesa: relações intertextuais e interdiscursivas entre Arménio Vieira e João Cabral de Melo Neto*, observa-se um minucioso estudo que tematiza o dialogismo entre a obra de dois importantes poetas de língua portuguesa; em *A mulher na relação conjugal em canções de Rita Lee*, é o olhar lexicológico em perspectiva crítica que constitui o cerne da investigação; e, por fim, em *Comparações e metáforas zoomórficas em “Vidas secas”*: uma análise da expressividade estilística, tem-se a Estilística e o potencial de significação da metáfora e das comparações como eixo condutor da construção da identidade sertaneja na figura da personagem Fabiano.

Entretanto, o diálogo entre Estilística e Discurso não se resume ao literário. Em *Os compostos expressivos na língua falada culta*, o processo de composição, ligado aos estudos de Morfologia, é examinado sob essa possibilidade de articulação.

Finalmente, o artigo *O Problema do Discurso na Obra de Paul Ricoeur* aposta numa dissecação da noção de discurso na complexa obra de Ricoeur e suas implicações para a análise do discurso narrativo.

Assim, é com muita honra que convido a todos para a leitura deste livro, que reúne os árduos esforços, tanto de pesquisadores formados quanto de pesquisadores em formação, na investigação de um fenômeno tão complexo, instigante e heterogêneo como a produção contextualizada de sentido, e exorto, especialmente esses novos pesquisadores, a continuarem a incessante busca pelo conhecimento, a partir da diversidade de olhares e do diálogo pertinente entre distintas perspectivas que permitam uma abordagem cada vez mais complexa, rica e explicativa do potencial semiótico humano e de suas práticas discursivo-sociais.

Paulo Roberto Gonçalves Segundo
Junho de 2013.

Uma análise das estratégias de ataque, defesa e valorização das faces em interações polêmicas: o debate político

Ana Paula Albarelli¹

RESUMO

O presente estudo tem como propósito analisar as estratégias de ataque, defesa e valorização das faces empregadas em interações verbais nas quais predominam relações polêmicas entre falantes e ouvintes. Desse modo, utilizamos como escopo teorias argumentativas como a Teoria da Argumentação, considerando os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) referentes à abordagem de estratégias argumentativas de persuasão, a fim de investigar a polêmica no discurso político. Ademais, consideramos as contribuições da Pragmática, sobretudo os estudos de Goffman (1970) e Brown e Levinson (1987), a fim de atingir nossos objetivos por meio desta pesquisa: abordar a questão da descortesia como estratégias deliberadas de persuasão utilizadas por falantes e ouvintes em interações polêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: interação; estratégias; persuasão; imagem; descortesia.

Introdução

A interação verbal é um fenômeno essencialmente histórico e social, pois os atores de toda atividade comunicativa são, com efeito, sujeitos sociais. Em decorrência disso, todos os sujeitos envolvidos em um ato comunicativo atuam, de fato, sob a influência do meio social no qual estão inseridos, tendo como propósito construir e proteger, através de seus enunciados – os quais veiculam modos de pensar e conceber a realidade – uma autoimagem pública aceitável pela sociedade. Desse modo, partindo-se do pressuposto de que em toda a interação os indivíduos expõem uma imagem de si, a qual é construída e reconstruída mediante seus discursos na relação com o outro, podemos afirmar que há, com efeito, nas interações, um cuidado efetivo com a preservação e valorização dessa imagem.

Para Goffman, sociólogo estudioso da imagem e das representações que os sujeitos assumem na vida social, há, em todo processo de interação, a preocupação constante dos

¹ Mestranda pelo Programa de Pós - Graduação do DLCV – FFLCH – USP, sob a orientação do Prof. Luiz Antonio da Silva. E-mail: aalbarelli@yahoo.com.br

interactantes com a sua imagem, a qual está em permanente ameaça durante seu contato com o outro. Goffman faz as seguintes considerações a respeito desse fato:

Toda pessoa vive em um mundo de encontros sociais, que a compromete em contatos face a face ou mediados com outros participantes [...] Pode-se definir o termo face como o valor positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si por meio da linha que os outros supõem que uma pessoa tenha seguido durante determinado contato. (GOFFMAN, 1970, p. 13)²

Goffman define a imagem pública - isto é - a imagem social que os indivíduos desejam para si e que gostariam que fosse respeitada e valorizada pelos demais - como face.

O propósito deste estudo é analisar quais estratégias discursivas são utilizadas pelos falantes – sobretudo de dois candidatos em debate - em sua tentativa de preservar e valorizar sua face em um ambiente de interação marcadamente polêmica, bem como analisar as diversas estratégias de ataque à face alheia, empregadas pelos sujeitos da interação. Em outras palavras, nosso propósito é analisar as estratégias de ataque, defesa e valorização das faces envolvidas em um ambiente de interação em que se observam, claramente, atos de descortesia. Em decorrência disso, consideramos a teoria de Goffman (1970) acerca das faces, bem como os estudos de Brown e Levinson (1987) – relativos à face e aos tipos de atos ameaçadores da face (FTAs) – como respaldo teórico.

Cabe-nos ressaltar ainda que, por tratar-se de um *corpus* constituído por um texto oral, consideramos a necessidade de recorrer à explanação de alguns conceitos oriundos da Análise da Conversação, a fim de investigar de que maneira elementos orais - constitutivos do texto conversacional – contribuem para a análise do emprego agressivo do trabalho de face dos interactantes ao longo da interação. Destarte, a transcrição do debate segue as orientações do projeto NURC (Norma Urbana Culta) em cujas regras de transcrição de textos orais atemo-nos.

Em razão do fato de que, no discurso político, busca-se levar o outro à adesão, mediante a construção de uma imagem com a qual o auditório identifique-se, cuja finalidade é, com efeito, persuadir-lhe, consideramos a necessidade de recorrermos ao respaldo teórico oferecido pela Teoria da Argumentação, mais precisamente, da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts - Tyteca (2005).

² Tradução livre da seguinte versão: “ Toda persona vive en un mundo de encuentros sociales, que la compromete en contactos cara a cara o metiatizados con otros participantes. [...] Puede definirse el término *cara* como el valor social positivo que una persona reclama efectivamente para sí por médio de la línea que los otros suponen que ha seguido durante determinado contacto”.

O *corpus* escolhido constitui-se da gravação do primeiro debate, exibido pela emissora Bandeirantes, relativo ao segundo turno das eleições para o governo do Estado de São Paulo, entre os candidatos Paulo Maluf e Mário Covas. O debate é mediado pelo jornalista Sérgio Rondino e está dividido em seis blocos. Para o presente estudo, escolhemos somente o último bloco como *corpus* em virtude da extensão deste trabalho. Ademais, a escolha de um debate político como *corpus* justifica-se pelo interesse em descrever e analisar o emprego das estratégias discursivas mobilizadas pelos falantes em seu emprego agressivo do trabalho de face em ambientes de interações polêmicas, nas quais prevalecem atos deliberados de descortesia.

1. As contribuições da Análise da Conversação

A conversação é uma das atividades mais elementares das práticas sociais humanas. Com efeito, em todas as culturas e civilizações conhecidas, a interação mediada pela conversação ocupa um papel essencial nas relações sociais. Entretanto, as manifestações orais nem sempre tiveram papel relevante nos estudos linguísticos. Durante muito tempo, a língua falada foi descrita e analisada sob o viés da linguagem escrita. Apesar de haver estudos prescritivos acerca da interação oral, somente após a década de 60, a língua falada passou a ser estudada e analisada por meio de seus próprios componentes e estruturas – levando-se em conta a situação de produção e recepção dos textos falados - sem que para sua análise se recorresse aos parâmetros da linguagem escrita. No Brasil, as investigações em Análise da Conversação desenvolveram-se a partir dos trabalhos efetuados por estudiosos responsáveis pelo projeto NURC (Norma Urbana Culta), cujo objeto de estudo consiste na transcrição, descrição e análise de textos orais.

A conversação, objeto de estudo da Análise da Conversação, é definida de diferentes formas. Marcuschi define-a da seguinte maneira: “Uma atividade interacional organizada, com propriedades estáveis e ordenadas, passíveis de serem analisadas como realizações de falantes e ouvintes, ou seja, de co-produtores.” (MARCUSCHI, 1983, p.27)

De acordo com Silva (1997, p.22) há, com efeito, “diferentes tipos de conversação”. A fim de corroborar sua afirmação, Silva apresenta os postulados de Barros e Marchuschi, segundo os quais, para que um texto seja denominado como um texto conversacional, é necessário que possua as seguintes características: Interação linguística sobre um tema; participação de, pelo menos, dois interactantes; recorrência de, pelo menos, uma troca de falantes; e, por fim,

concomitância temporal. Considerando-se a posição de Silva, Barros e Marchuschi acerca da conversação, podemos, sob o viés da concepção de texto conversacional³ desses teóricos, afirmar que o debate eleitoral em análise é, com efeito, um texto conversacional, uma vez que em nosso objeto de estudo encontramos todos os itens apresentados acima.

Entre os elementos constitutivos da teoria da Análise da Conversação dos quais faremos uso, para o presente estudo, estão os conceitos de tópico e turno. Entendemos por tópico conversacional, o assunto da atividade conversacional. Fávero (2001), citando Brown e Yule (1983), define tópico como: “Aquilo acerca do que se está falando”. Não aprofundaremos nossas considerações acerca da noção de tópico e suas implicações, pois não é nosso propósito fazer uma análise exaustiva dos tipos de tópicos presentes no *corpus* em análise.

No que se refere ao conceito de turno, podemos defini-lo como a forma de participação de cada interactante no evento comunicativo, isto é, o momento em que os sujeitos da interação assumem a palavra. De acordo com Galembeck: “Uma das características mais evidentes da conversação é, seguramente, o fato de que os interlocutores alternam-se nos papéis de falante e ouvinte.” (2001, p. 55).

2. As contribuições das teorias de Goffman e Brown e Levinson

A questão da imagem foi abordada por diferentes estudiosos desde a Antiguidade. Aristóteles já havia ressaltado que a prova mais importante do discurso refere-se ao *ethos*⁴ (caráter) que diz respeito à imagem construída pelo orador mediante seu discurso. Em meados da década de 60, os trabalhos relativos à imagem dos sujeitos em situação de interação face a face ganharam importância com os estudos do sociólogo Erving Goffman (1970) em seu trabalho intitulado *Ritual de la interacción*, no qual Goffman designa a imagem dos sujeitos como face. De acordo com Goffman (1970), em toda interação há um trabalho de representação dos sujeitos na tentativa de preservar sua autoimagem pública e vê-la valorizada e bem aceita em sociedade, bem como o desejo de que seu território pessoal não seja invadido pelo outro.

³ Importa-nos ressaltar ainda a definição dada à conversação pelo glossário organizado pelo primeiro volume da obra *Análise de Textos Orais*, do projeto NURC, no qual a conversação é designada, de maneira geral, da seguinte forma: “Conversação: evento comunicativo dinâmico, que tem por características básicas a alternância entre papéis de falante e ouvinte.” (PRETI, 2001, p. 230).

⁴ Conceito oriundo da retórica aristotélica. Consiste na mais importante das três provas engendradas pelo discurso do orador cuja finalidade é persuadir seu auditório.

Assim, Goffman ressalta que o simples fato do interlocutor interagir com os outros lhe expõe ao perigo de ter sua face ameaçada. Desse modo, o falante elabora seu discurso mediante a observação constante de seu interlocutor na interação, uma vez que os interactantes constroem sua imagem em função dos juízos atribuídos pelos outros a essa imagem.

Embora Goffman afirme que há, em geral, um processo de negociação nas interações, o qual consiste no trabalho de preservação das faces e na tentativa de manter o equilíbrio da interação - a esse processo de gestão das faces Goffman atribuiu a noção de *face-work*, isto é, trabalho de face, que diz respeito aos mecanismos utilizados pelos falantes na busca de evitar ameaçar a face alheia e de ter, por conseguinte, a própria face sob ameaça – há que se ressaltar que Goffman assume que há tipos de interação nas quais o propósito é o emprego do trabalho agressivo de face. E, nesse caso, a preocupação não está focada no uso de técnicas cuja função é mitigar possíveis ameaças à face alheia, mas sim o contrário. Nesse caso, temos o que Goffman denomina como processo de pontualização, segundo o qual o interesse não é manter a face do outro, mas sim denegri-la e, nesse caso, observamos que se trata de atos deliberados cuja finalidade é atacar a face alheia.

No que diz respeito à questão da imagem dos sujeitos na interação, Goffman ainda apresenta o conceito de *línea* (linha), segundo o qual cada falante expõe, na representação de sua imagem, um conjunto de condutas e comportamentos que permite aos outros interactantes formularem uma espécie de “linha de conduta”, com a qual cada sujeito se identifica e procura apresentar aos parceiros de interação:

Toda pessoa vive em um mundo de encontros sociais que a comprou mete em contatos face a face ou mediados com outros participantes. Em cada um desses contatos tende a representar o que às vezes pode ser denominado como uma linha, isto é, um esquema de atos verbais e não verbais. (GOFFMAN, 1970, p. 13)

O conceito de face foi retomado e complementado por Brown e Levinson (1987) em seu trabalho sobre a cortesia verbal intitulado: *Politeness: some universals for language usage*. Brown e Levinson redefinem as noções de face e território de Goffman, designando-as, respectivamente, como face positiva e face negativa. De acordo com os dois teóricos, todo indivíduo possui duas faces, as quais estão em constante ameaça durante as interações⁵.

Assim como Goffman, Brown e Levinson consideram o fato de que há uma orientação defensiva ou protetora das faces, isto é, de uma autoimagem pública na qual se investe

⁵ Face positiva: diz respeito à autoimagem pública dos sujeitos, ou seja, à imagem que é apresentada à sociedade na busca de credibilidade e de aprovação. Face negativa: consiste no desejo dos sujeitos da interação de não ter os domínios de seu “território pessoal” invadidos, isto é, no desejo de não terem sua liberdade cerceada e de não sofrerem qualquer tipo de imposição do outro.

emocionalmente, a qual pode ser perdida (*to lose face*), em função de atos ameaçadores cometidos ao longo das interações, designados por Brown e Levinson como FTAs (*face threatening acts*).

Com efeito, o trabalho de Brown e Levinson privilegia a questão da cortesia, afinal, a apresentação das diversas estratégias de cortesia, elencadas e apresentadas por Brown e Levinson em sua obra, de forma exaustiva, corrobora essa afirmação.

Entretanto, sabemos que há inúmeras situações de interação nas quais os falantes empregam o trabalho agressivo de face (Goffman) e, conquanto haja estudos bastante profícuos no que diz respeito à descortesia na interação, a questão das estratégias de ataque, defesa e valorização da face em ambientes de interação conflituosa, cuja lógica é a descortesia, ainda tem sido pouco investigada.

Vale ressaltar, ainda, no que diz respeito às contribuições dos teóricos acima para os estudos da face na interação, a distinção feita entre atos diversos, os quais ameaçam as diferentes faces – positiva e negativa – dos falantes e dos ouvintes.⁶

No que diz respeito aos estudos acerca da descortesia, importa-nos acrescentar as contribuições de Kerbrat – Orecchioni, segundo as quais os atos de cortesia não se limitam à atenuação ou a processos de preventivos de possíveis ameaças à face, havendo, não obstante, aqueles que assumem uma função valorizadora, sem, entretanto, configurarem-se como recursos reparadores. Kerbrat – Orecchioni designa alguns desses atos, a saber: agradecimentos, elogios, entre outros; como FFAs (*face flattering acts*), pelos quais um falante comete um ato de cortesia valorativa.

3. As contribuições da Teoria da Argumentação

Em sua obra intitulada Tratado da argumentação, cujo subtítulo é Nova Retórica, Perelman e Olbrechts – Tyteca (2005) resgatam alguns conceitos oriundos da retórica aristotélica, como a noção de auditório, bem como os lugares – entre os quais consideramos, para o presente estudo, os da quantidade - e elencam uma série de argumentos, divididos em três grupos, a saber: os

⁶ Atos que ameaçam a face positiva do falante : Confissões, humilhar-se a si mesmo;
Atos que ameaçam a face negativa do falante: Promessas, compromissos com o outro;
Atos que ameaçam a face positiva do ouvinte: Acusações, injúrias, xingamentos;
Atos que ameaçam a face negativa do ouvinte: Perguntas indiscretas, relativas a questões de natureza pessoal e privada; pedidos, convites; entre outros.

argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real e os argumentos que fundamentam a estrutura do real.

Há que se ressaltar que Perelman e Olbrechts - Tyteca têm como objetivo estabelecer um estudo dos meios pelos quais é possível conseguir a adesão do outro mediante a apresentação de argumentos não necessariamente verdadeiros, mas plausíveis, empreendendo, pois, uma ruptura com o pensamento cientificista, segundo o qual raciocínios alheios à evidência, isto é, não comprovados pelo cálculo, não são dignos de estudo. Em outras palavras, o interesse de Perelman e sua colaboradora é o estudo de uma lógica fundada nos “valores”, cujo propósito é examinar o emprego das técnicas argumentativas utilizadas pelos sujeitos nos mais variados discursos cuja finalidade consiste na adesão daqueles aos quais são destinados.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o discurso do orador, bem como os argumentos que o compõem, deve ater-se aos conhecimentos que se tem do auditório, de modo que a força argumentativa das manifestações discursivas cujo propósito é a persuasão se estabelece em função dos juízos de valor que lhe são atribuídos pelo auditório.

Entre os argumentos localizados no *corpus*, empregados como estratégias de gestão da face na interação, estão os argumentos de comparação – denominado quase – lógico, em razão de sua semelhança ao pensamento lógico – e o argumento fundado nas relações entre a pessoa e seus atos – o qual pertence ao grupo dos argumentos baseados na estrutura do real⁷ - sobre os quais Perelman e Olbrechts-Tyteca fazem as seguintes considerações, respectivamente: “A argumentação não poderia ir muito longe sem recorrer a comparações, nas quais se cotejam vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro.” (PERELMAN E OLBRECHTS -TYTECA, 2005, p.274)

Um ato é, mais do que um indício, um elemento que permite construir e reconstruir nossa imagem da pessoa, classificar esta em categorias às quais se aplicam certas qualificações [...] (PERELMAN e OLBRECHTS - TYTECA, 2005, p.338)

Acerca dos lugares da quantidade, Perelman e Olbrechts-Tyteca assinalam que uma argumentação fundamentada em tal recurso recorre ao prestígio do maior número, a fim de que, assim, seja possível persuadir o auditório de que algo é melhor em função de razões quantitativas.

Quanto às figuras, outro conceito oriundo da retórica aristotélica, há que se acrescentar que, para Perelman e Olbrechts -Tyteca, tais figuras possuem, com efeito, valor argumentativo.

⁷ Os argumentos baseados na estrutura do real: “valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover”

Em se tratando das figuras de comunhão, Perelman e sua colaboradora ressaltam que seu papel no discurso, cujo propósito é obter a adesão do público, consiste em aumentar a aproximação ou a comunhão com o auditório por meio de recursos diversos. Já no que se refere às figuras de presença, cumpre afirmar que, para os teóricos, o emprego dessas figuras tem como finalidade promover ou aumentar a presença de algo diante do auditório. Entre as figuras de presença, observa-se, como a mais comum, conforme assinalam Perelman e Olbrechts-Tyteca, a repetição.

4. Análise do *corpus*

Exemplo 1:

L3 olha... eu quero começar agradecendo muito::...a audiência e a presença de vocês

Concluindo o debate, no sexto bloco apresentam-se as considerações finais de Paulo Maluf e Mario Covas. Assim, o turno é atribuído pelo mediador – L1- a Covas –L3 - que lhe dá início cometendo atos de cortesia valorativa (FFAs), direcionados àqueles que compõem seu auditório, a saber: os telespectadores e todos os presentes ao longo da interação, por meio de agradecimentos.

Exemplo 2:

L3 eu::...fui fui candi/ prefeito uma vez em São Paulo e quando sai... fui eleito senador, com sete milhões e oitocentos mil votos... nunca até hoje alguém alcançou essa votação... Nesta última eleição ... o senhor Paulo Maluf foi pro segundo turno... com a meNOR:: votação que alguém que já que alguém que já tenho ido pro segundo turno... Eu discuto o programa sim ... e discuto muito(...)

[

L3 exatamente

L1 (silêncio)... eu vou garantir a palavra ao candidato, peço que não se manifeste

Em seguida, como se observa no segundo exemplo, Covas ressalta, mediante a apresentação de dados numéricos, a quantidade de votos que recebeu na ocasião em que foi eleito como senador, os quais superam, conforme L3, todos os demais candidatos, recorrendo, assim, como estratégia de valorização de sua face positiva, aos lugares da quantidade (Perelman e Olbrechts-

Tyteca, 2005), numa tentativa de convencer o auditório de que é um candidato digno de credibilidade em virtude da quantidade significativa de eleitores que lhe confiaram seus votos.

Cumpramos ressaltar que Covas assinala o fato de que seu oponente teve a menor quantidade de votos recebidos em comparação a outros candidatos no momento em que assegura que Maluf foi o político que chegou ao segundo turno com o menor número de votos. Com efeito, observa-se que Covas emprega o argumento quase - lógico de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca), ao cotejar a quantidade de votos recebidos por seu oponente à de outros candidatos, como estratégia de ataque à face positiva de L2.

Com relação ao segundo exemplo, observa-se, ainda, que, de fato, Covas enfatiza que discute propostas políticas, contrapondo-se à imagem que Maluf busca atribuir-lhe: a de que L3 protela a discussão relativa aos planos de governo, desprezando, assim, aspectos pertinentes aos tópicos estabelecidos pela organização do debate. Com efeito, cumpre ressaltar que Covas traz a lume a discussão acerca do fato da exposição de planos de governo – assinalando que, de fato, não se recusa a abordá-los – com o propósito de proteger sua face, uma vez que evitar ou retardar o enfrentamento – modificando ou esquivando-se do tópico em andamento – pode, de fato, acarretar prejuízos à sua imagem diante do auditório (AQUINO, Z.O, 1997). Porém, no momento em que Covas enfatiza que discute planos de governo, numa atitude defensiva diante das acusações de seu oponente⁸ de que não responde a perguntas que lhe são feitas e de que não aborda assuntos pertinentes à interação, a plateia manifesta-se, sobrepondo-se ao seu turno, num ato de desaprovação com relação à fala de L3, ameaçando-lhe, assim, a face negativa - uma vez que as manifestações da plateia interrompem sua fala – bem como sua face positiva, já que tais manifestações consistem, com efeito, em atitudes de reprovação do discurso de Covas.

Há que se acrescentar que, ao término do segundo exemplo, o mediador do debate – L1 - assume sua posição hierarquicamente superior, cuja finalidade é a de garantir a fala de Covas, interrompida pelas sobreposições de fala da plateia, a qual lhe assalta o turno, corroborando, assim, nossas considerações de que a interação em análise é, de fato, marcadamente assimétrica⁹ e polêmica, na qual os ataques derivam de todos aqueles que dela fazem parte: candidatos, mediador e plateia.

⁸ Covas é acusado, ao longo de todo o debate; isto é, nos blocos anteriores, de abster-se de responder a perguntas que lhe são destinadas, fugindo do tópico em andamento.

⁹ O conceito de assimetria diz respeito às relações de poder na interação, na qual nem todos os interactantes possuem os mesmos direitos e deveres, conforme postulam Brown e Levinson (1987)

Ademais, há que se observar que, embora o mediador do debate interrompa as manifestações da plateia – no caso, cercear suas intenções de pronunciar-se, ameaçando, pois, a face negativa daqueles que a compõem - verifica-se que L1 o faz mediante o uso de um modalizador: “peço”, atenuando, assim, sua ordem de silêncio, cujo intento, é, sem dúvida, o de salvaguardar sua própria face, a fim de que se não lhe atribua a imagem de alguém autoritário.

Exemplo 3:

L3 eu quero discutir programa sim ... mas a Bandeirantes escolheu um tema...a Bandeirantes botou quatro finalistas... exatamente pra tratar... sobre tema...sobre educação ...saúde ...segurança ... etc... **mas** ((grifo nosso)) eu acho que telespectador ((apontando para a câmera)) aquele que está nos (vindo) ... vai ver discussão de caráter... quer comparar os ca/candidatos que pretendem ser governador do ponto de vista do caráter de cada um...da história de cada um...dos compromissos de cada um...do que cada um fez ao longo de sua vida política...

O debate transcorre com o prosseguimento do turno de Covas que havia sido interrompido. Nesse momento, observa-se, no terceiro exemplo, que, conquanto L3 assuma a pertinência de serem discutidos planos de governo, modifica, logo em seguida, o enfoque do que havia dito até então: o fato de que discute questões relativas a propostas políticas. Consideramos a mudança do enfoque – no caso, a discussão de planos de governo – em razão do uso do conectivo “mas”, o qual introduz o que, de fato, Covas pretende abordar: a questão do caráter do candidato oponente e de seu passado político:

Entre as estratégias de Erlich (1993), das quais os interactantes de interações polêmicas fazem uso, está o ato de desprezar o debate, segundo o qual o locutor faz uma abordagem do tópico sob outro enfoque, o qual difere do ponto de vista discutido. Ao abordar a questão do caráter e do passado político de seu oponente, verifica-se que Covas intenta convencer o auditório de que a investigação de atos passados concernentes ao caráter e à honestidade dos candidatos assume maior importância, embora considere que a discussão de planos de governo seja pertinente; aliás, Covas dispõe-se a isso, possivelmente, com o propósito de não ter sua face ameaçada por não discutir os tópicos em andamento, isto é, como estratégia de defesa. Destarte, consideramos que Covas emprega tal estratégia, a saber, a de modificar o foco do assunto do debate. De acordo com Erlich, o uso dessa estratégia demanda que aquele que dela se utiliza tenha amplo conhecimento de seu interlocutor, como suas crenças e concepções, para que seu emprego seja bem sucedido. (1993, p. 48).

Exemplo 4:

L3 outro dia... eu...de passagem vi em cima da minha mesa...uma imagem...do grande ato das diretas na Sé... peguei o Maluf e comecei a procurar... o Paulo Maluf naquele meio... ele não tava ... porque aquele ato era contra ele ... e contra todos aqueles que estavam do lado dele... aquele foi um ato de união... deste país...você... quer saber como nós nos comportamos historicamente...quer saber o que nós somos como pessoas... quer saber que tipo de comproMisso a gente tem... que tipo de caráter e que antecedentes a gente tem... quer saber o que pensa um do outro... e quer saber o que os amigos de cada um pensam a respeito dele...

Com efeito, Covas possui amplo conhecimento de seu interlocutor, em razão de aludir ao seu passado político que, no caso, consiste em seu envolvimento com a ditadura, como observamos no quarto exemplo. Nesse caso, há que se ressaltar o fato de que Paulo Maluf foi filiado à ARENA, partido que sustentava a ditadura militar no Brasil.

No momento em que Covas traz à memória do auditório um fato histórico, como a campanha das Diretas – ato que reuniu toda a nação a favor da liberdade e do direito ao voto direto – observa-se que L3 recorre, em seu empenho de convencer o público de que os atos passados de Maluf, os quais, conforme assinala Covas, vinculam sua imagem à perda do direito de votar da população e, por conseguinte, à perda de sua liberdade, em razão de seu envolvimento com a ditadura militar; observa-se que o L3 emprega um argumento fundado nas relações entre a pessoa e seus atos (Perelman e Olbrechts-Tyteca), segundo o qual os atos de um indivíduo colaboram para a construção de sua imagem em razão de tais atos. Em outras palavras, Covas recorre aos atos passados de seu oponente para conduzir o auditório a inferir, a partir desses atos, os atos futuros de L2: o perigo de eleger como governador alguém cujo passado político vincula-se à ditadura militar, a qual cerceou um direito indiscutível; aceito, com efeito, pela maioria do auditório: o direito ao voto direto, recorrendo, assim, aos valores e crenças compartilhadas pelo auditório.

Por essa razão, há que se acrescentar que Covas recorre, ademais, como estratégia de ataque à face de Maluf, a valores como patriotismo, nacionalismo e liberdade, os quais, conforme postula Erlich (1993, p. 54), consistem no apelo às emoções do auditório. Com efeito, tendo-se em vista o que fora exposto, Covas ampara sua argumentação nos valores que supõe serem aceitos por uma maioria, como o direito ao voto e à democracia. Perelman e Olbrechts-Tyteca(2005) consideram, como estratégia argumentativa fundada nos lugares da quantidade, o apelo a valores que se presume serem aceitos pelo maior número, isto é, pela maioria daqueles aos quais se procura persuadir. A esse respeito, os autores fazem as seguintes considerações:

O lugar da quantidade, a superioridade do que é admitido pelo maior número, é que fundamentam certas concepções da democracia e, também, as concepções que assimilam esta ao “senso comum”. (2005, p.98)

Nesse sentido, consideramos que Covas apela aos lugares da quantidade como estratégia argumentativa de ataque à face de seu oponente em sua tentativa de persuasão do auditório.

No que diz respeito à alusão, da qual L3 faz uso como estratégia de ataque à face positiva de Maluf, importa-nos ressaltar as seguintes considerações de Perelman e Olbrechts – Tyteca acerca desse recurso argumentativo, o qual, conforme postulam os autores, consiste em uma figura de comunhão pela qual o orador intenta obter a aproximação, isto é, a comunhão com o seu auditório:

As figuras de comunhão são aquelas em que, mediante procedimentos literários, o orador empenha-se em criar ou confirmar a comunhão com o auditório. Amiúde, essa comunhão é obtida mercê de referências a uma cultura, a uma tradição, a um passado comuns. (2005, p. 201)

Com efeito, Covas intenta obter a comunhão com o auditório mediante a menção de um passado comum, no caso, a luta pelo voto direto e a oposição à ditadura militar. Assim, importa-nos acrescentar que Covas emprega, como recurso argumentativo, a alusão, como estratégia de ataque à face positiva de Maluf, a fim de trazer a lume o vínculo entre seu oponente e a ditadura, no momento em que ressalta o fato de que L2 não participara das campanhas pelo voto direto, porquanto, conforme destaca Covas, Maluf opunha-se às eleições diretas para presidente na campanha Diretas Já. Porém, embora Covas enfatize que seu oponente opunha-se a tal campanha, não afirma claramente as razões pelas quais Maluf não aderiu à campanha, que, no caso, consistem no fato de seu envolvimento com a ditadura. Acerca da alusão, Perelman e Olbrechts-Tyteca fazem as seguintes considerações:

Há alusão quando a interpretação de um texto, se se omitisse a referência voluntária do autor a algo que ele evoca sem designar, estaria incompleta; esse algo pode consistir num acontecimento do passado, num uso ou num fato cultural, cujo conhecimento é próprio dos membros do grupo com os quais o orador busca estabelecer essa comunhão. A esses fatos culturais atribui-se em geral uma afetividade particular: enternecimento ante as lembranças, orgulho da comunidade[...] (2005, p 201)

Sem dúvida, a fim de valorizar sua face positiva em detrimento da face de seu oponente, em virtude de ter aderido à causa de um grupo, trazendo à lembrança do auditório um fato de seu conhecimento, com o qual o auditório se sensibilize, consideramos que Covas faz uso da alusão como estratégia de ataque à face de Maluf e, sobretudo, como estratégia de valorização de sua face, uma vez que, conforme salientam Perelman e Olbrechts-Tyteca em seu *Tratado da*

argumentação, tal recurso argumentativo confere ao orador certo prestígio: “A alusão aumenta o prestígio do orador que possui e sabe utilizar tais riquezas” (2005, p.201)

Ademais, ao enfatizar que participou das campanhas Diretas Já – em favor da democracia - pelas quais houve uma mobilização de boa parte da nação em razão do direito ao voto, em oposição à ditadura, Covas emprega, por outro lado, o argumento fundado na interação entre a pessoa e seus atos (Perelman e Olbrechts –Tyteca) como estratégia de valorização de sua face positiva, cujo propósito é, de fato obter prestígio por meio de atos passados:

Os atos anteriores e a boa reputação deles resultante tornam-se uma espécie de capital que se incorporou à pessoa, um ativo que se tem o direito de invocar para defesa pessoal. (2005, p. 341)

Desse modo, embora Covas não dê preferência à discussão de planos de governo em seu turno de conclusão, uma vez que prioriza empreender uma reflexão acerca de fatos oriundos de seu passado político, bem como do de L2, observa-se que L3 evoca atos pelos quais se possa atribuir prestígio à sua imagem e, ao mesmo tempo, defendê-la de possíveis ataques – no caso, não priorizar a discussão de propostas políticas, devido ao fato de apresentar uma imagem com a qual o auditório se identifique: a de um político que, assim como a maioria da população brasileira, lutou pela democracia e pelos direitos elementares do povo.

Exemplo 5:

L3 eu quero agradecer muito a vocês...to disposto a discutir programa a hora que for necessário...(grifo nosso) Não temo...pode o candidadto Paulo Maluf escolher o terreno que quiser...comparar o meu governo com o governo dele como governador... em qualquer área que ele escolher... eu estou ... bem na frente... MAS MUITO na frente ...em qualquer área ... e nas sociais então...é...de...lavada ((palmas do auditório))

Concluindo seu turno, observa-se, no quinto exemplo, que Covas comete um ato de cortesia valorativa (FFA), destinada ao auditório e expõe sua face negativa ao assinalar seu comprometimento em discutir planos de governo, numa tentativa de apresentar ao auditório a imagem de um político que não teme discutir aspectos de sua gestão e, sobretudo, que não foge aos tópicos propostos pelo debate.

Por fim, L3 comete um FTA contra a face negativa de Maluf – visto que o desafia a cotejar suas gestões, coagindo-o a assumir um compromisso – e, ademais, contra a face positiva de seu oponente, já que assinala que seu governo é superior à de L2, sobretudo no que se refere a aspectos relativos ao âmbito social de seu mandato.

Exemplo 6:

L2 eu agradeço...a audiência de você na sua casa... peço desculpas...se:: ...em algum momento... eu tive que me exceder... porque eu vim aqui só...pra discutir plano de governo... e não pra abaixar o nível do debate... mas o mundo....é daqueles que acreditam o mundo é daqueles que lutam... o mundo... não é daqueles que se abatem facilmente ... eu creio muito nas palavras...do grande poeta brasileiro Gonçalves Dias... na sua canção do Tamoio que diz... A vida é um combate... que aos fracos abate... e aos fortes e aos bravos só pode exaltar... quantas... eleições eu perdi...pra chegar até aqui... mas cheguei até aqui graças a Deus pra lutar por você...

Encerradas as considerações finais de Covas, o turno é atribuído pelo mediador - L1- a Maluf, por meio do qual, assim como Covas, expõem-se suas considerações finais. Ao iniciar seu turno, observa-se que L2 realiza, assim como o candidato oponente, um FFA, ato de cortesia valorativa (Kerbrat-Orecchioni), destinado aos telespectadores do debate e, em seguida, expõe sua face positiva, ao cometer um ato que consiste em uma ameaça à face negativa de quem o emprega, conforme assinalam Brown e Levinson; no caso, o pedido de desculpas.

Há que se observar que, embora Maluf acometa sua própria face ao assumir que cometera excessos, os quais, com efeito, consistem em atos descortesia, L2 apela às desculpas na tentativa de salvaguardar sua face e de apresentar ao auditório a imagem de um político cujo discurso não se restringe a ataques à face alheia. Ademais, vale ressaltar que Maluf procura justificar seus excessos recorrendo ao fato de que teve de se exceder em função dos ataques de seu adversário ao longo do debate, cometendo, assim, um FTA contra a face de seu oponente, Mario Covas, em virtude de acusá-lo de cometer atos de descortesia em demasia, o qual, conforme ressalta L2, “abaixou o nível do debate”; assinalando, além disso, que seu propósito é, tão somente, discutir questões relativas a planos de governo. Em outras palavras, cumpre observar que Maluf intenta apresentar a *línea* (Goffman, 1970), ou seja, a linha de conduta de um político cortês cujo objetivo é, de fato, obedecer às normas estabelecidas pelo debate e não fundamentar seu discurso em meros atos de descortesia.

Não obstante, cumpre ressaltar que, na tentativa de proteger sua face, utilizando-se do ato de desculpas como estratégia de defesa, em virtude de assumir ter cometido atos de descortesia em função dos ataques de L3, Maluf acaba comprometendo sua face negativa: “Se desculpar (“banalmente” ou não) é sempre uma maneira de renegar a si mesmo e de se rebaixar diante do outro.” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006,p.131)

Mais adiante, observa-se que Maluf faz uso da citação do trecho da primeira estrofe de um poema de Gonçalves Dias, cuja finalidade não é, de fato, fundamentar seu discurso mediante a autoridade do poeta, a fim de justificar um fato conferindo respaldo ao seu discurso. Diante do exposto, consideramos que Maluf faz uso da citação para levar o auditório a inferir que, assim como o herói do poema, L2 não se deixa abater pelas adversidades, apresentando-se como um político forte e decidido; para, a qualquer custo, lutar pelos cidadãos, conquanto ameace sua própria face positiva ao confessar que perdera diversas eleições.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca, em ocasiões nas quais citações são empregadas sem que se intente, por meio de seu uso, amparar-se um discurso no prestígio de sua autoridade, consideram-se tais citações como casos de figuras de comunhão, por meio das quais o orador busca aproximar-se do auditório: “A citação só é uma figura de comunhão quando não serve ao que é sua função normal, a saber: apoiar o que se diz com o peso de uma autoridade” (2005, p.201). Ademais, há que se observar que Maluf emprega tal citação – excerto de um poema épico da Literatura Brasileira – numa tentativa de valorizar, assim, sua face positiva, bem como para mostrar ao auditório que possui certa cultura e extremo apreço à sua nação, como tivera Gonçalves Dias, o qual enalteceu a cultura brasileira por meio de suas obras.

Há que se acrescentar que Maluf recorre aos valores cristãos, aceitos por uma parcela significativa da população, no momento em que se refere a Deus e agradece-o por suas conquistas, apelando, assim, para as crenças e valores que se supõe serem aceitos pelo auditório.

Exemplo 7:

L2 sim eu agradeço o seu voto em 92 pra prefeito...fui um bom prefeito da cidade de São Paulo... Quantas vezes... eu disse... e quantas vezes você viu... São Paulo mudou... São Paulo mudou graças a Deus não só pelas suas avenidas... pelos seus túneis avenidas pontes áreas verdes... mas São Paulo mudou... pelos seus projetos sociais que eu implantei... o Paz... o Cingapura... o Leve Leite... e outros projetos...

Dando prosseguimento ao seu turno, observa-se, no sétimo exemplo, que Maluf executa mais um ato de cortesia valorativa (FFA), destinada aos eleitores como estratégia de valorização de sua própria face, em razão de apresentar-se como um político cortês e, em seguida, expõe suas inúmeras obras públicas efetuadas em prol do bem estar da população ao longo de seus mandatos, assinalando o fato de que trouxe inúmeros benefícios para a cidade de São Paulo, como mais uma estratégia de valorização de sua face positiva. Além disso, cumpre ressaltar que L2

intenta apresentar a *línea* (Goffman) de um político empreendedor, isto é, de um candidato ao qual se deve conferir credibilidade, em virtude das diversas obras e projetos sociais que ofereceu à população ao longo de seus mandatos.

Exemplo 8:

L2 eu vim sim... pedir seu voto...e eu acredito... posso garantir a você... que com o seu voto... eu não vou lhe decepcionar... quero ser um bom ou senão o melhor governador que São Paulo já teve... eu amo esse estado... eu amo você ... eu amo tudo aquilo que eu realizei... ((risos e gritos da plateia)) e se alguma vez... eu não soube... extravasar esse amor... eu quero que você me desculpe... porque eu quero... de maneira plena... e de maneira ilimitada dizer... eu amo São Paulo muito obrigada ((palmas do auditório)).

Finalizando suas considerações, Maluf coloca sua própria face negativa sob ameaça ao comprometer-se em não decepcionar seus eleitores, bem como pelo fato de assumir o compromisso de ser o melhor governador que São Paulo já teve, caso seja eleito.

Ademais, verifica-se que Maluf apela à emoção (Erich, 1993) do auditório, numa tentativa final de persuadi-lo, repetindo, de forma significativa, que ama o estado de São Paulo, bem como a cidade de São Paulo e até mesmo seus telespectadores. A esse respeito, consideramos que Maluf emprega uma figura de presença (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005), mediante a repetição exaustiva de que seu amor é ilimitado. Todavia, o apelo em demasiado às emoções do público pode, com efeito, tornar o discurso do orador frágil, fato corroborado pela manifestação da plateia, a qual comete atos de ataque à face positiva de Maluf – por meio de risadas e vaias - no momento em que, ao que nos parece, o candidato aparenta não conseguir expor argumentos com os quais possa persuadir o auditório na conclusão de sua fala, limitando-se, pois, a finalizar seu turno apelando, sobremaneira, ao *pathos*¹⁰ do auditório. Desse modo, importa-nos ressaltar que o apelo excessivo ao *pathos*, isto é, às emoções do auditório, configura-se como um ato que, se cometido em demasiado, contribui para ameaçar a face daquele que o comete.

Considerações finais

Como vimos, no emprego agressivo do trabalho de face empreendido em um tipo de interação na qual os atos de descortesia são, com efeito, deliberados, em razão de cumprirem um

¹⁰ Conceito oriundo da retórica aristotélica. Consiste, assim como o *ethos*, num dos três meios de provas engendrados pelo discurso. O *pathos* diz respeito ao auditório, isto é, às emoções que lhe são despertadas.

fim; no caso, a ameaça da face alheia; os interactantes fazem uso de diversos recursos argumentativos que, em contextos diversos, assumem o papel de estratégias de valorização, ataque ou defesa das faces em um ambiente de interação marcadamente polêmica. Nesse caso, consideramos a necessidade de atrelar aos postulados da Pragmática – relativos à teoria das faces e da (des)cortesia - as contribuições da Argumentação, em função do fato de que, no discurso em análise, a construção de uma imagem à qual o auditório atribua credibilidade, em detrimento da imagem do oponente, ocorre mediante o emprego de estratégias argumentativas diversas que, por sua vez, afiguram-se como atos de descortesia(ataques), defesa ou de valorização das faces.

Desse modo, há que se repensar os atos de descortesia, uma vez que seu emprego assume, em determinados contextos de interação, valor argumentativo, sendo, pois, um ato deliberado. Em outras palavras, diante do exposto, consideramos que a descortesia não deve ser pensada somente como a ausência de cortesia – como muitos estudos a concebem - uma vez que tais atos cumprem, em ocasiões diversas, uma finalidade: a de persuadir o auditório mediante a desconstrução da imagem do outro.

Assim, esperamos contribuir, de alguma forma, para os estudos relativos aos mecanismos discursivos dos quais os interactantes fazem uso em interações polêmicas, por meio da interface entre os pressupostos da Pragmática e da Teoria da Argumentação.

ANEXOS

Normas para transcrição (Projeto NURC):

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO*
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda...() nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia

Entoação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para :::: ou mais	ao emprestarem os... éh::: ...o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	eo Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	-- --	... a demanda de moeda - - vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	{ ligando as linhas	A. na { casa da sua irmã B. sexta-feira? A. fizeram { lá... B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	" "	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... "O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós"...

* Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP No. 338 EF e 331 D².

Observações:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
2. Fáticos: *ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está: tá?* você *está* brava?)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.

7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::... (*alongamento e pausa*).
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*, conforme referido na *Introdução*.

Referências

- AQUINO, Z.G.O. *Conversação e conflito*: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas. 1997. 367 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BROWN, Penélope; LEVINSON, Stephen . *Politeness*. Some universals in language usage. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- ERLICH, F.D. *La interacción polémica*: estudio de las estrategias de oposición em francés. Caracas: Universidade Central de Venezuela, 1993.
- GOFFMAN, Erving. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1970.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da Conversação*: princípios e métodos. Trad. Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- PERELMAN, Chaïm. e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PRETI, Dino. (ORG.). *Análise de textos orais*. 5. Ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.
- SILVA, L.A. *Interação no discurso de sala de aula*. 1997. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the strategies of threat, defense and valorization of face in verbal interactions in which predominate polemical relations between speakers and hearers. Therefore we take theory studies of Argumentation Theory as the studies by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005) about argumentative strategies of persuasion to examine the polemic in political discourse. Furthermore, we take into account the contributions of Pragmatics, specially the studies of Goffman (1970) and Brown & Levinson (1987) to reach the goals of this research: to approach the impoliteness as deliberated strategies of persuasion that are used by speakers and hearers in polemic interactions.

KEYWORDS: *interaction; strategies; persuasion; image; impoliteness.*

Marcas proverbiais em dissertação de vestibular: um estudo sobre relações intergenéricas

Glauce de Oliveira Alves¹

RESUMO

Este estudo tem por objetivo explorar de que modo se efetuam as relações intergenéricas no uso de marcas proverbiais em redações de vestibular, em abordagem de resultados parciais obtidos em nossa pesquisa de mestrado. O material de análise é composto por dois conjuntos de 60 redações produzidos em atendimento às seguintes propostas: a do vestibular FUVEST/2006 (tema Trabalho) e a do vestibular FUVEST/2009 (tema Fronteiras). Buscando apresentar contribuições para o ensino da escrita, este trabalho toma como pressuposto para a produção escrita que tal atividade resulta de um processo em que se registram diferentes práticas. Três concepções tornam-se, aqui, centrais: a de dialogismo, a de relações intergenéricas e a de heterogeneidades enunciativas.

PALAVRAS-CHAVE: *marcas proverbiais; redações de vestibular; dialogismo; relações intergenéricas; heterogeneidades enunciativas.*

Introdução

Ao adotar uma nova abordagem em relação ao conteúdo ensinado, a escola buscou considerar a diversidade cultural do alunado, passando, por exemplo, a observar variedades linguísticas não-padrão e gêneros da cultura popular, como mitos, lendas, adivinhas, parlendas e provérbios. Parece-nos, que a escola agiu positivamente ao considerá-los, mas o seu modo de aplicação ainda não leva em conta o diálogo entre essas práticas e o conteúdo do ensino escolar tradicional, conservando, em certa medida, a notória divisa entre oralidade e escrita.

No que se refere à produção de texto, não se pode deixar de considerar que o material produzido é resultado do encontro entre diferentes práticas sociais realizadas pelo escrevente, sejam elas orais ou escritas.

Tomando como base esse pressuposto da produção de texto, pretendemos explorar de que modo se efetuam relações intergenéricas no emprego de marcas proverbiais em redações de vestibular. Para tanto, esta abordagem de resultados parciais obtidos em nossa pesquisa de

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa (DLCV-FFLCH-USP). Sob a orientação do Prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, desenvolve pesquisa financiada pela FAPESP. E-mail: glauce.alves@usp.br

mestrado compreende a análise de um material composto por dois conjuntos de 60 redações produzidos em atendimento às seguintes propostas: a do vestibular FUVEST/2006 (tema *Trabalho*) e a do vestibular FUVEST/2009 (tema *Fronteiras*).

Do ponto de vista metodológico, em decorrência não apenas da presença de provérbios em sua estrutura integral nesses textos, mas também de fragmentos de sua construção, de enunciados que aludem a eles ou imitam sua forma, instituímos a denominação *marcas proverbiais*.

Concepções como as de dialogismo (BAKHTIN, 2006), de heterogeneidades enunciativas (AUTHIER-REVUZ, 2004) e de relações intergenéricas (CORRÊA, 2006) nortearão esta pesquisa. Além disso, serão utilizados estudos como os de Maingueneau (2002), em que se apresentam aspectos da enunciação proverbial e desenvolve-se a noção de desvio de provérbios; e os de Lysardo-Dias (2004), através dos quais se torna possível compreender o provérbio como um gênero do discurso.

Desenvolveremos, nesse trabalho, o seguinte percurso de estudos: a) apresentação dos pressupostos teóricos sob o viés da perspectiva dialógica da linguagem; b) conceituação do gênero provérbio; c) análise das formas de realização das relações intergenéricas; e d) exposição dos dados obtidos. Por fim, com as considerações aqui desenvolvidas, pretendemos apresentar contribuições para a prática docente no ensino de produção de texto.

1. Pressupostos teóricos

1.1. Da perspectiva dialógica da linguagem e seus desdobramentos

Este trabalho é norteado pelo postulado de Bakhtin (2006) de que a linguagem é dialógica. Ela se configura, portanto, a partir da réplica a outros enunciados, os quais se definem em constante retomada da palavra alheia. Em consonância com essa concepção, Authier-Revuz (2004) desenvolve estudos sobre as heterogeneidades enunciativas, defendendo a ideia de que o sujeito não está sozinho em seu discurso. As formas de heterogeneidade seriam, pois, modos de negociação do sujeito em relação à presença do outro na linguagem. A autora relata a existência de dois tipos de heterogeneidade: a *constitutiva*, a qual confere ao sujeito e ao seu discurso o outro em seu caráter constitutivo, e a *mostrada*, por meio da qual o sujeito busca denegar a onipresença do outro no discurso, podendo ser apresentadas de maneira marcada ou não

marcada. As diferentes marcas proverbiais, exemplificadas mais a frente, expõem modos distintos de emergência da voz alheia.

Em relação aos gêneros do discurso, Bakhtin (2006) aponta que os discursos se organizam em gêneros, que se distinguem por sua circulação em determinada esfera de comunicação humana, alguns reconhecidos por sua aparência estereotipada e outros, por seu aspecto criativo e flexível. No entanto, revelar a existência de gêneros do discurso com estrutura padronizada não significa caracterizá-los por sua constante cristalização. Nesse sentido, o autor assume uma perspectiva que se configura em recusa de uma abordagem que compreende a concepção de gêneros como um permanente engessamento formal e semântico. No panorama teórico instaurado pelo autor, mesmo gêneros de mais aparente estereotipia, como os provérbios, são caracterizados por sua relativa estabilidade, sendo sua construção semântica fundamentada em sua subordinação ao contexto sócio-histórico amplamente compreendido e às relações entre os participantes da comunicação verbal.

A relativa estabilidade a qual configura os gêneros permite, assim, compreendê-los por meio de relações intergenéricas (CORRÊA, 2006), ou seja, por sua constituição intrinsecamente relacionada a outros gêneros. Sob esse viés teórico, rejeita-se a noção de gêneros puros, - inclusive pelos gêneros não serem registros de práticas puras; são compostos por diferentes práticas (orais e letradas), e por múltiplos letramentos (STREET, 2004), sejam eles marginalizadas ou dominantes, diferentemente daquilo que a escola costuma considerar, ao privilegiar, de modo geral, práticas de letramento de prestígio - adotando-se um olhar que revele o contato constitutivo entre eles.

1.2. Do gênero provérbio

Consideraremos, neste trabalho, o provérbio como um gênero do discurso. Bakhtin (2006) depreende os gêneros do discurso como formas constituídas por enunciados concretos. Eles se relacionam à realidade comunicativa em contraposição à oração, elemento neutro da língua. Para além de uma concepção do provérbio como oração, baseada no caráter dialógico da linguagem, Lysardo-Dias (2004) o concebe como um gênero que se configura por sua inserção obrigatória em outro gênero, mecanismo que lhe permite construir seu sentido, embora aparente ter um valor semântico autônomo e cristalizado. Nas palavras da autora:

A cada (re)utilização, o enunciado proverbial é reforçado e repetido sem, no entanto, ser o “mesmo” pois cada situação de emprego implica em uma nova (re)construção do seu sentido. Por mais que esse enunciado tome feições de “fórmula pré-estabelecida”, o quadro situacional no qual está inserido será específico, o que lhe garante um impacto único; a previsibilidade da sequência composicional se opõe, assim, à especificidade de cada evento comunicativo do qual participa e que lhe confere um sentido particular. (LYSARDO-DIAS, 2004, p. 143)

Logo, a significação de um provérbio deve ser compreendida a partir de seu uso efetivo, em sua nova configuração instituída ao se incorporar em outro gênero. Em sentido contrário, de maneira geral, escolas e livros didáticos têm optado por uma visão folclórica dos provérbios, em que se solicita ao aluno que apresente o significado de provérbios de uma lista, portanto, fora de um contexto de emprego e longe de outras práticas. Ao assumir essa postura, *não se leva em conta as mil maneiras de “colocar bem” um provérbio, neste ou naquele momento e diante deste ou daqueles interlocutores* (DE CERTEAU, 1996 p. 81), seu conteúdo persuasivo e argumentativo e as ideologias nele disseminadas e no texto do qual faz parte. Esses são aspectos que poderiam ser explorados nas salas de aula em favor do desenvolvimento de letramentos críticos e protagonistas (ROJO, 2009), os quais propõem uma leitura de textos de forma ativa, de modo a compreender manifestações e negociações ideológicas existentes em um texto (quem escreve o texto fala de que lugar social? Com que intenção? Para quem? Qual lugar social ocupa seu interlocutor?...), não a partir de uma interpretação imediata, superficial, ingênua e simplista de um texto. Segundo a autora, deve-se atentar para

o fato de que a linguagem não ocorre em um vácuo social e que, portanto, textos orais e escritos não têm sentido em si mesmos, mas interlocutores (escritores e leitores, por exemplo) situados no mundo social com seus valores, projetos políticos, história e desejos constroem seus significados para agir na vida social. (MOITA-LOPES e ROJO, 2004 *apud* ROJO, 2009, p 108).

Ao que se refere à inserção obrigatória do gênero provérbio em outro, parece-nos bastante adequado relacioná-la à noção de cronotopia (BAKHTIN, 1988). O provérbio, em sua construção isolada, apresenta constituição espaço-temporal representada por seu alcance universal e por seu caráter atemporal², o que lhe permite percorrer diferentes gêneros do discurso, diversas esferas de comunicação e práticas distintas. De alguma maneira, ele necessita se incorporar a outro gênero, para que se torne possível assumir uma nova configuração em relação ao seu cronotopo. A redefinição de seu cronotopo lhe atribui, assim, o aspecto espaço-temporal equivalente ao do gênero no qual se insere.

² A universalidade e a atemporalidade devem ser compreendidas como um modo de apresentação de uma ideia em dominações de formações discursivas, uma vez que não se pode desconsiderar a história dos usos de cada provérbio a qual permite estabelecer cristalizações de seus sentidos e de suas formações discursivas. Para o conceito de formações discursivas cf. PÊCHEUX (2009) e PÊCHEUX e FUCHS (2010).

Exemplo evidente da retomada da palavra alheia, um provérbio, segundo Maingueneau (2002), passa pela retomada de todas as suas enunciações anteriores, ao ser proferido, o que lhe confere um caráter polifônico.

Quanto à forma, o autor indica que esse gênero se caracteriza por sua composição curta de *ethos* sentencioso, geralmente, constituído por construção binária com número igual ou aproximado de sílabas. O gênero provérbio situa-se, portanto, mais próximo da padronização do ponto de vista estrutural.

Em certa medida, sua forma estereotipada de fácil memorização e reconhecimento favorece tanto sua imitação como a identificação de seu pastiche. Nesse sentido, são de grande relevância as considerações do autor, em mesmo estudo, sobre os desvios de provérbios, em que destaca a existência de dois modos de imitação do provérbio aplicáveis tanto à estrutura de um provérbio já conhecido quanto ao gênero em si: a captação - desvio em que se imita um provérbio, buscando conservar suas características ou as do gênero - e a subversão - imitação que busca desvirtuar o provérbio imitado ou o gênero.

Em nossa pesquisa de mestrado, além de provérbios integralmente apresentados, foram reconhecidas apenas formas de captação do gênero, sendo elas constituídas de diferentes modos, a saber: a) construção de enunciados em que se altera a forma de um provérbio; b) sua alusão em enunciados que apresentam o sentido de um provérbio ou de algum modo fazem referência a ele sem manter resquícios de sua forma; e c) de enunciados que buscam imitar a sua forma. Provavelmente, os escreventes que recorreram a esses recursos buscaram meios de fugir do lugar-comum, a fim de seguir as recomendações incessantes disseminadas nas escolas e nos cursos preparatórios para o vestibular.

Em relação às transformações de provérbios, Possenti (2009) afirma que esses são casos em que se evidencia a existência de um trabalho promovido pelo sujeito, ao alterar o enunciado alheio, cedendo-lhe um caráter subjetivo. Nesse caso, de certo modo, o interdiscurso resulta, assim, de uma negociação subjetiva com e sobre o já-dito.

Tomando como base as apreciações teóricas expostas até aqui, buscaremos, em seguida, desenvolver o nosso trabalho analítico.

2. Analisando os dados

Partindo do estudo desenvolvido em nossa pesquisa de mestrado sobre marcas proverbiais em redações de vestibular, buscaremos analisar de que modo se realizam as relações intergenéricas no uso de provérbios nesses textos. O material de análise é composto por dois conjuntos de sessenta textos produzidos em atendimento aos exames dos vestibulares da FUVEST/2006, que abordou a temática do *trabalho*, e da FUVEST/2009, que propôs o desenvolvimento de apreciações acerca do tema *fronteiras*. Para este trabalho, utilizaremos uma amostra composta por trechos³ de algumas das redações que compõem o material de nossa pesquisa, de modo a exemplificar as marcas proverbiais, ou seja, diferentes realizações do gênero provérbio, e como elas se constituem em relações intergenéricas. Para cada um dos tipos de marca que encontramos, exemplificaremos com dois excertos, sendo o primeiro referente ao vestibular do ano de 2006 e o segundo, ao vestibular do ano de 2009.

Uma vez que constatamos duas formas de manifestação das relações intergenérica no emprego de marcas proverbiais em textos de pré-universitários, dividiremos nossa análise em duas seções.

2.1. Primeiro modo de manifestação das relações intergenéricas

O primeiro modo de manifestação das relações intergenéricas consiste no emprego integral do gênero provérbio em um gênero típico da tradição escolar: a redação de vestibular. Constatase, assim, a característica migratória do gênero provérbio, a que se refere Lysardo-Dias (2004).

Foram encontradas duas formas de recorrência do gênero provérbio em sua constituição integral, as quais denominamos *construção com aspas* e *construção sem aspas*. Em ambos os casos, o provérbio se apresenta estruturalmente completo, sem a omissão ou ampliação de alguma de suas partes. A diferença se mostra pelo fato de a primeira construção aparecer marcada por aspas ou por alguma expressão que revele o pertencimento do enunciado proverbial a outra instância⁴. Em contrapartida, a segunda construção não apresenta marcações realizadas pelo escrevente, a fim de evidenciar o domínio alheio do enunciado. Seguem, abaixo, os exemplos correspondentes a cada uma das construções:

³ A FUVEST não permite que publiquemos integralmente os textos dos candidatos, por isso apresentaremos trechos das redações sem que estas se tornem reconhecíveis e sem prejudicar a qualidade de nossa análise.

⁴ Referimo-nos a expressões como “segundo o ditado popular”, “a sabedoria popular diz que” etc.

Construção com aspas

- (1) *Pensando em trabalho pode nos vir à cabeça a expressão popular “o trabalho edifica o homem”. Seria verdadeira a expressão ou o homem edifica seu trabalho?* (Texto C15)
- (2) *O planeta é um só, com uma grande diversidade étnica e cultural, que só foi alcançada graças a inexistência de fronteiras e apenas com o fim destas a paz poderia ser alcançada e a vida das pessoas melhoraria. Uma realidade impossível de ser obtida, pois **como diz um velho ditado: a grama do vizinho é sempre mais verde**; e nenhum país abrirá mão de suas riquezas, cuja fronteira as protege.* (Texto I 63)

Construção sem aspas

- (3) *Então inventaram a escrita e a civilização, que era pra dar menos trabalho. Para uns, é claro. Nascia a divisão do trabalho. **Uns mandam, outros fazem.** Maravilha!* (Texto L 22)
- (4) *A relação intercultural entre povos e nações de todo o globo é um indício de que **humanos são humanos, seja aqui, seja na China.*** (Texto C 63)

Embora no exemplo (2) o provérbio destacado não apareça marcado pelo uso de aspas, incluímo-lo nessa categoria, devido ao emprego da expressão “como diz o velho ditado”, o que constata a busca por circunscrever a alteridade.

Nos dois primeiros exemplos, o emprego do enunciado proverbial em forma de discurso relatado mostra-se como uma tentativa de instaurar limites entre o que o escrevente considera sua palavra e o que ele considera palavra do outro. A partir dessas considerações, levantamos a hipótese de que o escrevente tenciona, por meio do emprego da *construção com aspas*, apresentar confiabilidade à sua argumentação, em direção das orientações escolares as quais, geralmente, exaltam o uso de citações. Estas são comumente entendidas no âmbito escolar como reflexo do domínio intelectual daquele que escreve.

Nos exemplos (3) e (4), observamos, em negrito, uma forma de heterogeneidade em que se torna evidente a presença de enunciados reconhecidos por sua estrutura padronizada que, no entanto, não sofrem nenhuma marcação que os destaque como de outrem. Provavelmente, o escrevente, por recorrer frequentemente a esse uso, não demonstra reconhecer o provérbio como palavra alheia, mas sim como sua própria palavra.

Assim, constatamos com o emprego dessas construções em redações de vestibular um modo de estabelecimento das relações intergenéricas: aquele em que um gênero é utilizado para estabelecer a construção argumentativa de outro.

2.2. Segundo modo de manifestação das relações intergenéricas

O segundo modo de manifestação das relações intergenéricas compreende as transformações sofridas pelo gênero provérbio e a criação de enunciados com tom proverbial, em outras palavras, as diferentes formas de captação desse gênero. Consideraremos aqui a alusão ao sentido de um provérbio uma forma de captação, já que nos é possível resgatar vestígios, mesmo que semânticos, desse gênero.

As marcas proverbiais que compõem esse modo de manifestação das relações intergenéricas são denominadas da seguinte maneira: a) *construção modificada* – enunciado em que um provérbio não se encontra estruturado por completo, mas aparece fragmentado ou ampliado e com modificações de algumas palavras -; b) *alusão* – enunciado em que se torna possível resgatar aspectos semânticos de um provérbio sem manter resquícios de sua forma -; e c) *construção semelhante* – enunciado que busca imitar um provérbio. Observemos os exemplos abaixo:

Construção modificada

- (5) *Portanto o trabalho quando feito com vontade torna-se o verdadeiro amigo do homem.* (Texto C 50)
- (6) *É preciso entender que as fronteiras não são um obstáculo para um mundo melhor, são parte dele. As fronteiras não são um problema, são uma segurança: a segurança do espaço, da região, do lar, do conhecimento e às vezes até mesmo da boa convivência.* (Texto L49)

Alusão

- (7) *Alguém que tenta certa profissão por lucro e não por paixão e talento, será infeliz, mal-sucedido e em consequência disso demitido, aumentando assim as taxas de desemprego [...]* (Texto C15)
- (8) *Fique atento e derrube fronteiras você também, faça o maior número de amigos possível, isso sim é tudo o que tem de precioso na vida, amigos sem fronteiras.* (Texto I 94)

Construção semelhante

- (9) *Assim, não há perspectiva de um futuro diferente (para melhor) da situação atual. Pois se assim não o fizerem, estarão desempregados e terão que ser inferiores, porque mesmo aqueles que amam o que fazer, precisam comer. E entre o amor e a comida, quando se está faminto, ninguém prefere amar.* (Texto I 95)
- (10) *É certo que todos têm uma índole má. O que difere uma pessoa da outra é a sua capacidade de se controlar, de conter esse ímpeto malicioso para não entrar em um “círculo vicioso” que, no fim, poderá prejudicar o mundo em que vivemos, os outros e a si próprio. O limite da própria violência é cada um que estabelece.* (Texto I 24)

No fragmento (5), “o trabalho torna-se o verdadeiro amigo do homem” é uma construção modificada do provérbio “o cão é melhor amigo do homem”. Nela, algumas palavras foram substituídas (“trabalho” no lugar de “cão”, “torna-se” no lugar de “é” e “verdadeiro” no lugar de “melhor”), permanecendo a expressão “amigo do homem”, que nos permite relacioná-la ao provérbio de origem. O exemplo (6) apresenta a expressão “as fronteiras não são um problema, são uma segurança”, na qual, por meio da permanência da estrutura “não são um problema”, se faz possível ecoar o provérbio “dinheiro não é um problema, é a solução”. Como podemos perceber, essas construções se constituem como meio de criar uma nova verdade proverbial, a partir da temática abordada em cada caso (*Trabalho* e *Fronteiras*), baseando-se na estrutura de um provérbio já existente.

Nos exemplos (7) e (8), os trechos em destaque retomam o conteúdo semântico de provérbios já existentes: no excerto (7), a alusão é feita ao provérbio “dinheiro não traz felicidade”, enquanto, no excerto (8), ao provérbio “amizade é o bem mais precioso que existe”. Essas recorrências se mostram como um artifício para o escrevente explorar o valor argumentativo de um provérbio sem a necessidade de expor a formulação desse gênero. Elas parecem funcionar como um disfarce para evitar o uso de formas cristalizadas em redações, seguindo as recomendações propagadas nas escolas e nos cursos preparatórios para o exame do vestibular.

Quanto aos fragmentos (9) e (10), os enunciados ressaltados, ambos com *ethos* sentencioso, resgatam características estruturais do gênero provérbio, buscando imitá-lo. No caso do exemplo (9), a expressão “entre o amor e a comida, quando se está faminto, ninguém prefere amar” apresenta um ritmo específico que o organiza em uma divisão em três partes com igual número de sílabas poéticas (seis sílabas para cada uma das seguintes partes: “entre o amor e a comida, / quando se está faminto, / ninguém prefere amar”). O enunciado em destaque no excerto (10) apresenta um ritmo que configura sua construção de forma binária, sendo cada uma de suas partes constituídas por aproximado número de sílabas poéticas (dez sílabas para a primeira parte e oito sílabas para a segunda: “O limite da própria violência/ é cada um que estabelece”). Imitar o gênero provérbio, então, significa criar uma nova verdade proverbial, tencionando-se provocar efeitos moralizantes e incontestáveis que um provérbio pode trazer como contribuição para a construção argumentativa de um texto.

Os três tipos de marcas proverbiais que analisamos nesta seção apresentam formas de heterogeneidade mostrada mais discretas, sendo reconhecíveis por resquícios do gênero provérbio, seja do ponto de vista formal ou semântico.

As formas de captação desse gênero comprovam, assim, o segundo modo de manifestação das relações intergenéricas: aquele em que se recorre à imitação de um gênero ou resgata suas características, em favor da constituição de outro.

Considerações finais

Neste trabalho, constatamos por meio do uso de marcas proverbiais em dissertações de vestibular o contato entre gêneros de duas maneiras, a saber: nas transformações que o gênero provérbio pode sofrer, ou seja, na tentativa de captação do gênero, e em seu emprego, a fim de se arquitetar a construção argumentativa de outro gênero. Os dados dessa pesquisa apontam, então, que diferentes modos de apropriação do já-dito pelo escrevente se instauram na tentativa de desenvolver a temática proposta pelo exame do vestibular e conquistar um bom desempenho na avaliação.

Longe de uma mera comprovação da reprodução do lugar comum, a presença de marcas proverbiais em redações de vestibular revela a reflexão do escrevente em relação à constituição do gênero solicitado na avaliação - no qual a argumentação é fator primordial - ao lançar mão do provérbio - gênero recorrente em seu convívio - como recurso argumentativo, buscando melhor elaborar seu texto.

Como desdobramento para a Linguística Aplicada, este estudo contribui para o ensino de produção escrita, ao propor um modo de ler os textos como registros da dinamicidade dos gêneros do discurso, os quais sofrem, constantemente, modificações derivadas de sua interação com outros gêneros, diálogo este que deve ser entendido, pois, como inerente aos gêneros.

Por fim, propomos uma leitura de textos que conceba a escrita como um processo em que práticas sociais distintas (orais e escritas) podem ser representadas, o que não é diferente na prática escolar de escrita nem deve ser nela desconsiderado.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p.11-80.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

_____. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Edunesp/Hucitec, 1988.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Relações intergenéricas na análise indiciária de textos escritos. In: *Trabalhos de Linguística Aplicada*. Campinas (SP), IEL-UNICAMP, v. 45 (2). p. 205-224, 2006.

DE CERTEAU, Michel. Culturas populares. In: DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p.75-90.

LYSARDO-DIAS, Dylia. Características e funcionalidade discursiva do gênero proverbial. In: MACHADO, Ida Lúcia. & MELLO, Renato de. (orgs.) *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. Do provérbio à ironia: polifonia, captação e subversão. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de Comunicação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 169-178.

POSSENTI, Sirio. O eu no discurso do outro ou a subjetividade mostrada. In: POSSENTI, Sirio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 47-58.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

STREET, Brian. Los nuevos estudios de literacidad. In: ZAVALA, Virginia; NINÑO-MURCIA, Mercedes & AMES, Patricia (eds.) *Escritura y sociedad: nuevas perspectivas teóricas y etnográficas*. Lima: Red para El Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Peru, 2004, p. 81-99.

ABSTRACT

This study aims to explore how to perform intergeneric connections in the use of proverbial brands on college entrance exam essays, on approach of partial results obtained in our research Masters. The material for analysis consists of two sets of 60 essays produced in compliance with the following proposals: the vestibular FUVEST/2006 (theme Labor) and vestibular FUVEST/2009 (theme Borders). Seeking to make contributions to the teaching of writing, this work takes as its premise to writing production that such activity results from a process in which there are different practices. Three concepts become, here, central, the dialogism, the intergeneric connections and enunciative heterogeneities.

KEYWORDS: *proverbial brands; essays college entrance exam; dialogism; intergeneric connections; enunciative heterogeneities.*

A teoria dos atos de fala e o ensino de línguas estrangeiras

Pamela Andrade¹

RESUMO

A teoria dos atos de fala, como concebida por Austin (1962), explora a ideia de que palavras também são ações. Essa concepção da pragmática, de que é preciso estudar a linguagem em ação (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005), trouxe grande contribuição para a área do ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. É comum encontrarmos aprendizes de línguas estrangeiras que sabem formar frases gramaticalmente bem construídas, mas que não são apropriadas para o contexto em que são usadas, uma vez que saber apenas as regras da gramática não é suficiente para uma comunicação eficiente (BALEGHIZADEH, 2007). Assim, propomos a revisão e reflexão sobre a teoria dos atos de fala e o estudo de sua aplicação no ensino de línguas, argumentando que a aplicação da teoria dos atos de fala em sala de aula auxilia na conscientização e aprimoramento da habilidade comunicativa dos aprendizes.

PALAVRAS-CHAVE: *pragmática; atos de fala; ensino-aprendizagem; línguas estrangeiras; competência comunicativa.*

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo fazer uma breve apresentação sobre a teoria dos atos de fala. Em seguida, comentaremos a importância dessa teoria para o ensino de línguas estrangeiras. Nosso interesse é estudar como as teorias linguísticas podem contribuir para o trabalho dos professores na sala de aula de língua estrangeira, de modo a preparar os aprendizes para lidarem de forma adequada com as diferentes situações comunicativas do dia a dia. Para tanto, lidaremos com a teoria dos atos de fala e sua abordagem dentro da pragmática linguística.

Primeiramente, revisaremos a teoria dos atos de fala como proposta pelo filósofo John L. Austin e sua contribuição para a área chamada pragmática da linguística. Sendo assim, é importante salientar que nossa concepção de linguagem está de acordo com a de Marcuschi

¹ Mestranda pelo Programa de Filologia e Língua Portuguesa do DLCV-FFLCH-USP, sob a orientação da Profa. Maria Helena da Nóbrega. Bolsista do CNPq. E-mail: pandrade@usp.br.

(2002, p. 1), quando ele diz que “em questão de língua nada é natural, tendo em vista ser a língua um fenômeno histórico, social e cognitivo”. Como aponta Calbucci (2010, p.2)

Linguistas de todas as épocas reconhecem que, quando falamos ou escrevemos, dizemos mais do que imaginamos. Na verdade, revelamos de onde somos, em que época vivemos, qual o nosso universo social, como queremos nos relacionar com nossos interlocutores. Isso se dá porque a língua não é neutra; ela encerra valores, crenças, ideologias. É por esse motivo que uma simples escolha lexical pode ter mais peso do que supúnhamos. (CALBUCCI, 2010, p. 2)

Em seguida, comentaremos como a teoria dos atos de fala pode contribuir para as aulas de língua estrangeira, desenvolvendo a consciência pragmática e a competência comunicativa dos aprendizes. Nosso objetivo é demonstrar a importância dessa teoria para o trabalho do professor em sala de aula.

1. Pragmática e a teoria dos atos de fala

Neste trabalho, ao lidar com a teoria dos atos de fala, vamos trabalhar com a ideia de que falar é fazer, ou que palavras são ações. Segundo Kerbrat-Orecchioni (2005), a ideia de que falar é fazer não é nova, e já vinha sendo discutida desde a corrente retórica da Antiguidade até Wittgenstein da segunda época com sua teoria dos “jogos de linguagem”, bastante próxima da teoria dos atos de fala. No entanto, o fato de os linguistas terem feito dessa ideia a base de uma abordagem original em ciências da linguagem é nova. Essa abordagem é a abordagem pragmática. Nas palavras de Kerbrat-Orecchioni (2005, p. 11), a pragmática é o “estudo da linguagem em ação”. Para Leech (1983), a pragmática é essencial para que possamos entender a natureza da linguagem, já que ela estuda como a língua é usada na comunicação.

A partir da pragmática, surgem diversas correntes de pensamento. Segundo Rajagopalan (1999), mesmo que a pragmática não tenha linhas de fronteira bem definidas, sua consolidação e importância no meio acadêmico é evidente. Ela é uma das áreas que mais se expande e que mais trabalhos tem inspirado nos últimos anos. Para o autor,

o pesquisador na área de pragmática está cada vez mais consciente do papel que exerce, não só como um estudioso que se interessa pelo funcionamento da linguagem na vida cotidiana dos usuários, mas na qualidade de alguém que, ao conduzir seu trabalho, desempenha a função de agente causador de mudanças sociais, mudanças essas que são postas em curso no momento exato em que são trazidas à baila as desigualdades que permeiam a realidade social sob a sua mira. (RAJAGOPALAN, 2002, p. 30)

A questão pragmática surgiu na linguística em razão do intenso intercâmbio entre ela e a filosofia, sobretudo a chamada filosofia analítica (RAJAGOPALAN, 1996). É justamente na filosofia da linguagem que surge a obra de John L. Austin, *How to do things with words*, que é considerada a certidão de nascimento da teoria dos atos de fala. No entanto, Austin fazia parte dos estudiosos da chamada filosofia da linguagem ordinária; mais tarde, o também filósofo Searle, considerado como o sucessor mais direto de Austin, continua a desenvolver a teoria, levando-a para a filosofia analítica. É preciso ressaltar, porém, que a teoria dos atos de fala contribuiu e tem contribuído de maneira geral com a filosofia e com outras diversas áreas do conhecimento, como a linguística, a economia, o direito, entre outras.

A obra *How to do things with words* foi publicada em 1962, após a morte do autor. Essa obra, na verdade, consiste em palestras proferidas por Austin no ano de 1955 na Universidade de Harvard. Após sua morte, colegas reúnem anotações e comentários dos que participaram das palestras para editar a obra. Assim, o conteúdo da obra é controverso. Ao mesmo tempo em que a obra reflete o pensamento do filósofo também contém observações e interpretações de outras pessoas. “Deste modo, a complexidade de suas ideias passa a ser acrescida de um outro fator que é o da recomposição de seu pensamento” (OTTONI, 2002, p. 123). As ideias iniciais e mais importantes da teoria estavam lançadas, mas o próprio Austin não pôde dar continuidade a suas reflexões. Assim, de acordo com Ottoni

embora o leitor esteja frente a um texto que não foi “originalmente” composto por Austin, vê nele o exemplo de sua preocupação: a “não linearidade” das questões que ele propõe sobre a linguagem e, ao mesmo tempo a maneira como tudo está “ligado” de modo muito original na sua argumentação. (OTTONI, 2002, p. 123)

Dessa forma, Austin desenvolve o conceito de ato de fala, argumentando que quando dizemos algo, na verdade, temos a intenção de fazer algo. Assim, Austin introduz a ideia dos enunciados performativos. Em sua obra, ele faz uma importante distinção entre constataativos – os enunciados que só poderiam ser classificados em verdadeiro ou falso – e os enunciados performativos – que executam uma ação. Austin percebe que há um grande número de enunciados que executam uma ação, e que não podem ser verdadeiros nem falsos – apesar de poderem ser sinceros ou não sinceros. Por exemplo, “Eu declaro aberta a sessão”. Esse dizer é fazer ou, pelo menos, pretender fazer. Essa pretensão torna-se efetiva se algumas condições de sucesso são reunidas. Austin chama essas condições de “doutrina dos reveses” ou das infelicidades (*infelicities*) – apenas o dizer autorizado é verdadeiramente performante. Os atos

constatativos são verdadeiros ou falsos de acordo com a correspondência ou não a estados de coisa em questão; os atos performativos por sua vez são felizes ou infelizes (*happy* ou *unhappy*) na medida em que as condições para sua realização são cumpridas ou não (OLIVEIRA, 1996).

No entanto, Austin não consegue separar procedimentos constatativos e performativos de forma adequada. Assim, ele parte para a pergunta: o que significa dizer que dizer é fazer, e que a linguagem é uma ação humana? Ele busca compreender de maneira mais pertinente a ação linguística. O resultado é a primeira articulação sistemática da teoria dos atos de fala exposta por Austin nos cinco capítulos finais de sua obra (OLIVEIRA, 1996). Já nos últimos capítulos, Austin termina por derrubar a ideia de constatativo, argumentando que os enunciados constatativos na verdade são performativos bem disfarçados, pois eles também estão fazendo uma ação: descrevendo algo.

Como bem aponta Gutierrez (2008, p. 196), Austin demonstra que a língua não é uma simples “veículo de pensamentos e ideias”, mas que “ela se concretiza através de sentenças produzidas no discurso, a fim de desempenhar funções ou ações sociais. A essas ações sociais, produzidas através de enunciados, dá-se o nome de *atos de fala*”.

Austin pergunta o que se pode fazer com uma expressão linguística, ou seja, o que é um ato de fala? Para ele, um ato de fala qualquer é complexo e contém três diferentes dimensões: locucionária, ilocucionária e perlocucionária. A primeira refere-se ao ato de dizer alguma coisa; a segunda é a função social ou ato efetuado ao dizer alguma coisa: reclamar, recusar, convidar etc.; a terceira é o resultado ou efeito produzido pelo enunciado (OLIVEIRA, 1996). Por exemplo, dizer a frase “Está muito vento aqui!” é realizar o ato locucionário. Se no contexto em que a frase é proferida a intenção é fazer um pedido por meio dessa expressão linguística, então há o ato ilocucionário. Se, ao dizer a frase, o interlocutor consegue que alguém feche a janela, esse é o ato perlocucionário. São três dimensões de um único ato de fala. Mas nem todos os atos têm as três dimensões.

Ottoni (2002, p. 128) resume os três atos da seguinte forma:

um ato locucionário, que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional; um ato ilocucionário, que é o ato de realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o ato de promessa, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por eu prometo..., ou por outra realização; por último, um ato perlocucionário, que é o ato que produz efeito sobre o interlocutor.

O ato ilocucionário é o que estabelece a função ou ação social de determinado enunciado. Assim, quando dizemos ato de fala *recusar*, estamos nos referindo ao ato ilocucionário, ou seja, à função de recusar. Por exemplo, o ato de fala *recusar* em português pode ser realizado por meio de diferentes enunciados e em diferentes situações.

John Searle é o nome que normalmente aparece como sucessor mais direto de Austin. Ele também é um filósofo da linguagem, no entanto, pertence à chamada filosofia analítica, e assim leva a teoria dos atos de fala pelo caminho oposto ao da filosofia da linguagem ordinária. Como bem ilustra Ottoni (2002, p. 136), Searle

faz uma leitura única da obra de Austin. Ele produz uma descrição lógica do ato de fala criando a fórmula $F(p)$, que representa as tradicionais noções de verdade e falsidade, sendo que “F” representa a força ilocucionária e “p” o conteúdo proposicional. Searle deixa de lado assim, o que considero a contribuição mais importante de Austin que foi abrir um campo de reflexão não centrado apenas numa abordagem formalista ou positiva da linguagem.

Searle continua a desenvolver a teoria em suas duas obras: *Speech acts* de 1969, e *Expression and meaning* de 1979. Assim, Searle procura classificar os atos ilocucionários em categorias gerais. Ele os divide em cinco categorias: declarativos: mudam o mundo; representativos: afirmações de fatos, asserções, conclusões; expressivos: expressa os estados psicológicos do falante, como ele se sente; diretivos: que fazem alguém fazer algo; comissivos: com os quais o falante se compromete a fazer algo. Em nossa pesquisa, contudo, não nos aprofundaremos na teoria como proposta por Searle, uma vez que concordamos com as palavras de Ottoni transcritas acima e consideramos que a grande contribuição da teoria dos atos de fala como Austin a propõe é seu desinteresse por descrever uma linguagem ideal. Em nossa preocupação com o ensino de línguas estrangeiras, defendemos que não existe uma linguagem ideal a ser ensinada, uma vez que há necessidades comunicativas diferentes.

Austin trouxe ideias inovadoras e ousadas a respeito da linguagem, algumas extremamente atuais. Com ele, a linguagem deixa de ser um simples instrumento, que nos garantiria acesso à realidades das coisas, e torna-se um “fenômeno poderoso em si, alheio à vontade humana e, frequentemente, às suas intenções (e pretensões) conscientes” (RAJAGOPALAN, 1996, p. 113). Dessa forma, suas ideias representam um marco para importantes mudanças na filosofia e na linguística. Como bem comenta Rajagopalan:

E, sem sombra de dúvida, o conceito de “ato de fala” está entre os conceitos mais fecundos dos últimos tempos, não só na área de Linguística, mas em áreas conexas das mais variadas tais como a Psicologia, a Sociologia, a Teoria Literária, e, quem diria, a

Economia e até mesmo o Direito – sem falar, é claro, da própria Filosofia. (RAJAGOPALAN, 1996, p. 107)

Após essa breve revisão sobre a teoria, demonstraremos a importância desse conceito para o ensino de línguas estrangeiras. Muitos artigos acadêmicos sobre ensino de línguas estrangeiras foram e são produzidos tendo como base a teoria dos atos de fala. Sobre o ensino de inglês como língua estrangeira, diversos trabalhos acadêmicos têm sido desenvolvidos desde os anos 1990. No caso do ensino de português como língua estrangeira, mais recentemente, há alguns artigos acadêmicos e várias dissertações e teses brasileiras que lidam com essa teoria. Nesta pesquisa, optamos por oferecer um panorama sobre o assunto, comentando a contribuição da teoria dos atos de fala para o ensino de línguas estrangeiras de forma geral.

2. Os atos de fala e o ensino de línguas estrangeiras

Ao lidar com aprendizes de línguas estrangeiras, é muito comum encontrar aqueles que sabem construir frases gramaticalmente apropriadas, mas que são usadas em situações inadequadas. Embora as frases tenham sentido e sejam consideradas corretas do ponto de vista gramatical, ao serem pronunciadas em contextos inapropriados, elas deixam de produzir efeito ou produzem mal-entendidos que levam a situações embaraçosas ou confusas. Desse modo, Baleghizadeh (2007) argumenta que dominar as regras da gramática, apesar de necessário, não é o suficiente para uma comunicação bem-sucedida. Do mesmo modo, ao argumentar que a competência gramatical proposta por Chomsky não leva em conta todos os aspectos da comunicação, Hymes propõe a competência comunicativa. Em seu artigo sobre competência comunicativa, Hymes (2001) argumenta que não é possível estudar a língua sem levar em consideração os aspectos socioculturais que a envolvem. Em seu texto, ele enfatiza que “temos que levar em conta o fato de que uma criança normal adquire conhecimento de sentenças, não apenas como formas gramaticais, mas também como adequadas” (tradução nossa)² (HYMES, 2001, p. 60). Assim, conclui que “existem regras de uso sem as quais as regras da gramática são inúteis” (tradução nossa)³ (ibidem); e é essencial que os aprendizes de línguas estrangeiras

² “We have then to account for the fact that a normal child acquires knowledge of sentences, not only as grammatical, but also as appropriate”.

³ “There are rules of use without which the rules of grammar would be useless”.

conscientizem-se disso. Para tanto, o conceito de atos de fala pode ser aproveitado para que as “regras de uso” de determinada língua sejam discutidas em sala de aula. Refletindo sobre isso, Hymes (2001, p. 61) comenta que uma mesma sentença do ponto de vista gramatical pode representar atos de fala diferentes: uma afirmação, uma ordem ou um pedido; da mesma forma que duas sentenças diferentes podem representar o mesmo ato de fala: um pedido, por exemplo. Assim, o professor poderá explorar os atos de fala trabalhando diferentes sentenças para o mesmo ato, ou explorar uma única sentença e o seu uso em diferentes contextos, caracterizando diferentes atos de fala. Ao trabalhar com os atos de fala, o professor promove a competência comunicativa dos aprendizes, tornando-os falantes mais preparados para lidar com diferentes situações na língua estrangeira. Por sua vez, o desenvolvimento da competência comunicativa por meio do trabalho com os atos de fala leva à troca intercultural em sala de aula.

Os atos de fala, portanto, são importantes porque permitem que realizemos uma grande variedade de funções. Ao aprender uma língua estrangeira, é essencial que se aprenda atos de fala porque eles não apenas facilitam a comunicação, mas a tornam mais eficiente (BALEGHIZADEH, 2007). Diversos autores, como Olshtain e Cohen (1990), mostram que ensinar atos de fala tem um efeito claro positivo no desempenho dos aprendizes, principalmente no desenvolvimento da competência comunicativa.

Em seu artigo sobre atos de fala e ensino de inglês como língua estrangeira, Baleghizadeh faz uma breve revisão de quatro técnicas comumente utilizadas para ensinar atos de fala em sala de aula. A primeira é chamada de “diálogo modelo” e consiste em apresentar um diálogo para os aprendizes para que eles identifiquem o ato de fala em questão além de discutir aspectos do contexto do diálogo, como a idade, o *status* social e o relacionamento entre os interlocutores. Há também a atividade de *role-play*, que pode ser usada após a atividade do “diálogo modelo”, quando os alunos fazem uma pequena encenação do diálogo que ouviram. É sempre importante que o professor forneça o máximo de informações possíveis sobre o contexto.

As outras atividades consistem de tipos de questionário. O primeiro é chamado *discourse completion task* (DCT) ou atividade de completar o discurso, que consiste de atividades que apresentam diferentes cenários para que o aluno complete com o enunciado que usaria se estivesse vivendo aquela cena. Há também o *discourse rating task* ou atividade de classificar o discurso, em que os aprendizes devem classificar várias respostas em *continuum* (indireto a direto; não polido a polido; não assertivo a assertivo) com base em um dado cenário. Normalmente, esses tipos de questionário são utilizados como ferramentas para pesquisas em interlíngua e pragmática

intercultural (principalmente o *DCT*). Contudo, seu uso como ferramentas de pesquisa é bastante criticado, uma vez que muitas pesquisas mostram que os modos de realizar atos de fala estão além do nível consciente (WOLFSON, MARMOR, JONES, 1989). Assim, ao completar as atividades propostas, os participantes da pesquisa não responderiam necessariamente com o que fariam em uma situação real. Ainda assim, o uso desse tipo de atividade em sala de aula pode ser bastante proveitoso para avaliar a competência comunicativa dos aprendizes e sua habilidade em perceber os diferentes fatores contextuais que afetam a realização dos atos de fala.

Em uma pesquisa realizada com estudantes falantes de hebraico e aprendizes de inglês como língua estrangeira em nível avançado, Olshtain e Cohen (1990) procuraram demonstrar como o ensino de atos de fala pode ajudar no desenvolvimento da competência comunicativa dos aprendizes. Os autores haviam percebido que os aprendizes evitavam utilizar emoções ao desculpar-se por não se sentirem seguros sobre como e quando usá-las. Eles constataram também que os falantes fluentes usam emoção ao desculpar-se na forma de interjeições, que servem como intensificadores. Deste fato, ocorria um caso de falha pragmática, pois os falantes fluentes interpretavam as desculpas dos aprendizes como não espontâneas e artificiais, fazendo um julgamento pessoal negativo dos aprendizes, e não relacionando esse comportamento com uma falta de proficiência na língua. Isso ocorre uma vez que os falantes nativos ou falantes proficientes na língua tendem a interpretar os erros pragmáticos de forma negativa, como arrogância, impaciência, falta de educação etc. (NELSON et. al., 2002, p. 164). Ao interagir com pessoas de diferentes culturas, é necessário saber a estrutura da língua-alvo e como formar sentenças para dar sentido à conversa, mas é ainda mais importante saber como ser bem-educado e se adequar socialmente (WILLIAMSON, 2012).

Assim os pesquisadores prepararam aulas específicas para ensinar o ato de fala *desculpar-se* em inglês. Antes das aulas, os autores propuseram uma pesquisa que respondesse com qual frequência e que tipo de intensificadores os aprendizes utilizavam antes e depois das aulas. Para essa pesquisa, eles utilizaram um pré-questionário de 18 itens, dos quais 11 eram atividades de completar o discurso e sete, atividades de classificar o discurso, em que eles deviam assinalar se um enunciado era apropriado ou não para determinada situação. Logo em seguida, eles prepararam e aplicaram três aulas, lidando com expressões e focando no contexto e nos fatores sociais para a escolha de determinada estratégia, além de relacionarem e explicarem o uso de intensificadores para expressar emoções. Depois das aulas, os pesquisadores aplicaram mais um questionário do mesmo tipo do pré-questionário e uma ficha de avaliação sobre as aulas. Os

pesquisadores perceberam que as respostas dos aprendizes tornaram-se mais adequadas para as situações apresentadas no questionário. Foi possível perceber que os aprendizes puderam aprender quando usar os intensificadores e tornaram-se mais conscientes de quando e quais estratégias usar para cada situação. Os autores mostram como exemplo o caso de um aprendiz que, diante de uma situação em que ele se esquecia de comprar remédio para o filho doente do vizinho, respondia: “infelizmente ainda não comprei, mas ficarei feliz em fazê-lo agora mesmo” (tradução nossa)⁴, demonstrando inadequação ao usar uma frase muito longa e muito formal, que poderia ser interpretada como não espontânea. No questionário aplicado após as aulas, o mesmo aprendiz muda sua resposta para: “Puxa, mil desculpas! Vou agora mesmo comprar” (tradução nossa)⁵, demonstrando maior segurança para expressar emoção e maior adequação à situação.

Considerações finais

Ao trabalhar com a noção de ato de fala em sala de aula, o professor pode desenvolver a competência pragmática dos alunos explorando enunciados proferidos em variados contextos, envolvendo interlocutores com relações diferentes. Não se trata de ensinar aos alunos formas fixas para realizar diferentes valores ilocucionários, mas fornecer ferramentas para que ele possa refletir e explorar os diferentes contextos e como eles afetam na realização dos atos de fala. No caso do trabalho com o ato de fala *recusar* no português brasileiro, por exemplo, é possível explorar como o caso da recusa indireta é importante em contextos onde não há tanta proximidade entre os interlocutores ou no caso de convites, por exemplo (e não dizer que no Brasil sempre se recusa de forma indireta). Também é importante trabalhar com os casos de recusas diretas e seus contextos, explorando enunciados como “de jeito nenhum”, “nem que a vaca tussa”, “nem sonhando”, entre outros.

Em nossa pesquisa, foi possível observar, por meio da revisão acadêmica sobre o tema, que não saber interpretar atos de fala ou não saber quando os utilizar na língua estrangeira pode causar dificuldades ou até impossibilitar a comunicação. Demonstra-se, assim, a grande importância dessa teoria para o ensino de línguas estrangeiras. Afinal, ensinar uma língua estrangeira é também ensinar sobre o funcionamento de seus atos de fala. Como diz Kerbrat-Orecchioni (2005, p. 201), “os atos de linguagem são realidades linguísticas ‘incontornáveis’, pois

⁴ “Unfortunately not yet, but I'll be happy to do it right now” (OLSHTAİN e COHEN, 1990, p. 54).

⁵ “I'm deeply sorry. I can do it right now” (OLSHTAİN e COHEN, 1990, p. 54).

os valores ilocutórios, diretos e indiretos, são parte integrante do sentido dos enunciados e dos textos”. É preciso investir na melhor compreensão dos atos de fala, que são produzidos por falantes em todas as línguas, e “nos atingem ao longo de nossa existência” e “nos perseguem sem trégua” (op. cit., p. 203). Assim, concordamos com as palavras de Calbucci (2010, p. 1)

A língua, na maioria das vezes, oferece-nos várias possibilidades para dizer praticamente as mesmas coisas. Escolher a forma mais adequada para cada situação, cotejar usos, comparar registros, sempre tendo em mente a riqueza dos processos de variação linguística, é (ou deveria ser) preocupação de todos os falantes, sob o risco de a intercompreensão e a eficiência de comunicação se perderem.

A teoria dos atos de fala serve como ferramenta para que o professor possa auxiliar seus aprendizes a fazer esse tipo de escolha, sabendo avaliar as variações linguísticas presentes nas diversas situações.

Referências bibliográficas

- BALEGHIZADEH, Sasan. Speech acts in English language teaching. *Iranian Journal of Language Studies (IJLS)*, vol. 1(2), 2007.
- CALBUCCI, Eduardo. O que se revela quando se diz. *Revista Pessoa*, nov. 2010. Disponível em: <http://www.revistapessoa.com/artigo.php?id=57>. Acessado em: 12/04/2012.
- GUTIERRES, A. Relevância da pragmática e da teoria dos atos de fala para o ensino de inglês como língua estrangeira: tratamento dado a *greetings* em materiais didáticos. *the ESpecialist*, vol. 9, n. especial, pp. 187-209, 2008.
- HYMES, Dell. On communicative competence. In: DURANTI, A. *Linguistic anthropology: a reader*. Oxford: Blackwell, 2001, pp. 53-73.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Os atos de linguagem no discurso*. Niterói: EdUFF, 2005.
- LEECH, Geoffrey. *Principles of pragmatics*. Nova York: Longman, 1983.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. O papel da lingüística no ensino de línguas. 1º ENCONTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOCULTURAIS DA UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 12 de dezembro de 2000.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- OLSHTAIN, Elite; COHEN, Andrew. The learning of complex speech act behavior. *TESL Canada Journal/Revue TESL du Canada*, vol. 7, n. 2, March 1990.
- OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. São Paulo, *D.E.L.T.A*, 18:1, 2002, pp. 117-143.
- NELSON, Gayle L. et al. Cross-cultural pragmatics: strategy use in Egyptian Arabic and American English refusals. *Oxford, Appleid Linguistics*, 23/2: pp. 163-89, 2002.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Os caminhos da pragmática no Brasil. *D.E.L.T.A* [online]. 1999, vol.15, n.spe, pp. 323-338.
- _____. O Austin do qual a lingüística não tomou conhecimento e a lingüística com a qual Austin sonhou. *Cad.Est.Ling.*, Campinas, jan./jun. 1996, vol. 30, pp. 105-115.

_____. Sobre a especificidade da pesquisa no campo da pragmática. Campinas, *Cad.Est.Ling.*, (42): 89-97, Jan./Jun. 2002.

WILLIAMSON, Eliana Santana. Are we teaching real talk?. São Paulo, *New Routes*, número 46, janeiro 2012.

WOLFSON, Nessa; MARMOR, Thomas; JONES, Steve. Problems in the comparison of speech acts across cultures. In: BLUM-KULKA, S.; HOUSE, J.; KASPER, G. (eds.). *Cross-cultural pragmatics: Requests and apologies*. (Series Advances in discourse processes. Volume XXXI). Norwood: Ablex Publishing, 1989.

ABSTRACT

The speech acts theory, as conceived by Austin (1962), explores the idea that words are also actions. This conception of pragmatics, which claims that is necessary to study the language in action (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005), brought a great contribution to the field of teaching and learning of foreign languages. It is common to find foreign language learners who know how to say grammatically well-constructed sentences, but that are not appropriate for the context in which they are used. To know the rules of grammar is not enough for efficient communication (BALEGHIZADEH, 2007). Thus, we propose to review the speech acts theory and the study of its application in language teaching, arguing that the implementation of the speech acts theory in the classroom helps to improve the awareness and communication skills of learners.

KEYWORDS: *pragmatics; speech acts; learning and teaching; foreign languages; communicative competence.*

Os compostos expressivos na língua falada culta

Celso Antônio Bacheschi¹

RESUMO

*Este artigo tem como corpus gravações do Projeto NURC/SP e seu objetivo é investigar os efeitos expressivos alcançados por meio da formação de vocábulos compostos. A pesquisa tem como justificativa a grande produtividade desse processo de formação de palavras e o grande número de efeitos expressivos que podem ser atingidos por intermédio dele. Tais formações incluem os casos de composição entendidos não só no sentido tradicional do termo, mas também segundo o conceito de *lexia composta* proposto por Pottier. Na análise dos exemplos, observa-se que os compostos – como o notaram Said Ali, Rodrigues Lapa e, posteriormente, Benveniste – têm sua origem em grupos sintáticos ordinários. Finalmente, dividem-se os exemplos por tipo de inquérito e faz-se uma comparação estatística com o objetivo de relacionar os elementos analisados ao diferente grau de formalidade de cada gênero e estabelecer uma ligação entre os diferentes gêneros orais e os valores expressivos que neles predominam.*

PALAVRAS-CHAVE: *estilística; língua oral; sociolinguística; morfologia; formação de palavras*

Considerações iniciais

Este trabalho tem como *corpus* os três volumes de *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo* (Preti & Castilho, 1987; Preti & Urbano, 1988 e 1990) e como objetivo analisar a formação de palavras compostas com finalidades afetivas na língua oral. Inicialmente, tratar-se-á de definir o que se considera uma palavra composta, uma vez que a questão, em muitos casos, se revela obscura e não se podem estabelecer limites claros com bases nos critérios adotados pelas gramáticas e pelos dicionários. Feita essa delimitação, analisam-se as ocorrências observadas, divididas por tipos de inquérito – elocuções formais (EF), diálogo entre dois informantes (D2) e diálogo entre informante e documentador (DID). Essa divisão visa a observar se a ocorrência desses elementos expressivos pode ser relacionada ao grau de formalidade de cada tipo de inquérito e estabelecer uma ligação entre os diferentes gêneros orais e os valores expressivos que neles predominam.

1. A composição

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação do DLCV – FFLCH – USP, sob a orientação do Prof. Luiz Antônio da Silva. cbacheschi@hotmail.com.

O conceito de composição que se encontra nos dicionários e gramáticas da língua portuguesa é, com pequenas variações, de processo de formação de palavras por meio da reunião de dois ou mais morfemas lexicais que passam a exprimir conceito novo e único e, não raro, desvinculado do sentido de cada um de seus componentes. Há os compostos formados por elementos de origem grega e latina, que só se apresentam em composições, como “polifonia” e “ensiforme”. Estes, geralmente, são próprios da linguagem culta ou científica. Alguns são herdados das línguas clássicas, enquanto outros são de formação vernácula. Há outros que são formados por elementos que também se apresentam isoladamente na língua, como “salário-família”, “cartão-postal” etc. Segundo esse modelo de análise tradicional, os elementos da composição, na escrita, poderiam apresentar-se juntos, do mesmo modo que um vocábulo simples, como “girassol”, ou ligados por hífen, como “guarda-chuva”. Esse entendimento adota o inconveniente princípio da *convenção* ortográfica como critério. A artificialidade dessa norma, já a percebera Said Ali, que, em sua *Gramática Histórica*, advertia:

Não há ortografia uniforme para as palavras compostas; umas quer a convenção que se escrevam reunindo os termos em um só vocábulo; outras se representam interpondo o traço d'união; para outras finalmente é costume escrever os termos separadamente como se não houvesse composição alguma (SAID ALI, 1964: 259).

Os compostos do último grupo são identificados nos dicionários e gramáticas, em geral, pelo termo “locução”, cuja definição é vaga e não o diferencia de composição.

O mesmo autor notou, também, que os compostos são procedentes de enunciados que não se distinguem de grupos sintáticos ordinários, tendo sofrido reduções ao longo de seu percurso dentro do idioma, até que, por fim, lexicalizaram-se, de modo que vocábulos como “saca-rolhas” e “beija-flor” vieram à luz a partir de expressões como “objeto que saca rolhas” e “ave que beija flor”, aos quais coube ocupar espaço vago no idioma devido à ausência de vocábulo apropriado. Desse modo, uma vez que a composição é o ponto de chegada de um processo de lexicalização, é compreensível que, em relação a grupos sintáticos que se encontram em diferentes graus desse processo, haja, em muitos casos, desacordo entre linguistas sobre a partir de que momento ocorreria a passagem de grupo sintático para vocábulo composto. A formação do plural dos compostos, que se explica por meio de um processo sintático – a concordância –, pode servir de argumento favorável à visão do antigo mestre de que se trata de um fato circunscrito ao campo da Sintaxe e não ao da Morfologia.

O assunto voltou a ter um tratamento mais aprofundado em Mattoso Câmara (2005: 69-71), que, para estabelecer o conceito de *vocábulo formal*, parte da doutrina do linguista norte-americano Leonard Bloomfield de *formas livres* e *formas presas*, às quais acrescenta as *formas dependentes*. O autor demonstra claramente que, pelo critério da inseparabilidade, um vocábulo composto, como “guarda-chuva”, insere-se tão adequadamente no conceito de vocábulo formal quanto um simples, formado por uma única forma livre, como “luz”. Cabe lembrar que vocábulos como “fidalgo” e “talvez”, ainda que, por meio da etimologia, se possa chegar a uma reunião de morfemas, não podem ser considerados compostos, pois a noção de composição se apresenta obliterada e, se assim se procedesse, teria de ampliar-se consideravelmente o rol, com a inclusão de muitos outros como “privilégio”, “ourives”, “ofício”, “locupletar” etc. Herculano de Carvalho (1974: 524) observa que, mesmo em certas palavras cujos elementos podem parecer claramente recuperáveis, a consciência da composição varia de falante para falante. Isso explicaria o fato de o plural de “corrimão” ser mais frequentemente “corrimões” do que “corrimãos”.

Lapa (1975: 92), em consonância com Said Ali, exemplifica, da forma a seguir, a origem dos compostos:

Ao princípio, dir-se-ia: “Tinha as mãos cheias de flores”. Depois, pela frequência do emprego e um pouco de imaginação, os dois termos fizeram corpo um com o outro e começou a dizer-se: “Atirou-lhe mãos cheias de flores”. Os dois nomes andam hoje intimamente soldados; a tal ponto que já mão-cheia se diz e escreve simplesmente mancheia (destaques do autor).

Kehdi (2003) defende a ideia de que alguns compostos se explicam por meio do conceito de *translação* de Tesnière, em que um substantivo pode funcionar como determinante de outro. Esse fenômeno pode ocorrer mediante o emprego de um *translativo*, que pode ser uma preposição como, por exemplo, em “caderno *de* respostas” ou um *translativo* $\emptyset$ (zero) como em “saia *rosa*”, “camisa *violeta*” etc. Em compostos de substantivo + substantivo, como “açúcar-pedra”, “café-concerto” e “salário-família”, pode-se postular a presença de um translativo subentendido (açúcar em pedra, café com concerto e salário para a família). Em outros casos, como “redator-chefe” e “cirurgião-dentista”, pode-se propor uma relação de coordenação entre os elementos, o que explicaria as formas plurais “redatores-chefes” e “cirurgiões-dentistas”.

É de longa data que se discute se a prefixação deve ser considerada um processo de composição ou de derivação. O argumento favorável à primeira hipótese baseia-se no fato de que prefixos como *a-*, *com-*, *contra-*, *de-*, *entre-*, *sobre-* ocorrem também como formas dependentes; e outros, como *ante-*, *ab-*, *ad-*, *ex-*, *in-* (posição interior), *intro-*, *ob-*, *pró-*, *sub-*, *trans-*, *retro-*, *per-*,

justa-, *circun-*, *ultra-*, *super-*, *extra-*, têm origem em advérbios e preposições latinas. Em oposição a tal análise, pode-se argumentar que não há registro de que *re-* e *in-* (negação) tenham sido preposições ou advérbios latinos. A relativa independência de alguns prefixos também pode ser observada em relação ao sufixo *-mente*, que, além de se ligar etimologicamente a um substantivo (< latim *mens*, *mentis*, *f.*), estabelece, em geral, relação de concordância com o adjetivo a que se apõe e pode ocorrer, ao contrário de outros sufixos, em formas como “rápida e competentemente”. Esses fatos determinaram que, em análise diacrônica, se postulasse que vocábulos que contêm esse sufixo fossem considerados compostos. O mesmo fato está na raiz do desacordo a respeito de elementos como *-mirim* e *-guaçu*. Herculano de Carvalho (op. cit.: 549), a esse respeito, observa que outros sufixos, como *-(z)inho* e *-(z)ito*, também possuem certa independência, já que neles ocorre uma espécie de “concordância interna” que aproxima vocábulos que contêm esses sufixos de grupos sintáticos. Confrontem-se “bonzinho”, “boazinha” e “balãozinho”, “balõesinhos”, nos quais se repetem, no sufixo, as marcas de feminino e de plural que se mantêm no vocábulo primitivo.

Ao tratar dos *sintagmas fixos*, Herculano de Carvalho (op. cit.) descreve as propriedades que permitem reconhecer esses elementos, que, geralmente, são tratados, em Morfologia, por compostos. Note-se que são as mesmas propriedades que normalmente são atribuídas a um vocábulo simples, constituído, por exemplo, de uma forma livre e uma forma presa, a saber: a ordem é fixa: “amor-perfeito” não admite a inversão “*perfeito-amor”, da mesma forma que não se podem reagrupar os elementos constitutivos de “desserviço”, por exemplo, em “serviço + des”. Não é aceitável a inserção de qualquer elemento entre os componentes do vocábulo composto, de forma que o composto presente em “estrada de ferro abandonada” não pode ser recombinação em “*estrada abandonada de ferro”. Da mesma forma, os elementos não podem ser substituídos ou suprimidos, como em “*amor-imperfeito” por “amor-perfeito” ou “estrada de aço” por “estrada de ferro”, ou ainda “*colhi amores $\emptyset$ ” ou “*colhi $\emptyset$ perfeitos” por “colhi amores-perfeitos”. Da mesma forma, um vocábulo simples, como “cantamos”, não admite interposições entre seus elementos *cant-* + *-a-* + *-mos*. Note-se que, em “cantaremos”, a desinência modo-temporal *-re* ocupa a posição de um morfema zero em “cantamos”². Outro critério é o da flexão. No *sintagma livre* “beija flores” – até aqui tratado como grupo sintático –, que ocorre no enunciado “esse passarinho beija flores”, a flexão de plural seria “esses passarinhos *beijam* flores”, enquanto, no *sintagma fixo* “beija-flor”, a flexão é “beija-flores”. Finalmente, os *sintagmas fixos*

² A respeito desse critério, deve-se, em português, fazer uma ressalva em relação à mesóclise.

comportam-se sintaticamente de forma idêntica aos vocábulos simples, o que permite, por exemplo, a comutação de “colhi amores-perfeitos” por “colhi violetas”, ou “admiro a estrada de ferro” e “admiro a pista”. No português do Brasil, em nível informal, é recorrente a comutação entre “estrada de ferro” e o vocábulo simples “linha” (braquilogia de “linha férrea”). Quanto à nomenclatura utilizada pelo linguista lusitano, esclarece-se que a opção pelo termo “sintagma fixo” é feita para distingui-lo dos vocábulos compostos, que, no entender do autor, se restringiriam aos casos de “pontagudo”, “pernilongo”, “planalto” etc., pois deveriam satisfazer ao critério fonético de possuir apenas uma sílaba tônica. Em Biderman (2001), encontram-se também os argumentos da não inserção e da não supressão.

Outros autores, como Basílio (1987), Sandmann (1989) e Koch e Silva (2003) utilizam critérios semânticos na análise da composição. Há casos em que o sentido de cada elemento permanece nítido, de modo que parece claro que um hotel fazenda é um local que é, a um tempo, hotel e fazenda. O sentido original pode ser mantido apenas no determinado, como em “banana-maçã” e “peixe-espada”. Em catacreses, como “batata da perna”, é o determinante que permanece com o significado original. Há casos, porém, em que o composto se desvincula totalmente do sentido dos elementos constitutivos, como em “louva-a-deus”.

O linguista francês Bernard Pottier propôs o conceito de *lexia*, que definiu como “unidade lexical memorizada”. Esse conceito caracteriza-se por ser muito mais abrangente que o de palavra, vocábulo e mesmo de composição, como se depreende da afirmação de que

o locutor, quando diz: “quebrar o galho”, “Nossa Senhora!”, “pelo amor de Deus”, “bater as botas”, “barra-limpa”, “nota promissória”, não constrói essa combinação no momento em que fala, mas tira o conjunto de sua “memória lexical”, da mesma forma que “banco”, “livro”... Assim, “pé de cabra” pode ser uma *lexia*, no sentido de ferramenta, ou o resultado de uma construção sintática de discurso, se se tratar do pé do animal (POTTIER, AUDUBERT & PAIS, 1972: 26-27).

A seguir, classifica-se a *lexia* em *simples*, *composta* – que correspondem ao que entendemos por vocábulo simples e vocábulo composto – *complexa estável*, como “a punhaladas”, “ponte levadiça”, “mortalidade infantil”, “Cidade Universitária” etc. e *textual*, como “quem tudo quer tudo perde” etc. (op. cit.: 26). A contribuição do autor está em trazer para o campo de investigação a fraseologia, uma vez que está abrangida por sua explanação. As *lexias* simples, ao que parece, já estão bem assentadas desde Bloomfield e Mattoso Câmara. Há, no entanto, certo espaço nebuloso quanto aos limites entre as *lexias* compostas e as *lexias* complexas estáveis, que tem levado alguns autores a contestar a legitimidade da distinção (cf. Martins, 2002). O método

exposto por Herculano de Carvalho (1974), que anteriormente foi aqui sintetizado, permite incluí-las no grupo dos compostos sem outras distinções. Pottier (1974), no entanto, posiciona as lexias complexas no espaço dos elementos em via de lexicalização, ou seja, a meio caminho entre os grupos sintáticos ordinários e os vocábulos compostos.

Benveniste (1999:147) baseia sua análise na afirmação de que os compostos devem ser considerados sob a óptica da Sintaxe e não da Morfologia, uma vez que se originam dos enunciados.

O mesmo autor propõe o termo *sinapsia* (em grego, “junção, conexão, coleção de coisas unidas”), para se referir a um tipo específico de composição com certas características próprias, a saber: a relação sintática (e não morfológica) entre os elementos, a ordem fixa dos elementos (determinado + determinante), a forma léxica plena dos elementos componentes, a ausência de artigo diante do determinante, a possibilidade de expansão e o caráter único e constante do significado. Dessa forma, poder-se-ia dizer que, enquanto em “papel-moeda” há uma composição, em “estrada de ferro” há uma sinapsia. Benveniste justifica a necessidade de se diferenciar sinapsia e composição – mesmo admitindo que aquela seja um tipo desta –, argumentando que a primeira é o processo mais produtivo de renovação do léxico da língua contemporânea e o mais comum em formação de vocábulos da linguagem científica, embora se possa argumentar em contrário, uma vez que algumas das características da sinapsia também são observáveis em outros tipos de composições. Dubois (2004: 374-375) adverte que a lexicologia deve dar conta do fenômeno da sinapsia, por ser um fenômeno que sempre origina – seja em francês, seja em português – novas formações no léxico do idioma.

De tudo até aqui exposto, conclui-se que a composição é um fato cujo tratamento deve ser muito mais amplo do que aquele que lhe é dado pela análise tradicional, pelo fato de ser um fenômeno extremamente produtivo em português e de grande potencial expressivo. Cabe acrescentar que, na análise que se seguirá, para se evitar o excesso de nomenclatura, as diferentes formas de composição acima citadas, serão tratadas apenas como “compostos”.

Embora possa parecer menos produtivo do ponto de vista da linguagem afetiva do que o processo de derivação, a composição tem sido um processo expressivamente prolífico no português, sobretudo na língua oral, em que têm surgido vocábulos como “cracolândia” (< inglês *crack* + -o- + -lândia), cujo elemento final tem servido, segundo Houaiss (2001: 1720), para a formação de “palavras *ad hoc* de valor afetivo e pitoresco, como *pagolândia*, *gurilândia*, *brotolândia*, *bostolândia* etc., pelo menos no Brasil”. Em outros casos, ocorre o emprego de

elementos de formação eruditos que, por vezes, sofrem mudança do sentido original, como em “fumódromo”, “camelódromo”, “brinquedoteca”, “cinéfilo”, “olhômetro”, “impostômetro” etc.

Grande parte dos compostos com finalidades expressivas, no entanto, seguem o modelo de composição próprio das sinapsias, sendo significativo o número de compostos que possuem elementos cujo sentido se refere a partes do corpo. Em muitos casos, encerram metáforas, como “cara de pau”, “mão de vaca”, “unha de fome”, “dedo duro”, “pão duro”, “cdf”, “mão de ferro”, “perna de pau”, “cabeça de vento”, “estômago de avestruz”, “boca dura”, “boca de siri”, “canela de vidro”, “dor de cotovelo”, “boca do estômago”, “carne de pescoço”, “olhos de águia”, “língua comprida”, “língua de trapo”, “sangue de barata”, “pai dos burros”, “testa de ferro” etc.

Outro tipo de composição, que vem recebendo várias denominações, como cruzamento vocabular, *blend*, fusão vocabular, amálgama e outras, tem-se difundido bastante recentemente como forma expressiva de se alcançar um efeito cômico. Basílio (2003: 1) observa que

o cruzamento vocabular pode ser considerado como um tipo de composição, na medida em que sua formação envolve duas palavras, e o processo correspondente envolve o mecanismo de formar uma nova palavra cujo significado e forma final decorrem diretamente da combinação de duas palavras.

Outros autores, como Cardoso (2010), defendem que os cruzamentos devem receber uma classificação à parte dos compostos.

Em alguns desses compostos, os elementos se ligam por coordenação ou têm por base semelhanças fonéticas, como “trêbado”, “apertamento”, “tricha”, “burrocracia”, “chocólatra”, “lixeratura”, “paitrocínio”, “showmício”, podendo indicar, também, posição intermediária, como “portunhol”, “namorido”, “chafé”, “batatalhau”. Em outros, substitui-se um fragmento por outro que se supõe ligado, semanticamente, ao primeiro, como em “bebemorar”.

2. Análise dos exemplos

A seguir, apresentar-se-ão exemplos de composições com objetivos expressivos retirados dos inquéritos do Projeto NURC/SP.

No seguinte passo, extraído de aula universitária, temos um exemplo de composição por meio da repetição do substantivo:

Exemplo 1

as línguas... têm estruturas muito diferentes eu falei... no caraíba... no no caraíba das Antilhas que eu cheguei a conhecer um pouco... essas... línguas... polissintéticas aglutinantes... em que a palavra desaparece como **palavra-palavra**... e inclui aquilo que nós chamamos comumente de verbo... inclui... variantes de local... de tempo de privação... ou de adjunção... enfim a palavra é uma frase em si (EF/124, linhas 367-374).

A repetição que se dá em “palavra-palavra” ocorre com a formação de um substantivo composto por redobro (como o percebeu o transcritor) formado por substantivo + substantivo, em cujo elemento redobrado ocorre *translação* de substantivo a adjetivo (tal qual em “maçã” no composto “banana-maçã”, por exemplo). O segundo elemento da composição tem a função de delimitar, de restringir o sentido do primeiro. Segundo Koch (2009: 144), o objetivo desse tipo de repetição é de expressar “o significado por excelência do termo que se repete, isto é, seu significado tomado no mais alto grau de exatidão”. Assim, “palavra-palavra” equivale a “palavra ‘real’”, “aquilo que chamamos de palavra” ou ainda “a palavra como a conhecemos”. Essa formação *ad hoc* tem a função de deixar claro que a “palavra”, no caraíba, por conter um grande número de elementos mórficos, não se assemelha ao que um falante do português entende por palavra, ou seja, não é uma “palavra-palavra”. Seguindo o princípio de Said Ali (1964) – e de Benveniste (1999) – de que os compostos se originam de grupos sintáticos, pode-se subentender em “palavra-palavra” o grupo “palavra que é (realmente) palavra”.

Em exemplo de formação semelhante, ocorre a composição “professor professor”, empregada para diferenciar o profissional formado especificamente para lecionar de profissionais de outras áreas que lecionam e mantêm uma atividade profissional paralela:

Exemplo 2

Doc. eu tenho impressão que isso é mais ligado aqui NÉ? () mas isso o professor que não é professor entende? formado e tal é um... um profissional que então vem dar aula daQUilo que ele faz entende?

L2 que ele entende ele está habituado a mexer

[

Doc. agora... e o **professor professor** mesmo... formado entende? esse você acha que... qual é o campo deles como é que eles:... podem se virar por aí...

(D2/ 62, linhas 1589-1597).

Note-se a presença do enfatizador “mesmo”, empregado para reforçar a distinção que o falante estabelece. O fato de o transcritor, desta vez, não ter grafado a palavra como um composto ligado por hífen, ao contrário do exemplo anterior, ilustra a afirmação de Herculano de Carvalho (1974) de que a consciência de composição varia de um falante para outro. Assim como o exemplo anterior, a formação equivale ao grupo sintático “professor que é (realmente) professor”.

Em outro exemplo, a locutora responde a uma pergunta sobre que tipo de carreira é adequado às mulheres:

Exemplo 3

L2 né? quer dizer eu acho que isso in/independência da da... variaria de acordo com a com a::... com o dom de cada pessoa com o interesse de cada pessoa né? mas eu acho o problema PAra... a mulher... dona de casa a **mulher-mãe** a **mulher-esposa**... é o problema de horários de adaptar a carreira... com... a a::

[

L1 a casa

L2 com a casa com a administração da casa

[

L1 do lar

(D2/360, linhas 656-664).

Nesse trecho, a locutora defende a ideia de que, em relação à escolha da profissão, não lhe parece que o fato de ser mulher faça muita diferença, identificando uma dificuldade, no entanto, no fato de que a mulher pode – como é o seu caso – ter de acumular tarefas que venham a prejudicar seu desempenho profissional. O recurso às formas compostas explicita muito bem a oposição que a locutora pretende estabelecer entre ser simplesmente mulher e ser “mulher-mãe” e “mulher-esposa”. A relação entre os elementos da composição é, portanto, paratática, como em “redator-chefe”; e os compostos equivalem aos grupos sintáticos “mulher que é (também) mãe” e “mulher que é (também) esposa”.

A formação de substantivo mediante o redobro de formas verbais (em geral, na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo) tem função aspectual. Essa espécie de composição, bastante comum na linguagem coloquial, relaciona-se basicamente ao aspecto *durativo* e ao *iterativo*, como se pode observar no exemplo que segue:

Exemplo 4

então é um **corre-corre** realmente... não é?... agora eu assumi também ... uma:: secretaria de APM... lá do colégio das crianças
(D2/360, linhas 165-167).

A finalidade dessa forma de composição é transmitir ideia de recorrência de um fato, exprimindo a noção de repetição do significado por intermédio do emprego repetido do significante.

Koch (2001), em artigo sobre a repetição na língua oral, relaciona vários compostos semelhantes, que a autora divide segundo as funções de iteração, habitualidade e intensificação. São exemplos desse tipo de composição “agarra-agarra”, “bate-bate”, “come-come”, “corre-corre”, “empurra-empurra”, “esconde-esconde”, “lambe-lambe”, “mata-mata”, “pega-pega”, “pisca-pisca”, “pula-pula”, “rala-rala”, “troca-troca”, as onomatopeias, como “reco-reco”, “tico-

tico”, “tique-taque”, além dos vocábulos expressivos “lenga-lenga” e “lero-lero”. A autora também observa a associação entre a forma repetida e a ideia de repetição da ação por ela expressa.

Seguindo esse modelo de compostos formados por verbos repetidos, a locutora, no trecho que segue, refere-se às cenas de um filme de tema violento como “cenas de mata e mata”, vocábulo criado para atingir o mesmo efeito expressivo de iteração dos demais compostos acima citados. Em seguida, reforçando a ideia de excesso, a locutora emprega o composto “mundo de gente”:

Exemplo 5

“mas que filme vazio hein?” ... achei horrível... outro filme que chocou bastante também... dada as cenas brutas de de de m/ de **mata e mata** que matou um mundo de gente foi *Bonnie and Clyde* eu acho que foi... não lembro faz tempo que assisti também mas aquele filme saí CANSAda do cinema outro filme ((risos)) ela RI... (DID/234, linhas 386-391).

Acrescenta-se que os compostos citados poderiam comutar com vocábulos simples, por exemplo, em “cenas de matança” e “matou uma multidão”, mas essas construções podem ter parecido, ainda que inconscientemente, menos expressivas para se atingir a finalidade desejada.

A seguir, apresenta-se um exemplo em que ocorre um composto formado por processo semelhante ao do exemplo anterior:

Exemplo 6

congestionamento eu principalmente não... deTESTo ir para Santos... por vários problemas eu:: não suPORto a:: a Via Anchieta na hora de volta... eu acho que me canso muito mais dirigindo três ou quatro horas de **anda-para anda-para** na estrada com aquele MEdo de levar uma batida atrás... de uma batida de lado... da cerração que vai vir... da chuva que vai cair... do que fica::r sem sair de casa o sábado e domingo.. ficar em CAsa (DID/161, linhas 845-852).

Além dos compostos formados por verbos repetidos, também há aqueles formados por verbos que expressam ações contrárias, como “perde-ganha”, “vaivém”, “leva-e-traz”, “chove-não-molha”, “vai-volta”, “sobe-desce” etc. De modo semelhante aos compostos por repetição, também há a ideia de iteração, porém, nestes, de duas ações que se alternam. A partir desse modelo, o locutor do trecho a seguir forma “anda-para”, recorrendo à repetição de modo a destacar a noção de recorrência das ações.

Provavelmente devido a uma antiga crença de que tomar água com açúcar acalmava as pessoas, acabou por cristalizar-se, na linguagem coloquial, o composto “água com açúcar”, que se observa no excerto a seguir:

Exemplo 7

L2 Agora H. ah:: filme **água-com-açúcar** -- digamos assim -- para a gente ver certas coisas que a gente vê:: americanas principalmente... antes *A Moreninha* né?

(D2/333, linhas 779-781).

O sentido metafórico, como se observa no exemplo, é próximo de “ingênuo”, “singelo”. Já em outro contexto, o mesmo composto adquire valor expressivo diverso:

Exemplo 8

L1 certo? agora em termos de cultura... é muito mais interessante você assistir... essa peça do que assistir... do que assistir talvez o que eu poderia classificar assim uma uma chanchada **água com açúcar**... então... está ligado ao quê? a uma divulgação... está ligado a um um... conhecimentos preliminares... a discussões...
(D2/62, linhas 1352-1357).

Como há uma tendência de aproximar-se “ingênuo” e “singelo” de “tolo”, o vocábulo, no trecho anterior, aparece revestido de sentido pejorativo, quando o locutor explica por que, em sua opinião, certos espetáculos teatrais “sérios” não alcançam o mesmo êxito de outros de qualidade inferior, que agradam a um público cuja “bagagem cultural” é insuficiente para apreciar uma peça “de alto nível”. O fato de o transcritor, no primeiro caso, ter ligado os elementos do composto por hífen, enquanto, no segundo, omitiu-se esse sinal, revela, mais uma vez, o modo como a consciência da composição pode variar de um falante para outro.

A seguir, apresenta-se um exemplo em que ocorre outra forma de repetição:

Exemplo 9

L1 todo mundo se conhecia havia muita muita CONfiança muita liberdade... muita:... vamos dizer assim muita honestida::de muita sinceridade de propósitos... que hoje não existe mais hoje e::ra... o comércio era::... digamos o comércio o comércio era... **pão pão queijo queijo**... era um termo (muito comum)...
(D2/396, linhas 655-661)

O composto “pão pão queijo queijo” tem a estrutura própria dos provérbios: forma elíptica, ausência de artigos e sentido estável, independentemente do contexto. A repetição, nesse caso, é decorrente da elipse do verbo (pão é pão, queijo é queijo, não são coisas que se confundem). A lexia fixou-se como forma de referir-se a um comportamento rigoroso, inflexível, intransigente. No trecho, o falante utiliza o composto para referir-se, de modo resumido, ao procedimento das pessoas com quem se relacionava na época em que trabalhava como comerciante. Cumpriam-se prazos, e a palavra dada era sempre honrada.

A locutora do trecho a seguir emprega o composto “pedra no caminho”, para referir-se à ausência de um padrão fonológico na televisão brasileira:

Exemplo 10

e:: uma vez:: que::... nós estamos aqui dando um depoimento sobre esse aspecto da linGUAgem... eu já enfoquei na nas minhas crônicas da Folha... a **pedra no caminho** que é a:: a pronúncia tão diferente... e mesmo... a maneira de falar as singularidades que tem cada região... do país... e e e que... com isso constitui

numa **PEdra no caminho** quando é passado em termos de arte cênica... e no caso da televisão uma vez que a televisão vai para o Brasil inteiro não é?...
(D2/333, linhas 65-74)

É significativo notar-se a quantidade de compostos que remetem a obstáculos, dificuldades ou situações incômodas, como “deus nos acuda”, “pedra no sapato”, “pulga atrás da orelha”, “dor de cabeça” e “cavalo de batalha” (D2/255, linha 821), sendo revelador, no exemplo anterior, que a falante optou por uma metáfora literária, que, ainda que bastante conhecida, demonstra sua condição de falante culta.

Grande parte dos compostos expressivos é de valor indefinido, de modo que uma pessoa qualquer pode ser o “Zé da Silva” ou o “fulano de tal”. A frequência indefinida com que algum fato ocorre pode ser expressa por “volta e meia” ou “vira e mexe”. O composto “todo o mundo” pode referir-se aos interlocutores a que um falante se dirige em grupo ou a uma quantidade geralmente excessiva de pessoas. Note-se que, nesse composto, há, simultaneamente, uma metonímia, em que se substitui o continente (mundo) pelo conteúdo (pessoas), e uma hipérbole, em que se substitui um grupo de pessoas por todas as pessoas do mundo. Já o composto “não sei quê”, com a variante “não sei o quê”, é empregado para substituir qualquer objeto que se desconhece ou não se tem interesse em especificar ou qualquer fala suposta ou incompreendida, que, geralmente, é atribuída a outrem. Veja-se o exemplo a seguir:

Exemplo 11

homem do tempo... você ouve aí o homem do tempo... pá pá... fala isso aquilo... não deu nada daquilo ele chega à noite e fala... “frente fria (constatou)” **não sei o que** e deu ((ruídos)) bateu voltou não vem nada daquilo então ele sempre se desculpa entende?... então nós não podemos nos guiar vai na sorte... entende?
(D2/62, linhas 93-98)

Além do “você” indefinido, vários elementos contribuem para reforçar o caráter de imprecisão no trecho, como “fala isso aquilo”, “bateu voltou”, a onomatopoeia “pá pá” e o composto “não sei o quê”. Todos esses recursos expressivos utilizados servem para sustentar a tese do falante de que, não importa o que digam os meteorologistas – e entende-se que eles falam profusamente –, não se pode confiar neles.

A frequência de ocorrência dessas composições expressivas pode ser reveladora do nível de formalidade dos diferentes tipos de inquérito, dado que se observaram trinta e cinco ocorrências de “todo o mundo” nos diálogos, trinta e oito nas entrevistas (vinte e sete apenas no DID/161) e apenas quatro nas elocuções formais. “Não sei quê” (e variantes) ocorreu dezessete vezes nos diálogos, cinco vezes nas entrevistas e apenas uma vez nas elocuções formais. Somados, os dois

compostos ocorrem, aproximadamente, sete vezes por hora nos diálogos, seis vírgula seis vezes nas entrevistas e uma vez nas elocuções formais. Vejam-se quadros a seguir:

QUADRO 1 – Ocorrências de compostos de valor indefinido por tipo de inquérito

Elocução formal (EF) (280 min)		Diálogo entre dois informantes (D2) (447 min)		Diálogo entre informante e documentador (DID) (390 min)		Total (1117 min)	
N	%	N	%	N	%	N	%
5	5	52	52	43	43	100	100

QUADRO 2 – Ocorrências de compostos de valor indefinido por minuto de gravação divididas por tipo de inquérito

Elocução formal (EF) (280 min)	Diálogo entre dois informantes (D2) (447 min)	Diálogo entre informante e documentador (DID) (390 min)	Total (1117 min)
0,018	0,12	0,11	0,09

Considerações finais

A composição é um processo de formação de palavras bastante produtivo em português atual e fornece variadas possibilidades do ponto de vista expressivo. Na língua falada, essa expressividade pode ocorrer por meio de formações *ad hoc* ou pela utilização de compostos já cristalizados que o falante vai colher de seu repertório lexical, ativando significados já armazenados na memória do interlocutor, que podem, no entanto, adquirir novas significações de acordo com o contexto.

As ocorrências dessas composições, no *corpus* utilizado, são mais frequentes nos diálogos e nas entrevistas que nas elocuções formais, o que permite relacioná-las ao grau de formalidade de cada tipo de inquérito.

Como não houve um grande número de exemplos levantados, considerou-se que não havia dados suficientes para relacionar as repetições à faixa etária e ao sexo do falante.

Anexo

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	no nível de renda...() nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entoação enfática	maiúsculas	porque as pessoas reTEM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh::: ... o dinheiro
Silabação	—	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	- - -	... a demanda de moeda - - vamos dar essa notação - demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	[ligando as linhas	A. na casa da sua irmã [B. sexta-feira? A. fizeram LÁ... [B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREira entre nós”...

OBSERVAÇÕES:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
2. Fáticos: *ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está: tá? você está brava?*)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.

4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::.... (*alongamento e pausa*).

Referências Bibliográficas

- BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. Cruzamentos vocabulares: o fator humorfológico. In: XII Congresso da ASSEL-RIO. Rio de Janeiro 2004. Anais do XII Congresso da ASSEL-RIO. Rio de Janeiro 2003. Rio de Janeiro, ASSEL-RIO, 2003.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística General II*. 15. ed. México: Siglo Veintiuno, 1999.
- BIDERMAN, Maria Teresa. *Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CARDOSO, Elis de Almeida. Cruzamentos lexicais no discurso literário. São Paulo, *Estudos Linguísticos*, v. 39, maio 2010. p. 214-222.
- DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Linguística*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- HERCULANO DE CARVALHO, José G. *Teoria da Linguagem: Natureza do fenômeno linguístico e a análise das línguas*. t. 2. 5. ed. Coimbra: Atlântida, 1974.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KEHDI, Válter. *Formação de Palavras em Português*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A repetição e suas peculiaridades no português falado no Brasil. In: URBANO, Hudinílson *et al.* *Dino Preti e seus temas*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *O Texto e a Construção dos Sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza e. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. 8. ed. Coimbra: Coimbra, 1975.
- MARTINS, Evandro Silva. O tratamento das lexias compostas e complexas. Revista do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste. v. 4, 2002. Disponível em http://www.gelne.ufc.br/revista_ano4_no2_15.pdf. Acesso em 3 jun. 2010.
- POTTIER, Bernard; AUDUBERT, Albert; PAIS, Cidmar Teodoro. *Estruturas Linguísticas do Português*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- PRETI, Dino; CASTILHO, Ataliba Teixeira de (orgs.). *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*: v. II – Diálogos entre dois informantes. São Paulo: T. A. Queirós, 1987.
- PRETI, Dino; URBANO, Hudinílson. *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*: v. III – Diálogos entre informante e documentador. São Paulo: T. A. Queirós, 1988.
- _____. *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*: v. IV – Estudos. São Paulo: T. A. Queirós, 1990.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.
- SANDMANN, Antônio José. *Formação de Palavras no Português Brasileiro Contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor, 1989.

ABSTRACT

The corpus of this article are recordings of the NURC/SP Project and its purpose is to investigate the expressive effects achieved by means of the formation of compound nouns. The justification of this research is the great productivity of this process of word-formation and the large number of expressive effects that can be achieved by it. Such formations include composition cases understood not only in the traditional sense, but also according to the concept of compound lexia proposed by Pottier. In the analysis of the examples, it is observed that the compound nouns – as noted Said Ali, Rodrigues Lapa and later Benveniste – have their origin in ordinary syntactic groups. Finally, the examples are divided by type of recording and a statistical comparison is made in order to relate the elements analyzed to different levels of formality of each genre and establish a link between the different oral genres and expressive values that predominate in them.

KEYWORDS: *stylistics; oral language; sociolinguistics; morphology; word-formation.*

Práticas de retextualização como tecnologia de letramento em esferas intersetoriais

Janaína Behling¹

RESUMO

Este artigo apresenta atividades de retextualização de um projeto desenvolvido na cidade de São Paulo, arquitetadas entre uma líder comunitária, seus interlocutores e uma linguista aplicada. Os papéis identitários então constituídos enfocam lideranças urbanas e seus interlocutores como protagonistas que se apropriaram de sucessivos diálogos e escrituras de um mesmo projeto de ação local, enquanto refrataram a linguagem de prestígio consagrada pelas esferas institucionais que constituem o Terceiro Setor. O corpus utilizado para análise de retextualizações é composto de fragmentos de fala e escrita dos interlocutores que materializam a temática central do projeto. Como resultado, o artigo apresenta reflexões sobre: o papel da Linguística Aplicada nas chamadas esferas intersetoriais, olhares linguísticos sobre o Terceiro Setor, considerações sobre o termo justiça linguística e realinhamento metodológico da ação de linguistas em campo numa abordagem sociointeracionista da produção de gêneros discursivos.

PALAVRAS-CHAVE: retextualização; tecnologia de letramento; abordagem sociointeracionista; esferas intersetoriais; gêneros discursivos.

Introdução

Nossos discursos, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) são plenos de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade [...] Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos (BAKHTIN, 1952-53, P. 294-295).

A Linguística Aplicada, neste artigo, é entendida como um campo de conhecimento engajado ou, como afirma Moita Lopes

capaz de apresentar a possibilidade política de que a pesquisa contemple outras histórias sobre quem somos ou outras formas de sociabilidade que tragam para o centro da atenção vidas marginalizadas, do ponto de vista dos atravessamentos identitários de

¹ Mestre em Linguística Aplicada pela Unicamp e Licenciada em Letras pela Unesp de Assis.

janabehling@gmail.com

classe social, raça, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade etc (MOITA LOPES, 2006, P. 27).

Este artigo, produzido a partir de estudos aplicados da linguagem, é resultado de um trabalho de campo que envolve vidas marginalizadas em esferas intersetoriais ou, em outras palavras, de vidas que são objetos da ação política de governos, empresas e sociedade civil. Entretanto, são vidas que não participam diretamente da polifonia que envolve essas esferas, de modo que há um grau de alteridade, conforme Bakhtin, que se apresenta nulo ou apagado quando se deve materializar, na linguagem, o tom valorativo que reelabora ou reacentua, propriamente, projetos intersetoriais.

O conceito de esferas intersetoriais ou interesferas, por um lado, são um tanto inóspitos ou pouco explorados em estudos linguísticos. Por outro lado, justamente, é possível encontrar certo marco zero institucional em meio a instituições urbanas da sociedade civil, tornando a contemplação de outras histórias de vida marginalizadas, na realidade, a possibilidade de fazermos a diferença.

Nas próximas sessões, serão apresentados os elementos dessa diferença de perspectiva do linguista aplicado sobre a vida intersetorial, analisando como se enuncia o que parece estável, a começar pela perspectiva da ação civil como de ‘negócios sociais’, o que é dito a partir desta perspectiva e como é possível lançar novos olhares para o chamado Terceiro Setor.

Em seguida, são apresentadas algumas ideias sobre o termo ‘justiça linguística’, a fim de justificar a partir de quais pontos de vista básicos é necessário reposicionar ou realinhar a ação de linguistas em campo numa abordagem sociointeracionista de produção de gêneros discursivos no Terceiro Setor.

Finalmente, são apresentados fragmentos de interações de campo materializadas na fala e na escrita de interlocutores, cujas vozes participaram na elaboração de um projeto em abordagem interacionista, ou seja, escrito a partir de vozes urbanas relativamente distanciadas dos atores intersetoriais de mais prestígio.

Entre as considerações finais, há a ponderação de que os projetos intersetoriais, a partir de uma perspectiva sociointeracionista, exigem a emergência de novos sistemas de empoderamento de projetos civis, abrindo, assim, um manancial de frentes de trabalho para linguistas na contemporaneidade como profissionais críticos e engajados dentro das esferas que compõem o Terceiro Setor.

1. Terceiro Setor e intersectorialidade

A reação ao globalismo político se faz pelas ONGs. Muitas organizações não governamentais são, por assim dizer, vanguarda de uma cidadania terrestre”. “(...) As ONGs que defendem os direitos humanos, seja qual for a região do país, como o Greenpeace, defensoras da biosfera em todo o lugar (...) organizações como Survival International, defensoras dos **povos menores** ameaçados em todo lugar, não só na Amazônia, mas na Ásia e outras regiões, associações de mulheres, associações diversas, desempenham um papel extremamente útil. (MORIN, Programa Roda Viva, 2004) ⁴

‘Mercados de negócios sociais’ pode ser um termo indigesto para linguistas ou especialistas dos estudos de letramentos ou dos estudos culturais em geral, mas é também um termo cada vez mais utilizado para designar a vida de culturas e sistemas econômicos globais e de impacto ao desenvolvimento de organizações civis; mercado este que cresce no mundo e também no Brasil, dado o volume de investimentos de empresas (segundo setor) e governos (primeiro setor) no apoio a iniciativas da sociedade civil, cujos projetos formam o chamado Terceiro Setor.

Para Edgar Morin, de acordo com a epígrafe, o Terceiro Setor e seus projetos significam a reação ao globalismo político, como vanguardas de uma cidadania terrestre.

A reação ao globalismo político a que se refere Edgar Morin, quando de sua visita ao Brasil para falar à televisão, justamente, um veículo de comunicação global, chama atenção para a tomada de consciência de problemas universais porque envolvem, entre outros, os problemas relativos ao desenvolvimento ou direitos humanos, por exemplo, seja em escala macrossocial ou em escala microssocial, constituindo temas, ao mesmo tempo, segmentados por pontos de vista bastante distintos.

Contudo, de acordo com diferentes especialistas e estudiosos do chamado Terceiro Setor (VOLTOLINI, 2003; SILVA, 2004; COELHO, 2005; GOLDSTEIN, 2007), muitas organizações civis são criadas, mas poucas chegam a garantir tempo de vida e sustentabilidade suficientes para prosperar. Esses especialistas, provenientes de áreas ou campos de conhecimento como publicidade, administração, direito, antropologia, relações internacionais, educação, psicologia, serviço social e até da odontologia e da tecnologia da informação, gostam de justificar esse quadro enfatizando

as tradições assistencialistas deixadas pelo colonialismo que confundem justiça social e igualdade de direitos, além de uma crise de identidade do setor, perdido entre o imprevisto daqueles que esbarram na necessidade de mais sistematização e senso de organização (VOLTOLINI, 2003, p.15)

⁴ Trecho da fala de Edgar Morin, transcrito a partir do Programa Roda Viva. TV Cultura. Exibido em 17/05/2004. Grifo meu.

Sem desqualificar tais pontos de vista, é possível oferecer outros olhares sobre a realidade, de fato, de escassez participativa de certas organizações civis e, acrescenta-se, por outro lado, de supervalorização ou ascensão de outras havendo, entre essas duas extremidades, uma estratosfera de ascensões e quedas não apenas institucionais, mas subjetivas, intersubjetivas, multissubjetivas e multiculturais complexas demais para serem reduzidas às tradições colonialistas e confusão administrativa.

Nesse caso, entre escassez e abundância participativa, a própria multiplicidade de vozes técnicas ou de prestígio, superiores, representantes de diferentes campos de conhecimento, indicam que o Terceiro Setor está em crescimento e não *em crise*, contudo, sem que apresente onde estão as vozes, os atos de fala, os sistemas de significação e autossignificação dos atores civis que não pertencem às culturas superiores de interpretação de sua própria realidade como agentes de transformação, mas como beneficiados (herança filantrópica) de dívidas macrossociais (colonialismo) materializadas por especialistas ou porta vozes e escribas de projetos.

Torna-se necessário, portanto, provocar algum deslocamento nos próprios sistemas intersetoriais de interpretação da própria sociedade civil, não de base administrativa, e sim ética, já que a ascensão dos especialistas em projetos esbarra na emergência de reposicionar um melhor entendimento sobre justiça social e igualdade de direitos dentro do próprio Terceiro Setor, principalmente, do ponto de vista linguístico.

Nesse caso, entende-se que é a partir do olhar pautado no movimento linguístico do Terceiro Setor, de **perspectiva sociointeracionista** como processo investigativo e não simplesmente de reprodução de discursos fundadores que, provavelmente, torna-se possível criar condições para compreender os processos de construção de significados sobre projetos urbanos, sugerindo *metamudanças* de sistemas intersetoriais capazes de reverter o quadro de escassez participativa de algumas instituições para a abundância de ações civis.

2. Justiças linguísticas: retextualização como tecnologia de letramento

Quando é colocada em questão a necessidade de compreendermos ações intersetoriais de modo sociointeracionista, está sendo enfatizado um entendimento da língua(gem) intesetorial como um fenômeno dinâmico e interativo em que

“A perspectiva interacional preocupa-se com os processos de produção de sentido tomando-os sempre situados em contextos sócio-historicamente marcados por atividades de negociação ou por processos inferenciais. Não toma as categorias linguísticas como dadas a priori, mas como construídas interativamente e sensíveis aos fatos culturais”. (MARCUSCHI, 2001, p. 34)

A partir do ponto de vista sociointeracionista sobre a construção de projetos globais, o que se quer sublinhar é que as necessidades humanas não podem ser pensadas a partir de uma visão dicotômica de linguagem, ou uma visão simplesmente culturalista, ou, tampouco, variacionista, mesmo que cada uma dessas perspectivas não escape à construção e impactos da própria variação do olhar sociointeracionista que transita pelo mundo intersetorial em sua natureza.

Vale destacar, por exemplo, que a dicotomização pura e simples, diferenciadora do falar e do escrever é apresentada por Marcuschi (2001, p. 27) como a primeira tendência que restringe a análise da materialidade da linguagem ao código linguístico, de imanência cognitiva.

Evidentemente, não se pretende defender, como muito se apresenta entre as celeumas de puristas da língua, que não devemos ter domínio sobre a língua normativa, padrão, na configuração de projetos intersetoriais. O que se quer sublinhar é que essa dicotomia prescreve a norma padrão ou culta e a não culta, em que ‘não há preocupação alguma com os usos discursivos nem com a produção textual’ (*ibidem*, p.28) da fala ou da escrita, preconizando, sobretudo, uma certa rigidez na distribuição de poderes linguísticos.

Assim, quando analisamos como se processa uma visão culturalista do empoderamento de projetos intersetoriais

“Não há como negar que a escrita trouxe imensas vantagens e consideráveis avanços para as sociedades que a adotaram, mas é forçoso admitir que ela não possui algum valor intrínseco absoluto. Trata-se, sobretudo, do lugar especial que as sociedades ditas letradas reservaram a essa forma de expressão que a tornou tão relevante e quase imprescindível na vida contemporânea”. (MARCUSCHI, 2001, p. 30)

Sendo assim, uma visão culturalista da escrita, enquanto etnocêntrica, é supervalorizada e sempre tratada de modo global. Enquanto etnocêntrica, por outro lado, a escrita sofre controles,

independente do grau de escolarização de quem a controla, principalmente quando está em questão planejar e instituir projetos na- vida-para a sociedade civil.

É o etnocentrismo que limita intercâmbios identitários entre interlocutores intersetoriais, capazes de designar os mais distanciados das linguagens especializadas como *menores*, se levarmos em conta, por exemplo, as perspectivas fundacionistas já citadas.

Nesse caso, é preciso que seja desenvolvido em esferas intersetoriais um método de materialização dos projetos em que a fala possa apresentar-se com caracteres extralinguísticos ligados a uma produção personalizada, sem que seja a escrita neutralizada e sem que seja perdida a origem do texto. Esse método é denominado por Marcuschi como *retextualização*, que visa compreender uma determinada realidade social evitando o etnocentrismo.

A retextualização não se limita a transcodificar ou adaptar passagens do sonoro para o gráfico dos projetos, e nem mesmo deixar as urbanidades ‘polidas’, mas de uma **tecnologia de letramento** que torna possível interferir tanto na forma quanto na substância do discurso dos projetos intersetoriais, de modo que “uma transcodificação não pode equivaler a uma paráfrase ou a uma tradução como se fosse uma equivalência semântica” (Rey-Debove *apud* Marcuschi, p. 52).

Sendo assim, do ponto de vista ideológico, em contextos intersetoriais, é possível inferir que o linguista cultiva certa ideia de ‘justiças linguísticas’ ou certa ideia de desmantelamento da manutenção, ainda que provisória, dos cânones de oralidade e escritura intersetorial ‘fundacionistas’⁵, para usar uma expressão de Chauí (2000).

Portanto, para a vida intersetorial é oferecida a ideia de que existem múltiplos letramentos (STREET, 1984) em jogo para se arquitetar projetos, junto a identidades intersetoriais diversas. Entre esses letramentos estão em constante formação e transformação ideologias e novas identidades culturais (GOODY, 1986; HAVELOCK, 1982; ONG, 1982), bem como a construção da leitura e da escritura de projetos como práticas sociais (SCRIBNER, 1981), emancipativas (RANCIÈRE, 2002) e promotoras de uma visão crítica de mundo e de protagonismos dentro de esferas e contextos, inclusive, (não) escolares (GEE, 2000).

3. Recompondo projetos numa perspectiva sociointeracionista

⁵ CHAUI, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

Os Fragmentos (1) e (2) correspondem à construção de um projeto intersetorial que acabou levando o nome de *Feliz Idade*, o mesmo título de iniciativas voltadas para a chamada Terceira Idade entre clubes, agremiações e literatura científica⁶. Esse título fora escolhido, sem discussão coletiva, pela liderança comunitária (D) que interagiu com a linguista aplicada (LA).

Conforme é possível observar no Fragmento (1) e (2), o projeto tangenciava alguma melhora na qualidade de vida de pessoas de uma determinada comunidade urbana. Essa comunidade, no caso, localizava-se na região sul da capital paulista, em meio a um complexo urbano que tinha como extremidade o bairro do Morumbi, concentrando boa parte das elites emergentes da cidade, e, na outra extremidade, o bairro de Paraisópolis.

Esses fragmentos seguem as normatizações de Marcuschi (2003) e apresentam turnos de fala curtos, de perguntas e respostas, que também acomodam ordem e execução direta e indireta de valores que definem identidades idosas, no caso, além de convite, aceitação e recusa dessa identidade, como se poderá ver a seguir

Fragmento (1) – construção de um projeto urbano a partir da oralidade

LA: *e (+) quando cê (++) pe::nsa em fazê (+) um projeto assim [Jo que que cê:: pensa/ de fazê um*

projeto escri::to [...]]?

D: *((posiciona-se melhor na cadeira)) Primêro (+) uma oficina de IDOSOS que a gente temmui::to idosos lá.*

Pelo Fragmento 1 é possível notar uma espécie de cerne ou origem do que vai ser o encontro entre LA e D, bastante focado no que pode haver entre pensar e escrever projeto. A ênfase em idosos incia a articulação de D em direção a posicionar-se para definir uma população alvo, de modo que seu primeiro impulso, então, é identificar sujeitos ou subjetividades emergentes, no caso, idosas.

Ao realizar as pesquisas de campo, o pedaço de fala destacado diz respeito, justamente, à palavra ‘projeto’:

D (assumindo entrevistas de campo entre ‘idosos’): I...I e::: se tivesse um proje::to pro idÔso na comunidade?I...I

⁶ Cf. <http://www.hebraica.org.br/portal/index.php/category/felizidade>, <http://www.felizidade.conchal.sp.gov.br/site/> e VICTOR, J.F. et al. Grupo Feliz Idade. Cuidado de enfermagem para a promoção da saúde na Terceira Idade. ReeUsp, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n4/25.pdf>. Acesso em 05/01/2012.

Entrevistado 1: *I...I ((recostado no balcão, tira o chapéu)) (++) eu nu::m tenhu tamanhu (++) pra trabaiaá mais::/ agora si vim eu pego.((sorrindo)). I...I*

O Entrevistado 1, boa referência de pessoa de idade avançada, usando chapéu, associa a ideia de projeto a trabalho e relaciona sua idade ao seu tamanho no mundo, na comunidade, no tempo de si no mundo. Apesar de pequeno, franzino, no tempo de si no mundo, no entanto, ele se põe disponível para o trabalho (projeto) e sorri o riso dos experientes que aceitam a identidade idosa, porém, uma identidade disposta, em outras palavras.

A Entrevistada 2 se coloca a pensar, com mão na cintura, talvez, sobre qual idoso está em jogo na conversação. Inicialmente, vigilante, de mão na cintura. Em seguida, também disposta ou, talvez, disponível para algo (um projeto) que acolha sua disposição para a alegria, para o movimento ou algum tipo de felicidade:

D: *I...I O que a senhora Acha (++) que deveri:a tê pro ido::so aqul na cOmunidade?*

Entrevistada 2: *((mão na cintura)) I...I um posto de saúde mais pertio né ((mão na cabeça)) / e um negócio assi::m pra (++) rente si I...I diverti: ((mexendo o corpo, dançando))*

Finalmente, a Entrevistada 3 define, também reflexiva, um jeito de ser idoso, analiticamente, objetivo, certo:

D: *I...IE a senhora (+) gosta de costurAl...I?*

Entrevistada 3: *I...I não::o I...I.*

A Entrevistada 4 reflete sobre a ação, finalmente, que deve aparecer em um projeto, ou seja, o que não tem na comunidade. Ao dizer ‘às vezes’, porém, fala como quem oferece uma ideia, um exemplo, uma possibilidade>

Entrevistada 4: *I...I num tem (++) nada (++) às vezes uma escola de da::nça ...Inada.*

Fragmento (2) – construção do mesmo projeto a partir da escrita

A temática central é a discriminação de idosos nas ações de fomento comunitárias, principalmente as dirigida nas população de baixa renda (sic).

De acordo com o Fragmento (1) é possível perceber que a ideia de projeto enquanto espaço linguístico se materializou quando D disse, com suas próprias palavras, o que imaginava

como projeto, focado, no caso, na contingência que caracterizava sua vizinhança como *idosa* (“*a gente tem muito idosos lá*”).

Contudo, D é orientada a ir a campo, provavelmente, porque a materialidade do projeto e de seus interessados diretos poderiam não passar de uma simples *opinião* de D (discurso fundador). De acordo com o Fragmento (1) não se deve perder de vista, entretanto, que havia uma distância nada simbólica entre o que D pensava sobre os idosos (visão cognitiva) da comunidade (visão culturalista) e o que realmente eram capazes, ‘os idosos’ de ser, fazer, projetar, querer (visão sociointeracionista).

Logo na primeira interlocução de D com pessoas de mais idade na vida urbana da periferia, entende-se que o primeiro interlocutor de D sequer imaginava o que seria um *projeto para idosos*, (*eu num tenho tamanho pra trabaiaá mais*).

Nessa primeira interlocução é possível inferir sobre a construção de identidades urbanas, de fato, distanciadas dos sistemas de arquitetura de projetos de mais prestígio, não apenas pela variação linguística, mais coloquial, apresentada na fala do Entrevistado 1, mas pela relação epistemologicamente truncada entre projeto e trabalho.

Na segunda interlocução o Entrevistado 2 não se esquece de discursar o zelo pela saúde (*um posto de saúde mais pertio né*) reforçando, talvez, os discursos de programas de saúde assistenciais, contudo, sem perder de vista a possibilidade de reforçar outros olhares sobre si que preconizam entretenimento (“*e um negócio assim pra rente si diverti*”) ou a saída da condição de *idoso* no sentido autorizado por D.

A terceira e última interlocução de D parece mostrar, definitivamente, que sua ideia de *idoso* era um pouco distante daquela empenhada pelos moradores de idade mais avançada do bairro urbano. Provavelmente, mais à vontade em sua condição de investigadora, D resolveu perguntar a uma mulher se ela gostava de costurar, imaginando, talvez, o discurso fundador de que ‘costurar é coisa para *idosas*’. A resposta da interlocutora foi curta e pontual (*não*).

Já no segundo fragmento, quando interações entre LA e D serviram para processar as informações de campo e resolver como apresenta-las a determinado edital de fomento, que, por sua vez, exigia uma demanda discursiva não dada por LA, nem pelos interlocutores e nem pela própria projetista, qual seja, a *temática central do projeto*, houve um deslocamento de papéis discursivos estabelecidos inicialmente (moradores, D e LA) ou, mais propriamente, uma hibridação, uma transferência, uma mistura, uma confluência entre a norma padrão da língua (A *temática central é a discriminação de idosos nas ações de fomento comunitárias*) e a não padrão

(principalmente ***as dirigida nas população de baixa renda***) um fenômeno típico, presume-se, de retextualização de projetos numa abordagem sociointeracionista.

Nesse caso, D assumiu um novo papel na arquitetura do projeto urbano: a de projetista parceira que, por sua vez, esteve mais próxima da atividade de articular, com mais propriedade, a linguagem que deve dar conta de como dizer sobre/para/com os moradores do bairro, quais os impactos de um projeto sistêmico que ela, por sua vez, também estava aprendendo a partilhar, rever, indagar e escrever como interlocutora e não simplesmente escriba.

Nessa nova arquitetura, a situação de LA é que se apresentou, talvez, um tanto tensiva, no caso, entre os padrões de normatividade da língua e a preservação da autenticidade coletada em campo, porque LA aparecia indiretamente, no Fragmento (2), quando da articulação verbal e nominal padronizada ou normativa na apresentação da temática central do projeto (*nas ações de fomento comunitárias*).

A ação padronizadora, no caso, é ao mesmo tempo coercitiva e agentiva. Enquanto coercitiva, a aproximação à norma padrão da língua no projeto apaga os sinais de campo, a realidade linguística de corpos e mentes capazes de pensar com autonomia e senso de criticidade. Enquanto agentiva, por outro lado, a preservação da realidade linguística de corpos e mentes urbanas exige que novos modelos de empoderamento de projetos sejam criados na intersetorialidade.

Finalmente, a posição do linguista como mediador de retextualizações envolve questionamentos éticos, no caso, sobre o que parece relevante para qualquer projetista intersetorial, ou seja, a possibilidade de garantir incentivo, apoio, financiamento. Essa é uma realidade do Terceiro Setor como um todo, de modo global, e a consequência disso é que a temática central do projeto, no final, acabou sendo a discriminação acerca de ações de fomento e não acerca do envelhecer abandonado da cidade.

Considerações Finais

Os projetos intersetoriais, a partir de uma perspectiva sociointeracionista, exigem a emergência de novos sistemas de empoderamento, leitura e senso de alteridade entre ações civis, principalmente que facilitem a apresentação daqueles que deverão se tornar, enquanto críticos de sua própria condição humana entre atividades de retextualização de projetos urbanos, os

projetistas que podem rever e rejeitar o discurso fundador e a ética que movimentam o Terceiro Setor. Contudo, enquanto constituído por diferentes esferas da sociedade, o Terceiro Setor merece vigilância científica que proponha novos contornos do acontecimento linguístico intersetorial, a partir da arquitetura em campo do gênero discursivo projeto.

Referências

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952-53). In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- BEHLING, Janaina. *Construindo a identidade do gerente de letramentos*. 2011. (mimeo)
- BEHLING, Janaina ; Siqueira, Regina; Ramos, Viviane ; CHU, L. . A Educação pela pedra : alguns olhares sobre a arte e a educação no letramento de jovens e adultos. *Educação. Teoria e Prática* (Rio Claro) v. 19, p. 87-99, 2009.
- BEHLING, Janaina . A formação universitária do pesquisador brasileiro: inovações e contradições. In: VIII BRASA - Brazilian Studies Association, 2006, Tennessee. VIII BRASA - Brazilian Studies Association. Nashville : Nashville. v. 3.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COLEHO, Simone C.T. *Terceiro setor*. Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Senac, 2005.
- GEE, John.P. New people in new worlds. Networks, the capitalism and school. In: Cope, B. & Kalantzis, M. (org.). *Multiliteracies. literacy learning and the design of social futures*. London. Routledge. 2000.
- GOLDSTEIN, Ilana. *Responsabilidade social*. Das grandes corporações ao terceiro setor. São Paulo: Ática, 2007.
- GOODY, Jack. *The domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge University, 1977.
- KLEIMAN, Ângela B. O processo de aculturação pela escrita: ensino da forma ou aprendizagem da função? In: KLEIMAN, A.B.; SIGNORINI, I. (org.) *O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos*. Porto Alegre: Artmed, 2000. P. 223- 243.
- MARCUSCHI, Luiz. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MOITA LOPES, L.P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: investigando o campo como linguista aplicado. In: *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. MOITA LOPES, L.P. (org.). São Paulo: Parábola, 2006. P. 13- 42.
- PONZIO, Augusto.; CALEFATO, Patricia. PETRILLI, Susan. *Fundamentos de filosofia da linguagem*. São Paulo: Vozes, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ROJO, R. Fazer linguística aplicada em perspectiva sócio histórica: privação sofrida e leveza de pensamento. In: *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. MOITA LOPES, L.P. (org.). São Paulo: Parábola, 2006. P. 253-277.
- SCRIBNER, S. & COLE, M. *The psychology of literacy*. Cambridge: Harvard University, 1981. 212 p.

SILVA, Ana .L.P. *Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem*. São Paulo: Global, 2003.

SIGNORINI, Inês (org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras. 2001

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

STREET, Brian. *Literacy in theory an practice*. Cambrigde: Cambridge University Press, 1989.

VOLTOLINI, Ricardo (org.) *Terceiro setor: planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 2003.

ABSTRACT

This article aims at presenting retextualization practices of a project developed in the metropolitan area of Sao Paulo on three-partaking basis: a community leader, her interlocutors, originally distant from the prestige language cultivated in intersectoral spheres, and an applied linguist. The analysis of these practices, regarded as literacy technologies, focuses on the neglected plurilinguistic at the architecture of the community project discourse genre.

KEYWORDS: *retextualization practices; literacy technologies, sociointeractional approach, intersectoral spheres, discourse genre.*

A argumentação e sua prática no ambiente escolar: uma análise de textos dissertativos

Camila Alderete Capitani ¹

RESUMO

*O presente estudo, de natureza interdisciplinar, une Educação a Linguística ao analisar textos dissertativos argumentativos de alunos do ensino médio da rede pública de São Paulo com o objetivo de observar se estes estão de acordo com as competências descritas nos PCNs de Língua Portuguesa no que concerne à formação do senso crítico do educando. Para tal investigação, adotou-se como base teórica a tipologia de argumentos de Perelman em *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, e examinou-se o domínio e a diversidade que o discente demonstra ao empregar algumas das técnicas argumentativas em suas produções textuais. Pudemos depreender da análise que, apesar dos discentes utilizarem algumas dessas técnicas, o uso massivo de argumentos baseados e fundados na estrutura do real limitou a argumentação ao senso comum, empobrecendo seus textos. A pesquisa revela, assim, que certas competências, mesmo sendo fundamentais ao desenvolvimento do educando, não estão refletidas em seus textos.*

PALAVRAS-CHAVE: PCN's; argumentação; nova retórica; textos dissertativos; educação.

Introdução

A sociedade contemporânea impõe às crianças e adolescentes desde muito cedo a necessidade de argumentar e persuadir para convencer. Desde pequeninos, meninos e meninas já “argumentam” a fim de convencer os pais a realizarem seus pequenos caprichos.

Essa necessidade de convencer e persuadir perpassa a vida desses pequenos até a maturidade e torna-se cada vez mais indispensável. Por isso, aprender a argumentar de forma mais clara e consistente torna-se praticamente uma exigência social. Exigência tal em que a escola exerce papel fundamental, já que é a instituição responsável por parte da formação dessas crianças.

Estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394/96 e detalhada nos *Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação (PCNs)*, a função da escola em relação à formação

¹ Mestranda pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, no Programa de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP), sob a orientação da Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca. E-mail: ccapitani@usp.br

do aluno, principalmente no ensino médio, inclui contextualização social e o desenvolvimento de competências básicas para inserção dos jovens na vida adulta.

Tais competências são, segundo os PCNs de Língua Portuguesa, fundamentais tanto para o exercício da cidadania, quanto para o desempenho de atividades profissionais, sendo a garantia de seu aprendizado indispensável para se combater a chamada dualização da sociedade, que gera desigualdades cada vez maiores. Salienta-se, ainda, que a falta do desenvolvimento de tais competências dificultaria a progressão dos alunos do ensino médio em relação aos estudos, bem como sua participação na vida social.

Diante deste cenário e partindo da hipótese de que deveria haver um percurso evolutivo desses alunos ao longo das séries do ensino fundamental e médio no aprendizado da argumentação, pensamos ser essencial relacionar a produção textual (textos dissertativos) de alunos do ensino médio à seguinte competência descrita pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa: “confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.”

Segundo os próprios PCNs, para que esta competência se estabeleça, é necessário que o aluno consiga: confrontar, defender e explicar suas ideias de forma organizada em diferentes esferas de prática da palavra pública, usando o código linguístico como meio para produzir textos apoiados no senso crítico.

Plantin (2008, p.36) vai ao encontro desse pensamento ao afirmar que “não basta saber falar para saber argumentar, são necessários competências e um aprendizado específicos.”

Por isso, o objetivo geral da pesquisa está centrado em cruzar a competência descrita acima pelos PCNs com os resultados obtidos nas análises do *corpus*, a fim de verificar se o discente tem o domínio das técnicas argumentativas e quais os argumentos mais recorrentes em suas produções textuais. A partir disso, aventaremos se o texto tende ao senso crítico ou comum.

Com vistas a elencar as técnicas argumentativas usadas no *corpus*, tomamos por base a classificação de argumentos estabelecida por Perelman em “*Tratado da argumentação: a nova retórica*”, por reconhecermos a importância desse estudioso no campo da Nova Retórica.

Para a constituição do *corpus* de análise desse estudo foi feita uma pesquisa de campo em duas escolas estaduais da zona sul de São Paulo (SP) em que se coletaram 94 textos dissertativos argumentativos de alunos 2º e 3º anos do ensino médio, que foram analisados qualitativamente e quantitativamente.

Tal análise traçou o perfil de todos os textos tomando por base sua totalidade e trouxe alguns exemplos de argumentos mais recorrentes nas redações. Estas foram identificadas por números e letras que se referem ao seu tema.

- 1) “O desafio de se conviver com a diferença” (sigla “D”)
- 2) “A felicidade entre o ser e o ter” (sigla “F”)
- 3) “As enchentes ocorridas em São Paulo em Janeiro de 2010” (sigla “E”)
- 4) “Caso Geisy: exibicionismo, machismo, intolerância ou má-educação?” (sigla “G”)

De acordo com essa divisão, os argumentos encontrados nas redações foram classificados segundo os tipos propostos por Perelman e posteriormente analisados.

1. Fundamentação teórica

Desde a Antiguidade, a arte de bem falar já era imprescindível aos grupos que começavam a se estruturar política e socialmente nas cidades-estados gregas.

O primeiro tratado sobre retórica e oratória, “*Arte Oratória*”, adveio de uma necessidade jurídica. Surgiu na Sicília em meados de 465 a.C. e foi publicado por Córax e Tísias.

Contudo, foram os sofistas os introdutores da Retórica em Atenas e também os responsáveis pelo descrédito e deformação do conceito original da palavra Retórica já naquela época. Para eles, o essencial era dotar o cidadão-aluno de recursos retóricos que deveriam ser utilizados em qualquer situação, da maneira mais persuasiva possível. Essa prática rendeu-lhes a fama de mercadores de falsidades.

Foi, no entanto por meio de Aristóteles (383-322 a.C.), discípulo de Platão, que a Retórica se desvinculou do valor pejorativo a que estava ligada na era sofística e foi sistematizada. Em sua grande obra “*Arte Retórica*”, Aristóteles apresenta uma série de medidas para uma argumentação eficaz. Segundo ele, a Retórica é a arte de achar os meios de persuasão que cada caso comporta, não se reduz ao poder de persuadir a qualquer custo.

Apesar de essa sistematização ter dado um caráter mais científico à Retórica, ela ainda foi muito criticada na antiguidade clássica por se basear em pontos de vista e não em verdades absolutas, chegando inclusive a ser comparada por Platão à Filosofia e desvalorizada perante ela

como uma arte que visava apenas aos resultados, enquanto a Filosofia visava sempre ao verdadeiro.

Em razão de tantas críticas, a Retórica foi perdendo cada vez mais prestígio em relação à opinião pública até ser reduzida às figuras de linguagem ou mesmo a um modo empolado de expressão.

Atualmente, a partir dos estudos das teorias modernas representadas por Perelman e pelo Grupo de Liège (Bélgica), a Retórica foi reabilitada e passou, a partir dos anos 60, a ramificar-se e somar-se a outras disciplinas, tais como Linguística, Semiótica, Pragmática, Análise do Discurso, etc.

A obra que contribuiu de modo fundamental para essa nova visão foi o Tratado da Argumentação: a Nova Retórica de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, que será amplamente utilizado por nós nas análises do presente trabalho.

Perelman (2005 [1958], p.1) retoma nessa obra Aristóteles, e acrescenta que “o campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo”, ou seja, ele rompe com a concepção da razão e do raciocínio proveniente de Descartes e centra sua teoria no “estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento.”

Segundo Mosca (2004, p. 299), “pode-se pensar a argumentação como uma forma de interação caracterizada pelo encontro de pontos de vista divergentes”, por isso fala-se em uma retórica do verossímil, em que a diversidade de opinião e a discordância são essenciais, não para gerar confusão e violência, mas para, em última análise, conduzir a uma tomada de decisão, a uma mudança de atitude. A esse respeito, Perelman (2005 [1958], p.61) afirma que a argumentação é “uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes”.

Sendo uma ação, há de haver quem a pratique e quem a sofra. Em relação a isso, Perelman (2005 [1958], p.22) define o auditório como o “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” e salienta que essa “deve ser por inteiro relativa ao auditório que procura influenciar” (PERELMAN, 2005 [1958], p.21) já que “o conhecimento daqueles que se pretende conquistar, é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz” (PERELMAN, 2005 [1958], p.23).

Por isso diz-se que o mais importante na argumentação não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro, mas qual é o parecer daqueles a quem ele se dirige, quais são os valores

partilhados por aquele grupo, qual é o “acordo prévio” ali estabelecido, o que é presumidamente admitido pelos ouvintes.

Essa adequação da argumentação ao auditório poderá priorizar tanto o “ato de convencer” quanto o “ato de persuadir”. Segundo Perelman (2005 [1958], p.29), o primeiro “[...] se dirige unicamente à razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas [...]”; o segundo, por sua vez, “[...] procura atingir a vontade, o sentimento dos interlocutores por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis de caráter ideológico [...]”.

Perelman propõe chamar então de “persuasiva a argumentação que pretende valer só para um auditório particular e convincente àquela que deveria obter adesão de todo ser racional” (PERELMAN, 2005 [1958], p.1).

O autor faz essa diferenciação justamente por admitir que há certa universalidade que o orador imagina em relação ao auditório universal, já que partilham diversas vezes valores semelhantes ou até mesmo iguais em alguns casos. O autor, porém, afirma que essa universalidade aparente é na verdade ideal, já que cada cultura e indivíduo têm seus próprios valores sociais, mas salienta que para convencer um auditório desta natureza é necessário conferir à exposição um cunho científico ou filosófico que as argumentações dirigidas a auditórios particulares não possuem.

Se a argumentação depende do auditório a que se dirige, a ordem dos argumentos de um discurso persuasivo deve ser ditada em grande parte a fim de mover os ouvintes.

Na obra aqui mencionada, Perelman apresenta uma série de técnicas argumentativas que levam à adesão dos auditórios e elucida por meio delas que não são os valores expressos na argumentação que asseguram seu sucesso, mas a forma de sua hierarquização:

As hierarquias de valores são, decerto, mais importantes do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores. Com efeito, a maior parte destes são comuns a um grande número de auditórios. O que caracteriza cada auditório é menos os valores que admite do que o modo como os hierarquiza. (PERELMAN, 2005 [1958], p.92)

À primeira vista, pode parecer irrelevante e até prematura a classificação de argumentos em agrupamentos isolados, já que estes fazem parte de uma situação de comunicação que pode ser interpretada de diversas maneiras e, por isso, estruturada de formas diferentes. Perelman inclusive admite tal raciocínio ao afirmar que: “ [...] o sentido e o alcance de um argumento isolado não podem, senão raramente, ser compreendidos sem ambigüidade já que a análise de

um elo da argumentação, fora do contexto, apresenta inegáveis perigos.” (PERELMAN, 2005 [1958], p. 211).

Em relação à classificação, reconhece ainda que: “[...] esses mesmos enunciados argumentativos poderiam ser analisados de outra maneira, conforme outros planos de delimitação.” (PERELMAN, 2005 [1958], p.212). Mas salienta que seu trabalho se fundamenta em explicitar esses esquemas argumentativos que por diversas vezes atuam sem serem percebidos para que “[...] permita ao orador e, mormente, aos seus ouvintes ficarem conscientes dos esquemas intelectuais que utilizam ou a cuja ação estão sujeitos.” (PERELMAN, 2005 [1958], p.212)

Além disso, relata que:

[...] é levando em conta a sobreposição dos argumentos que se conseguirá explicar melhor o efeito prático, efetivo da argumentação”, já que “[...] ela se caracteriza por uma interação constante entre todos os seus elementos. (PERELMAN, 2005 [1958], p.214).

Dessa forma, torna-se essencial estudar as ligações e dissociações que fundamentam essa tipologia de argumentos. Segundo Perelman são dois os processos que embasam essa categorização:

- A) Processos de ligação:** são esquemas que aproximam elementos desiguais e permitem estabelecer solidariedade entre as premissas e os fins, seja pela sua estruturação ou pela valorização positiva ou negativa desses elementos.
- B) Processos de dissociação:** são os procedimentos cujo objetivo é separar os elementos considerados formadores de um todo.

Dentro do processo de ligação, o autor classificou três grandes grupos de argumentos: argumentos quase lógicos, argumentos baseados na estrutura do real, e argumentos que fundam a estrutura do real. Já circunscrito ao processo de dissociação, Perelman trabalha os pares filosóficos e as definições dissociadoras.

Obviamente, dentro de tais grupos há subdivisões em relação aos tipos de argumentos e suas características. Faremos menção a eles na tabela exposta ao final desta fundamentação. Passemos então ao estudo dos grandes grupos de argumentos:

A) I. Argumentos quase lógicos

Esses argumentos se apresentam como “comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos” (PERELMAN, 2005 [1958], p.219), porém, ao contrário dos princípios lógicos da

demonstração, podem ser refutados, provando não serem puramente lógicos. O orador na verdade vale-se do prestígio do pensamento lógico ao usar esse tipo de argumento e confere um aparente aspecto racional a sua argumentação.

Entre os quase lógicos há aqueles que apelam para estruturas lógicas, como os argumentos de contradição, identidade total ou parcial, transitividade e ainda os que apelam para razões matemáticas tais como inclusão, divisão, comparação, etc.

A) II. Argumentos baseados na estrutura do real

Tais argumentos estabelecem uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover. Perelman esclarece que

(...) o que nos interessa aqui não é uma descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes; podendo estas, aliás, ser tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções. (PERELMAN, 2005 [1958], p. 298)

São subdivididos em argumentos por ligações de sucessão (causa, consequência, pragmático, finalidade, etc) e argumentos por ligação de coexistência (pessoa, autoridade, hierarquia dupla, etc).

A) III. Argumentos que fundamentam a estrutura do real

São empíricos e podem desempenhar papéis muito variados de ação como generalizações, regularidades, imitações. Como criam nexos entre pessoas e acontecimentos, pode-se dizer que completam a realidade.

Estes são subdivididos em argumentos pelo caso particular (exemplo, ilustração, modelo e antimodelo) e argumentos por analogia (analogia e metáfora).

B). Argumentos por dissociação das noções

Segundo Perelman, “a técnica de ruptura de ligação consiste, pois, em afirmar que são indevidamente associados elementos que deveriam ficar separados e independentes.” (PERELMAN, 2005 [1958], p. 467, 468) Tal procedimento pode ser tão produtivo quanto os processos de ligação, pois as novas noções decorrentes da dissociação podem adquirir maior consistência e relevância. São três as principais técnicas estudadas pelo autor: o par aparência/realidade, os pares filosóficos e as definições dissociadoras.

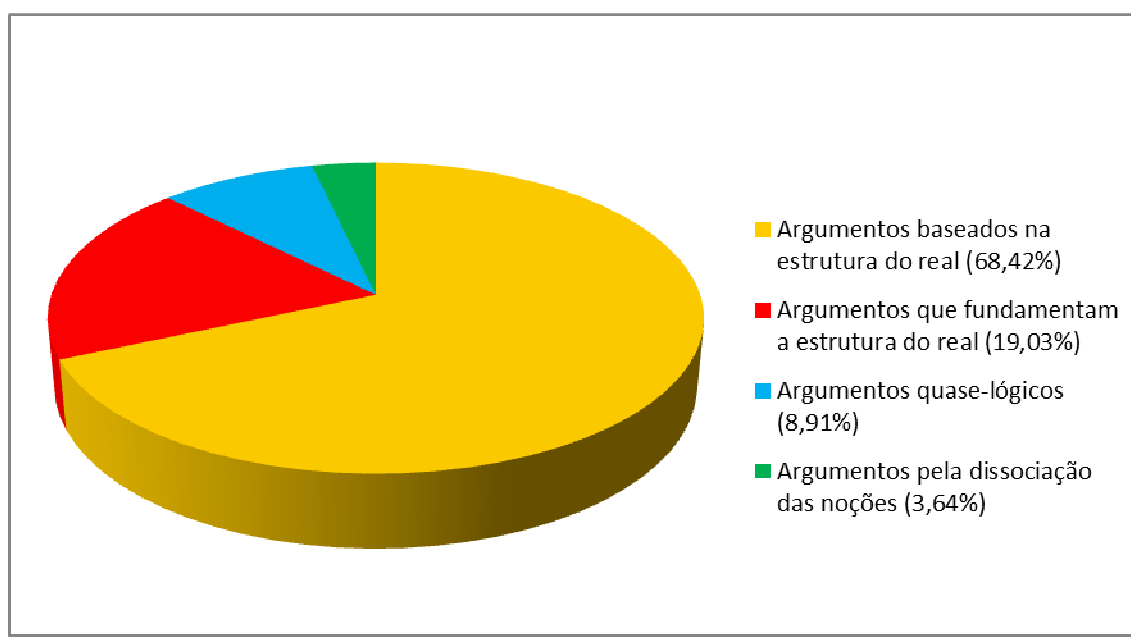
Visando a uma melhor sistematização dos conceitos supracitados, apresentamos um quadro síntese das técnicas argumentativas elencadas por Perelman:

ARGUMENTOS POR LIGAÇÃO		
<u>ARGUMENTOS QUASE-LÓGICOS</u>	<u>Estrutura lógica</u>	contradição e incompatibilidade
		identidade e definição
		analiticidade (análise e tautologia)
		reciprocidade (relação de simetria)
		transitividade
	<u>Estrutura matemática</u>	inclusão e divisão (parte/todo)
		comparação
		sacrifício
		pesos, medidas e probabilidades
<u>ARGUMENTOS BASEADOS NA ESTRUTURA DO REAL</u>	<u>Ligações de sucessão</u>	vínculo causal
		pragmático
		vínculo causal (fato/consequência)
		finalidade
		desperdício
		direção
		superação
	<u>Ligações de coexistência</u>	pessoa (pessoa/ato)
		autoridade
		essência
		hierarquia dupla
<u>ARGUMENTOS QUE FUNDAMENTAM A ESTRUTURA DO REAL</u>	<u>Caso particular</u>	exemplo
		ilustração
		modelo e antimodelo
	<u>Raciocínio analógico</u>	analogia
		metáfora
<u>ARGUMENTAÇÃO POR DISSOCIAÇÃO</u>		
O par aparência-realidade		
Os pares filosóficos e sua justificação		
As definições dissociadoras		

2. Análise do *corpus*

Na análise do *corpus* foram separados os textos de acordo com os temas e os argumentos classificados de acordo com a terminologia Perelmaniana exemplificada pela tabela acima.

Pudemos depreender então das 94 redações, os seguintes resultados em relação às técnicas argumentativas:



De acordo com o gráfico nota-se uma predominância dos argumentos baseados na estrutura do real. O fato deste grupo de argumentos partir de juízos admitidos para promover outros poderia explicar sua recorrência no *corpus*, uma vez que juízos admitidos referem-se a convenções (senso comum).

O embasamento nesse tipo de juízo pode favorecer ou prejudicar a argumentação, dependendo do auditório a que ela se destina. Afinal, segundo Perelman:

A argumentação efetiva tem de conceber o auditório presumido tão próximo quanto o possível da realidade. Uma imagem inadequada do auditório, resultante da ignorância ou de um concurso imprevisto de circunstâncias, pode ter as mais desagradáveis consequências. Uma argumentação considerada persuasiva pode vir a ter um efeito revulsivo sobre um auditório para o qual as razões pró são, de fato, razões contra. (PERELMAN, 2005 [1958], p.22)

Outro fator que explicaria a larga utilização desse grupo de argumentos em comparação com os argumentos quase lógicos é que aqueles não têm pretensão à validade em virtude de seu aspecto racional e não necessitam do esforço mental de formalização, que requer certo grau de erudição, ou seja, um aprendizado específico, como sugere Plantin.

Dentre os quatro tipos de argumentos mais usados, dois pertencem ao grupo dos baseados na estrutura do real, a saber:

a) Vínculo causal: tendem a relacionar dois acontecimentos sucessivos, descobrir a existência da causa ou ainda evidenciar o efeito resultante:

“Na faculdade não tem lei nenhuma dizendo que é proibido usar vestido ou trajes menores do que o normal. Por isso a Geisy deveria ter metido um processo na rede pública...” (12G)

“Você aceitaria uma funcionária que usa roupas vulgares e chamativas? Se você aceita-se essa funcionaria poderia acabar com o ambiente de trabalho e poderia afetar a produção da sua empresa...” (3G)

b) Finalidade: nestes há uma interação entre os objetivos perseguidos e os meios empregados para alcança-los, divergem daqueles de vínculo causal por exprimirem o *para quê* e não o *porquê* de algo:

“Para tentarmos reverter essa situação temos que parar de jogar o lixo que entopem nossos bueros...” (21E)

“Todos deviam ter consciência que para ser feliz, tem que se criar uma harmonia entre ter e ser” (9F)

Os outros dois tipos de argumentos mais usados são parte do grupo dos que fundamentam a estrutura do real, a saber:

a) Exemplo: fundamenta uma regra, pressupondo um acordo prévio sobre a própria possibilidade de uma generalização a partir de casos particulares; havendo esse acordo ele é incontestável:

“Existem muitos casos que se a pessoa não gosta, por exemplo, do estilo de música do outro, ela já parte para a violência, emos contra Skin Heads... tem também o caso da dona de casa que apanhou de alguns jovens , por ser confundida com uma garota de programa...” (13D)

b) Ilustração: pode ser duvidosa, já que dela não depende a adesão à regra, mas deve impressionar vivamente a imaginação para chamar atenção:

“Nos dias de hoje ter e ser são coisas tão parecidas, pois antes de realmente conhecermos uma pessoa fazemos um pré-julgamento dela, pelas coisa que ela possui, pelo modo que ele se veste, pelo lugar que ela mora” (15F)

Nota-se que esses dois tipos de argumentos tendem à generalização (exemplo) e à regularidade (ilustração), que são na verdade simplificações que promovem a fluidez da argumentação. Este fato provavelmente justifica sua ocorrência no *corpus*.

Obviamente há ainda de se considerar a ocorrência dos argumentos quase lógicos e dos por dissociação das noções, que foram também relevantes à pesquisa, apesar de sua menor incidência, na medida em que a partir deles pudemos estabelecer comparações com os demais grupos.

Além disso, serviu também para chamar atenção para o fato de que o uso das técnicas argumentativas não é tão diversificado quanto poderia ser, e isso certamente compromete o desenvolvimento da competência aqui estudada, já que limita a articulação de um ponto de vista sobre um objeto de estudo.

Considerações finais

Constatou-se por meio da pesquisa que os alunos utilizaram algumas técnicas argumentativas na construção dos textos. Contudo, o uso massivo de argumentos baseados na estrutura do real e dos que fundamentam a estrutura do real limitaram a argumentação ao senso comum, uma vez que tais tipos de argumentos tendem a estabelecer relações entre juízos admitidos e promover generalizações.

Vale lembrar que é a adaptação contínua do orador ao auditório que garante o sucesso da argumentação, advém daí o risco de se construir a argumentação baseada em juízos admitidos, pois esses podem ser aceitos pelo aluno/orador, mas não compartilhados pelo leitor/auditório.

Isso mostra que, pelo menos para os alunos cujas redações foram analisadas, a competência relacionada a promover o confronto de opiniões e a adesão a uma teoria não foi plenamente desenvolvida.

Ainda que se saiba que a argumentatividade está presente em toda e qualquer atividade discursiva, lidar com técnicas argumentativas requer um aprendizado específico, sendo este, e não a argumentatividade em si, de responsabilidade da escola. Por isso, esta seria o lugar mais adequado para iniciar um processo de reflexão a respeito das várias manifestações específicas da linguagem. Em suma, a linguagem viria do contexto social da pessoa desde o seu nascimento, enquanto a metalinguagem, de uma vivência escolar.

Nesse sentido, definir parâmetros curriculares é um começo, mas seria necessário um cuidado maior com a sua observância, dado que a estrutura educacional como um todo favorece ou prejudica a efetivação dos PCNs e suas competências.

Ainda anterior a essa, seria a questão da estabilidade sócio econômica, uma vez que a seguridade financeira possibilita mais acesso a um conhecimento formal e a experiências artísticas, além de tempo para empregar em análises e reflexões a respeito de questões de natureza expressiva, comunicativa ou mesmo de qualquer outro assunto.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSP, 2003.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática (Série Princípios), 1985.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MEC – Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – Língua Portuguesa*. Brasília/RJ: DP&A, 2000.
- MEYER, Michel. *A Retórica*. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. *Questões de Retórica: linguagem, razão e sedução*. Tradução de António Hall. Lisboa: Edições 70, 1998.
- MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 3ª ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- _____. *Discurso, argumentação e produção de sentido*. São Paulo: Humanitas, 2006.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005[1958].

PLANTIN, Christian. *A argumentação: história, teoria, perspectivas*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ABSTRACT

This study, which has an interdisciplinary character, unites Education and Linguistics as it analyzes dissertative argumentative texts by High School students from the public educational system in São Paulo, aiming to verify whether they match the competencies described in the NCPs for Portuguese Language concerning the formation of pupils' critical sense. For this research, Perelman's typology of argumentation schemes in New Rhetoric was adopted as theoretical basis, and the command and variety shown by students when applying some techniques in writing was studied. The analysis demonstrates that, even though students apply schemes, the massive use of those arguments that establish the real and those that appeal to reality limits argumentation to common knowledge, hindering their textual production. The research, thus, reveals that some competencies, despite being essential for pupils' development, are not reflected in their texts.

KEYWORDS: NCPs; argumentation; new rhetoric; dissertative texts; education.

O Problema do Discurso na Obra de Paul Ricoeur

Eliza Bachega Casadei¹

RESUMO

O modelo linguístico estrutural, para Paul Ricoeur, está alicerçado sobre uma recessão do problema do discurso, no sentido de que a preocupação recai na língua enquanto estrutura e sistema e não enquanto práxis. O objetivo deste artigo é discutir os trabalhos linguísticos de Ricoeur a partir dessa ótica e analisar dois eixos centrais: a definição de discurso proposta por ele e as implicações dessa conceituação para os seus estudos sobre o discurso narrativo. Ao partir do pressuposto de que o mundo dos fenômenos tem que ser constituído linguisticamente para existir, Ricoeur se esforçará em construir um modelo em que a questão do discurso se coloca como uma mediação entre dois outros campos: a prefiguração do campo prático-cultural e a refiguração pela recepção do texto.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; Paul Ricoeur; semiótica; fenomenologia; hermenêutica.

Introdução

O modelo estrutural, para Paul Ricoeur, está alicerçado sobre uma “recessão do problema do discurso” (RICOEUR, 2000, p. 14) nas ciências da linguagem, no sentido de que a preocupação recai na língua enquanto estrutura e sistema e não enquanto *práxis*. O preço pago pelas contribuições de Saussure à linguística, para Ricoeur, foi um achatamento radical do evento linguístico para que a primazia do sistema pudesse ser mantida como ferramenta conceitual de análise. Sem invalidar os principais ganhos trazidos por Saussure, o autor irá empreender, ao longo de sua obra, uma revisão de alguns de seus pressupostos e irá propor outra forma de entendimento do discurso em relação aos estudos de vertente saussuriana. Esta proposta se alicerça na reivindicação de aspectos propostos pela fenomenologia e pela hermenêutica a partir, contudo, de uma releitura de algumas das premissas centrais dessas correntes filosóficas.

O objetivo deste artigo é discutir os trabalhos linguísticos de Ricoeur a partir dessa ótica e analisar dois eixos centrais: a definição de discurso proposta por Ricoeur e as implicações disso para os seus estudos acerca do discurso narrativo.

¹ Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA-USP), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Mayra Rodrigues Gomes. Email: elizacasadei@yahoo.com.br

O discurso, para Ricoeur, deve ser entendido enquanto um evento que coloca a linguagem dentro de uma relação comunicativa, de forma que a troca linguageira se estabelece como evento dialógico. O discurso, nesse sentido, é dado a partir de uma junção entre o evento e o sentido, de forma que a questão da significação não se resolve apenas a partir das regras internas ao sistema, mas se coloca enquanto exterioridade. Nesse sentido, o autor se esforçará para construir um modelo em que a questão do discurso se coloca como uma mediação entre dois outros campos: a prefiguração do campo prático-cultural e a refiguração pela recepção do texto.

Partindo do pressuposto de que o mundo dos fenômenos deve ser constituído linguisticamente para existir, a filosofia da linguagem de Ricoeur está vinculada a uma dupla tarefa: estudar a dinâmica interna que preside a estruturação do discurso e também o poder que o discurso tem de se projetar para fora de si mesmo e engendrar um mundo que seria a referência do texto.

1. A crítica às vertentes saussurianas do discurso

As correntes linguísticas de vertente saussuriana, para Ricoeur, tiveram como efeito a construção de modelos teóricos de discurso cujas bases são, essencialmente, acrônicas. A busca por estruturas profundas que se manifestam na superfície do texto no modelo semiótico está posta na ambição de fundar a perenidade dessas mesmas estruturas a partir do estabelecimento de regras do jogo subtraídas à história. Apesar das diferenças implicadas nos diversos modelos propostos, fica claro que a análise semiótica é atemporal, uma vez que a sua base impõe uma análise que é a-histórica: todo o modelo está assentado sobre um conjunto de premissas que, como explicita Ricoeur (2010b), eliminou a história em prol da estrutura.

Ora, essa primazia pode ser detectada nos próprios termos da distinção entre *langue* (como conjunto de códigos) e *parole* (como discurso em ato) e se desdobra em todas as outras dicotomias propostas no modelo saussuriano. Ao propor que uma mensagem é individual e o seu código é coletivo ou, ainda, que uma mensagem é intencional ao passo que o código é anônimo e despido de intencionalidades – na própria medida em que uma mensagem é arbitrária e contingente enquanto o código é sistemático e compulsório para uma determinada comunidade – é possível observar como a mensagem e o código pertencem à temporalidade de maneiras muito diferentes: “uma mensagem é um evento temporal na sucessão de eventos que constituem a dimensão diacrônica do tempo, ao passo que o código está no tempo como um conjunto de

elementos contemporâneos, isto é, como um sistema sincrônico” (RICOEUR, 2000, p. 15).

A ênfase nos elementos sincrônicos da linguagem, nesse sentido, põe entre parênteses “a mensagem por mor do código, o evento por mor do sistema, a intenção por mor da estrutura e a arbitrariedade do ato pela sistematicidade das combinações dentro de sistemas sincrônicos” (RICOEUR, 2000, p. 15).

Todo o funcionamento do código se desvincula do tempo, na medida em que a abordagem sincrônica ganha primazia em relação à diacrônica, sob o pretexto de que os sistemas são mais inteligíveis do que o devir. Mesmo quando a alteração no estado de coisas é admitida, a história desse devir é posta sempre em termos de modificações no sistema, de forma que é necessário analisar primeiro os estados sincrônicos dos sistemas para, em seguida, cotejá-los.

A acronicidade do modelo saussuriano também pode ser abordada em um segundo aspecto no que diz respeito à atribuição dos sentidos nesse sistema sincrônico: uma vez que o sistema é sempre composto por um conjunto finito de entidades, a sua constituição é dada pelos conjuntos de relações que são estabelecidos entre os elementos. Em outros termos, “a posição paradigmática dos sistemas constituídos por conjuntos finitos de entidades discretas reside na capacidade combinatória e nas possibilidades quase algébricas que pertencem a tais conjuntos” (RICOEUR, 2000, p. 17).

Nesses termos, uma entidade não significa nada em si, sendo determinada pela oposição que esta estabelece em relação às outras unidades componentes do sistema. “Como Saussure disse, num sistema de signos, há apenas diferenças, mas não uma existência substancial. Este postulado define as propriedades formais das entidades linguísticas opondo-se aqui a formal à substancial, no sentido de uma existência positiva autônoma das entidades em jogo na linguística e, em geral, na semiótica” (RICOEUR, 2000, p. 17). O valor é o que determina a entidade, de forma que ela não pode ser entendida fora do sistema oposicional posto no interior do próprio sistema.

Posto que todas as relações são mesmo imanentes ao sistema, toda a relação é construída tendo como base sistemas fechados. São nesses termos que qualquer mudança operada em um dos elementos do sistema implica na alteração de todo o conjunto, no sentido de que é o próprio sistema de valores e relações internas que é atingido.

E assim, “a definição de signo dada por Saussure implicava já este postulado: em vez de se definir pela relação externa entre o signo e uma coisa, relação essa que tornaria a linguística dependente de uma teoria das entidades extralinguísticas, o signo define-se por uma oposição entre dois aspectos que se inserem ambos dentro da circunscrição de uma ciência única”. Isso tem

como implicação o fato de que a linguagem “constitui um mundo próprio, dentro do qual cada elemento se refere apenas a outros elementos do mesmo sistema, graças à ação recíproca das oposições e diferenças constitutivas do sistema” (RICOEUR, 2000, p. 18).

Se, nesse modelo, o estudo da linguagem está ligado a uma reflexão acerca dos elementos que compõem um sistema autossuficiente de relações internas, fica bastante claro como a análise estrutural está comprometida com um modelo de análise que se desvincula do tempo.

As diversas aplicações do modelo estrutural de Saussure para além de seu lugar de nascimento na linguística foram decisivas, na visão de Ricoeur, para que o problema do discurso ficasse, durante muito tempo, eclipsado e posto em segundo plano nos estudos da linguagem. Se, originalmente, o modelo deveria ser aplicado apenas às pequenas unidades discretas dos sistemas fonológicos, ocorreu, no entanto, “uma extensão decisiva com a aplicação do modelo estrutural a entidades linguísticas mais amplas do que a frase e também a entidades linguísticas semelhantes aos textos da comunicação linguística” (RICOEUR, 2000, p. 20).

Nos estudos sobre os discursos narrativos, por exemplo, essa tomada de posição se refletiu na busca por modelos que reivindicavam a perenidade das funções narrativas. Ao enorme conjunto de histórias contadas no mundo, a análise semiótica da narrativa contrapôs um modelo audacioso: a fundamentação da narrativa não nas singularidades de sua composição, mas na construção de modelos de descrição compostos por subclasses postas em relação que se repetem na diversidade das narrativas.

Fundamentada na órbita da linguística – “indo da vaga analogia á estreita homologia” (RICOEUR, 2010b, p. 53) – essa linha compartilha com ela a noção de que em toda a construção da linguagem é sempre possível separar o código da mensagem, de forma que o código, enquanto construção sistemática e estruturada, é o elemento de destaque para o entendimento do funcionamento lógico da linguagem. Ele funciona como um pressuposto virtual que se atualiza em cada mensagem e, como tal, é formado por um conjunto de unidades que compõem um sistema, com seu conjunto de regras internas e estruturadas segundo a regra do valor.

Barthes (1976, p. 24) chega mesmo a afirmar que “já não é mais possível conceber a literatura como uma arte que se desinteressa de toda a relação com a linguagem” uma vez que “a linguagem não cessa de acompanhar o discurso estendendo-lhe o espelho de sua própria estrutura”. O espelhamento entre as estruturas da linguagem e as estruturas da narrativa, portanto, dentro do modelo estrutural, opera de forma que “a homologia que se sugere aqui não tem apenas um valor heurístico: implica numa identidade entre a linguagem e a literatura”

(BARTHES, 1976, p. 25).

Ao entender os pressupostos do modelo semiótico como um dos planos do discurso – sem invalidá-los, portanto – para Ricoeur, o que falta a essa proposta é justamente um aprofundamento das relações entre a *práxis* e o discurso que, no limite, dotam o modelo de movimento, vinculando-o à temporalidade. Para Ricoeur (2000, p. 23), “toda a apologia da fala como evento é significativa se e somente se torna visível a relação de atualização, graças à qual a nossa competência linguística se atualizada na performance”.

Os axiomas que norteiam os seus estudos sobre o discurso, portanto, se estruturam em torno da questão de que “se todo discurso se atualiza como um evento, todo o discurso é compreendido como significação” (RICOEUR, 2000, p. 24).

Tal posicionamento tem duas implicações importantes. A primeira delas trata do fato de que a atualização das regras da linguagem em um discurso é entendida enquanto *evento*. Isso coloca a linguagem dentro de uma relação comunicativa, de forma que o evento “não é apenas a experiência enquanto expressa e comunicada, mas também a própria troca intersubjetiva, o acontecer do diálogo” (RICOEUR, 2000, p. 28). Ou seja, uma das implicações desse axioma está no reconhecimento do discurso enquanto troca comunicacional, ou seja, da troca languageira que se estabelece como evento dialógico.

A segunda implicação está no fato de que a atribuição do sentido não pode ser dada a partir das regras internas ao sistema, mas sim, se processa enquanto exterioridade. O problema da significação, portanto, deve lidar com outros contornos que não a mera adequação a um sistema de regras internas, assim como seguir uma narrativa também vai além do mero estabelecimento de uma correlação estática entre os seus componentes – embora não haja fala sem estruturação, nem narrativa sem sistemática.

A noção de discurso de Ricoeur, portanto, está alinhavada a partir da junção entre o evento e o sentido. Diante das críticas postas por Ricoeur ao modelo semiótico, iremos, a seguir, discutir detalhadamente essas premissas para chegarmos ao modelo de discurso proposto por Ricoeur em seus trabalhos linguísticos. Entender o conceito de discurso de Ricoeur é fundamental para que possamos alinhar as implicações dessa conceituação para os seus estudos sobre o discurso narrativo.

2. O discurso como comunicação e ato de fala: dialética entre o evento e o sentido

É a partir do pressuposto de que “o discurso é o evento da linguagem” (RICOEUR, 2000, p. 20) que Ricoeur tentará retomar o problema do discurso, ao propor uma transição da linguística do código para a linguística da mensagem. É o entrelaçamento entre o nome e a coisa enquanto *duração* que se torna o objeto privilegiado dos estudos linguísticos de Ricoeur.

Entender o *discurso como evento* significa concebê-lo a partir da perspectiva de que “compreender não é apenas repetir o evento do discurso num evento semelhante, é *gerar um novo acontecimento* que começa com o texto em que o evento inicial se objetivou” (RICOEUR, 2000, p. 87). Em outros termos, o acontecimento “é a chegada à linguagem de um mundo por intermédio do discurso” (RICOEUR, 1989, p. 112).

Toda a filosofia de Ricoeur, a partir dos anos 60, está articulada em torno do pressuposto de que “o mundo real, o mundo conjunto de fenômenos, não pode ser comunicável nem apreensível enquanto tal, mas tem que ser constituído linguisticamente para existir” (VILLAYERDE, 2003, p. 79). E, portanto, embora o autor se filie à fenomenologia e à hermenêutica, elas não podem ser confundidas nem com a hermenêutica praticada pelos exegetas cristãos, nem com a fenomenologia clássica husserliana.

Como explica Villaverde (2003, p. 79), “sendo o texto a mediação por antonomásia de que a hermenêutica se ocupa para desvelar o ser e o mundo”, na filosofia de Ricoeur esses dois termos passam a ter acepções bem claras e distintas das tradições a que se vinculam, uma vez que, nesse caso, “a noção de ser coincide com a de ‘ser interpretado’ e a noção de mundo encontra nova aplicação expressiva e cognoscitiva no âmbito da textualidade. Dois aspectos que nos permitem falar não só do texto do mundo (o mundo como texto), mas também do mundo do texto”.

A obra de Ricoeur efetua, como explica Dosse (1997, p.372), uma clivagem nos estudos fenomenológicos instalada em dois aspectos centrais. O primeiro deles diz respeito ao fato de que há uma valorização das mediações; o segundo, à questão de que a experiência em si deve passar, necessariamente, por um *locus* intermediário, representado pelo mundo do texto.

A filosofia de Ricoeur, portanto, está vinculada a uma dupla tarefa posta nos seguintes termos: por um lado, estudar “a dinâmica interna que preside a estruturação da obra, por outro lado, o poder que a obra tem de se projetar para fora de si mesma, e engendrar um mundo que seria verdadeiramente a ‘coisa’ do texto”. O seu modelo de discurso se alicerça no pressuposto de que “dinâmica interna e projeção externa constituem isso a que chamo o trabalho do texto. A tarefa da hermenêutica é reconstituir esse duplo trabalho do texto” (RICOEUR, 2008).

Nesses termos, podemos pensar que Ricoeur está mais vinculado a uma metahermenêutica, uma vez que o autor não está preocupado com os sentidos verdadeiros de um texto, mas sim, com a sua estruturação discursiva e com os seus protocolos de recepção. A busca do autor, portanto, está alicerçada nas metarregras da interpretação.

De acordo com as suas próprias palavras:

O signo não é a coisa, está em retirada em relação a ela e engendra, por isso, uma ordem nova que se ordena numa intertextualidade. Por outro lado, o signo designa alguma coisa, e é preciso estar extremamente atento a esta segunda função, que intervém como uma compensação a respeito da primeira, porque compensa o exílio do signo na sua ordem própria. Recordei a expressão admirável de Benveniste: a frase faz regressar a linguagem ao universo. Fazer regressar ao universo: o signo opera uma retirada em relação às coisas e a frase faz regressar a linguagem ao mundo (RICOEUR, 1995, p. 235).

Na percepção de Ricoeur, “um texto convida-nos a interpretar uma *proposta de mundo*, de um mundo que pode ser habitado por nós e onde nós podemos projetar-nos” (VILLAYERDE, 2003, p. 82), de forma que “compreender um texto é compreender-se diante de um texto” (RICOEUR, 2008). É nesse sentido que o discurso é o único mecanismo a partir do qual um acontecimento pode ser compreendido. Para Ricoeur, “perguntar pelo significado de um acontecimento, no sentido histórico do termo, é perguntar algo que só pode ser respondido no contexto de um relato” (VILLAYERDE, 2003, p. 118).

Ora, se dentro da perspectiva ricoeuriana, portanto, o mundo é apenas apreensível através do discurso, é necessário concebê-lo, contudo, a partir de uma ótica específica: o evento do discurso é um evento que, necessariamente, está posto dentro de uma relação comunicativa contingente e que constrói a sua referência à medida que a enuncia.

O evento discursivo, portanto, tem algumas particularidades. Em primeiro lugar, é necessário considerar que o texto em si é sempre mudo porque nos afasta, de antemão, de toda noção de intencionalidade de um autor. O discurso, portanto, é o espaço onde o acontecimento se conforma em sentido através de um processo que só significa através das lacunas que instaura. Nesse sentido, o discurso só pode ser entendido enquanto um processo relacional, enquanto evento dialógico e enquanto processo comunicativo que se instaura necessariamente a partir de suas brechas de significação – brechas estas que, por sua vez, são repostas pelo interlocutor. Não há um discurso sem um outro que, em última instância, é o espaço organizador da atribuição dos sentidos e da reconstrução do evento linguístico.

Além de necessariamente inserido em uma relação comunicativa e dialógica, todo discurso também engendra uma referência a um mundo possível. “O sentido da enunciação aponta para o

significado do locutor graças à auto-referência do discurso a si mesmo enquanto acontecimento” (RICOEUR, 2000, p. 32). Se o discurso é capaz de engendrar mundos, é necessário entender em que medida ele o faz e, nesse sentido, a resposta de Ricoeur é categórica: o discurso é um evento contingente na medida em que ele é estruturado enquanto um ato de fala.

Ao aludir à problemática da referência, Ricoeur toma-a mesmo a partir do ponto de vista ilocucionário do ato linguístico, retomando os trabalhos de Searle. Assim como para Searle, Ricoeur considera que a referência é um ato de fala, onde o referente está inserido no espaço contextual da ação – o que determina, em última medida, esse mundo aberto pelo discurso.

Para Searle, é a enunciação da expressão em um determinado contexto que comunica uma proposição, de forma que uma expressão só pode ter sentido nas suas situações de uso. Consequentemente, será essa situação que irá indicar qual é o referente que está sendo exposto, que permitirá a sua ligação a um referente específico “A referência é um ato de fala e atos de fala são executados pelos falantes no uso das palavras e não nas palavras” (SEARLE, 1969, p. 28).

Ao colocar essa questão, Searle está apontando para o fato de que, em uma situação dialogal, o uso de termos como *lá*, *aqui*, *este* ou *aquele* não tem em si referência alguma que possa ser desvinculada do contexto de sua emissão. A essa constatação, contudo, está articulada uma série de implicações como, por exemplo, o fato, apontado por Ricoeur (2000), de que a própria referência enquanto ato performativo sofre uma guinada radical quando é desvinculada das relações de fala e é posta em situações de escrita. Para Ricoeur, é possível aplicar as constatações de Searle a todo funcionamento discursivo, de forma que o próprio discurso se estrutura enquanto ato de fala.

Isso porque se “todas as referências da linguagem oral se baseiam em mostrações, que dependem da situação percebida como comum pelos membros do diálogo” e, assim, “todas as referências na situação dialógica são, por conseguinte, situacionais”, a escrita abala esse mecanismo. E isso na medida em que “os indicadores ostensivos e as descrições definidas continuam a identificar entidades singulares, mas aparece um hiato entre a identificação e a mostração” (RICOEUR, 2000, p. 47).

Em outros termos, “há escrita quando palavras e frases são postas em disponibilidade, à disposição, quando a referência do enunciado e a identidade do enunciador caem na indeterminação ao mesmo tempo” (RANCIÈRE, 1995, p. 8).

Há uma libertação da referência na escrita, portanto, da tutela da referência situacional física. A referência só pode ser posta como um mundo aberto pelo texto (ou, mais precisamente,

nas descrições postas pelos textos), instaurando, na escrita, a referência de um *como se*. A referência, embora performativa, se torna não-situacional no texto.

Se são justamente essas referências *como se* que constroem o mundo, para Ricoeur (2000, p. 49), “o mundo é o conjunto das referências desvendadas por todo tipo de texto, descritivo ou poético, que li, compreendi e amei”. E assim, “é esse alargamento do nosso horizonte de existência que nos permite falar das referências descortinadas pelo texto ou do mundo aberto pelas exigências referenciais da maior parte dos textos”.

E isso nos leva a uma questão central da filosofia da linguagem ricoeuriana: tomado sob o ponto de vista da instabilidade do referente e da abertura de um mundo possível engendrado pelo texto, o discurso não pode ser senão um ato ilocutório, pois cria o referente à medida que o enuncia.

O discurso enquanto dialogismo e enquanto ato de fala, portanto, formam o cerne do entendimento de Ricoeur acerca do discurso enquanto evento e enquanto a abertura para mundos possíveis.

Esses elementos, contudo, não resolvem a questão. Conforme anunciamos anteriormente, o discurso, para Ricoeur, é dado a partir de uma *junção entre o evento e o sentido*, de forma que a questão da significação não pode ser entendida sob a égide do valor e do sistema – em outros termos, não se resolve apenas a partir das regras internas –, colocando-se enquanto exterioridade. “Porque o sentido de uma frase é, por assim dizer, ‘externo’ à frase, pode transferir-se; a exterioridade do discurso de si mesmo (...) abre o discurso ao outro” (RICOEUR, 2000, p. 28).

Nesse sentido, o autor se esforçará em construir um modelo em que a questão das regras da tessitura discursiva se coloca como uma *mediação* entre dois outros campos: a prefiguração do campo prático-cultural e a refiguração pela recepção da obra, conforme discutiremos a seguir.

3. O sentido do discurso como exterioridade

O resumo da crítica que Ricoeur (2010a, p. 94) faz ao modelo semiótico de discurso, conforme alinhavamos no tópico anterior, diz respeito a uma oposição à ideia de que uma ciência do texto pode ser estabelecida apenas com base na abstração do conjunto de normas que regem a tessitura textual “e pode considerar apenas as leis internas da obra literária, sem levar em conta o antes e o depois do texto”.

Esse antes e depois do texto, contudo, não devem ser entendidos como unidades ontológicas, mas sim, dentro do projeto filosófico mais amplo empreendido pelo autor e sua busca pelas metarregras que regem a estruturação textual e a interpretação de um texto.

Tomados a partir desses pressupostos – de um discurso que se manifesta enquanto evento dialógico e enquanto ato de fala – o sentido não pode ser dado apenas em relação à constituição de regras internas da linguagem. Segundo suas próprias palavras, “a linguagem não é um mundo próprio. Nem sequer é um mundo. Mas, porque estamos no mundo, porque somos afetados por situações e porque nos orientamos mediante a compreensão em tais situações, temos algo a dizer, temos a experiência para trazer à linguagem” (RICOEUR, 2000, p. 32).

Isso posto, é possível entender porque o sentido do texto, para Ricoeur, é dado enquanto exterioridade. Em um primeiro sentido, ele o é se levarmos em consideração os imperativos culturais que regem a estruturação do discurso ou, em outros termos, a configuração da obra. Isso significa levar em consideração o fato de que essas constituições discursivas obedecem às condições de enunciação. Como explica Thompson (1990, p. 51), o conceito de texto de Ricoeur pressupõe que “ele é uma estrutura totalmente irreduzível às sentenças de que ele é composto. Essa totalidade é produzida de acordo com as regras que definem um gênero literário e que transformam o discurso em um poema, um romance ou uma peça”.

Enquanto mediação entre a esfera da produção e a esfera da recepção, esses gêneros delimitam as expectativas recíprocas, estabelecendo certas regras de produção do discurso e normas de interpretação de acordo com os gêneros. É nesse sentido que cada gênero (ou, mais corretamente, cada prática) possui as suas próprias matrizes de verdade presumida, uma vez que compostas nessas regras do discurso.

Em um sentido ainda mais radical, contudo, é a interpretação do leitor que, em última medida, confronta interpretações em disputa, arbitra entre elas e procura um acordo. É a leitura (ou a instância do leitor) que insere o problema da interpretação e da apropriação – entendida como a contrapartida da autonomia semântica que separou o texto de seu escritor. Se “apropriar-se é fazer ‘seu’ o que é ‘alheio’”, é necessária a percepção de que “a leitura é o *phármakon*, o ‘remédio’ pelo qual a significação do texto é ‘resgatada’ do estranhamento da distanciação e posta numa nova proximidade, proximidade que suprime e preserva a distância cultural e inclui a alteridade na ipseidade” (RICOEUR, 2000, p. 54-55).

O mundo aberto pelo texto entra em coadunação com a subjetividade do leitor e com os protocolos culturais de leitura, engendrando sentidos que são contextuais, transitórios e não-

fixados pela sistemática da língua.

É esse o cerne do entendimento de Ricoeur acerca do conceito de discurso. Enquanto campo de tensão entre as questões que envolvem o evento (enquanto relação dialógica e ato de fala) e o sentido (enquanto exterioridade), o discurso configura-se mesmo como um espaço de mediação entre a prefiguração do campo prático-cultural (e suas metarregras de estruturação e de verdade presumida) e a refiguração pela recepção do texto (com suas metarregras correlativas).

Ora, a partir desse entendimento, o discurso narrativo não pode ser mais entendido sob a ótica da perenidade das funções narrativas regidas pelas regras do sistema e do valor. Esses elementos mais gerais da teoria do discurso em Ricoeur serão transpostas para os seus estudos sobre os discursos narrativos, incorporados como virtualidades que se materializarão em textos específicos.

Mais do que isso, é possível dizer que, embora essa temática perpassasse toda a obra de Ricoeur, é nos três tomos de *Tempo e Narrativa* que a sua teoria sobre o discurso é inteiramente exposta e aplicada. Essa obra confere uma legitimidade até então inédita à obra de Ricoeur, em um cenário de queda do paradigma estruturalista na França. A obra foi recebida mesmo como a obtenção da conciliação entre a estrutura e o sentido, como a articulação entre o entendimento de que a obra literária funcionava como reflexo de estruturas primeiras, sem a imobilidade imposta pelo modelo do estruturalismo (DOSSE, 1997, p. 566). São nesses trabalhos sobre o discurso narrativo que a dialética entre o evento e o sentido, constitutivos do discurso, deixa-se ver de maneira mais clara.

4. O discurso narrativo

Já havíamos dito anteriormente que o discurso narrativo proposto por Ricoeur em *Tempo e Narrativa* se estrutura como a mediação entre a prefiguração do campo prático-cultural e a refiguração pela recepção da obra. Se, segundo o autor, o próprio signo opera uma retirada em relação às coisas e a frase faz regressar a linguagem ao mundo, isso terá efeitos específicos no discurso narrativo: “disse já que fixei esta dupla função do signo num vocabulário particularmente apropriado ao narrativo, distinguindo a *configuração* – a capacidade que a linguagem tem de se configurar a si mesma no seu espaço próprio – e a *refiguração* – a capacidade que a obra tem de reestruturar o mundo do leitor ao desarrumar, contestar e remodelar as suas expectativas” (RICOEUR, 1995, p. 236).

Para estabelecer esses momentos de mediação entre um antes e um depois do texto, o autor se vale do conceito de *mímesis*, ligando-o com a noção aristotélica de *mýthos*, entendida enquanto composição de intriga (ou, em outros termos, como agenciamento dos fatos em sistema). Embora a função de refiguração seja qualificada como mimética, é necessário enfatizar que essa noção não se confunde com uma duplicação da realidade. Segundo Ricoeur (1995, p. 236), “é extremamente importante não se enganar sobre a sua natureza: ela não consiste em reproduzir o real, mas em reestruturar o mundo do leitor, confrontando-o com o mundo da obra”.

A própria ligação da *mímesis* ao conceito de *mýthos* já excluiria, a princípio, qualquer interpretação que situe o conceito de *mímesis* como cópia ou réplica ao idêntico: “a imitação ou a representação é uma atividade mimética na medida em que produz algo, ou seja, precisamente o agenciamento dos fatos pela composição da intriga”. Assim também “saímos, num único movimento, do uso platônico de *mímesis*, tanto em seu emprego metafísico como em seu sentido técnico (...) que opõe a narrativa ‘por *mímesis*’ à narrativa ‘simples’” (RICOEUR, 2010a, p. 61).

Se a atividade mimética pode ser entendida como o agenciamento dos fatos em um sistema, não se trata, no entanto, de uma atividade apreendida em um só golpe. Embora a *mímesis*-criação (*mímesis II*) seja entendida como o núcleo do discurso narrativo (uma vez que é ela que possui a função de corte que institui o mundo da composição poética, a literariedade da obra literária), o autor considera que é necessário preservar, na própria significação do termo, um antes da composição (a *mímesis I*) e uma desembocadura no público (a *mímesis III*).

Para o autor, a atividade mimética investida enquanto composição de intrigas “tira sua inteligibilidade de sua função de mediação, que é a de conduzir do antes do texto ao depois do texto por seu poder de refiguração” (RICOEUR, 2010a, p. 82-83). E isso porque a *mímesis* não diz respeito a um problema de estrutura e sim de estruturação, de forma que se trata de um processo que só é levado a termo no espectador ou leitor. Vejamos, então, como o autor entende o discurso narrativo como atividade orientada.

No que diz respeito á *mímesis I*, ligada ao momento anterior ao agenciamento dos fatos, ela concerne à noção de que “por maior que seja a força de inovação da composição poética (...), a composição de intriga está enraizada numa pré-compreensão do mundo da ação” (RICOEUR, 2010a, p. 96), de forma que há a exigência de reconhecimento dos elementos mínimos que constituem uma ação e das mediações simbólicas da ação.

Essa pré-compreensão prática aludida por Ricoeur diz respeito, entre outros componentes, aos elementos que a análise estrutural da narrativa tanto se esforçou por categorizar em termos

de actantes. É nesse sentido que a “frase narrativa mínima é uma frase de ação na forma X faz A em tais ou tais circunstâncias e levando em conta o fato de que Y faz B em circunstâncias idênticas ou diferentes”, pressupondo mesmo uma familiaridade do leitor com termos tais como agente, objetivo, circunstância, ajuda, cooperação, conflito, sucesso, fracasso, entre outros. E assim, “não há análise estrutural da narrativa que não adote elementos de uma fenomenologia implícita ou explícita do ‘fazer’” (RICOEUR, 2010a, p. 99).

A ligação entre uma competência prática e uma competência narrativa é efetuada tanto por uma relação de pressuposição quanto por uma atividade de transformação, na medida em que ela abarca, de um só golpe, tanto a linguagem do fazer quanto a tradição cultural que precede a tipologia das intrigas. Sobre esse assunto, Ricoeur (2010a, p. 100) coloca que “ao passar da ordem paradigmática da ação para a ordem sintagmática da narrativa, os termos da semântica da ação adquirem integração e atualidade”. Atualidade no sentido de que termos que só tinham uma significação virtual na ordem paradigmática, isto é, “uma pura capacidade de uso, recebem uma significação efetiva graças ao encadeamento sequencial que a intriga confere aos agentes, ao seu fazer e ao seu sofrer”.

Quanto à integração, ela está posta na medida em que termos tão heterogêneos como agentes, motivos e circunstâncias tornam-se compatíveis e “operam conjuntamente em totalidades temporais efetivas. É nesse sentido que a dupla relação entre regras de composição de intriga e termos de ação constitui ao mesmo tempo uma relação de pressuposição e uma relação de transformação”. A pré-compreensão ligada à mimesis I, no entanto, não diz respeito somente a um entendimento prático da ação e a um reconhecimento das regras narrativas, mas também está posta nas possibilidades da mediação simbólica da ação.

Em outros termos, “se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: está, desde sempre, simbolicamente mediatizada” (RICOEUR, 2010a, p. 101), enfatizando o caráter público da articulação significante que antecede as narrativas.

O que Ricoeur põe em jogo aqui é a cimentação cultural que permite que o discurso narrativo seja compreendido e julgado de acordo com determinados padrões normativos de entendimento ou, em outros termos, que forma o contexto de descrição que faz com que determinadas ações particulares sejam julgadas socialmente.

Em resumo: “imitar ou representar a ação é, em primeiro lugar, pré-compreender o que é o agir humano: sua semântica, sua simbólica, sua temporalidade. É nessa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se delineia a construção da intriga e, com ela, a mimética textual”

(RICOEUR, 2010a, p. 112).

Aos elementos virtuais que a análise estrutural da narrativa tratava em termos de actantes, Ricoeur acrescenta mecanismos de julgamento e de valoração cultural, bem como procedimentos e estruturações de ordem prática. Isso muda, em termos gerais, os próprios elementos que estão em virtualidade, uma vez que eles não são mais regidos unicamente em termos de valor, mas postos em diferentes níveis de codificações culturais que estão em constante movimentação.

Uma vez explicitada a constituição da mimesis I, podemos passar para o que Ricoeur entende por mimesis II ou, mais propriamente, o movimento que concerne ao agenciamento dos fatos em um sistema, à composição da intriga propriamente dita.

A mimesis II é o núcleo do discurso narrativo na medida em que ela diz respeito ao tecimento da narrativa propriamente dita, ao arranjo dos elementos que estavam virtualmente postos na mimesis I, à atualização desses elementos em texto. Eis aqui que se pode falar propriamente em agenciamento dos fatos em sistema, em composição narrativa.

Se retomarmos os termos utilizados anteriormente, para Ricoeur (2010a, p. 112), “com a mimesis II abre-se o terreno do *como se*”, na medida em que, a partir da configuração dos elementos heterogêneos, é possível criar, através do discurso, um novo mundo cujas referências estão instaladas enquanto um ato performativo, criadas no instante mesmo de sua enunciação.

Nesse quadro, o posicionamento da mimesis II no espaço do *entre* não está posto apenas por uma relação de anterioridade ou posteridade: a mimesis II se encontra no meio porque, para Ricoeur, ela é o próprio espaço da *mediação*. Ela se coloca como mediadora entre os elementos virtuais dos agenciamentos simbólicos da ação e a jusante do processo literário, o leitor.

Esse caráter de *mediação* se realiza em, pelo menos, três aspectos. O primeiro deles é o arranjo que a mimesis II promove entre incidentes singulares a ponto de costurá-los em uma história única que faça sentido. Trata-se de seu poder de transformar incidentes absolutamente singulares em um todo narrativo. Ou seja, ela faz a mediação entre meros acontecimentos e uma história narrada. Na medida em que uma história não pode ser definida a partir de uma enumeração serial e sequencial dos eventos que a compõem, é a mimesis II que irá configurar esses acontecimentos dispersos em um todo inteligível. Em suma, “a composição de intriga é a operação que tira de uma simples sucessão, uma configuração” (RICOEUR, 2010a, p. 114), extraíndo uma história sensata de um amontoado de fatos.

Um segundo aspecto, diz respeito à noção de que a narrativa “*compõe juntos*” elementos absolutamente dispersos e heterogêneos, tais como actantes, agentes etc., a partir da atualização

dos elementos virtuais presentes na mimesis I em um texto concreto – em uma operação que efetua a passagem da ordem paradigmática para a ordem sintagmática. Nesses termos está a própria passagem da mimesis I para a mimesis II, essa é a obra da atividade de *configuração*.

Por fim, a mimesis II se configura como mediação porque combina duas instâncias temporais distintas, uma cronológica e outra não-cronológica. “A primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história como feita de acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos *em* história” (RICOEUR, 2010a, p. 115).

Para resumirmos a questão, podemos dizer que a mimesis II transforma os elementos que estavam postos apenas enquanto potencialidade na mimesis I em um texto particularizado. Nesse sentido, a mimesis I é uma virtualidade que se realiza na mimesis II. E, por fim, ela também efetua uma passagem para a mimesis III, a desembocadura do circuito mimético no leitor. Ora, aqui ela também assume um caráter de mediação na medida em que “o que é experimentado pelo espectador deve primeiro ser construído na obra” (RICOEUR, 2010a, p. 89).

“Generalizando, diria que a mimesis III marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte e do leitor”, ou seja, a intersecção entre o mundo configurado pela produção poética “e o mundo no qual a ação efetiva se desdobra” (RICOEUR, 2010a, p. 123).

Além da bagagem cultural que determina entendimentos específicos em torno de uma mesma leitura em leitores diferentes, a mimesis III também é composta pelos buracos (ou zonas de indeterminação) que todo texto carrega. E assim, “acompanhar uma história é atualizá-la em leitura” (RICOEUR, 2010a, p. 131).

Uma vez posto o modo como as três mimesis se articulam, é bastante visível o modo com Ricoeur tenta inserir a *práxis* no cerne da estruturação narrativa através da interligação entre características práticas da ação, as mediações simbólicas que são dadas a partir dos códigos e das normas e, por fim, a presença da historicidade e do tempo não apenas como característica do discurso narrativo (ou como um elemento de cronologia no ato de contar estórias), mas como categoria configurante do discurso, como um elemento que funda uma historicidade no modo como as estórias são contadas, interpretadas e julgadas.

Considerações Finais

Em *S/Z*, Barthes (1992, p. 37) compara os procedimentos adotados pelos semióticos da

narrativa aos budistas que, à força de ascese, dizem conseguir ver uma paisagem inteira dentro de uma fava: o sonho desses teóricos era, segundo ele, “ver todas as narrativas do mundo (há tantas e tantas houve) em uma única estrutura”. E a isso, ele acrescenta: “tarefa exaustiva e, no fundo, indesejável, pois o texto perde, desta forma, sua diferença”.

Em seus estudos sobre o discurso, é justamente essa diferença que Ricoeur busca resgatar, engendrando um modelo teórico que incorpora os principais ganhos da análise semiótica – notadamente a explicitação de que a arrumação dos fatos em estória não é um procedimento natural, evidente ou livre, estando sujeito a estruturas pré-determinadas de narração – ao mesmo tempo em que considera que os próprios modos do saber narrar são historicamente marcados e determinados por elementos culturais e simbólicos de mediação. E ele o faz na medida em que assume a noção de que o mecanismo de agenciamento dos fatos em um sistema para a composição de intrigas está submetido ao funcionamento discursivo que, em sua acepção, é insuficiente no modelo saussuriano. No modelo proposto por Ricoeur, o discurso deve estar, necessariamente, ligado a compreensões práticas e narrativas, aos agenciamentos simbólicos da ação, bem como a mecanismos tão diversos postos nos sistemas culturais como os saberes circulantes e os padrões de julgamento que estruturam todos os textos antes mesmo de sua escrita efetiva.

Referências

- BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa. In *Análise Estrutural da Narrativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- BARTHES, Roland. *S/Z*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- DOSSE, François. *Paul Ricoeur: les sens d'une vie*. Paris: Le Découverte, 1997.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- RICOEUR, P. *Do texto à acção*. Porto: RÉ, 1989.
- RICOEUR, Paul. *A crítica e a convicção*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e Ideologias*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – volume 1*. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – volume II*. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.
- SEARLE, John R. *Speech Acts: an essay in the philosophy of language*. New York: Cambridge University Press, 1969.

THOMPSON, John B. *Critical Hermeneutics: a study in the thought of Paul Ricoeur and Jurgen Habermas*. New York: Cambridge University Press, 1990.

VILLAVERDE, Marcelino Agis. *Paul Ricoeur: a força da razão compartilhada*. Lisboa: Piaget, 2003.

ABSTRACT

To Paul Ricoeur, the structural linguistic model is founded over a recession on the discourse problem, in the sense that its concern lies in the language structure and system and not in language as praxis. The aim of this paper is to discuss Ricoeur's language works from this perspective and analyze two central axes: the definition of discourse proposed by Ricoeur and the implications of this concept for his studies on the narrative discourse. On the assumption that the phenomenal world must be made linguistically to exist, Ricoeur will build a model in which the discourse arises as a mediator between two other fields: a foreshadowing of practical and cultural field and the refigure from the texts' receivers.

KEYWORDS: *discourse; Paul Ricoeur; semiotics, phenomenology, hermeneutics.*

Epistulae ad Caesarem senem do (Pseudo-) Salústio: limiar entre *res ficta* e *res historica* sob o viés dos Progymnasmata

Gdalva Maria da Conceição¹

RESUMO

*Este artigo traz uma abordagem sobre as “Epistulae ad Caesarem senem do (Pseudo-) Salústio”, tomando como ponto de partida a concepção de Gilson Charles dos Santos (2010). Santos defende a ideia de que estas epístolas estão relacionadas a exercícios de formação do orador. Assim, embora elas apresentem uma abordagem de fatos históricos concretos, com conteúdos específicos para cada contexto em que estão inseridas, alguns elementos nelas tratados colocam-nas nas fronteiras da *res ficta* e da *res historica*. Partindo desse viés interpretativo, as “Ep. ad Caes.” assumem um caráter mais ficcional. Isso ocorre porque se Júlio César deixa de ser o destinatário real, as preocupações reformistas nelas descritas perdem a força. Neste sentido, passa a importar, de fato, os cuidados com o estilo e a adequação ao tipo de discurso em que estas se inserem, neste caso, claramente epidítico. O modo de aconselhamento que o autor faz a Júlio César sobre ações que este deveria tomar, apresenta o caráter laudatório das epístolas. Nelas César é figurado como última esperança para o restabelecimento da República, com tudo que esta implica, desde os costumes (*mores*), restauração das instituições públicas, até a manutenção do domínio imperial sobre os povos subjugados.*

PALAVRAS-CHAVE: elogio; epístolas; ficção; história; progymnasmata.

Introdução

O termo epístola tem origem no grego antigo ἑπιστολή. Foi traduzido em latim por *epistola, ae*. Nas duas línguas, no entanto, epítola significa basicamente mensagem. Ao longo dos séculos as epístolas assumiram um caráter diferenciado, atuando em frentes diversas como política, literatura, filosofia. Tendo em vista a riqueza de temas abordados, bastante variados, tanto em termos de conteúdo como de estilos, elas passaram, portanto, a fazer parte de um gênero específico denominado epistolografia. O termo epistolografia que, por sua vez, também veio do grego antigo, formou-se da junção do termo ἑπιστολή, que significa mensagem, com o termo γραφία, que significa escrita e em latim passou a ser chamado de *ars dictaminis*.

¹ Graduanda bolsista de Iniciação Científica financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa - RUSP, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Martins. E-mail: gdalva.conceicao@usp.br.

Uma das principais características de uma epístola é o diálogo *per absentiam*. Mesmo em uma epístola dessa nova ordem (*ars dictaminis*), que se assume como uma atividade literária, porque aborda temas diversos e de interesse geral, e que, muitas vezes, até as consideradas particulares e familiares podem vir a ser publicadas futuramente pelo autor, o diálogo *per absentiam* ainda será seu ponto fundamental. Este funciona como um arcabouço do gênero epistolográfico em si, uma vez que a função essencial de uma epístola ainda é a mediação do diálogo entre pessoas ausentes.

É importante destacar também a presença da subjetividade intrínseca ao texto epistolográfico. Ou seja, não importa o tipo de estilo em que uma epístola esteja escrita, se em poesia ou em prosa, se ela é real² ou fictícia³, ou ainda se seus conteúdos são destinados a assuntos domésticos (*res domestica*) como levar ou trazer informação de pessoas ausentes (*ut certiores faciamus absentes*), e neste caso podendo ter um tom familiar ou de diversão (*familiare et iocosum*), ou se destinados ao ensino e à aprendizagem (*studia artium et doctrina*), e neste caso com um tom mais severo e grave (*seuerum et graue*), importa, de fato, que uma epístola sempre irá se apresentar como um texto subjetivo. Nela sempre ecoará a voz de um eu que está além do texto em si, que está além de ficção ou da realidade, e que tomará a epístola como meio de expressão.

Há ainda que se destacar o caráter, até certo ponto, autobiográfico do texto epistolar. Este fator é relevante na medida em que, a partir da leitura sobre a vida de uma *persona* e seus feitos, suscita reflexões entre o que dizem os historiadores sobre essa *persona* e o que ela diz de si mesma em suas próprias cartas. A epístola se apresenta como um discurso que traz a voz do sujeito como se ele estivesse presente. Nesse sentido deve-se atentar na importância que seu conteúdo pode revelar em termos de veracidade historiográfica sobre a vida de uma personalidade histórica.

Segundo a especialista em epistolografia Patrícia Rosenmeyer, autora de *Ancient epistolary fictions. The letter in Greek literature*⁴, algumas cartas ficcionais ou forjadas, oferecem uma oportunidade para explorar os aspectos da história que poderiam nunca ter vindo a fazer parte do registro histórico padrão. Segundo ela, nem sempre essas cartas apresentam um conteúdo novo,

² Real, nessa acepção, significa cartas trocadas entre personagens reais e que trazem discussões a cerca de assuntos familiares, políticos ou sociais que afetam suas vidas em um determinado contexto histórico.

³ Ficta, nessa abordagem, significa cartas escritas por personagens da literatura e da poesia, ou de outra espécie, sem que possua um destinatário de fato ou que se caracterize uma comunicação entre pessoas ausentes.

⁴ ROSENMEYER, 2001, p. 203.

mas apenas eventos da vida cotidiana de pessoas ricas, famosas, ou terríveis infortúnios, e que o apelo para leitura de tais detalhes mundanos é universal e atemporal.

Percebe-se, portanto, por meio dessas considerações sobre o caráter expressivo de uma epístola, que sua abrangência se estende vastamente tanto no campo estilístico como no temático. Em vista disso, esse estudo se propõe a uma abordagem mais substancial, tomando como objeto de análise as *Epistolae ad Caesarem senem* do (Pseudo-) Salústio. Estas epístolas abordam dois contextos históricos diferentes, embora apresentem um mesmo cenário a Guerra Civil romana da segunda metade do I século a.C.

A análise tomará como ponto de partida a proposta de Gilson Charles dos Santos (2010)⁵, que defende a ideia de que essas cartas estão relacionadas a exercícios de formação do orador. Esse é o ponto limite entre a ficção e a historicidade nessas epístolas. Considerando esse viés interpretativo, as *Ep. ad Caes.* assumem um caráter ficcional.

Tendo em vista que a aceitação desses pressupostos (ficção x historicidade) não anula o caráter laudatório presente nas epístolas, é igualmente relevante para esse estudo observar como se constrói nelas o discurso laudatório em honra de Júlio César, presente em seus conteúdos, buscando fazer um paralelo com os *Commentarii* escritos pelo próprio Júlio César, especialmente o *De Bello Cuiuli*. Nessa obra, o discurso laudatório é facilmente perceptível a partir dos dois pólos contrários em que ela está estruturada: o elogio e o vitupério. Esses pólos, por sua vez, se entrecruzam ao longo da narrativa conforme convenha a César enaltecer sua imagem ou denegrir a dos adversários.

1. Aconselhamentos ou louvações?

A datação das *Epistolae ad Caesarem senem* do (Pseudo-) Salústio tomam como base principalmente seus conteúdos. A primeira parece ter sido escrita um ano antes da ruptura de Pompeu e César, quando este ainda estava nas Gálias e a segunda, logo depois da derrota de Pompeu para César em Farsália.

Os conteúdos dessas epístolas encerram ensinamentos e aconselhamentos direcionados a Júlio César, o Ditador (*ad Caesarem senem*). Funcionam como pedidos de ajuda para os problemas nelas referidos. No entanto, algumas questões relatadas nessas epístolas são também questões

⁵ SANTOS, 2010, p. 145-161.

expostas pelo próprio César em sua obra *De Bello Ciuili* de Júlio César, especialmente quando este trata dos vícios comportamentais de seus adversários, procurando mostrar que não estão preocupados com o povo, mas com seus próprios interesses.

No que diz respeito à autoria dessas epístolas, não há consenso e a discussão se estende ao longo dos séculos. Embora elas possuam como destinatário uma personagem real, Júlio César, e uma situação histórica, o período de guerras civis, a atribuição de sua autoria a Salústio não é totalmente convencional. Mas não é só a autoria que é questionável nessas epístolas, questiona-se também o destinatário. Santos (2010), doutorando em Letras Clássicas pela USP, publicou um artigo, que trata uma pequena parte de sua tese sobre essas epístolas na revista *Codex*, v.2, defendendo a ideia de que essas cartas estão relacionadas a exercícios de formação do orador. Uma espécie de prática retórica adotada por escolas que tomavam como base os manuais dos *Progymnasmata*.

Nessas escolas praticavam-se desde a instrução mais elementar como exercícios de recitação, tradução, paráfrase, comentário, amplificação narrativa, elaboração temática e argumentação persuasiva, até a crítica científica, retórica e literária que se materializa no ensaio acadêmico ou no discurso oratório consumado. Esses exercícios serviam para estimular as habilidades dos alunos, auxiliando-os no desenvolvimento de suas competências oratórias e literárias. Eram exercícios que se situavam a meio caminho entre a instrução proporcionada pelas escolas de gramática e a proporcionada pelas escolas de retórica.

Partindo desse viés interpretativo, de que as *Ep. ad Caes.* estão relacionadas a exercícios de formação do orador, elas assumem um caráter de indefinição, colocando-se na fronteira entre a *res ficta* (matéria fictícia) e a *res historica* (matéria histórica). Porque se a autoria é questionável pode-se questionar também seu destinatário real e isso ocorre porque se Júlio César deixa de ser o destinatário real, as preocupações reformistas nelas descritas perdem a força, passando a importar, de fato, os cuidados com o estilo e a adequação ao tipo de discurso em que se inserem neste caso, claramente epidítico.

O interesse na discussão do tema da *laudatio* nessas epístolas, para além da questão da *fictio*, traz como referencial a abordagem de si mesmo feita por Júlio César na sua obra *De Bello Ciuili*. Considerando que a obra de César trata de acontecimentos da mesma guerra referida por Salústio nas *Ep. ad Caes.* é possível afirmar que, de certa forma, a abordagem de César corrobora algumas informações descritas nas epístolas, fazendo com que estas atuem como instrumentos propagandísticos da imagem de César.

A presença de elementos comuns às duas obras, no que respeita à construção imagética de Júlio César, permite a construção paralelística entre elas. Um exemplo é a censura que César faz ao comportamento do adversário por meio de vitupérios. Ele não só denigre a imagem deste como em contrapartida põe em relevo suas próprias qualidades de homem militar e político (*uir bonus*), elevando-se acima do bem e do mal. As *Ep. ad Caes.*, semelhantemente, ao considerarem que César é o único homem capaz de restaurar o poder das instituições imperiais, o coloca acima de todos os outros homens romanos, e se ele conseguir realizar com sucesso tal empresa, será elevado a patamar ainda mais alto, tornando-se quase divino.

Uma leitura um pouco mais acurada da obra *De Bello Ciuili* denuncia a aplicação de recursos retóricos variados utilizados por César para enaltecer a si e aos seus feitos. Entre esses recursos prevalece o uso da amplificação (*amplificatio*). Esse é um expediente usado para enaltecer suas vitórias e, ao mesmo tempo, divulgar, naquele momento conturbado vivido pela República Romana, uma imagem sua que a um só tempo comovesse os romanos, inspirasse admiração e lhes causasse confiança.

A estrutura utilizada para a composição das partes das *Ep. ad Caes.* mostra-se bastante elaborada na apresentação do assunto e uso de recursos que visam prender a atenção do leitor e captar a sua benevolência (saudação, captação da benevolência, narração, pedido e conclusão). Esse tipo de preocupação foge à concepção de carta na definição de Vives. Este define a carta como imagem da conversa cotidiana e diálogo continuado, não tendo sido inventada para nenhum outro propósito senão relatar e representar as conversas daqueles que estão ausentes entre si⁶.

A diversidade de estilos, de propostas e de destinatários, são algumas das questões envolvendo o gênero epistolografia que vêm rendendo, ao longo dos séculos, matérias para muita discussão. Soma-se a isto, o fato de algumas epístolas se colocarem entre a realidade e a ficção, fazendo isso de tal forma que impossibilitam saber se elas são reais, de fato, ou se seus conteúdos e destinatários a quem se dizem pertencer e até mesmo os autores que se dizem tê-las escrito são forjados.

Em vista disso, muitos autores tentaram classificar as epístolas por tipos e categorias, procurando enquadrá-las de modo mais definido. J. Sykutris⁷ é um desses autores. Ele buscou uma categorização entre epístolas privadas e literárias a partir da criação de cinco tipos de distinções,

⁶ J. L.Vives. *De conscribendis epistolis* (1534:10, §71). In: *Selected works of J.L. Vives*, Vol. 3, Ed. por C. Fantazzi, Leiden, E., J. Brill, 1989 apud Muhana, 2000.

⁷ J. Sykutris, "*Epistolographie*". In RE suppl. 5, 1931:185-220 apud Rosenmeyer, 2001, p. 8.

que designou como: carta oficial, carta literária privada, carta formal disfarçada com fins filosóficos ou outros propósitos didáticos, cartas em versos e cartas fictícias.

Tomando essa categorização, poderíamos colocar no rol das cartas totalmente fictícias as *Heroides* de Ovídio, representando um conjunto de cartas imaginárias escritas por personagens femininas para seus amantes. Entre as reputadas como reais ou verdadeiras, poderíamos citar cartas de Cícero endereçadas a destinatários diversos como o amigo Ático, o irmão Quinto e a esposa Terência. Entre as disfarçadas, porque assumem uma posição duvidosa quanto ao real e ao fictício no que concerne a conteúdo (fins filosóficos ou propósitos didáticos) e destinatários, poderíamos inserir as *Ep. ad Caes.*

Essas cartas (*Ep. ad Caes.*) apresentam uma abordagem de fatos históricos concretos, com conteúdos específicos para cada contexto em que estão inseridas. Entre os elementos tratados pelo autor nessas epístolas estão questões políticas como aumentar o número de Senadores com inserção de *homo nouis* (homens novos); questões sociais como controlar os gastos dos jovens para não esbanjarem mais do que o que possuem; usar *clementia* para com os vencidos; censurar vícios comportamentais de adversários como Labieno e outros desertores que, segundo o autor, seguiram Pompeu pensando somente em recompensas.

Alguns desses elementos tratados pelo autor das *Ep. ad Caes.* também são tratados por César no *De Bello Ciuili*. Neste caso fica o impasse: ou os fatos que autor das epístolas relatou vêm a corroborar com os que César relatou, ou este acatou os conselhos do autor das epístolas, já que esses aconselhamentos se tornaram ações efetivas de César quando assumiu a ditadura após Farsália.

Esses são pontos comuns entre as duas obras, no entanto, é o caráter laudatório das *Ep. ad Caes.* que mais gera pontos em comum entre essas epístolas e o *De Bello Ciuili*. O modo de aconselhamento que o autor faz a Júlio César sobre ações que este deveria tomar autoriza César como a última esperança para o restabelecimento da República, com tudo que esta implica, desde os costumes (*mores*) e restauração das instituições públicas, até a manutenção do domínio imperial sobre os povos subjugados. Em alguns trechos das *Ep. ad Caes. I e II*, o autor apresenta Júlio César como uma espécie de Salvador do Império Romano:

Epistula I

XIII. [1] Quod si tecum patria atque parentes possent loqui, scilicet haec tibi dicerent: "O Caesar, nos te genuimus fortissumi uiri, in opotuma urbe, decus praesidiumque nobis, hostibus terrorem! [2] Quae multis laboribus et periculis ceperamus, ea tibi nascenti cum anima simul tradimus: (...). [3] Pro his amplissimis beneficiis non flagitium a te, neque

malum facinus petimus, sed uti libertatem euersam restituas, qua re patrata, profecto per gentis omnis fama uirtutis tuae uolitabit. [4] Namque hac tempestate, tametsi domi militiaeque praeclara facinora egisti, tamen gloria tua cum mutis uiris fortibus aequalis est; si uero urbem amplissimo nomine et maximo imperio prope iam ab occasu restitueris, quis te clarior, quis maior in terris fuerit? (...).[5] Quod so tibi bona lubido fuerit patriae, parentibus gratificandi, postero tempore, re publica restitua, super omnis mortalis gloria agnita, tuaque unius mors uita clarior erit. (...)”⁸.

Carta I

XIII. [1] Se a pátria e teus antepassados pudessem falar contigo, certamente te diriam: “Ó, César, nós homens valorosos te fizemos o maior na melhor das cidades para que fosses nossa honra, amparo e terror dos inimigos. [2] As coisas que pela força de trabalhos e perigos conquistamos, a ti entregamos com a vida quando nasceste: (...). [3] Em troca de tão consideráveis benefícios não te exigimos nenhuma concessão vergonhosa, nem crime algum, mas que estabeleças a liberdade destruída, que se fizerdes, sem dúvida, a fama de tua virtude voará através de todas as nações. [4] Porque até agora, embora tenha levado a cabo tanto na paz como na guerra feitos brilhantes, tua glória é sem dúvida igual a de muitos homens grandes, mas se levantar esta cidade, que com seu gloriosíssimo nome e seu poderoso império está a ponto de arruinar-se, quem seria mais ilustre nem maior que tu sobre a face da terra? (...). [5] Se animado, porém pelo desejo de receber os favores de sua pátria e parentes, fizeres como peço, tua glória futura, uma vez restabelecida a república, sobrepujará a de todos os mortais, e tua morte será mais famosa do que tua vida. (...)”.

Epistula II

VI. [4] Quare capesse, per deos, rem publicam et omnia aspera, uti soles, persuade: namque aut tu mederi potes aut omittunda est cura omnibus⁹.

Carta II

VI. [4] Por isso, pelos deuses, toma a república e todas as dificuldades e faz frente, como de costume, pois tu podes salvá-la, é inútil que nós outros intentemos coisa alguma.

Pela leitura desses trechos das *Ep. ad Caes.*, constata-se claramente que, independentemente de seus conteúdos apresentarem caráter real ou fictício, há nelas, disfarçado de aconselhamento, um ato de louvor a Júlio César pelas conquistas realizadas. O modo como o autor o exorta a atender seu pedido, amplifica ainda mais o louvor. Ele atribui só a ele, César, e mais nenhum outro as virtudes necessárias para realizar tamanha empresa, e acrescenta que a empreendendo com sucesso terá a eterna gratidão dos romanos e ainda será elevado a um patamar acima de todos os mortais.

A aceitação de uma *res ficta* e ou uma *res historica* nas *Ep. ad Caes.* não diminui a intensidade da *laudatio* nelas presente, ao contrário, parece que tende a aumentar conforme a perspectiva considerada, seja ela de realidade ou de ficção. A percepção que se tem é que quanto

⁸ SALÚSTIO, 1998, p.111-127.

⁹ Idem.

mais *fictas*, tanto mais louvado ele parece ser. Do mesmo modo, se elas forem reais, porque César seja o destinatário de fato dessas epístolas, então o louvor é igualmente intenso. Isso pode ser observado pelas palavras do autor, que reputa somente a ele, César, a capacidade de restaurar o Império, acrescentando que a gratidão dada em troca pelos romanos, pela grandeza de seus atos elevará sua imagem a uma posição divinal.

Considerações finais

Conclui-se, portanto, que por esse viés interpretativo que relaciona *Ep. ad Caes.* aos exercícios de formação do orador, a relevância dessas cartas apontam não para o fato de elas serem ficcionais ou verdadeiras, intencionais ou casuais, mas sim para o caráter laudatório, porque o fim a que se propõem, mesmo que os caminhos sejam diversos, é o elogio.

Seus conteúdos disfarçados de aconselhamento, na verdade, como já aludido, expressam uma espécie de *laudatio* a Júlio César, uma vez que consideram que somente ele seria capaz de resolver a situação do Império em toda a sua extensão, interna e externamente. Nas palavras do autor, toda a esperança do povo romano está posta nas mãos de César, se ele conseguir realizar essa empresa com sucesso ele será alçado a um nível superior, acima dos mortais.

Essa questão do elevar-se acima dos mortais é colocada de forma bastante intensa nessas epístolas. De acordo com seus conteúdos somente César possui as qualidades necessárias para efetivar as ações descritas. Esse é um ponto significativo para minha pesquisa principal que trata da imagem de Júlio César feita por ele mesmo no *De Bello Ciuili*, porque também nessa obra, César ao isentar-se de todo e qualquer comportamento inadequado ao *uir bonus*¹⁰, coloca-se acima do bem e do mal, e indiretamente demonstra por meio de seus argumentos que ele é o único homem, focado nos interesses do povo romano e preparado, de fato, para governar o Império.

Referências

CÂNFORA, L. *Júlio César, o ditador democrático*. Trad. Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Estação liberdade, 2002.

CÉSAR, C. J. *A Guerra Civil*. Trad. Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

¹⁰ O termo *uir bonus* (homem bom) está relacionado à formação do homem romano no que respeita aos atributos tradicionais mais positivos.

[CÍCERO] *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. SP: Hedra, 2005.

MUHANA, A. F. *O gênero epistolar: dialogo per absentiam*. In: *Discurso: Revista do Departamento de Filosofia da USP*, São Paulo, n. 31, 2000, p. 329-345.

ROSENMEYER, P. A. *Ancient epistolary fictions. The letter in Greek literature*. Cambridge: CUP, 2001

SALÚSTIO. "Cartas a César sobre el Gobierno de la República". In: *Guerra de Yugurta, Fragmentos de las Historias e Cartas a César sobre el Gobierno de la República*. Trad. Agustín Millares Carlo. Ciudad Universitaria México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1998, p.111-127.

SANTOS, G. C. *Para uma descrição das Epistulae ad Caesarem de (P pseudo-) Salústio*. In: *Codex - Revista de Estudos Clássicos*, v. 2, n. 1, 2010, p. 145-161.

SANTOS, M. M. *A epístola como exemplo de texto escrito*. In: *Clássica São Paulo*, v. 11/12, n. 11/12. São Paulo: SBEC, 1998/1999, p.233-246.

_____. *Arte dialógica e epistolar segundo as Epístolas Morais a Lucílio*. In: *Letras Clássicas São Paulo*, n. 3. SP: SBEC, 1999, p. 45-93.

SUETÔNIO; PLUTARCO. *Vidas de César*. Trad. Antônio da Silveira Mendonça e de Isis Borges da Fonseca. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

TIN, E. (org.). *A arte de escrever cartas*. Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lísio. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005.

ABSTRACT

This article provides an approach to the "Epistulae ad Caesarem senem of the (Pseudo-) Sallust", taking as starting point the conception of Charles Gilson Santos (2010). Santos supports the idea that these epistles are related with exercises training of the speaker. Thus, although these epistles present a concrete approach of historical facts, with specific content for each context in which they operate, some elements place them on the border of the res ficta and of the res historica. From this interpretative bias, the "Ep. ad Caes." take a more fictional character. This occurs because if Julius Caesar ceases to be a real recipient of these letters, the reformist concerns described in them lose their force, passing to import actually the care with style and suitability for the type of discourse which they belong, in this case clearly epideictic. The mode of counseling that the author does to Julius Caesar about the actions that he should take, shows the laudatory character of the epistles. Caesar then is depicted as the last hope for the Republic restoration, with all that this implies, since the customs (mores) and restoration of the public's institutions, until the maintenance of the imperial dominance over subjugated peoples.

KEYWORDS: *epistles; fiction; history; laudation; progymnasmata.*

Os discursos sobre o trabalho em redações de vestibular

Eliana Vasconcelos da Silva Esrael¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar como são construídos diferentes discursos sobre o trabalho e como esses discursos se articulam com a construção de pontos de vista, a partir da análise de qualificações, isto é, de termos que expressem tons valorativos e axiológicos presentes na escrita de vestibulandos, especificamente, em redações de vestibular. A análise das redações é feita a partir de duas perspectivas: a enunciativa, que identifica diferentes enunciadores de discursos sobre o trabalho e a discursiva, que permite observar como esses diferentes discursos interferem na construção de pontos de vistas e, principalmente, do ponto de vista dominante na organização do texto. Essas construções se materializam linguisticamente por diferentes modos de qualificações, e revelam diferentes representações do escrevente sobre o trabalho, principalmente aquelas em que o trabalho é valorizado.

PALAVRAS-CHAVE: *escrita; redação de vestibular; qualificação; discursos sobre o trabalho; construção de pontos de vista.*

Introdução

O presente trabalho propõe investigar os diferentes discursos sobre o trabalho e como eles se articulam com a construção de pontos de vista (PDVs), a partir da análise de *qualificações* presentes na escrita de vestibulandos, em um *corpus* composto de duzentas e setenta redações do exame vestibular da FUVEST²/2006. Trata-se da investigação da escrita em um contexto específico, o de uma avaliação, particularmente, da prova de redação. Essa prova³ teve como tema “o trabalho”, abordado sob diferentes visões, por meio de uma coletânea composta por três fragmentos de textos.

A análise das redações parte de duas perspectivas: a enunciativa e a discursiva. Para isso, apoio-me nos estudos da teoria enunciativa da linguagem, sobretudo, em Bakhtin (1986, 1992) e na construção textual do PDV (RABATEL, 1998, 2004). Ao mesmo tempo, apoio-me em teorias do discurso, tais como Pêcheux (1990) e Maingueneau (2008), dentre outros. Se, por um lado, da

¹ Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação do DLCV-FFLCH-USP (2012). Orientador: prof. Dr. Manoel Luiz Gonçalves Correa. Email: elianaesrael@usp.br.

² Fundação Universitária para o Vestibular.

³ O texto integral encontra-se no anexo.

perspectiva enunciativa, pretendo identificar os diferentes enunciadore de discursos sobre o trabalho; por outro, a perspectiva discursiva permitirá observar como esses diferentes discursos interferem na construção de PDVs e, principalmente, do ponto de vista dominante (PDVD) na organização do texto. A perspectiva enunciativa (bakhtiniana) articula-se com a discursiva (peuchêutiana), uma vez que a primeira dá conta dos elementos da enunciação, a partir dos enunciados das redações, de tal modo que possa, então, alçar-se aos desdobramentos discursivos nelas presentes. Estes envolvem a ocupação de determinada posição do escrevente, a partir da qual ele assume posicionamentos derivados de lugares sociais, num contexto histórico determinado.

Concebo a produção textual como processo, isto é, a escrita é vista como prática social. Como parte da prática avaliativa, o exame de redação realizado por ocasião do vestibular é, também, apesar de sua circulação restrita se considerado o todo da sociedade, uma prática social. E tomá-lo como prática social é considerar o processo de escrita da redação inserido no processo sócio-histórico, por meio do diálogo entre as práticas sociais, a língua e o texto. Além disso, considero a *redação de vestibular* um gênero discursivo visto como fenômeno social e como tal, deve-se buscar seu funcionamento discursivo.

Diante da possível flexibilidade dos gêneros, formulada por Bakhtin como *relativa estabilidade*, uma atenção especial se volta para as escolhas linguísticas do escrevente, no que se refere aos elementos qualificadores e os lugares que ocupam nesse gênero, ao constituírem diferentes discursos sobre o trabalho. São lugares marcados no enunciado como uma retomada do já-dito, possibilitando certo tom – carregado de valores – ao que é dito, resultando em efeitos polifônicos de sentidos. Ao trazer para o enunciado os já-ditos, o escrevente traz igualmente representações redimensionadas a partir de sua *memória discursiva*. Nesses modos de dizer, o gênero vai se compondo em sua singularidade e relativa estabilidade. Nesse ambiente, analiso o trabalho do escrevente com o seu texto e com os diferentes discursos sobre o trabalho nele inscritos.

1. A redação de vestibular e sua dimensão enunciativo-discursiva

Ao adotar a perspectiva enunciativo-discursiva para estudar a *redação de vestibular*, considero não só os aspectos textuais, em que prevalece o olhar para a estrutura do enunciado, mas principalmente o que a constitui como gênero discursivo e, assim, aspectos que a definem

como tal: conteúdo temático, estrutura composicional e estilo. Nessa direção, procuro distanciar-me da idealização costumeira da escrita, no sentido de que se busca sempre eleger o modelo de texto ideal, *mais adequado*, para, ao contrário, priorizar as marcas enunciativo-discursivas voltadas à identificação de diferentes discursos sobre o trabalho nesses textos. A priorização desses aspectos está diretamente ligada à perspectiva teórica assumida para a pesquisa, em que alguns conceitos são fundamentais, como, a concepção de escrita como prática social (item 1.1), a concepção de linguagem e de sujeito (1.2) e a historicidade do gênero *redação de vestibular* (item 1.3).

1.1 Concepção de escrita como prática social

Tratar de produção textual sem contextualizá-la nos estudos das práticas sociais vistas de forma ampla, seria desconsiderar tanto a concepção de linguagem enquanto ação e interação, na qual as práticas sociais de leitura e de escrita estão envolvidas como o contexto sociocultural e histórico do escrevente e suas representações, que incluem as representações sociais da escrita e as que atuam sobre o próprio tema da redação em questão, o trabalho. A *redação de vestibular* reflete as práticas sociais de seus escritores, os vestibulandos. Nessas práticas estão inclusas não só as de leitura e escrita, mas aquelas vinculadas às práticas da oralidade, como aquelas da vida cotidiana não-escolarizadas ligadas ao contexto sociocultural e histórico do escrevente, como as práticas das esferas familiar, trabalhista, religiosa, etc.

A redação de vestibular guarda sinais desses processos que, por sua vez, caracterizam a *heterogeneidade da escrita* (CORRÊA, 2004), revelam aspectos da *heterogeneidade mostrada* e de seu papel de negociação com a *heterogeneidade constitutiva* do sujeito e do discurso (cf. AUTHIER-REVUZ, 1990), porque, sendo o escrevente um sujeito social, situado historicamente, suas singularidades estarão registradas em seu texto, assim como suas representações, marcas de regularidade linguística de pertencimento a grupos, em que determinados discursos são construídos. No contexto do vestibular da FUVEST, esses discursos são construídos a partir dos discursos depreendidos dos fragmentos da coletânea oferecida pelo exame, fonte imediata para o escrevente, mas também de enunciados de outras esferas, diversas das representadas na coletânea e que estão relacionadas à sua vivência. Desse modo, concebo discurso como construções dialógicas, como vozes que se colocam nos enunciados, provenientes de outros enunciados, os já-ditos.

O gênero *redação de vestibular* torna-se, assim, bastante peculiar no sentido de que sua composição é bastante singular e, ao mesmo tempo, bastante regulada socialmente. Singular porque o sujeito que escreve tem seu modo de ler e interpretar os enunciados da coletânea, como também seu modo de escrever, baseado em suas representações e em sua vivência. O gênero é constituído em função desse sujeito-leitor-escritor, com suas características próprias, com sua história e valores representados. São aspectos que compõem a historicidade do gênero e da constituição da escrita como prática social.

1.2 Concepção de linguagem e de sujeito

Tendo apresentado a escrita como processo, como prática social constituída heterogeneamente e materializada por meio de um escrevente, um sujeito histórico, ele próprio constituído sob o jogo dialógico da linguagem, cabe afirmar que a concepção de linguagem adotada é (sempre) inseparável da concepção de sujeito. A linguagem não é expressão do pensamento, concepção para a qual tanto a presença, mesmo que virtual, do outro quanto à explicitação da situação de enunciação seriam desnecessárias, isto é, para a qual a interação não teria importância. Também não é instrumento de comunicação, concepção para a qual se valoriza o código para a correta transmissão e recepção de mensagens. Isso porque, essas concepções restringem a relação do sujeito com a linguagem, desconsiderando as implicações histórico-sociais.

A intenção não é aprofundar aspectos da superfície textual, mas de incluir nas análises aspectos da concepção de linguagem sociointeracionista, em que se considera não o texto em si mesmo, mas a dialogia que lhe é inerente. As marcas linguísticas são vistas a partir do que constitui a escrita em sua heterogeneidade. A linguagem não pode ser encarada como fruto de um sistema estável que resulta da dicotomia língua/fala ou de análise apoiada apenas em fatos individuais e estruturais, que consideram o sentido pronto no texto, excluindo a relação do sujeito com a linguagem e com o seu *outro*, afastada das coerções sociais. O sujeito está imerso na atividade social em que a língua se estabelece em seu uso concreto, ou seja, no processo interativo, que se dá num contexto específico de enunciação.

O estudo do texto amplifica-se: antes voltado apenas para os aspectos internos, hoje, resulta da tensão interioridade *versus* exterioridade. O que implica dizer que os sujeitos da enunciação não estão totalmente livres, mas submetidos aos fatores internos e externos, uma vez que a

expressão não está no indivíduo, mas determinada “pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo *pela situação social mais imediata*” (BAKHTIN, 1986, p. 112). Não há apenas um sujeito enunciando, mas sujeitos e discursos interagindo.

O escrevente participa, desse modo, ativamente desse processo, ao exercer ações sobre a linguagem, com ela, para ela (GERALDI, 1999). Realiza um trabalho contínuo com a linguagem, que não é unilateral, mas dialógico, pois a linguagem acontece na interação, no espaço entre o *um* e o *outro/Outro*. Nesse espaço discursivo, os sujeitos – *eu-tu-outros* – se constituem, se constroem. De acordo com Bakhtin (1986), a verdadeira substância da língua é constituída pela interação verbal que se realiza com a enunciação:

a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos **socialmente organizados** e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado (BAKHTIN, 1986, p. 112, grifos meus).

Conceber a enunciação como o produto da interação é afirmar que ela se constitui, pois, nas situações concretas de usos da língua, isto é, na relação entre os interlocutores. Trata-se, nesse sentido, de assumir uma concepção de linguagem que, conforme Bakhtin (1986), privilegia a enunciação. O que permite dizer que prevalece o olhar para os espaços interacionais, uma vez que é nesses espaços discursivos que o escrevente se constrói, em função das interações com seu(s) *outro(s)*, com os já-ditos, com diferentes discursos.

1.3 Historicidade do gênero *redação de vestibular*

A perspectiva enunciativo-discursiva possibilita analisar a *redação de vestibular* sob aspectos dialógicos e polifônicos, bem como sob aspectos voltados para a construção da argumentação. Favorecendo a caracterização da *redação de vestibular* como gênero, essa perspectiva abre espaço para a consideração da articulação entre aspectos enunciativos e discursivos, permitindo, desse modo, trazer à tona as tomadas de posição do escrevente, que se desdobram discursivamente nos enunciados.

Assumo a redação de vestibular como uma prática social que leva em conta a situação de uso concreto da língua, considerando a escrita como constitutivamente dialógica e por isso

heterogênea. Além disso, por ser dialógica, é igualmente responsiva. Responde aos enunciados da prova de redação, aos critérios de correção dessa prova, aos interlocutores e a enunciados presentes em sua *memória discursiva*. Na perspectiva adotada para a pesquisa, tomo a análise da escrita por meio de um gênero discursivo, o que pressupõe uma análise dos enunciados das redações que busca posições ideológicas inscritas nessa prática social, que busca os lugares sociais de quem enuncia. Esses lugares são construídos, no texto, enquanto discurso, enquanto vozes que se colocam, enquanto PDVs construídos pelo escrevente, que deixa suas marcas inscritas nos enunciados das redações.

A análise do gênero *redação de vestibular* tem um caráter imediato, caracterizado pelo olhar voltado para a superfície textual; e um caráter menos imediato, aquele por meio do qual se analisa o gênero como uma prática social e discursiva, ou seja, considerando seu caráter histórico de constituição, que se consolida na relação interdiscursiva: no diálogo com diferentes discursos, com diferentes vozes, com diferentes PDVs. Na formulação de Amossy (2005, p. 65), são diálogos de vozes: “voz de vozes que orquestram o locutor fazendo ressonar no seu discurso aquela do outro, ou dos outros”. O sujeito é sempre, segundo a autora, dependente do discurso do outro. A construção de discursos, nessa perspectiva, toma o dialogismo como ponto de partida para a análise dos enunciados das redações, o que impõe, no plano enunciativo-discursivo, considerar as relações dialógicas em mais de um eixo, isto é, o interlocutivo, em que é fundamental o papel social dos interlocutores que se materializa no enunciado por meio da polifonia; e o interdiscursivo, que, fundamentando-se no já-dito, determina que a assunção do discurso se dê no ponto – necessário – de sua articulação com outros discursos.

Esses aspectos corroboram a afirmação de Bakhtin (1986) de que o dialogismo é constitutivo da linguagem e do sentido do enunciado. A linguagem é, pois, um fenômeno social e, como tal, compreende a construção do sujeito como ser histórico carregado de ideologias. Ao se constituir como sujeito, o escrevente toma para si uma voz dominante, que se destaca em relação às demais presentes no enunciado. Essa voz dominante é assumida pelo escrevente na interrelação com seu interlocutor e deixa, no texto, traços da situação de enunciação, do gênero e do discurso. Não são vozes (PDVs) apenas de quem fala, literalmente, mas vozes sociais: ao enunciar, assume-se “uma posição social ativa com respeito a certos valores específicos e esta posição é condicionada pelas próprias bases da existência social” (VOLOCHINOV [BAKHTIN], s/d: [1926], p. 9).

A enunciação constitui-se, pois, nas situações concretas de usos da língua e na relação social com suas respectivas hierarquias, condicionando as escolhas do escrevente. A escolha de certos

recursos lexicais, presentes nas qualificações, vai depender da esfera na qual o enunciado está inserido (BAKHTIN, 1992). Os elementos que sustentam essas escolhas também evidenciam o caráter dialógico da linguagem, pois o escrevente faz suas escolhas não individualmente, mas em função do *outro* e na interação. Analisar a escrita em seus aspectos dialógicos é, pois, pensar no modo de incorporação desses elementos no gênero estudado. Por isso, considero a *redação de vestibular* uma prática discursiva em consonância com a historicidade que a constitui como gênero. Pensá-la como prática discursiva pressupõe estudar as particularidades de seus diálogos-respostas, suas réplicas e o diálogo com diferentes discursos, numa relação de interdiscursividade.

2. A relação entre discursos e a construção de pontos de vista

Ao definir PDV, Rabatel (2004), aproxima a noção de dialogismo (BAKHTIN) ao conceito de heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz (1990). Tratar, então, do fenômeno da construção de PDVs é igualmente tratar de dialogismo e de heterogeneidade. Compreende-se, assim, que a construção de PDVs é concebida na multiplicidade de vozes presentes nos enunciados e na tomada de posições pelo escrevente, ambas resultantes do cruzamento de discursos, isto é, do interdiscurso, concebido como o “espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (MAINGUENEAU, 2008, p. 20). As posições enunciativas estabelecem certa hierarquização de enunciadores que se desdobram discursivamente ao construir um enunciado argumentativo. Rabatel (2004, p. 9) estabelece três posturas enunciativas “que entram em jogo na construção interacional de pontos de vista”: coenunciação, subenunciação e sobreenunciação:

a **coenunciação** corresponde à coprodução de um ponto de vista comum e dividido, ou seja, a coincidência de posturas; a **subenunciação** remete à expressão interacional de um ponto de vista dominado, em proveito de um sobreenunciador; a **sobreenunciação** é definida como a expressão interacional de um ponto de vista sobreposto cujo caráter dominante é reconhecido por outros enunciadores (op. cit. p. 9-10).

A construção de PDVs na organização do texto pode ser vista como movimentos de posicionamentos. Essa construção se dá por meio do jogo entre enunciadores, que são hierarquizados a fim de estabelecer uma dominância. Nessas hierarquizações, diferentes discursos sobre o trabalho podem ser depreendidos. Discursos que o escrevente, para validar seu posicionamento, busca nos PDVs da própria coletânea ou de fora dela, para: solidarizar-se a eles ou refutá-los. Esses movimentos, que remetem ao que estou chamando de construção de PDVs,

são constituídos no enunciado, numa relação dialógica de interação entre o escrevente e seu texto, entre escrevente e seu *outro* e entre discursos.

A construção desses discursos é mediada pelas condições de produção do discurso (PÊCHEUX, 1990), ou seja, pela dimensão social do enunciado e pelo caráter histórico das práticas discursivas. Abordar a *redação de vestibular* por esse caminho pressupõe, igualmente, buscar a orientação argumentativa presente nos textos. Desse modo, se me preocupo com os diferentes PDVs e com a argumentação, não se pode deixar de considerar, nessas duas instâncias, o jogo de diferentes vozes presentes nos enunciados das redações. Vozes que concorrem ou que coadjuvam; vozes que se sobrepõem ou que se subpõem; vozes que enunciam discursos. A direção argumentativa dos enunciados das redações é guiada por esses discursos: os que valorizam o trabalho e os que os desvalorizam.

Quando, nos enunciados, diferentes PDVs ecoam, há sobreposição de discursos. Por isso, quando me refiro ao PDVD, não quero dizer que há unicidade, um tom monocórdico. Refiro-me, ao contrário, ao trabalho do escrevente, que, por meio de um enunciador dominante, sobrepõe um discurso dominante. Nos textos sob análise, investigo a construção de diferentes discursos sobre o trabalho e como ela se articula com a construção de PDVs.

3. A construção de discursos sobre o trabalho

Tomo como objeto de análise as qualificações que, analisadas na perspectiva enunciativo-discursiva, tornam-se lugares privilegiados para a identificação de diferentes discursos tomados pelo escrevente. Elas fornecem ferramentas importantes para compreender o jogo discursivo nas *redações de vestibular*. Assim, assumo as qualificações não numa abordagem formal da língua, posta pela gramática normativa, mas como elementos do discurso, como matizes avaliativos em sua carga enunciativa e discursiva, que se manifestam nos enunciados por meio do modo pelo qual o escrevente exprime seus PDVs, assumindo determinado discurso sobre o trabalho, desse modo, o que chamo de qualificações são termos ou expressões valorativas e axiológicas.

Nesse sentido, o olhar não se restringe às adjetivações simplesmente, mas a tudo o que pode caracterizar, avaliar, valorar o referente. Há, portanto, análise de adjetivos, orações adjetivas, mas também de substantivo, verbo ou um advérbio presentes no *corpus*, em que o tom expressivo-valorativo qualifique o referente, os discursos sobre o trabalho. O tom expressivo-

valorativo pode ser avaliativo no sentido de caracterizar um julgamento de valor, uma comparação ou uma intensificação pelo escrevente.

Os dizeres que marcam o posicionamento do escrevente são tomados de valores ideológicos construídos em função de sua vivência, de sua formação sóciohistórica. A partir desses ditos, dois discursos estereotipados circulam nos dizeres desses escreventes. Trata-se de discursos conflitantes: um, que valoriza o trabalho; outro, que o deprecia. Emolduram-se, assim, representações diversas sobre o trabalho e, nelas, a ideologia é materializada e PDVs são estabelecidos, discursos são firmados. Reforça-se, assim, a ideia de que nada é neutro nos discursos. Eles são determinados a partir das relações sociais e do papel social do escrevente. Há, nesse sentido, sobreposições de discursos em que um tenta ser o dominante. A ação do sujeito sobre a linguagem é a de dotar seu enunciado de contorno de valores para tornar válido o seu dizer, para legitimar um discurso.

A exemplificação da análise está organizada em dois eixos. Primeiro, observo, a construção de discursos que valorizam o trabalho. Depois, examino a construção em que o trabalho é desvalorizado. Ambos são analisados a partir da observação das qualificações vistas como estratégia argumentativa do escrevente para construir esses discursos. No exemplo (1), a construção do discurso que valoriza a educação e os estudos é apreendida, tomando como percepção a presença de determinados verbos, principalmente no infinitivo, uma vez que a adjetivação propriamente dita é pouco presente nesse exemplo. Como já dito anteriormente, todas as palavras são carregadas de valores quando enunciadas. Vale destacar desse exemplo, como os diferentes trabalhos são qualificados e como essa qualificação é avaliativa e axiológica:

(1) **2º §** Pode-se **interpretar** o trabalho como a expressão do pensamento humano. [...].

3º § Dentre as formas de expressão do pensamento, pode-se **citar** as obras literárias, pinturas, esculturas, composições musicais, obras de arte em geral; obras de engenharia civil, invenção de remédios e descoberta de curas de doenças. Enfim, cada carreira profissional consiste em **realizar** um ou mais tipos de trabalho.

4º § [...] o trabalho das massas populares consiste em **fazer** parte de uma linha de produção, **executando** movimentos repetitivos.

5º § **Infelizmente** não foi dada a essas pessoas a oportunidade de **estudar** e **aprender a pensar**. Elas não têm instrução para **realizar** a expressão de seu pensamento.

6º § Conclui-se, então, que **é necessário** para cada um de nós **receber** instrução quando jovem e quando adulto, já **saber pensar, filosofar** para **seguir** uma carreira profissional com sucesso e **realizar grandes trabalhos** (R007, grifos meus).

No exemplo (1), quando o escrevente se refere ao trabalho intelectual, valoriza-o, utilizando o verbo “realizar” e qualifica-o como “a expressão do pensamento humano”. Quando faz

referência ao “trabalho das massas populares”, isto é, o que seria o trabalho braçal, se opondo ao intelectual, faz uso do verbo “fazer”, depreciando-o por meio de uma qualificação negativa, como em “fazer [...] movimentos repetitivos”. Por meio desses verbos, entram em cena dois PDVs que se opõem, gerando um conflito que será resolvido pela oportunidade de estudo a quem desempenha trabalho repetitivo. O efeito de sentido do uso desses dois verbos revela o posicionamento que o escrevente está construindo em direção a uma argumentação mais incisiva, constituída pelo uso de outros verbos carregados axiologicamente de uma carga positiva, como “estudar e aprender a pensar”, para “realizar a expressão de seu pensamento”. Trata-se de um PDV preconceituoso, que entende que apenas aquele que estudou é capaz de pensar.

O discurso sobre o trabalho e sobre o trabalho intelectual em jogo, nessa redação, é o de que a educação formal propicia uma boa carreira, porque o trabalho é realização, ao contrário de quem não estuda, cujo trabalho consiste em executar movimentos repetitivos. São duas forças antagônicas concorrendo entre si e que buscam um lugar. O escrevente, para corroborar seu posicionamento, introduz um discurso, mobilizado da esfera religiosa e atualizado na enunciação para finalizar e concluir seu texto: o jovem deve “receber instrução” para “pensar, filosofar para seguir **uma carreira profissional com sucesso e realizar grandes trabalhos**” (R007, grifos meus). No exemplo (1), a qualificação do trabalho foi efetivada na axiologização desses verbos, constituindo outro modo de dizer o mesmo dito, isto é, a qualificação positiva do trabalho conquistado por meio do estudo. A qualificação, nesse exemplo, mantém o mesmo discurso sobre o trabalho intelectual e o que ele representa para o escrevente frente à universidade. Circula também, desse modo, um discurso preconceituoso em relação ao trabalho braçal. Preconceito herdado da época da escravidão, por meio do qual se legitima o poder da educação formal para dividir e excluir quem não tem acesso a ela.

Contrapondo-se a esse discurso dominante, temos no exemplo (2) um discurso que desvaloriza o trabalho. De expressão menor, na totalidade do corpus, mas não desprezível, uma vez que exhibe o diálogo do escrevente, principalmente com o segundo fragmento da coletânea. Esse discurso apresenta-se com um tom denunciatório do trabalho que escraviza, que explora o trabalhador. Nesse exemplo, há uma expressão temporal que marca processualmente o passar do tempo: “No decorrer da nossa história” que articula-se com a qualificação do trabalho, expressando o mesmo PDV do segundo fragmento, trabalho é exploração. Esse PDV pode ser apreendido na observação da adjetivação bastante marcada no segundo parágrafo da redação:

(2) [...] **2º §** Contudo, quando a força de trabalho **é explorada brutalmente**, está-se agredindo um **dom natural do ser**, [...]. No decorrer da nossa história, observa-se a **exploração maciça** da mão-de-obra o que **é um equívoco terrível**, haja vista conseguir-se uma **produtividade maior e melhor** - comprovadamente - oferecendo-se **melhores condições** e respeitabilidade. [...] (R079, grifos meus).

O escrevente qualifica o trabalho com uma adjetivação avaliativa: “dom natural do ser”; e axiológica: “exploração maciça”, “é explorada brutalmente”, “produtividade melhor”, “é um equívoco terrível”, “melhores condições” e depreende o PDV do enunciador do segundo fragmento, inserido na redação por meio da adjetivação, mas não se solidariza com ele, pelo contrário, no modo de adjetivar, contrapõe o seu PDV ao do segundo fragmento da coletânea. Nessas adjetivações, pode-se perceber o tom de denúncia com o qual se constrói um discurso que desvaloriza o trabalho, porque esse trabalho explora o trabalhador. Trata-se de um discurso que circula na sociedade, de modo geral, porque se vivencia essa axiologização negativa do trabalho. Essa experiência do trabalho como exploração manifesta um discurso em que se denuncia a desigualdade social e as mazelas do capitalismo, e não vê saída, não se visualiza uma solução. Até se deseja a igualdade, o respeito e o fim do trabalho escravo, “que **é um equívoco terrível**”, mas a perspectiva de mudança depende da melhoria das condições de trabalho. O discurso que prevalece é o de que o trabalho é exploração, é sofrimento, mas também que se deve mudar essa situação.

A esfera religiosa merece destaque em virtude da relação dos discursos que nela circulam com o tema trabalho. O discurso religioso tem um caráter ambíguo em que ora o trabalho é valorizado, ora é depreciado. Além disso, a igreja, vista como um *aparelho ideológico do estado* (ALTHUSSER, 1980), sempre apoiou o sistema capitalista e cresceu juntamente com ele. Em oposição ao discurso religioso-capitalista-elitista, surgiu a teologia da libertação que, na figura de alguns religiosos que ousaram se opor a essa igreja, manifestava-se a favor dos explorados e lutavam para acabar com a desigualdade social. Nas redações, está presente um discurso, afirmando que trabalho é castigo, sofrimento e todos devem “suar o rosto para ter o sustento”. O que está em jogo é a ética do trabalho sob a visão da religião e do capitalismo.

Com base no provérbio fundado no mito bíblico relatado no livro de gênesis: “comerás o pão com o suor do seu rosto”, o trabalho é visto como castigo de Deus à humanidade pecadora, qualificado negativamente e como maldição lançada sobre a humanidade. O trabalho é visto, portanto como sofrimento:

(3) **1º §** No Gênesis, o primeiro livro da bíblia, encontramos a **famosa passagem** na qual Adão e Eva [...] Deus, **irado** por conta dos pecados cometidos [...] lança uma maldição sobre a humanidade [...] as mulheres teriam que sofrer para conceber seus descendentes, enquanto os homens teriam que ganhar a vida com o suor do seu próprio rosto. Trabalhando.

[...]

4º § [...] **fica cada vez mais claro** que a maneira como se organiza o trabalho em nossa sociedade [...] como na Bíblia, muito mais perto de uma maldição [...]. **Jornadas de trabalho longas demais [...] abusos psicológicos [...] esforço [...] frustrado** [...] atormentam o dia das **pessoas que trabalham** (R201, grifos meus).

A referência ao Gênesis, no primeiro parágrafo, é um saber que já existe antes da produção da redação e o escrevente o mobilizou e o transformou em texto a fim de construir um PDV com argumentos baseados em seu conhecimento de mundo. O escrevente defende, pois, a tese de que trabalho é sofrimento, sob dois argumentos: maldição e expiação. A adjetivação é bastante relevante no exemplo (3). A referência a Adão e Eva é feita com a anteposição de um adjetivo avaliativo, “famosa passagem”, causando um efeito de sentido de longevidade e permanência de um texto tido como conhecido não só do escrevente, mas principalmente de seu leitor. Na sequência, a qualificação de Deus mostra-se pertinente, no sentido de mostrar um estado emocional – irado – que o levou a lançar tal maldição contra a humanidade. A adjetivação no final do primeiro parágrafo, “trabalhando”, também mostra como o escrevente enfatiza essa maldição. O escrevente assume o discurso introduzido pelo enunciador, o livro de “gênesis”, que assegura ser o trabalho uma maldição.

Conclui seu texto, reafirmando, no quarto e último parágrafo, esse discurso que vinha construindo, afirmando-o num tom de clareza. O PDV defendido é o de que o trabalho é maldição. PDV compartilhado com o enunciador do primeiro parágrafo, “gênesis”. O escrevente, no uso de adjetivações, assume esse discurso e fortalece seus argumentos, usando como estratégia argumentativa a exemplificação do motivo pelo qual o trabalho é maldição. Apesar de diferentes argumentos ele permanece no senso comum, assumindo o discurso do trabalho como sofrimento.

Considerações Finais

Há, no processo de escrita, um escrevente que se posiciona, buscando se fazer entender e se entendendo, se construindo e se constituindo como sujeito no processo de escrita de um determinado gênero. Na totalidade do corpus, prevalece a construção do discurso que valoriza o trabalho e que é gerenciada discursivamente por meio das qualificações, imprimindo ao texto um

movimento argumentativo. Os discursos materializam-se linguisticamente pelas escolhas lexicais que vão manifestar o julgamento do escrevente diante do objeto do discurso, o trabalho, e revelar o discurso que constrói em seu texto. As qualificações, avaliativas e axiológicas, revelam os valores sociais, culturais e, portanto, ideológicos presentes nesses discursos sobre o trabalho.

A apreciação valorativa do trabalho também está relacionada ao modo como o escrevente apreende a realidade. O processo de escrita acontece, assim, discursivamente e revelam o caráter ideológico e dialógico da linguagem na constituição desses discursos, que são construções sócio-históricas manifestando o funcionamento discursivo gênero *redação de vestibular*. Como vimos, os resultados revelam que a construção de diferentes discursos sobre o trabalho se articula com a construção de PDVs na organização do texto. Essas construções se materializam linguisticamente por diferentes modos de qualificação, vistos como estratégias adotadas pelo vestibulando – o escrevente – para garantir uma direção argumentativa para o texto.

Os resultados da investigação sobre a construção de diferentes discursos sobre o trabalho e sua articulação com o PDVD no texto indicam outro olhar para o ensino da qualificação vista de modo amplo. A adjetivação, mais especificamente, vista comumente, numa visão mais tradicional e descritiva de ensino da escrita simplesmente como uma classe gramatical, pode ser concebida em sua dimensão discursiva, deixando de lado o treino mecânico de estruturas desconexas das dimensões do gênero.

ANEXO

REDAÇÃO

Texto 1

O trabalho não é uma essência atemporal do homem. Ele é uma invenção histórica e, como tal, pode ser transformado e mesmo desaparecer.

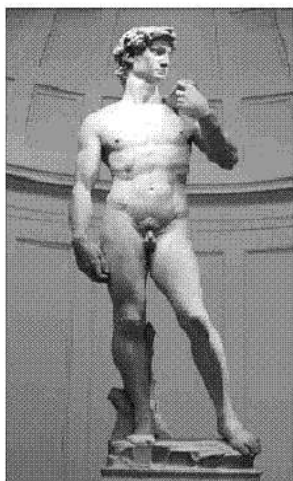
Adaptado de A. Simões

Texto 2

Há algumas décadas, pensava-se que o progresso técnico e o aumento da capacidade de produção permitiriam que o trabalho ficasse razoavelmente fora de moda e a humanidade tivesse mais tempo para si mesma. Na verdade, o que se passa hoje é que uma parte da humanidade está se matando de tanto trabalhar, enquanto a outra parte está morrendo por falta de emprego.

M.A. Marques

Texto 3



O trabalho de arte é um processo. Resulta de uma vida. Em 1501, Michelangelo retorna de viagem a Florença e concentra seu trabalho artístico em um grande bloco de mármore abandonado. Quatro anos mais tarde fica pronta a escultura "David".

Adaptado de site da Internet

INSTRUÇÃO: Os três textos acima apresentam diferentes visões de trabalho. O primeiro procura conceituar essa atividade e prever seu futuro. O segundo trata de suas condições no mundo contemporâneo e o último, ilustrado pela famosa escultura de Michelangelo, refere-se ao trabalho de artista. Relacione esses três textos e com base nas idéias neles contidas, além de outras que julgue relevantes, redija uma DISSERTAÇÃO EM PROSA, argumentando sobre o que leu acima e também sobre os outros pontos que você tenha considerado pertinentes.

Referências

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Trad. de Joaquim José de Moura Ramos, 3ª. Ed., Lisboa: Presença, 1980.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Caderno de estudos linguísticos*. Campinas-SP, v. 19, p. 25-42, 1990.

BAKHTIN, Mikhail, VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986 [1929].

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1979].

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GERALDI, Wanderley (org.). *O texto na sala de aula: leitura & produção*. São Paulo: Ática, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, p. 163-252, 1990.

RABATEL, Alain. *La construction textuelle du point de vue*. Lausanne, Paris: Delachaux et Niestle, 1998.

_____. L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques. In: *Langages*, 156, Paris, Larousse, 2004, pp. 3-17.

VOLOCHINOV, V. N. (BAKHTIN). *Discurso na vida e discurso na arte* (sobre poética sociológica). Tradução de Carlos Alberto Faraco & Cristóvão Tezza, s/d, [1926], mimeo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to show how different discourses on the work are built and how these discourses are articulated with the construction of points of view, from the analysis of the adjectives in the writing of students who are going to take the exam for college entrance. The analysis is based in two perspectives: the enunciative that identifies different discourses about work and the discursive that allows us to observe how these different discourses influence the construction of points of views and, especially, of the dominant point of view the organization of the text. These constructs are materialized by linguistically different ways of adjectivation, and reveal different representations of the subject on the work, especially those whose work is valued.

KEYWORDS: *writing; vestibular essays; adjectives; discourses on the work, construction of points of view.*

Diálogos em língua portuguesa: relações intertextuais e interdiscursivas entre Arménio Vieira e João Cabral de Melo Neto

Priscila Genelhú Soares¹

RESUMO

As relações entre Cabo Verde e Brasil tornam-se cada vez mais intensas; do âmbito das relações econômicas ao intercâmbio cultural, evidencia-se o diálogo constante e crescente. Nosso projeto pretende investigar comparativamente as obras poéticas de dois “Prêmios Camões”, o cabo-verdiano Arménio Vieira e o brasileiro João Cabral de Melo Neto, percebendo como as relações e os intercâmbios se concretizam no cenário literário, dando especial importância a aspectos que permeiam o espaço físico de produção dos autores e concepções poéticas. Como base para tais comparações, serão utilizados os conceitos de dialogismo e interdiscursividade propostos por Mikhail Bakhtin, e intertextualidade, por Julia Kristeva.

PALAVRAS-CHAVE: *dialogismo; interdiscursividade; literatura comparada; poesia; literaturas de língua portuguesa.*

Introdução

Muito anteriores a Arménio Vieira e João Cabral de Melo Neto, autores que serão objeto de estudo neste artigo, as relações entre Cabo Verde e Brasil dizem respeito a questões intensas de identidade. Por muito tempo colônias de metrópole comum, Portugal, os dois países tiveram, desde seus respectivos “descobrimentos”, histórias desenvolvidas de forma bastante semelhante e sempre articuladas, como bem ressalta o historiador e embaixador da República de Cabo Verde no Brasil, Daniel António Pereira:

Simbolicamente, diria que as relações entre Cabo Verde e Brasil antes de acontecerem, já existiam. E depois de acontecerem se densificaram ao longo dos séculos, marcando indelevelmente os povos dos dois lados do Oceano Atlântico (PEREIRA, 2011, p. 28).

¹ Priscila Genelhú Soares é graduanda em Letras (Portugues/ Espanhol) na Universidade de São Paulo. Desenvolveu pesquisa de Iniciação Científica, com fomento FAPESP, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (DLCV – FFLCH – USP), sob orientação da Profa. Dra. Erica Antunes Pereira.

O presente trabalho atua enquanto uma interpretação dos intercâmbios culturais entre os dois países, principalmente no que se refere a como todo o cenário histórico compartilhado modificou as produções literárias de cada país. Para tal, a escolha de João Cabral de Melo Neto e Arménio Vieira como representantes de literaturas nacionais refere-se à importância assumida por ambos na construção destas. Segundo afirma o importante linguista cabo-verdiano, Manuel Veiga, (1998, p. 172) ao refletir sobre a literatura pós-claridosa em Cabo Verde, Arménio Vieira é “pedra fundamental da moderna poesia cabo-verdiana”. Quanto a João Cabral de Melo Neto, é consenso que seja um dos mais importantes poetas de nosso país, responsável também por uma literatura de retrato identitário do homem brasileiro, especificamente o nordestino.

Ambos os escritores propostos foram galardoados com um dos reconhecimentos literários mais importantes que pode um escritor de língua portuguesa receber: o Prémio Luís de Camões, instituído conjuntamente por Brasil e Portugal. Nesse sentido, válido é tomar ciência do que prevê o Artigo 1º do Decreto 43, de 30 de novembro de 1988, ao instituir o prêmio “Com o objectivo de consagrar anualmente um autor de língua portuguesa que, pelo valor intrínseco da sua obra, tenha contribuído para o enriquecimento do património literário e cultural da língua comum”.

As relações existentes entre a poesia de Arménio Vieira e João Cabral de Melo Neto são múltiplas e extensas, assumindo não só o carácter já mencionado de contexto de produção baseado nas semelhanças Cabo Verde - Brasil, mas também aspectos comuns da temática e da abordagem própria dos dois autores. Essas relações intertextuais e dialógicas serão compreendidas com base na teoria linguística do texto, a partir de conceitos formulados e discutidos inicialmente por Mikhail Bakhtin e, posteriormente, revistos e complementados pela francesa Julia Kristeva, principal responsável pela difusão e prestígio da obra bakhtiniana no ocidente.

Os objetivos do trabalho compreendem identificar e investigar as relações existentes entre os autores Arménio Vieira e João Cabral de Melo Neto e suas respectivas obras poéticas. Mais especificamente, examinar a semelhanças e diferenças entre a concepção de Arménio Vieira e a de João Cabral de Melo Neto sobre o fazer poético – a poesia, o próprio poeta – e sobre o papel destes frente à sociedade e ao mundo. Para tal, serão analisados um conjunto de onze poemas, “Dez poemas mais um”, do livro *MITOgrafias* (2006) de Arménio Vieira e dois poemas de João Cabral de Melo Neto, “Poema(s) da cabra” e “A Carlos Drummond de Andrade”, que estão, conforme será demonstrado, diretamente em diálogo com os poemas de Arménio Vieira.

A metodologia utilizada será, primordialmente, comparativista, por meio dos conceitos de dialogismo, interdiscursividade (BAKHTIN, 1992) e intertextualidade (KRISTEVA, 2005). Com auxílio das interpretações brasileiras destes conceitos (FIORIN, 2006), (BRAIT, 1997), (FARACO, 2003), procuraremos também nos aproximar do “comparatismo da solidariedade” de Benjamim Abdala Jr., “buscando o que existe de próprio e de comum em nossas culturas” (ABDALA JR, 2003, p. 67).

1. Relações primárias Cabo Verde - Brasil

Desde o século XVI havia registros sobre intensas trocas de elementos da fauna e de produtos agrícolas que já naquela época começavam a movimentar a economia de cada uma das então colônias, Cabo Verde e Brasil. Com o tempo e devido à estratégica localização geográfica, as ilhas acabaram por se estabelecerem como escala das esquadras de navegações, predominantemente, vindas da Europa com destino à América (principalmente o Brasil). A pequena distância de Cabo Verde em relação à costa do nordeste brasileiro facilitava as interações e, durante esses séculos, as trocas ultrapassaram questões meramente comerciais e alcançaram níveis profundos de dinâmica cultural, com destaque para a literatura.

Portugal, enquanto metrópole comum, foi o fator primeiro e principal a fornecer às duas colônias esse diálogo, proporcionando transformações culturais sobre pilares compartilhados, entre eles, aquilo que melhor concretiza o caráter comparatista deste estudo: a língua portuguesa. Cerca de um século e meio antes de Cabo Verde, o Brasil conquistou sua independência política em 1822; a partir de então, movimentos que já vinham se manifestando em sentido de construção de uma literatura nacional (como o Romantismo, por exemplo) se concretizaram, propiciando uma identidade brasileira. A consolidação da literatura e a constituição de uma nação cabo-verdiana, ao contrário, aconteceram anos antes da conquista da independência política em 1975, com a publicação da revista *Claridade*, revista literária e cultural que concentrou o movimento dos intelectuais pela formação social e construção de uma cultura dita nacional. O Brasil teve, culturalmente, importante contribuição nesse momento: intelectuais cabo-verdianos que buscavam desfazer-se das dominadoras relações coloniais passaram a adotar novas referências culturais e literárias.

Em outras palavras, os “claridosos”, como são nomeados os representantes dessa geração, adotaram como uma de suas novas referências a literatura brasileira, entre outros fatores, por se

caracterizar, o Brasil, um “itinerário histórico igualmente colonizado” (GOMES, 2008, p. 112), portanto mais próximo da realidade, ainda colonial, de Cabo Verde. A literatura moderna brasileira passa a ter, então, importante papel no “desabrochar dessa nova mentalidade cabo-verdiana e, conseqüentemente, de *Claridade*” (FERREIRA, 1973, p. 252-253). Manuel Ferreira ainda ressalta “Tenhamos em conta isto. Os livros da nação brasileira alargaram-se de mão em mão no momento em que os jovens intelectuais cabo-verdianos descobriram a urgência de rigorosa objectividade sócio-literária” (*Ibidem*, p. 255).

Pouco depois da publicação do primeiro número da *Claridade*, em 1936, nascia, no ano de 1941, o cabo-verdiano Arménio Vieira. Imerso em toda essa circulação da literatura brasileira em Cabo Verde, assim como tantos outros escritores africanos falantes de língua portuguesa, cresceu lendo não só a literatura portuguesa e os grandes clássicos de diversas nacionalidades, mas também a literatura produzida no Brasil. Em seus poemas, é possível perceber elementos que dialogam “explícita ou implicitamente” com brasileiros como Manuel Bandeira, “Carlos Drummond de Andrade, Dante Milano, João Cabral de Melo Neto” (GOMES, 2011, p. 2). É nesse diálogo que está baseado o estudo deste artigo que pretende perceber, desvendar e conhecer as relações literárias entre o poeta cabo-verdiano Arménio Vieira e o poeta brasileiro, nascido em Recife no ano de 1920, João Cabral de Melo Neto.

2. Formas de dialogismo entre as obras de Arménio Vieira e João Cabral de Melo Neto

As obras poéticas dos referidos autores são delineadas por princípios inúmeros, características diversas que são, em maior ou menor grau, reflexos de suas experiências: 1- da excelente formação cultural, ampla e vasta, que ambos tiveram; 2- dos lugares onde viveram e escreveram; 3- da realidade social desses lugares; 4- de como, a partir de todos esses elementos, passaram a enxergar ambientes, povos e realidades sociais problemáticas. Diante de tal quadro, é importante ressaltar que Arménio Vieira e João Cabral de Melo Neto não escreveram, necessariamente, sobre si mesmos; ao contrário, o que primordialmente se observa na poesia desses dois autores é um constante retratar do mundo e da concepção do “fazer poético”. As relações entre suas obras ultrapassam limites temáticos e chegam a outros níveis dialógicos.

O dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é princípio constitutivo do enunciado. Portanto, todo enunciado irá se formar a partir de outros, sempre há mais de uma voz. Em estudo intitulado “Interdiscursividade e Intertextualidade” (FIORIN, 2005) e em seu livro *Introdução ao pensamento de Bakhtin*, José Luiz Fiorin discute os conceitos bakhtinianos e demonstra algumas formas de ocorrência de dialogismo entre dois textos ou discursos. A primeira é a premissa de que o dialogismo não se exhibe no discurso, de modo que o simples fato de dois textos compartilharem um tema (mesmo um desconhecendo o outro) é suficiente para caracterizá-los como textos relacionados dialogicamente. Nesse sentido, observemos o que afirma o próprio Bakhtin:

Dois enunciados, separados um do outro no espaço e no tempo **e que nada sabem um do outro**, revelam-se em **relação dialógica** mediante uma confrontação do sentido, desde que haja alguma convergência do sentido (ainda que seja algo insignificante em comum no tema, no ponto de vista, etc. (BAKHTIN, 2002, p. 354 - negritos nossos).

A segunda forma de ocorrência de dialogismo é quando ele se mostra no texto (composicional), de tal modo que o discurso do outro é nitidamente separável ou abertamente citado. Como elucida Bakhtin (2002, p. 320), “a mais leve alusão ao enunciado do outro confere à fala um aspecto dialógico que nenhum tema constituído puramente pelo objeto poderia conferir-lhe”.

Finalmente, a terceira forma de ocorrência (também composicional) diz respeito ao discurso internamente dialogizado, em que há a “impossibilidade de separação nítida” (FIORIN, 2005, p. 176) do que corresponde a cada “autor”, as vozes misturam-se.

Entre Arménio Vieira e João Cabral de Melo Neto é possível delimitar todas essas formas de diálogo. Este estudo pretende selecionar os dialogismos composicionais explicitamente citados e investigar os dialogismos composicionais não explícitos e os dialogismos temáticos, compreendendo-os. Ao início das duas obras de Arménio selecionadas como recorte para a pesquisa (*Poemas*, de 1981; e *MITOgrafias*, de 2006), há a menção direta a João Cabral de Melo Neto.

É inquestionável, portanto, o fato de Arménio ter lido e refletido a poesia cabralina. Em *MITOgrafias* (2006), logo no início da obra, Arménio seleciona um conjunto de onze poemas, ou “Dez poemas mais um”, e dedica-os a João Cabral de Melo Neto no que podemos denominar de poema-epígrafe:

DEZ POEMAS MAIS UM

para João Cabral de Melo Neto,
pão sem miolo, apenas côdea,
 se é que o finado Severino
 ainda pode ouvir. (VIEIRA, 2006, p. 15).

Além, é claro, da menção direta ao nome de João Cabral de Melo Neto, a partir unicamente desses versos já seria possível delimitar uma ocorrência de dialogismo definida acima, a segunda forma. O verso “*pão sem miolo, apenas côdea*” pertence a um famoso poema de João Cabral de Melo Neto, “Poema(s) da Cabra”:

[...]
 O negro é o duro que há no fundo
 da natureza sem orvalho
 que é a da cabra, esse animal
 sem folhas, só raiz e talo,
 que é a da cabra, esse animal
 de alma-carço, de alma córnea,
 sem moelas, úmidos, lábios,
 pão sem miolo, apenas *côdea*.
 [...] (MELO NETO, 2010, p. 218)

Este poema do autor brasileiro trata do núcleo negro, pobre e “pouco” da cabra, a quem ele compara o nordestino alguns versos depois. A problematização social que há na obra de João Cabral, também virá a manifestar-se em na obra de Arménio Vieira. Ao apropriar-se do verso de João Cabral e inseri-lo em seu poema, Arménio Vieira concretiza um dialogismo composicional por referência direta utilizando as mesmas palavras.

Dentre os onze poemas desse livro dedicados a João Cabral, nove se iniciam da mesma maneira: “Não há guarda chuva, João / contra”, que caracteriza o mesmo tipo de dialogismo. Para perceber a interlocução, observemos, primeiramente, a seguinte estrofe do poema “A Carlos Drummond de Andrade”, de João Cabral de Melo Neto:

[...]
 Não há guarda-chuva
 contra o tempo,
 rio fluindo sob a casa, correnteza
 carregando os dias, os cabelos (MELO NETO, 1994, p 79).

Arménio se apropria das palavras do poeta brasileiro, coloca-se primeiro enquanto interlocutor e, posteriormente, em sua réplica – considerando um “diálogo real” –, elege João Cabral (“João”) como seu interlocutor, numa excelente caracterização de dialogismo. Em outras palavras, Arménio Vieira escreve como se sua poesia fosse a própria réplica a um diálogo real iniciado por João Cabral de Melo Neto, também, em poesia. O dialogismo se desenvolve das três formas acima mencionadas ao longo de todos os poemas de “Dez poemas mais um”, abrangendo, ainda, o que Bakhtin denomina “diálogo real”, ou seja,

a forma mais simples e mais clássica da comunicação verbal. A alternância dos sujeitos falantes (dos locutores) que determina a fronteira entre os enunciados apresenta-se no diálogo com excepcional clareza. Ora, o mesmo sucede nas outras esferas da comunicação verbal, [...] o autor da obra manifesta sua individualidade, sua visão do mundo, em cada um dos elementos estilísticos do desígnio que presidia à sua obra. [...] as obras dos antecessores, nas quais o autor se apóia, as obras de igual tendência, as obras de tendência oposta, com as quais o autor luta, etc (BAKHTIN, 2002, p. 298).

Em exemplos como os dos versos seguintes em que João Cabral e Arménio Vieira refletem sobre a temática do amor, além do diálogo temático, os versos concretizam-se quase como se o diálogo estabelecido fosse, realmente, “real” e uma proposição levasse a uma resposta, caracterizando-se como “compreensão ativa responsiva”:

[...]
 Não há guarda-chuva
 contra o amor
 que mastiga e cospe como qualquer boca,
 que tritura como um desastre. (MELO NETO, 1994, p 79).

A resposta concreta de Arménio seria:

Não há guarda-chuva, João,
 contra quem não te ama
 já que o amor só se dá
 quando alguém, como um rio,
 se alonga e entra no mar,
 o qual, embora líquido e salgado,
 não é teu suor nem teu sangue. (VIEIRA, 2006, p. 18).

Assim como João Cabral, Arménio é um poeta que trabalha a palavra exaustivamente, o trabalho da pedra sendo amanhada – imagem comum ao brasileiro –, em que nenhum elemento está solto em sua poesia. Os dois compartilham: a concepção racional de poesia; o pensar e o repensar das palavras, do poema; o trabalho racional do poeta, sempre consciente de seu fazer

poético. Para exemplificar, observemos mais estes versos do poema “A Carlos Drummond de Andrade”, de João Cabral de Melo Neto, em que se opera um diálogo temático e composicional:

Não há guarda-chuva
contra o poema
subindo de regiões onde tudo é surpresa
como uma flor mesmo num canteiro.
[...] (MELO NETO, 1994, p. 79)

Arménio Vieira, por sua vez, também reflete sobre a concepção de poesia:

E, por último, sem que isto seja o fim,
não há guarda-chuva, João,
contra os enguiços do poema,
[...] (VIEIRA, 2006, p. 24).

Considerações finais

Assim, como podemos comprovar, as relações entre Arménio Vieira e João Cabral de Melo Neto são exemplos atuais de um diálogo muito mais abrangente, complexo e extenso entre Brasil e Cabo Verde que vem se fortalecendo. Todos esses diálogos entre os dois poetas exigem um levantamento de questionamentos acerca de em que proporções e em quais temáticas a leitura de João Cabral de Melo Neto teve repercussões na formação e na escrita poética de Arménio Vieira, de modo a tornar identificáveis as medidas dialógicas enquanto troca e intercâmbio, nos moldes do pensamento bakhtiniano, segundo o qual:

o enunciado está ligado não só aos elos que o precedem mas também aos que lhe sucedem na cadeia da comunicação verbal. No momento em que o enunciado está sendo elaborado, os elos, claro, ainda não existem. Mas o enunciado, desde o início, elabora-se em função da eventual reação-resposta, a qual é o objetivo preciso de sua elaboração (BAKHTIN, 2002, p. 320 - negritos nossos).

Um poeta, ao escrever e publicar sua obra, não espera um leitor inerte diante da leitura de sua poesia, mas um leitor que de alguma maneira concretize o caráter dialógico da língua e da linguagem, um enunciado pede retorno “ele espera uma **compreensão responsiva ativa**, constrói-se para uma resposta, seja ela uma concordância ou uma refutação.” (FIORIN, 2006, p.32 –

negritos nossos). Nesse sentido não há melhor leitor do que o representado por Arménio Vieira, a relação entre os dois poetas ilustra perfeitamente, portanto, o caráter dialógico da língua.

Apesar de terem sido, ambos, Arménio e João Cabral, agraciados com o Prêmio Camões, não há registro de nenhuma análise e estudo comparativo aprofundado com base nas obras dos dois. Assim, considerando a imensa malha de diálogos perceptíveis entre as obras desses poetas, justifica-se e reitera-se a importância deste trabalho, trazendo à área de estudos comparados de literatura o conhecimento de diálogos ricos e completos.

Referências

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De vôos e ilhas: literatura e comunitarismos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria E.G.G.Pereira; rev. trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto (orgs.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.
- FERREIRA, Manuel. *A aventura crioula ou Cabo Verde, uma síntese étnica e cultural*. Lisboa: Plátano, 1973.
- _____. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Venda Nova, Amadora: Livraria Bertrand, 1977.
- _____. O texto brasileiro na literatura caboverdiana. In: *Literaturas africanas de língua portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 81-104.
- _____. A emergência da inter-textualidade afro-brasileira. In: *O discurso no percurso africano I*. Lisboa: Plátano, 1989, p. 139-186.
- FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.
- GOMES, Simone Caputo. *Cabo Verde: literatura em chão de cultura*. Cotia: Ateliê Editorial; Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.
- _____. Arménio Vieira: Aulas magnas de arte poética. In: *Mulemba* (revista científica – UFRJ). Rio de Janeiro. n. 4. Julho, 2011. Disponível em: <http://setorlitafrika.letras.ufrj.br/mulemba/download/artigo_4_4.pdf>. Acesso em 10 fev. 2012.
- KRISTEVA, Julia. *Introdução à semiótica*. 2. ed. Tradução de Lúcia Helena Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- MACÊDO, Tania. A presença da literatura brasileira na formação dos sistemas literários dos países africanos de língua portuguesa. In: *Revista Crioula*, v. 5, maio 2009, p. 1-32. Disponível em:

<<http://www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/crioula/edicao/05/Artigo%20Mestre%20-%20Tania%20Macedo.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Diálogo. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARIANO, Gabriel. *Cultura Caboverdeana: ensaios*. Lisboa: Veja, 1991.

MELO NETO, João Cabral de. *Obra completa* – João Cabral de Melo Neto. OLIVEIRA, Marly de (org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

_____. *Morte e vida severina; e Outros poemas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

_____. *Melhores poemas de João Cabral de Melo Neto*. São Paulo: Global, 2010.

NITRINI, Sandra. *Literatura comparada*. 3. ed. São Paulo: Ed. USP, 2010.

NUNES, Benedito. *João Cabral: a máquina do poema*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

PEREIRA, Daniel A. *Das relações históricas Cabo Verde/Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

VIEIRA, Arménio. *Poemas*. Lisboa; Praia: África; Ilheu, 1981.

_____. *MITOgrafias*. Mindelo: Ilheu Editora, 2006.

ABSTRACT

Relations between Cape Verde and Brazil are becoming increasingly intense. Ranging from the economic relations to cultural exchange, there is a constant and growing dialogue. Our project aims to comparatively investigate the poetic works of two Camões Prize winners - the Cape-Verdean Arménio Vieira and João Cabral de Melo Neto from Brazil - focusing on how relations and exchanges are performed in the literary setting, giving special attention to the aspects that permeate the authors' physical space of production and their poetic conceptions. As a basis for such comparisons, concepts of dialogism, interdiscursivity and intertextuality will be used, following the propositions made by Mikhail Bakhtin and Julia Kristeva.

KEYWORDS: *dialogism; interdiscursivity; comparative literature; poetry; portuguese language literatures.*

A imagem do jogo no quadro das relações políticas

Lineide do Lago Salvador Mosca¹

RESUMO

Objetiva-se, com base nos Estudos do Discurso de procedência francesa e ênfase nas Teorias da Argumentação, examinar o entrelaçamento entre política e jogo, destacando os pontos comuns aos dois setores da vida comunitária. As redes discursivas estabelecidas mostram essas confluências, calcadas no acervo comum da coletividade, nas relações sociais do cotidiano, expressas por imagens retóricas. Constitui-se, assim, um cenário em que o símbolo passa a exercer um papel agregador, de elevado potencial de persuasão e em que o espetáculo se dá a ver, nele atuando as estratégias de ilusão participativa. A competitividade do jogo e a existência de normas e regras subjacentes aos contratos estabelecidos fazem parte daquilo que se dá num plano maior e mais abstrato, qual seja, o domínio do político. A perspectiva adotada será a de um enfoque interdisciplinar com a Teoria Política e as Ciências da Comunicação, além das disciplinas de base aos estudos do discurso.

PALAVRAS-CHAVE: discurso político; jogo; persuasão; estratégias; valor simbólico.

Introdução

Partiremos do princípio de que na **Política**, seja em seu **sentido amplo** que concerne ao Bem Comum da sociedade, tal como concebida no antigo mundo grego, seja no **sentido restrito** de conjunto de atos e de atores investidos de **poder**, ou que o almejam, para reger as instituições que a compõem, estão subjacentes uma série de **normas** e **regras** que integram o **contrato** estabelecido entre os seus diversos componentes. Aristóteles considerava a Política, em seu primeiro sentido, como a arte por excelência, à qual todas as demais estariam submetidas. A arte do possível.

1. Fundamentação teórica

¹ Docente do Programa de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil. E-mail: lineide@usp.br.

Por esta colocação inicial, percebe-se que estamos claramente num **campo interdisciplinar**, em que várias disciplinas confluem para elucidar melhor os fatos, cada uma guardando as suas especificidades e levando em consideração o lugar ocupado por elas no âmbito das Ciências Humanas. Nosso campo de investigação localiza-se nos Estudos do Discurso, com ênfase nos processos argumentativos que se dão nas atividades languageiras, considerando-se as condições de produção e as fontes enunciativas em que estas se dão, assim como todo o processo em que estão envolvidas.

2. Conceitos básicos

Dentro desse quadro teórico de base, a ideia de **troca** é fundamental, porque é própria das situações comunicativas, em que há o confronto entre subjetividades e em que a presença da discordância e da controvérsia faz parte do espaço tensivo que as constitui. Salta-se daí para a ideia de **jogo**, em que há normas e regras a obedecer e em que o almejado é a vitória de seus intentos, daí a necessidade de mobilizar as melhores estratégias rumo à consecução dos objetivos que se pretende alcançar.

O prêmio Nobel de Economia, atribuído a John Nash em 1994, contribuiu para os modelos de decisão e de negociação, denominado “Teoria dos Jogos”. Já anteriormente, a administração dos pontos conflituosos, mediante o processo argumentativo, fora largamente propiciado pela Retórica, cujas origens se prendem à substituição da força física pela força da palavra, mediante o uso de estruturas lógicas e da intervenção dos movimentos passionais da afetividade, na procura da adesão dos interlocutores.

A Nova Retórica, a partir dos estudos de Perelman e outros e continuada por Michel Meyer, ambos filósofos, o que acentua o caráter interdisciplinar que salientei anteriormente, possibilitou o aprofundamento no trato das questões polêmicas, com vistas a poder chegar a uma solução negociada diante dessas questões. Nessa linha, a visão por nós adotada é a de argumentação como uma forma de **interação**, em que todas as partes têm seus **interesses em jogo**, em que o poder e o controle estão fortemente presentes, ainda quando se pretenda chegar a um entendimento e a um possível consenso. O que se pode fazer é chegar a diminuir as distâncias entre os sujeitos implicados na divergência, sem jamais chegar a eliminá-las, sob pena de se extinguir as identidades de cada uma. Em seus trabalhos, Meyer trata bem da questão das

diferenças² e de como elas podem ser consideradas como aproximação ou distanciamento. Numa argumentação colaborativa e não impositiva, o retórico está exatamente na consideração desse espaço da diferença, da consideração do outro como tendo o seu lugar próprio, capaz de argumentar, como ser dotado de racionalidade e capaz de reagir, como resultado de suas paixões e afetividades.

Faz parte do jogo, assim estabelecido, a presença do orgulho, da arrogância, da competição/emulação mas, ao mesmo tempo, das regras de **cortesias** que permitem o “querer viver juntos”, tão propalado por Hannah Arendt em suas formulações³, ao estudar os desafios colocados às sociedades democráticas do século XXI. A questão da tolerância e da não-violência, já levantada no *Tratado da Argumentação* por Perelman & Tyteca, passa a fazer parte dos estudos mais recentes nessa área.

Logo no início do *Tratado*, no capítulo referente ao âmbito da argumentação, os autores assim se posicionam:

O uso da argumentação implica que se tenha renunciado a recorrer unicamente à força, que se dê apreço à adesão do interlocutor, obtida graças a uma persuasão racional, que este não seja tratado como um objeto, mas que se apele à sua liberdade de juízo. O recurso à argumentação supõe o estabelecimento de uma comunidade dos espíritos que, enquanto dura, exclui o uso da violência (PERELMAN, 1996, 61).

Parte-se, assim, do ponto de vista de que é possível alterar a **percepção** dos fatos, mudar a **opinião** que sobre eles recai e estabelecer um verdadeiro **jogo**, em que há a possibilidade de **mudança** e de **influência** de uma parte sobre a outra, dentro do razoável, do plausível.

3. Discurso político e jogo: estratégias argumentativas

A visão da Política como um jogo é bastante procedente. Campanhas políticas constituem sempre uma guerra: guerra de imagens, tanto no sentido de representações mentais, como no de figura/imagem propriamente dita, guerra de palavras e de comportamentos. Assiste-se ao **espetáculo** como numa verdadeira arena, em que os discursos se contrapõem ou fazem as mesmas propostas, sob formas diferentes (caso comum nos partidos políticos), devendo ser essencialmente sedutores, aproximando uns e distanciando outros. Neste ponto é que entram as estratégias discursivo-argumentativas, constituindo um apelo muito forte ao virtual eleitor.

² Cf. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*, 1998; *Questionnement et Historicité*, 2000; *A Retórica*, 2007 e outras.

³ Cf. *As origens do totalitarismo*, 1951.

Questões ligadas à projeção de estereótipos, de clichês que circulam na coletividade são avaliadas em seu potencial retórico de persuasão, por estarem ligados aos anseios, demandas e expectativas do público alvo, constituindo uma verdadeira guerra simbólica na disputa eleitoral que se dá na linguagem midiática verbo-visual, assim como nas cenas do cotidiano: inaugurações, homenagens, confraternizações e demais situações do gênero epidítico, concebido como tal na retórica clássica greco-latina.

Atestam a confluência das situações e práticas de jogo na esfera da política ocorrências como “mudanças de peças no tabuleiro político”, a propósito da candidatura de Serra à Prefeitura de São Paulo; a imagem da “sinuca” no jogo político, tal como se viu e ouviu no programa *Painel*, da Globonews, de 10/03/12, coordenado por William Waak, imagem que retoma na memória discursiva dos brasileiros a música “Nega maluca” (“Tava jogando sinuca uma nega maluca me apareceu/vinha com o filho no colo e dizia pro povo que o filho era meu”...), caminhando-se, assim, da ideologia para os imaginários sociodiscursivos da população em geral (o auditório universal) em direção aos setores específicos que se quer convencer e trazer para as suas propostas e opiniões (o auditório particular).

São frequentes também as imagens de outros tipos do mundo lúdico, tais como “jogo de xadrez” (O Egito como peça fundamental nesse jogo de xadrez, em que entram o Irã, a Palestina etc.), “pôquer” (pôquer internacional, jogo de baralho), “partida”, “quebra de braços”, como “jogo de forças”, num sentido mais amplo, “troca de lideranças”, derrota de x ou y; “jogo de cintura” da política, especialmente nas relações diplomáticas que se interpõem àquela; “jogo de influências” na política interna (“O projeto americano permanece, apesar da alternância de poder”, em referência aos republicanos e democratas), e também na situação geopolítica mundial (“Os EUA são um jogador na partida, mas não o único”) entre outras possibilidades⁴. Outras ocorrências, tiradas do mesmo universo discursivo, são registradas com frequência, tais como: “colocar as cartas na mesa”, “dar um xeque-mate”, “driblar a crise”, “efeito dominó” e outras.

O entrelaçamento entre o jogo e a política é tal que a relação é expressa metonimicamente por um de seus elementos mais evidentes. Veja-se a manchete da *Folha de São Paulo*, em seu caderno “Mercado”, B1, de 11 de abril de 2012: “‘Bola’ está com o governo, diz banco privado”.

⁴ Os exemplos foram registrados durante o programa da Globonews, *Painel*, de 05 fev. 2012.

No *lead* da matéria lê-se o seguinte: “Na guerra entre bancos privados e o governo Dilma pela redução dos juros bancários, o setor financeiro apresentou lista de mais de 20 propostas para reduzir as taxas de suas operações e disse que, agora, a ‘bola’ está com o ministério da fazenda”.

Estratagemas de ilusão participativa envolvem o potencial eleitor, colocando-o como uma das peças desse “tabuleiro”, na tentativa de criação de um imaginário homogêneo na comunidade em questão. Estamos aí diante de uma **cenografia**, com a simulação das relações entre interlocutores e de seus papéis sociais. A ideia de diálogo com a população é fortemente estimulada, daí a função alocutiva, aquela que coloca o interlocutor no discurso, ser vital no discurso político.

Tomemos, a título de reflexão desta exposição, um artigo da *Folha de São Paulo*, em seu caderno *Ilustrada*, E10, de 06 de julho de 2010, que traz por título “O futebol não é um jogo”, de João Pereira Coutinho, em que se vê o imbricamento da noção de política e jogo (ver Anexo).

O título, que inicialmente parece um contrassenso, indo ao revés do senso comum, vai pouco a pouco sendo encaminhado de forma a canalizar para o sentido que o autor quer construir em seu texto, modalizando a asserção com um “apenas”, que irá introduzir as demais acepções: “O futebol não é apenas futebol”, em contraposição à ideia tautológica expressa nas palavras do mencionado autor britânico, com que inicia o seu artigo: “Futebol é futebol”, equivalendo a “Futebol é simplesmente futebol”. Enquanto este rebaixa o popular jogo à condição de mero passatempo, o autor da matéria, João Pereira Coutinho, o eleva a um status superior, apontando as injunções históricas que são evocadas quando o que está em jogo não é tão-somente um esporte.

Há, portanto, um choque de ideias, em que ao questionador cabe apresentar as devidas provas que fortalecerão o seu ponto de vista. É o que o autor faz inserindo o tema na ordem histórica dos fatos (relações Portugal/Espanha, relações dentro da Comunidade Europeia), apontando a dimensão política (O Estado, a nação) e a dimensão existencial, que toca o íntimo do cidadão. Numa situação de natureza global, em que o Estado-nação e a religião perdem espaço, o jogo em si, o futebol, vem fazer a função de elo agregador e de símbolo de pertença. Dessacralizam-se alguns valores e investem-se outros na modernidade, sacralizando-os. Os torcedores são “fiéis” que se “congregam”, trazendo toda a sua “devoção”. Como tudo isto passa pelo discurso, dá-se uma mudança também na forma narrativa, que se desenrola de modo pulsional, exacerbando os sentimentos e levando a radicalizações de grupos, como expressão de

sua identidade e de seu fervor, quase sacrossanto. Vejam-se as torcidas, com os seus hinos, bandeiras, vestimenta e outros aparatos identificadores.

Por tudo o que foi dito, torna-se compreensível o fato de que as metáforas do jogo e as demais imagens estejam vinculadas ao político, uma vez que aquele transcende a sua própria esfera e passa a ocupar um lugar simbólico no conjunto de relações sociais, atuando como laço homogeneizador das diferenças. Em que medida isto constitui um fator alienador da condição humana, que afasta dos questionamentos vitais a serem feitos é o que politicamente não se leva em conta, quer pelos interesses de toda natureza envolvidos, quer por considerar inoportunas indagações dessa natureza. Nutre-se, pelo contrário, a imagem do herói, cuja sanção o eleva à categoria dos semideuses e leva a população quase a um delírio.

Numa síntese final, vários pontos interligam o jogo e a política, estando presentes em ambos:

- A existência de normas e regras subjacentes.
- A ideia de contrato (o viver em sociedade)
- O fenômeno da troca (situações comunicativas)
- A interação como mecanismo (competitividade)
- O valor simbólico (vencer/perder)
- O investimento de valor (expectativas, crenças)
- Sacralização/dessacralização

A expressão “as regras do jogo”, que se estende a um domínio mais amplo, mostra o funcionamento de toda atividade de caráter social, baseada num **contrato** estabelecido entre as partes, em que a **troca** se dá desde os intercâmbios mais simples e primitivos aos mais elaborados e complexos. Tal é o caso do **valor simbólico**, de natureza sempre coletiva e que preside a maior parte das relações sociais, fundadas nas crenças comuns e partilhadas nas relações interpessoais.

Pode-se tomar o conceito de *político*, bem próximo da ideia de *religioso*, como concebia Max Weber, ao tomar os profetas do Velho Testamento como ponto de partida, pelo caráter de liderança destes, pela fidelidade às causas que abraçavam e pela paixão com que exerciam a sua missão. Este seria, para ele, o autêntico sentido de *político* e que aproximaria o homem político do homem de ciência, tal como se vê em *Le savant et le politique*, conjunto de duas conferências que Weber proferiu em 1917 e 1919 e que se tornaram clássicos da sociologia e da teoria política. Pela amplitude que tomaram as suas considerações, são elas valiosas para se repensar o fazer político e

por terem elas sido um exemplo muito fecundo do terreno interdisciplinar em que ele atuou, percorrendo a História do Direito, a Economia, a Sociologia e as Ciências Políticas.

O cotidiano das relações sociais, domínio do político, se dá numa relação semelhante à de um jogo, daí as muitas confluências expressas de modo metafórico, constituindo uma verdadeira rede, tão impregnada em nosso dia-a-dia que já não nos apercebemos dessas aproximações, dada a sua enorme vitalidade, com um rendimento inteiramente satisfatório do ponto de vista argumentativo e retórico. É o que Paul Ricoeur, como grande pensador de nossa época, chamou de **A Metáfora viva**, que nos leva a uma reflexão filosófica das mais pertinentes: o que somos, o que fazemos, o que pretendemos? Ingmar Bergman deixou indagações similares ao colocar em seu filme, *O sétimo selo*, uma das cenas mais famosas e marcantes de sua obra cinematográfica, a cena do jogo de xadrez entre a personagem e a morte. Representações do destino, do arbitrário ou o imponderável que rege os fatos e as pessoas?

Ficam aqui essas considerações que levam a repensar o caráter da instância política e a avaliar o quanto se tem afastado de sua verdadeira essência, esvaziando o seu **sentido** ou substituindo-o por outros valores não legítimos, tais como os de opressão, domínio e intolerância, incompatíveis com a convivialidade e o bem-estar da humanidade.

Anexo

E10 ilustrada ★ ★ ★ TERÇA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 2010

FOLHA DE S.PAULO

PELA PRIMEIRA vez na vida, vou discordar de Theodore Dalrymple. O dr. Dalrymple, pseudônimo do médico britânico Anthony Daniels, é um dos mais brilhantes ensaístas vivos. Discordar da sua sabedoria, sempre intocável, é exercício atrevido. Arrisco na mesma.

Escreveu o dr. Dalrymple, em artigo para a "New English Review", que não consegue suprimir o seu desprezo pelo futebol. Como é possível que países alegadamente ilustrados possam dedicar a um jogo todas as energias da nação?

Como é possível que a França possa reunir "comissões parlamentares de inquérito" para analisar o que sucedeu de errado com a sua seleção? Será que as pessoas não repararam na vulgaridade e, pior, na inutilidade de transformar um mero jogo em que algo que ele não é?

Futebol é futebol, diz o dr. Dalrymple. A paixão mundial por ele é sintoma da nossa decadência presente, mental e cultural.

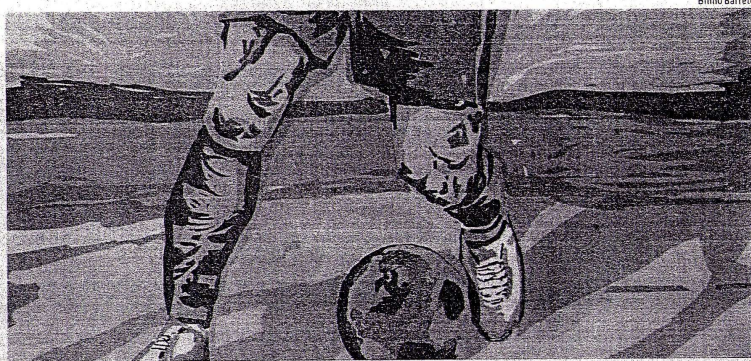
Com a devida vênia, discordo. Futebol não é apenas futebol. Descontando a dimensão financeira e midiática avassaladoras, que sacode o globo inteiro, o jogo tem importância política e até existencial que é impossível não ver.

Politicamente, alguém deveria enviar ao dr. Dalrymple a primeira página desta *Folha* de domingo: o goleiro da Argentina, de costas e de quatro. E o título, generoso e a negro: "Massacre histórico". Olé!

Imagino o prazer que os editores do jornal tiveram ao planejar essa primeira página. E imagino o prazer que os brasileiros tiveram ao lê-la.

O futebol não é um jogo

JOÃO PEREIRA COUTINHO



Binho Barreto

Melhor, só mesmo se tivesse sido o Brasil a fazer o serviço.

E quem diz o Brasil diz Portugal ante a Espanha. A equipe lusitana perdeu com "sus hermanos" uma semana atrás. Mas perder contra Espanha não é o mesmo que perder contra a Alemanha, contra a Argentina ou mesmo contra o Brasil.

Perder contra Espanha desperta todos os fantasmas históricos de um país que, em rigor, sempre afirmou a sua identidade por oposição a Castela. E que sempre viu em Castela uma ameaça física (no passado) ou econômica (no presente).

Hoje, Portugal e Espanha são

No Ocidente pós-moderno, onde a religião e o Estado recuaram na sua força, o futebol preencheu o vazio

membros da União Europeia e parceiros comerciais relevantes. Mas bastaria ler a imprensa portuguesa antes do jogo para perguntar se os jornais desportivos se tinham convertido à erudição acadêmica: as referências a batalhas importantes entre os dois países eram tantas que o leitor médio precisaria de um Ph.D. em história medieval para compreendê-las a todas.

Apenas um jogo? Para os portugueses, defrontar a Espanha era uma nova Batalha de Aljubarrota. Serem derrotados pela Espanha, uma repetição de 1580, quando o país perdeu a independência para os vizinhos. Todos os portugueses esperam agora pela desforra. Esperam por um novo jogo, uma nova Restauração, um novo 1640.

A União Europeia fez-se para harmonizar os interesses das nações do continente e, quem sabe, diluir as velhas identidades nacionais num único projeto federal.

Mas essas identidades existem e persistem quando Portugal encontra

traz Espanha; quando a França encontra a Alemanha; quando a Irlanda encontra a Inglaterra; quando a Polónia encontra a Rússia. O futebol é a válvula de escape para que os países, formalmente unidos em Bruxelas, possam libertar medos ou ressentimentos que o tempo armazenou no subconsciente histórico.

Mas não apenas no subconsciente histórico. Disse que o futebol tem importância política e existencial. E essa última dimensão encontra-se no torcedor anônimo, que festeja e chora o destino da equipe como se fosse o seu próprio destino.

De certa forma, ele tem razão: o torcedor de futebol não deseja apenas contemplar a beleza do jogo e divertir-se em 90 minutos. O torcedor projetou na equipe exigências pessoais que não podem ser frustradas. Ele anseia por ordem, força, criatividade, disciplina, vontade ganhadora; ele exige o que seria incapaz de exigir a si próprio. Porque não pode, ou não quer.

O futebol não é apenas um jogo. No Ocidente global e pós-moderno, onde a religião e mesmo o Estado-nação foram recuando na sua força vital, o futebol preencheu esse vazio, congregando novos fiéis com um novo sentimento de pertença.

E com uma nova narrativa. Uma narrativa pulsional e tribal, feita de confrontos maniqueístas, sofrimentos coletivos e a possibilidade de uma redenção final e mundana.

jpcoutinho@folha.com.br

AMANHÃ NA ILUSTRADA:
Marcelo Coelho

Referências

- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Tradução por Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1951.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Athena Editora, s/d.
- COUTINHO, João Pereira. O futebol não é um jogo. *Folha de São Paulo*. Ilustrada, Ilustrada E10, São Paulo, 06 jul. 2010.
- MEYER, Michel. *Questões de Retórica: Linguagem, razão e sedução*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- _____. *Questionnement et Historicité*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- _____. *A Retórica*. São Paulo: Ática, 2007.
- MOSCA, Lineide L.S. (org.). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. 3ª ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- _____. O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n.09, p. 293-310, 2007.
- PERELMAN, Chaim & TYTECA, Lucie Olbrechts-. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- RICOEUR, Paul. *La métaphore vive*. Paris: Seuil, 1997.
- WAAK, William. *Painel*, Rio de Janeiro: Globonews, 05 de fevereiro e 10 de março de 2012.
- WEBER, Max. *Le savant et le politique*. Une nouvelle traduction. Paris: La Découverte, 2003.

ABSTRACT:

It is aimed to examine the intertwining of politics and game, highlighting the similar aspects of both areas of community life, based on a French perspective of Discourse Studies and with emphasis on Argumentation Theories. The established discursive networks show these confluences, step up on the common assets of collectivity and on the social relationships of everyday life, expressed by rhetorical images. Thus, it constitutes a scenario in which the symbol plays an aggregating role of high potential of persuasion and through which the show is seen, as well as the strategies of participatory illusion. The competitiveness of the game and the existence of norms and rules underlying the established contracts are part of whatever happens on a greater and more abstract plan, namely the domain of politics. The adopted perspective will be an interdisciplinary approach to Political Theory and Communication Sciences, in addition to the basic disciplines for discourse studies.

KEYWORDS: *political discourse; game; persuasion; strategies; symbolic value.*

A diferença entre Gênero e Tipologia textuais em documentos manuscritos da capitania de São Paulo do século XVIII

Renata Ferreira Munhoz¹

RESUMO

O presente trabalho visa a estudar as diferenças conceituais teóricas entre o que se estabelece como “gênero textual” e “tipologia textual” e a consequente análise pragmática em textos manuscritos da segunda metade do século XVIII. Tais documentos manuscritos referem-se à política da capitania de São Paulo durante o governo do capitão general Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, nos anos de 1765 a 1775, e se encontram atualmente arquivados no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Uma vez que o trabalho filológico não se reduz apenas à transcrição semidiplomática, envolvendo tanto a catalogação dos documentos avulsos quanto a redação de verbetes explicativos acerca de cada documento, torna-se fundamental assumir um pressuposto teórico para se obter uma classificação textual fidedigna à proposta daquele texto e uma melhor compreensão da atividade escrita.

PALAVRAS-CHAVE: manuscritos; gênero textual; Bakthin; Morgado de Mateus; transcrição semidiplomática.

Introdução

Este trabalho tem o intuito de discutir os conceitos de gênero e tipologia textuais, por vezes indistintamente adotados em manuais e livros didáticos. Trata-se da sistematização do trabalho, sob o mesmo título, apresentado em 20 de abril de 2012, no IV EPED (IV Encontro de Pós-Graduandos em Estudos Discursivos da USP), com a demonstração de exemplares de documentos manuscritos pertencentes ao *corpus*. Nesta versão, a fim de melhor compreender a totalidade do *corpus*, os documentos serão mencionados de forma conjunta.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa do DLCV-FFLCH-USP, sob a orientação do Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto. renatamunhoz@usp.br

Adota-se como ponto de partida o importante pressuposto de se definir uma conceituação teórica e metodológica que assegure a organização e a catalogação de documentos a serem empregados como fonte de estudos filológicos, linguísticos ou relativos à crítica textual.

Embora mais ligado à Linguística Aplicada, o estudo dos gêneros textuais disseminou-se por outras áreas, popularizando-se sobretudo na Pedagogia por meio do ensino da produção textual. Com isso, o uso crescente das referidas terminologias acarretou alterações conceituais desses princípios teóricos, empregando-se o mesmo objeto teórico de maneiras diversas. O próprio Bakhtin e seu círculo apresentam, segundo Rodrigues (2004, p. 176), uma terminologia flutuante no que diz respeito à dimensão conceitual dos gêneros (o que também se deve, por vezes, à grande variedade de traduções).

Dessa forma, pretende-se analisar conceitos teóricos e metodológicos, sobretudo referentes às pesquisas de Bakhtin, empregados atualmente no estudo dos conceitos de gênero e tipologia textuais, definindo-os de forma a dissociá-los e estabelecer um conceito padrão de instauração da classificação dos documentos que compõem o *corpus* estudado.

Quanto ao *corpus*, os documentos estudados dizem respeito à capitania de São Paulo no final do século XVIII, mais especificamente, entre os anos de 1765 a 1775, período no qual o Capitão General Dom Luís Antônio Botelho Mourão, nobre português e quarto Morgado de Mateus, governou São Paulo. Trata-se de 68 documentos manuscritos, totalizando 191 páginas encadernadas em um livro arquivado na lata de número 420, intitulada “Avisos e Cartas Régias” do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Essa documentação representa “uma das três cópias que a sistemática burocrática pombalina estabelecia para correspondência oficial.” (BELLOTTO, 2007, p. 14)

Por serem os documentos manuscritos, segundo Silva (1989, p. 41), fiéis “informantes” para a apreensão de dados linguísticos e culturais de um determinado período, os estudos referentes à Filologia e à Paleografia representam o ponto de partida desse trabalho. De acordo com Pessoa (2005), o trabalho do filólogo reside em facilitar a compreensão do texto; por isso, ele se esmera tanto na busca da facilitação do sentido, ao mesmo tempo em que, na edição semidiplomática, mantêm-se as marcas textuais da tradição manuscrita, tais como a pontuação, as abreviaturas, a segmentação e a junção de palavras.

A seleção do *corpus* ter ocorrido no Arquivo do Estado de São Paulo deve-se ao fato, segundo Bellotto (2007, p. 18), de lá estar arquivado o núcleo fundamental da correspondência ativa e passiva de Dom Luís Antônio de Souza, publicado em “Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo” e nos livros manuscritos ainda não publicados, relativos a “Avisos e Cartas Régias” e “Provisões Régias”. Entende-se aqui “correspondência” de um administrador colonial com seus superiores e com seus subordinados como a forma pela qual se processa o receber e dar ordens. Era em forma de correspondência que chegavam a Morgado de Mateus a legislação e as disposições da Coroa; da mesma forma que fazia chegar a voz da Metrópole, e a sua própria, aos seus lugares-tenentes e aos órgãos de administração local.

Uma vez que o livro manuscrito em que os documentos do *corpus* estão encadernados apresenta organização aleatória de suas páginas, o trabalho de organização do limite de cada documento, bem como a pesquisa para a classificação dos gêneros textuais fez parte de minha pesquisa de mestrado. Para tanto, foram empregados os manuais de Bellotto (2002) e Martinheira (1997), sem adoção de teoria específica quanto ao estudo dos gêneros textuais, convencendo-se chamá-los “espécies documentais”. Isso porque na pesquisa, a exemplo de outros trabalhos, “pode-se dizer que o gênero não se constitui como o objeto de investigação, mas funciona antes como critério para a delimitação dos dados de pesquisa.” (RODRIGUES, 2004, p. 429)

Desse modo, antes de apresentar as considerações acerca do assunto, é importante ressaltar que essa temática não foi o objetivo central da pesquisa de mestrado e não foi desenvolvida na dissertação², em cujo texto a catalogação foi feita com base nos manuais de Martinheira (1997) e Bellotto (2002). Portanto, a análise apresentada a seguir não será verticalizada nem definitiva, no intuito de estimular novas investigações e reflexões sobre tais nomenclaturas e seus pressupostos teóricos.

1. Referencial teórico

² Trabalho disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01122009-152250/pt-br.php>.

“Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua.” (BAKHTIN, 2003, p.280)

A diferenciação entre gêneros e tipologias textuais parece não ser considerada em muitos livros, sobretudo os didáticos. Apesar disso, torna-se de grande valia o estabelecimento de um pressuposto teórico que estabeleça limites aos conceitos empregados, permitindo que a classificação de documentos, especialmente aqueles empregados no estudo linguístico, seja o mais fidedigna possível.

Em busca de estabelecer, de modo claro, a distinção entre os conceitos de gênero e tipologia, retoma-se Marcuschi (2002), em que as tipologias textuais designariam a espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição, por exemplo, a narração, a descrição e a argumentação. Os gêneros, por sua vez, referem-se aos textos que apresentam características sociocomunicativas definidas por seus conteúdos, estilo e forma de composição; por exemplo, as cartas régias e ofícios, gêneros bastante recorrentes no *corpus*.

Enquanto pressuposto empregado por Marcuschi, Bakhtin (2003, p. 125) define que o texto é o dado primário, o ponto de partida para o estudo do homem e da sua linguagem. Assim, a compreensão do gênero em que um dado texto foi construído permite reconstruir o caminho metodológico que o gerou.

Bakhtin não elabora uma determinação específica dos gêneros, mas delimita, com base socioideológica, que os gêneros primários são os simples, como as ideologias não sistematizadas, por exemplo, as cartas e ofícios, enquanto os secundários são os surgidos em condições culturais mais complexas, citando-se como exemplo os romances, peças de teatro e discursos ideológicos. “Os ‘gêneros’ são tão variados como as próprias esferas da atividade humana” (BAKHTIN, 2003, p. 280), daí os diversos estudos acerca dos gêneros, sobretudo os de linguistas alemães que constataram a existência de cerca de 4.000 gêneros. Tendo em vista a inesgotabilidade das relações e atividades humanas, pode-se dizer que a variedade de gêneros possível torna-se infinita.

A teoria de Bakhtin define a terminologia “gêneros do discurso” e não “gêneros textuais”; apesar disso, este artigo empregará a segunda definição por compreender que o conceito de “discurso”, segundo o autor, sobrepõe-se a qualquer tipo de texto.

Bakhtin conceitua os enunciados como a unidade concreta da comunicação que constitui os discursos, construindo-se pelo conjunto coerente de signos ligado à interação social e sua “orientação valorativa” (RODRIGUES, 2004, p. 184). Ainda segundo Rodrigues (2004, p. 185), diferente da oração, que é um elemento abstrato do sistema, o enunciado, composto por conteúdo temático, estilo e construção composicional, é concreto por ter relação com a realidade extraverbal, conduzindo a uma atitude responsiva. Os gêneros podem ser definidos, portanto, como formatos estáveis (mesmo que de modo relativo) de enunciados.

Como exemplo de adoção teórica diversa da escolhida para este artigo, cita-se Castilho (2010, p. 239), para quem os “gêneros” são o descritivo, o narrativo e o argumentativo, referindo-se aos modelos textuais diversos (conceituados como “gêneros” para Bakhtin) como sendo “tradições discursivas”.

Além da diversidade de pressupostos teóricos, há trabalhos em que há isenção desses conceitos. Nesse viés, pode-se indicar Platão e Fiorin (1999), em que o termo “gênero” não é usado, sendo apresentadas a narrativa, a descrição e a dissertação sob a nomenclatura de “estruturas textuais”.

2. Análise de dados

De acordo com SILVA (1987, p. 15), o *corpus* é sempre um corte intencional sobre a totalidade de uma língua, pois tais documentos, especialmente aqueles que retratam um estado de língua já passado, determinam os limites de observação sobre a documentação preexistente. Por isso, o termo *corpus* é aqui empregado com o mesmo significado daquele usado por Silva (1987, p. 16) em seu livro *Estruturas Trecentistas*, ou seja, designando o conjunto diversificado de documentos-informantes a serem analisados de forma fragmentada.

Vale explicar que a seleção dos documentos deve-se a dois motivos. Primeiro, à importância dessas correspondências entre o poder monárquico português e suas autoridades representantes no Brasil colonial enquanto registros históricos redigidos em Língua Portuguesa que se encontram conservados e permitem ampliar-se a compreensão de aspectos linguísticos. Em segundo lugar, o ineditismo do *corpus* justifica seu estudo, pois “O núcleo fundamental dessa correspondência acha-se

no Arquivo do Estado de São Paulo, [...] com códices não publicados relativos a ‘Avisos e Cartas Régias’ e a ‘Provisões Régias’”. (BELLOTTO, 2007, p. 14)

Na dissertação de mestrado, a transcrição semidiplomática³ dos documentos manuscritos serviu de *corpus* à nova fase da pesquisa, em nível de doutorado, que visa ao estudo linguístico de um dado linguístico específico, os clíticos. Assim, a mudança das formas linguísticas a que objetiva a pesquisa pode empregar como princípio norteador a metodologia proposta por Bakhtin, primeiro realizando o estudo das situações de interação, depois o contexto sócio-histórico em que foram produzidas, os gêneros do discurso e, só a partir dessas análises, o estudo linguístico das ocorrências selecionadas.

Entendendo a língua como uma forma de ação social e os gêneros textuais como fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural - “São entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa.” (MARCUSCHI, 2002, p. 92) - é válido retomar aspectos centrais às condições da situação social em que foram produzidos os documentos manuscritos do *corpus*, lembrando que em 1748 extinguiu-se a capitania de São Paulo que, reduzida a comarca, deixou de ter governo autônomo e foi submetida ao governo do Rio de Janeiro. Por conta das necessidades de proteger o território de invasões estrangeiras e de gerar lucros à Coroa Portuguesa, em 1765 o rei Dom José I nomeou a Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o quarto Morgado de Mateus, para governador e capitão-general da capitania de São Paulo, cargo em que permaneceu entre os anos de 1765 e 1775.

Os 68 manuscritos que compõem o *corpus* deste trabalho são documentos diplomáticos por representarem registros legitimados de atos administrativos⁴. Trata-se de atos escritos de origem governamental e/ou notarial que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras, são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito. A ciência responsável pelo estudo da estrutura formal dos documentos eivados de fé pública que lhes garanta a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição é, segundo Bellotto (2002, p. 13), a

³ A transcrição semidiplomática consiste em manter todos os pormenores linguísticos dos textos estudados, de acordo com a proposta de resgate da Língua Portuguesa do século XVIII, a fim de que, além do conteúdo histórico, tais documentos possam servir de *corpus* a estudos linguísticos da época.

⁴ Se é “ato jurídico todo aquele que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos, o ato administrativo é o ato jurídico, porém, eivado pela finalidade pública; é toda manifestação unilateral de vontade da administração pública que, agindo nesta qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.” (*Ibid.* 2002)

Diplomática. Como ciência afim da Filologia, a Diplomática concentra-se no estudo formal do documento diplomático, considerado individualmente, e no estudo de suas relações com o contexto orgânico de sua produção, considerando-se que a nomenclatura empregada de forma genérica aos gêneros textuais é a “espécie documental”, cuja configuração “determina o documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.” (BELLOTTO, 2002, p. 27) Tal nomenclatura será substituída pelo conceito de “gênero”, segundo os estudos de Bakthin, que englobam “o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais e as políticas)”. (BAKTHIN, 2003, p. 281)

Para a melhor compreensão dos gêneros encontrados no *corpus*, vale definir que o termo “documento diplomático”, segundo Bellotto (2002, p. 35), refere-se aos documentos que têm natureza jurídica e refletem no ato escrito as relações políticas, sociais e administrativas entre o estado e os cidadãos. Afinal, “um enunciado isolado e concreto sempre é dado num contexto cultural e semântico-axiológico (científico, artístico, político, etc.)”. (BAKTHIN, 1993, p. 46)

Segundo Bellotto (2002, p. 29), os “documentos dispositivos” dividem-se em normativos (manifestações de vontade de autoridades supremas e que devem ser obrigatoriamente acatados pelos subordinados), de ajuste (são acordos de vontade entre duas ou mais partes) e correspondência (determinam a execução dos atos normativos no âmbito mais restrito da jurisdição). Os documentos informativos, por sua vez, “são opinativos/enunciativos e esclarecem questões contidas em outros documentos, cujo conteúdo vai fundamentar uma resolução”. (BELLOTTO, 2002, p. 29)

Sendo todos os 68 documentos relacionados à administração pública, há a vantagem de serem esses os meios mais usados em uma época em que o acesso à escrita era restrito a poucas pessoas, segundo Barbosa (2002, p. 425). Além disso, conforme Maia (1986, p. 48), os textos burocráticos trazem explicitamente onde, quando, para quem e por quem foram escritos, o que facilita o trabalho filológico. Esses princípios constitutivos do enunciado auxiliam também a determinar o gênero, mas, em contrapartida, “a especificidade dos gêneros retóricos (jurídicos, políticos) pode encobrir a natureza linguística do enunciado.” (BAKTHIN, 2003, p. 282)

Este trabalho tem como base “documentos diplomáticos” de natureza jurídica, que refletem no ato escrito as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, cujo

conteúdo é submetido a tipologias textuais preestabelecidas. Sabendo-se que o discurso diplomático é aplicado a um quadro redacional no qual se insere o ato escrito, o documento diplomático é o testemunho escrito de um ato de natureza jurídica, redigido em observância a fórmulas estabelecidas que se destinam a dar-lhe fé e força de prova.

Sendo o objeto da Diplomática a estrutura formal do documento, vale ressaltar que, segundo Bellotto (2002, p. 13), um documento é formado por “estrutura” mais “substância”, em que a estrutura corresponde a todo o substrato necessário à elaboração do documento, seja nos aspectos mais materiais ou nos menos palpáveis; enquanto a substância é a essência, a razão de existir do documento, o conteúdo que o tornará único no seu contexto de produção e utilização. Assim, todo documento escrito implica: 1. um suporte ou veículo sustentador e transmissor da mensagem ou assunto (texto); 2. um conteúdo textual expresso com linguagem, vocabulário, escrita, estilo, fórmulas peculiares de acordo com a natureza e a importância do tema e em relação direta com a época, chancelaria, tabelionato, lugar, ambiente cultural, autor ou autores e destinatário; 3. determinada finalidade e ideologia, estruturação e formalidades variáveis e identificativas que lhe servem de garantia.

O texto do discurso diplomático, na realidade, é a união entre partes distintas: o protocolo inicial, o texto propriamente dito e o protocolo final. Nessas três partes evidenciam-se as coordenadas (representadas pelas fórmulas diplomáticas obrigatórias, próprias da espécie documental determinada pelo ato jurídico e seu objetivo) e as variantes (teor pontual e circunstancial relativo às especificidades do ato aplicado a um fato, pessoa ou assunto).

Há no *corpus* gêneros textuais ascendentes que, de acordo com Bellotto (2002, p. 37), sobem dos súditos às instâncias superiores; descendentes, que descem do Rei e das autoridades superiores e horizontais, que se distribuem entre autoridades/pessoas ou autoridades do mesmo nível. Em sua maioria, os documentos estudados são descendentes, sobretudo se considerarmos a afirmativa de Bellotto (2002, p. 37) de que o direcionamento dos papéis também ocorre do ponto de vista geográfico, descendo de Portugal ao Brasil. Devido à grande extensão do *corpus* estudado, criou-se acerca deles uma tabela sinóptica, apresentada a seguir.

Na primeira coluna, intitulada “Número do Documento”, há a numeração dos documentos, de acordo com a sequência de encadernação do livro manuscrito. A coluna “Data Cronológica” apresenta

as datas escritas em cada manuscrito, no formato “ano, mês e dia”. Os fólhos, na terceira coluna, foram apresentados com a sequência exata em que aparecem no livro manuscrito, considerando-se na contagem as páginas em branco. Segue-se, entre parênteses, a quantidade de páginas redigidas para o referido documento. A quarta coluna transcreve a primeira linha do documento. Há a cópia da assinatura, na coluna “Subscrição” e do local apresentado no manuscrito na penúltima coluna “Data Tópica”. A última coluna, em destaque, apresenta o gênero textual de cada documento.

Nº do Doc	Data Ano-Mês-Dia	Fólios (Nº de pp.)	Primeira Linha do Documento	Subscrição	Data Tópica	Gênero Textual
1	1773-10-05	1r (1)	Sua Magestade hêservido, queVossaSenhoria pelas	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Aviso
2	1773-10-14	2r (1)	Sendo presente aSua Magestade peloBis=	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Aviso
3	1773-17-10	3r a 4r (3)	Dom Luis Antônio de Souza Governador, eCapitaõ Gene=	Rei	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia
4	1773-11-09	7r (1)	Sua Magestade he servido,	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Aviso
5	1774-04-21	9r (1)	Foraõ presentes aSua Magesta=	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
6	1774-04-21	10r a 16r (11)	Copia Emprimeiro Lugar reprova	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
7	1774-09-10	17r (1)	Dom Luis Antônio deSouza Gover=	Rei	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia
8	1775-05-12	18r (1)	Registrada a folhas 135 do livro primeiro deregisto	Joze dos Santos Bernardes	São Paulo	Registro
9	Sem data cronológica	18v (1)	Por ELREY	Rei	São Paulo	Sobrescrito
10	1774-04-21	19r a 22r (7)	Para lozêCostodio deSã eFaria	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Aviso

11	1774-09-10	23r (1)	Copia Dom Luis Antônio deSouza Bo=	Rei	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia
12	1774-09-13	24r (1)	Copia Serve esta deCuberta aCartaRe-	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia
13	1774-09-13	25r (1)	Serve esta de Cuberta â Carta Regia	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia
14	1775-05-12	26r (1)	Registrada a folhas 136 do livro primeiro de registro	Joze dos Santos Bernardes	São Paulo	Registro
15	1767-04-29	29r e 29v (2)	Constando a Sua Magestade por certas informações, que-	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
16	1767-05-13	30r (1)	Dom Luiz Antônio deSouza Bo-	Rei	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia
17	Sem data cronológica	31v (1)	Por EIREY	Rei	São Paulo	Sobrescrito
18	1767-06-01	32r (1)	Senhor Governador da Praça de Santos	Joaquim Ignácio da Cruz	Lisboa	Ofício
19	1767-05-11	32v (1)	Copia Sua Magestade he servido que a Junta do Commerci-	João Luiz de Souza Saião	Paço	Aviso
20	1767-06-01	33r (1)	A Francisco Xavier de Araujo, filho de	João Luiz de Souza Saião	Lisboa	Passaporte
21	Sem data cronológica	33v a 34v (3)	Rellação das Pessoas deque Consta a Equipa-	João Luiz de Souza Saião	Sem data tópica	Relação
22	1767-06-02	36r (1)	Domlozé por graça de Deos Rey de Portugal edos Algarves daquem	Francisco Marcellino de Gouveia	Lisboa	Provisão
23	1768-06-20	37r (1)	Copia Abreviade com que partem os Navios, que de-	Conde de Oeiras	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
24	1767-06-20	39r a 41v (6)	Copia Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor	Conde de Oeiras	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
25	Sem data cronológica	43r a 49v (14)	Reparos Sobre a deffença do Rio	Sem subscrição	Sem data tópica	Reparo

26	Sem data cronológica	50r (1)	Ao Senhor Dom Luiz Antônio de Souza	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	São Paulo	Sobrescrito
27	1767-06-23	51r (1)	Copia Para que Vossa Senhoria não ignore o que se tem	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Rio de Janeiro	Ofício
28	1767-06-14	52r a 53r (3)	Copia Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor	Conde vice-rei	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia
29	1767-03-22	54r a 56v (6)	Copia da Carta do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor.	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
30	1767-08-21	58r (1)	Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão	Rei	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia
31	Sem data cronológica	59v (1)	Por El-Rey	Rei	São Paulo	Sobrescrito
32	1767-10-20	60r (1)	Copia Depois de ter recebido as se	Conde de Cunha	Rio de Janeiro	Ofício
33	1768-12-15	62r (1)	Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão	Rei	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia
34	Sem data cronológica	63v (1)	Por El-Rey	Rei	São Paulo	Sobrescrito
35	1769-03-02	64r (1)	Copia Com a chegada da Nossa de Guerra	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Oeiras	Ofício
36	1769-04-04	67r e 67v (2)	Sendo presentes a Sua Magestade alguns descuidos, e de	Conde de Oeiras	Lisboa	Ofício
37	Sem data cronológica	69v (1)	Ao Ilustríssimo Senhor Dom Luiz Antônio de Souza Governador	Inspetor geral do real erário	São Paulo	Sobrescrito
38	1769-04-22	70r e 70v (2)	Sendo presente a Sua Magestade o requere	Francisco Xavier de Mendonça Furtado	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
39	1769-04-24	71r (1)	Para Dom Luiz Antônio de Souza	Dom Luiz Antônio de Souza	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Aviso
40	1769-05-	74r (1)	Para se poderem regular	Francisco Xavier	Palácio de Nossa	Ofício

	20		as remes-	de Mendonça Furtado	Senhora da Ajuda	
41	1769-12-19	75r a 76r (3)	Naõ cabendo no tempo poderfazer	Conde de Oeiras	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
42	1771-01-14	78r (1)	Hoje pelas cinco horas ehum	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
43	1771-04-27	79r (1)	Sendo presente aSuaMagestade	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Aviso
44	1771-10-01	80r a 82r (5)	Copiaprimeira 1 ASua Magestade foraõ	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Aviso
45	Sem data cronológica	86r (1)	Por El Rey	Rei	Sem data tópica	Sobrescrito
46	1770-08-23	87r (1)	Sendo presente aSua Magestade o grande	Conde de Oeiras	Lisboa	Aviso
47	Sem data cronológica	89v (1)	Ao Senhor Dom Luis Antônio deSouza Governador	Inspetor geral do Real Erário	São Paulo	Sobrescrito
48	1770-08-28	90r (1)	Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mou-	Rei	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia
49	Sem data cronológica	91v (1)	PorElREY	Rei	São Paulo	Sobrescrito
50	1770-11-16	92r e 92v (2)	Dom Luiz Antônio deSouza Botelho	Rei	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia
51	Sem data cronológica	93v (1)	Por ElREY	Rei	São Paulo	Sobrescrito
52	1770-01-17	94r (1)	Por Decreto de quatro doCorrente	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
53	1770-04-20	95r e 95v (2)	Receby tres Cartas de VossaSenhoria escritas em cinco de	Conde de Oeiras	Lisboa	Ofício
54	1770-07-30	96r (1)	Sendo presente aSua Mages-	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Aviso
55	1770-12-17	100r (1)	Sua Magestade manda remeter aVossaSenhoria alguns Exem=	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Aviso
56	1771-10-01	102r a 103r (3)	Carta segunda	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
57	1771-10-01	104r a 112v (18)	Carta terceira	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
58	1771-10-	113r a	Carta quarta	Não	Palácio de Nossa	Ofício

	01	115v (6)		mencionada	Senhora da Ajuda	
59	1771-10-01	118r a 121r (7)	Carta quinta	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Ofício
60	1771-09-07	122r a 124v (6)	A. Relação detoda a Ar=	Manoel Gomes de Carvalho e Silva	Arsenal Real do Exército	Relação
61	1771-09-07	126r a 127v (4)	B. Relação das Moniçoens,	Manoel Gomes de Carvalho e Silva	Arsenal Real do Exército	Relação
62	1771-09-07	128r a 129v (4)	C. Relação das moniçoens que	Manoel Gomes de Carvalho e Silva	Arsenal Real do Exército	Relação
63	1771-09-07	130r e 130v (2)	D. Relação das Armas eMo=	Manoel Gomes de Carvalho e Silva	Arsenal Real do Exército	Relação
64	1771-09-12	132r a 135r (7)	E. Relação das Armas eMoniço=	Manoel Gomes de Carvalho e Silva	Arsenal Real do Exército	Relação
65	1771-10-01	136r e 136v (2)	Fez presente aSuaMagestade	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Aviso
66	1771-07-22	137r a 138r (2)	Relação dos Paos depi=	Manoel Vicente	Ribeira das Naos	Relação
67	1771-10-07	140r (1)	SuaMagestade manda re=	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Aviso
68	1772-11-20	142r a 150r (17)	1. Naõ tendo chegado aesta Corte, noticia	Martinho de Mello e Castro	Palácio de Nossa Senhora da Ajuda	Carta régia

Há, no total dos sessenta e oito documentos do livro, os seguintes gêneros textuais: um passaporte, uma provisão, um reparo, dois registros, sete relações, dez sobrescritos, onze cartas régias, quatorze avisos e vinte e um ofícios.

Considerações finais

Diante do uso comumente indistinto das duas nomenclaturas, o presente artigo pretendeu contribuir com as atuais reflexões teórico-metodológicas sobre as noções de “gênero” e “tipologia” textuais, no intuito de indicar a valia de de se conhecer posicionamentos teóricos canônicos que permitam compreender a diversidade conceitual adotada em livros e manuais referentes ao assunto. E, sobretudo, pretendeu destacar a importância de se determinar uma diretriz teórica para a

classificação de documentos ainda não catalogados, independentemente do objetivo a que se proponha a pesquisa que empregue tais documentos. Afinal, “muitas vezes o gênero acaba funcionando mais como critério de delimitação de dados de pesquisa do que sendo realmente o objeto de estudo.” (RODRIGUES, 2004, p. 436)

Ao assumir a diferenciação proposta por Marcuschi (2002) entre as duas noções e contrastar essa teoria com manuais de análise tipológica documental, elaborados por pesquisadores como Belloto (2002), pretende-se analisar as categorizações que propõem designar por meio de nomenclaturas formais as diversidades de expressão da língua escrita enquanto forma de registro social, histórico e cultural. Isso porque, segundo Rodrigues (2004), o estudo da mudança das formas da língua está diretamente relacionado à análise dos gêneros e, “segundo Bakhtin, a ordem metodológica para o estudo da língua no âmbito de uma orientação de base sócio-histórica parte da dimensão social para as formas da língua, pois não se pode dissociar o signo da comunicação social.” (RODRIGUES, 2004, p. 432) Assim, o presente trabalho pode contribuir com as atuais reflexões teóricas e seus empregos pragmáticos na classificação de documentos, sobre as noções de “gênero” e “tipologia”.

Optou-se pela teoria de gênero sistematizada por Bakhtin (2003) por representar o ponto de partida da maioria dos estudos sobre gênero e, principalmente, pela clareza e adequação de suas contribuições ao tema. Seguindo essa proposta metodológica, apresentaram-se os pressupostos teóricos relativos ao estudo dos “gêneros textuais” responsáveis por nomear todas as composições textuais em detrimento do conceito de “tipologias ou tipos textuais”, destinado às poucas estruturas textuais como a narração. Além disso, embora brevemente, apresentaram-se aspectos relevantes ao contexto histórico (como situação real da produção dos discursos inseridos nos gêneros estudados e não mero apêndice histórico) e a grande influência dos modelos de gêneros, inicialmente com a descrição de cada gênero e, na tabela, com detalhes que visam à interpretação dos respectivos gêneros.

Pode-se destacar a relevância deste artigo haja vista que permitiu rever o conceito genérico de “espécies documentais”, empregado em minha dissertação de mestrado, adequando-o a “gêneros textuais”, com embasamento nos estudos de Bakhtin e Marcuschi e com a revisão bibliográfica de outros autores sobre o assunto.

Conclui-se, portanto, que o estudo dos gêneros textuais visa a rever o “difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões do mundo” (BAKHTIN, 2003, p. 282), conduzindo à reflexão de que os estudos filológicos e linguísticos são sempre baseados em testemunhos documentais de outras épocas, sempre moldados em um gênero textual determinado. Ignorar as particularidades do gênero de cada documento conduz ao mero “formalismo e à abstração, desvirtuando a historicidade do estudo ao enfraquecer o vínculo existente entre a língua e a vida.” (BAKHTIN, 2003, p. 283) Com isso, assumir um pressuposto teórico e metodológico para classificar os documentos é o mesmo que evitar tomar, segundo Castilho (2010, p. 242), erroneamente “por história de uma língua o que na verdade é a história de um gênero textual”.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEAUGRANDE, Robert de. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to knowledge and society*. New Jersey: Norwood, 1997.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2007.

_____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de Arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2007.

FIORIN, José Luiz; PLATÃO, Francisco Savioli. *Para Entender o Texto – Leitura e Redação*. 15ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. “Gêneros Textuais: definição e funcionalidade.” In DIONÍSIO, Ângela Paiva & outros (org). *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTINHEIRA, José Sintra. *Tipologia documental nos arquivos. Um caso: Tipologias documentais da administração central no antigo regime*. Lisboa: Faculdade de Letras, 1997.

MEGALE, Heitor. e TOLEDO, Sílvio de Almeida. Por minha letra e sinal (Documentos do Ouro do Século XVII) São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

MEURER, José Luiz. “O Conhecimento de Gêneros Textuais e a Formação do Profissional da Linguagem.” In: FORTKAMP, Mailce Borges Mota, TOMITCH, Lêda Maria Braga (org). *Aspectos da Linguística Aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000.

PESSOA, Manuel Barros. *Língua, textos e história – Manuscritos e impressos na história do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP, 2005.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Análise de gêneros do discurso na teoria Bakthiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. In: *Linguagem em (Dis)curso*. Santa Catarina: Tubarão, 2004.

SILVA, Rosa Virgínia Matos e. *Estruturas trecentistas; elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989.

SWALES, J. *Research genres: exploration and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ABSTRACT

This work aims to study the difference between "textual genre" and "text typology", considering the theory and the pragmatic analysis about manuscripts written in the second half of the eighteenth century (1765 to 1775). These handwritten documents, which are currently archived in the collection of the "Arquivo Público do Estado de São Paulo" refer to the policy of the Captaincy of São Paulo during the government of Captain General "Dom Luis Antonio Botelho de Souza Mourão", known as "Morgado de Mateus". Since the philological work is not reduced to the transcriptions of the handwritten version, it involves the cataloging of each document, what leads to the importance of considering the theoretical assumptions for the textual classification.

KEYWORDS: *manuscripts; textual genre; textual typology; Morgado de Mateus; semidiplomatic transcription.*

A articulação *ethos*, *logos* e *pathos*: análise sêmio-retórica- discursiva da canção buarquiana “Acorda, amor”

Adriano Dantas de Oliveira¹

RESUMO

Teremos, como proposta de trabalho, a exposição da perspectiva de um modelo de análise interdisciplinar de canções, abordando a articulação dos elementos da trilogia Retórica associada à melos. Utilizaremos, como arcabouço teórico para essa exposição, conceitos da Semiótica, abordando os estudos de Greimas, Tatit e Carmo Jr. associados a conceitos da Retórica Clássica aristotélica e da Nova Retórica. Como corpus para essa exposição, utilizaremos a canção “Acorda, amor” de 1974, do cantor e compositor Chico Buarque. Por meio dessa exposição, teremos, ainda, como objetivo, a utilização do modelo de análise proposto, bem como desvelar traços ideológicos e paixões suscitadas por meio da referida canção, abordando as estratégias e os recursos discursivos utilizados para alcançar determinados efeitos de sentido e de que forma a canção em referência pode ser associada a um ato retórico com propósitos comunicativos específicos de mobilização de paixões em relação a um objeto discursivo.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; Retórica; Semiótica; paixões; sentido

Introdução

No ano de 1964, foi instaurado o regime militar no Brasil, o regime cerceou a liberdade de expressão e de comportamento com diversos mecanismos de coerção e de coação. A governabilidade se deu, muitas vezes, por meio de atos institucionais, podemos destacar, entre muitos, o Ato Institucional número 5 de 1968, que proibia manifestações políticas, intensificava os poderes políticos do governo e instituía a censura prévia; e o Ato Institucional número 14 de 1969, que instituía a pena de morte “em nome da garantia da ordem e da tranqüilidade da comunidade brasileira”. Apesar de se tratar de um período ditatorial, vivíamos, no Brasil, um clima ufanista. Destacamos, como algumas das razões, as atuações da seleção brasileira e uma suposta “ordem” garantida pelos militares a despeito dos “comunistas”, “terroristas” e “subversivos” que a ameaçavam, contrariando o regime ora imposto. Nas rádios, eram executadas canções como “Pra frente Brasil” de Miguel Gustavo ou “Eu te amo, meu Brasil” da dupla Dom e Ravel; carros exibiam

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do DLCV-FFLCH-USP, sob a orientação da Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca. adriano.oliveira@usp.br.

adesivos com frases de efeito como “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Retoricamente, amá-lo significava exatamente aderir à ordem imposta pelos militares, não amá-lo implicaria exílios (voluntários ou obrigatórios), prisões, torturas ou “desaparecimentos”. Esses eram os tratamentos possíveis a quem ousasse contrariar, por meio de atos ou de palavras, os ditames do Regime. Temos, então, um embate de ideias e ideais, um espaço delineado por tensividades, por controvérsias e, sobretudo, por sujeitos sobredeterminados em sua própria condição de sujeitos, e em sua principal forma de constituição e de reconhecimento: o discurso.

Consideramos, em nossa análise, o gênero canção como uma manifestação artística popular, uma prática artística associada a um projeto final, manifestação que possui em sua constituição elementos da fala. A canção, assim, tem sua letra organizada musicalmente, considerando a *melos*, que padroniza as suas entoações e as suas entonações. Dessa forma, na constituição da canção concorrem diversos elementos que se sincretizam, podemos citar elementos rítmicos, timbrísticos, entoativos, harmônicos, de densidade, altura etc., fator que dá ao *corpus* de análise (canção) certa complexidade de abordagem. Assim, ao analisar uma canção devemos atentar para elementos que vão além da letra e considerar também os elementos relacionados à *melos*, uma vez que se trata de um texto sincrético.

Nosso modelo de análise é, porém, uma proposta, não tem, portanto, a pretensão de funcionar como um modelo único ou uníssono. A pretensão, que aqui temos, é apontar para uma perspectiva de abordagem da canção com a intersecção da Retórica e da Semiótica. Nesse trabalho, focalizamos uma canção composta e lançada no período da ditadura militar como forma de protesto e de resistência no período mais duro e opressor do Regime instaurado no Brasil. Interessa-nos analisar as estratégias utilizadas, os propósitos comunicativos, as paixões presentes e suscitadas por meio das canções e os temas fundamentais tratados pelo compositor. Buscamos, assim, compreender em que medida o compositor instala uma situação Retórica em que ele se coloca e se constitui como um orador (*ethos*); diante de um auditório a fim de mobilizar paixões (*pathos*); utilizando o discurso - recursos verbais e racionais para tratar aquilo que está em questão (*logos*); tendo a referida situação Retórica o suporte a melodia e outros elementos musicais (*melos*). Assim, consideramos a canção (nosso corpus e parte da cena de enunciação) como a busca do equilíbrio entre os dois últimos elementos (*logos* e *melos*).

A partir do capítulo um, expusemos uma breve fundamentação teórica em que expusemos os conceitos utilizados no âmbito da Retórica. A partir do capítulo dois, abordamos os principais conceitos da Semiótica que compõem o nosso modelo de análise, articulando-os aos conceitos da

Retórica. Vale destacar que utilizamos aqui os conceitos da Semiótica como parâmetros de análise e de apropriação a fim de percebermos as modificações e as transformações nas narrativas e na argumentação presentes nas canções, além de abordar, nesse âmbito, aspectos melódicos, rítmicos, timbrísticos, harmônicos etc. e os relacionamos, então, aos conceitos da Retórica, perspectiva teórica que nos subsidia a abordagem da canção como parte de uma situação Retórica em que se articulam o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. Submetemos, então, as proposições das canções aos conceitos de análise em um quadro metodológico. Por fim, em nossas considerações finais, elencamos alguns resultados de nossa pesquisa, a partir do *corpus* abordado, pesquisa esta que ainda deve ser estendida às demais canções do autor com temática semelhante dentro do período da ditadura militar.

1. A Retórica

Apresentamos neste capítulo os conceitos fundamentais da Retórica utilizados em nosso trabalho. Segundo Meyer (2007, p.28-29), em Retórica Clássica, destacam-se três gêneros: o *jurídico* - que se atém ao passado com intenção de julgar o justo ou o injusto; o *deliberativo* - que procura discernir o que é útil ou nocivo à coletividade e o *epidítico* - que se presta a homenagens e também a críticas ou censuras. Meyer (2007, p.46) descreve as seguintes partes que compõem a elaboração de uma produção textual bem estruturada: a **invenção** - dada pelo repertório temático em que se busca e seleciona as provas e os materiais necessários aos propósitos do produtor; a **disposição** - o arranjo e a hierarquização do material e do repertório selecionado; a **elocução** - que resulta do manejo e dos procedimentos e dos mecanismos do plano de expressão da adequação do estilo utilizado e das figuras de Retórica que assumem um poder de persuasão; a **ação** - que envolve as circunstâncias em que se dá o ato comunicativo, envolvendo dimensões proxêmicas, gestualidade, tom de voz, timbre, ritmo de fala, enfim, elementos que agem de forma sincrética, elementos não-verbais que incidem para um efeito de sentido e a **memória** - último elemento, introduzido pelos romanos aos estudos de Retórica e que perpassa as etapas anteriores.

As etapas de composição textual se estabelecem a fim de produzir um discurso persuasivo, cujas funções são: o *docere* - instruir; o *movere* - que busca sensibilizar; o *delectare* - que toca ao agradar ao prazer. Em Retórica Clássica, podemos, ainda, destacar os seguintes elementos essenciais na composição do discurso: (a) o exórdio - a captação, o início do discurso, a

preparação do espírito do ouvinte para escutar o que se vai dizer; (b) a narração – expõe o desenrolar dos fatos ou como podem acontecer; (c) a argumentação e a demonstração – o primeiro elemento se refere à verossimilhança e à possibilidade de aderência dos argumentos à realidade, a passagem do racional ao não racional, o segundo elemento, a demonstração, se prende à realidade não parte para possibilidades mais abstratas, expõe com base em provas, os argumentos, a refutação, a dedução de tópicos básicos da conclusão adversa de maneira puramente racional e (d) conclusão – fechamento ponto de chegada da argumentação.

Os conceitos apresentados possuem como base uma tríplice formação Retórica: o **Ethos** – de onde partem as escolhas e atitudes e que levam ao sujeito, ao orador; o **Pathos** - a plateia ou audiência e as paixões presentes e suscitadas; e o **Logos** - que reúne o saber e o discurso. Sobre essa relação *ethos*, *logos* e *pathos*, podemos dizer que se estabelece uma relação mútua que pode ser isolada apenas para reconhecimento e análise, pois esses elementos funcionam imbricados, aquele que fala constitui e é constituído por aquele que ouve por meio de representações discursivas. Dessa forma, as partes envolvidas no processo comunicativo projetam imagens de si e do outro a partir de um acervo: a *doxa*, o compartilhamento de ideias, paixões, opiniões, modos de pensar etc., local em que buscam fontes para as trocas. Sobre o *ethos*, Aristóteles conceitua que: “[...] persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé [...] é, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador.” (ARISTÓTELES, 1998, p.49). Ainda sobre o *ethos*, Meyer conceitua que:

O *ethos* é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. As virtudes morais, a boa conduta, a confiança que tanto umas quanto as outras suscitam, conferem ao orador uma *autoridade*. (MEYER, 2007, p.34)

Ainda sobre o *logos* segundo Meyer (2007, p.45) é tudo aquilo que está em questão na situação Retórica, não se refere apenas ao texto, mas ao discurso, ou seja, fatores subjacentes à superfície textual. Aquilo que o texto diz e também as questões a que o texto responde, suscita ou trata de alguma forma. Dessa forma: “Para que haja Retórica, é preciso que uma questão seja levantada e permaneça, a despeito do que soluciona, ou em razão da resposta que soluciona” (MEYER, 2007, p.62).

O *pathos*, componente fundamental da Retórica, se refere às paixões, às fontes das questões do auditório, uma vez que o *ethos* se refere às fontes das respostas. Aristóteles postula

catorze grandes paixões: a cólera, a calma, o temor, a segurança, a inveja, a impudência, o amor, o ódio, a vergonha, a emulação, a compaixão, o favor (obsequiosidade), a indignação e o desprezo. Tais paixões servem como uma fonte de questões em que o orador se apoia a fim de convencer ou persuadir o auditório por meio do *logos*. Segundo Meyer (2007, p.38), a paixão é um reservatório para mobilizar o auditório em favor de uma tese. Isso reforça a identidade dos pontos de vista, ou a diferença, a alteridade, em relação à tese que procuramos afastar. Encontrar as questões implicadas no *pathos* é tirar partido dos valores do auditório, da hierarquia do preferível.

É o que o enraivece, o que ele aprecia, o que ele detesta, o que ele despreza, ou contra o que se indigna, o que ele deseja, e assim por diante, que fazem do *pathos* do auditório a dimensão Retórica do interlocutor. E todos esses interrogativos remetem a valores que dão conta daquilo que Descartes teria chamado de “movimentos da alma. (MEYER, 2007, p.39)

A relação na qual os elementos da trilogia Retórica se imbricam, se tocam e se articulam de forma recíproca na situação Retórica pode ser representada da seguinte forma:

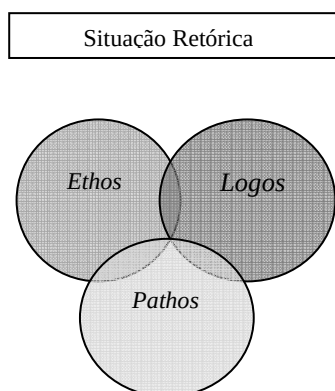


Figura 1. Articulação da trilogia Retórica

2. Semiótica e Retórica: conceitos e aplicabilidade

Na perspectiva da Semiótica, abordamos, inicialmente, a constituição dos atores e de suas actâncias. O modelo actancial de Greimas (1966, p.225), é utilizado na abordagem das actâncias dos atores dentro de uma narrativa em que os atores se desdobram em papéis actanciais: ações e qualificações em uma narrativa e, em papéis temáticos, temas que são representados pelos atores. Segundo Greimas (1966) os atores exercem actâncias, que são unidades discretas, cujos predicados se subdividem em dinâmicos (esfera de ação - fazer) e estáticos (esfera qualificacional - ser). Podemos inventariar as actâncias da seguinte forma: **actante adjuvante x actante oponente**

- afirmam sempre a busca de valores entendidos como uma injunção social - o adjuvante, ao realizar ações permitidas pela norma de um grupo, o oponente, por realizar ações proibidas pela norma desse grupo em que ambos estão inseridos; **actante sujeito x actante objeto** – essa relação se dá pela presença de predicados (manifestação de semas funcionais práticos). Um sujeito que realiza uma ação e um objeto que recebe a ação realizada pelo sujeito. Consideramos a relação de sujeito e objeto como uma relação de desejo de conjunção, isto é, o sujeito dentro da narrativa tem o desejo de alcançar o objeto. Um traço característico da actância subjetal é o traço de atividade, ao passo que o objeto possui o traço de passividade – alvo passional; **actante Destinador x actante destinatário** - essa relação se dá pela manipulação do primeiro em relação ao segundo, realizada pela comunicação entre eles – persuasão, convencimento, no âmbito da Retórica, ou, manipulação no âmbito da Semiótica, embora nessas teorias tenhamos distinções quanto à “adesão às teses” apresentadas (ou propostas) pelo orador (ou Destinador). A Semiótica descreve a manipulação de quatro formas: tentação, intimidação, sedução e provocação. Na Retórica temos uma exploração da persuasão, abordando o aspecto passional. Podemos dizer, então, que no âmbito da Semiótica (manipulação) temos como foco de descrição o fazer do orador enquanto estratégia, já no âmbito da Retórica, temos o foco de descrição o *pathos*, as paixões, ou seja, os efeitos gerados pelos efeitos de sentido, possíveis, do discurso. Essa relação actancial constitui etapas básicas da narrativa: manipulação; convencimento ou persuasão; modalização; ação e sanção. No âmbito da Semiótica Discursiva, abordamos a narrativa em três níveis de análise: o nível narrativo, o nível discursivo e o nível fundamental. O nível discursivo compreende a narrativa como uma combinatória de enunciados narrativos, compostos por atores e por predicados. A sintaxe do nível discursivo busca regulamentar e gramaticalizar a instância da enunciação, e o faz pelo processo de actorialização, de temporalização e de espacialização, cujos traços recursivos constroem os atores da narrativa, as marcas que delimitam o tempo, o espaço e o tipo da enunciação.

Sobre esse processo, Pietroforte (2004, p. 19) postula a enunciação como uma instância pressuposta, já que o que se apresenta ao semioticista é seu produto: o enunciado. Isso faz da enunciação a instância de produção do discurso. Para que essa produção seja realizada, definem-se um enunciador e um enunciatário, cuja relação produz a enunciação. Segundo o autor, cada tipo de enunciação possui sistemas pessoais, temporais e espaciais próprios, cuja colocação em discurso é chamada de breagem ou embreagem, sendo esses os conceitos que se referem à passagem de um tipo de enunciação a outro. Cada um deles gera um efeito de sentido particular.

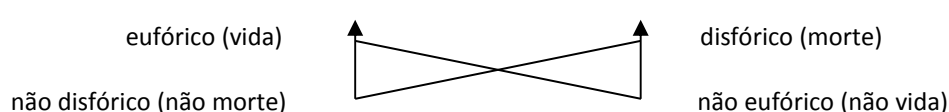
A enunciação enunciativa pressupõe um “eu”, “aqui” e “agora” e possui, no plano textual, marcas que se referem ao enunciador ou enunciatário, temos, então, a presença dos sujeitos interlocutores da/na linguagem. A enunciação enunciativa pressupõe um “ele”, “lá” e “então”, temos, nesse caso, a ausência de marcas lingüísticas que se referem aos sujeitos da linguagem, estes aparecem, então como objetos do discurso. Podemos destacar ainda que:

A Semiótica discursiva estuda a significação, que é definida no conceito de texto. O texto, por sua vez, pode ser definido como uma relação entre um plano de expressão e um plano de conteúdo. O plano de conteúdo se refere ao significado do texto, ou seja, como se costuma dizer em Semiótica, ao que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz. O plano da expressão refere-se à manifestação desse conteúdo em um sistema de significação verbal, não verbal ou sincrético. (PIETROFORTE, 2004, p. 11)

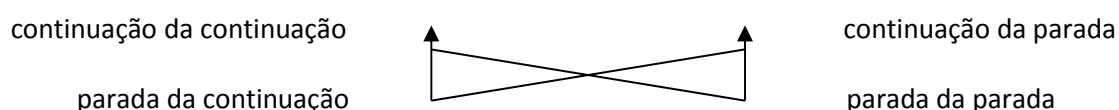
O nível narrativo engloba as transformações dos atores na narrativa. É composto por dois programas: o programa narrativo de base e o programa narrativo de uso. O programa narrativo de base é o percurso em que o sujeito adquirirá competências (modalizações) para executar sua *performance*. Nesse programa, temos o sujeito em busca da aquisição do objeto modal, que é o que esse sujeito precisa ter (competências) para realizar sua *performance*. A aquisição de competências é chamada, em Semiótica, de modalização. Esta, por sua vez, é constituída por objetos-modais caracterizados por verbos modais. Segundo Fontanille (1998, p.170), em Semiótica temos os seguintes verbos modais, na dimensão endógena, destacamos os verbos modais **querer** e **saber**; na dimensão exógena, destacamos os verbos modais **poder** e **dever**. Vale destacar que essa modalização também se dá na relação “Destinador (orador) x destinatário (auditório), considerando a modalização a própria adesão, que transforma o destinatário (auditório) em sujeito. No programa narrativo de uso temos dois tipos de *performances*: eufórica - em que o sujeito é sancionado positivamente com a conjunção com seu objeto de valor e disfórica - em que o sujeito não é sancionado com seu objeto de valor. Nesse programa, o objeto de valor motiva ou mobiliza (passionalmente) o sujeito para a ação que o leva a transformação por conjunção ou por disjunção com o referido objeto. Essa busca pelo objeto se dá, em nosso entender, de forma passional, uma vez que a modalização necessária a persuasão é de alguma forma passional. Seja o *pathos* em relação ao objeto, que nos leva a buscá-lo, seja ele em relação a outrem (pessoa ou outro ator) que me leva a buscar o objeto a fim de obter um reequilíbrio com esse outrem, que me causa a diferença, a alteridade de alguma forma.

O nível fundamental é caracterizado pelas categorias semânticas mínimas em que se estrutura a narrativa. Refere-se aos temas fundamentais tratados no texto. Para Pietroforte: “Se o

sentido é estabelecido em uma rede de relações, no nível fundamental, busca-se determinar não uma relação fundamental, mas uma rede fundamental de relações.” (PIETROFORTE, 2004, p. 11). O percurso gerativo de sentido, dessa forma, se estrutura nas relações fundamentais de sentido, orientadas por uma categoria semântica mínima: o nível fundamental, que será demonstrado em nosso modelo de análise, em que buscaremos depreender as relações fundamentais de sentido nos textos analisados. Vale ressaltar que o nível fundamental no modelo greimasiano traz oposições rigorosas. Como, por exemplo, vida x morte; liberdade x opressão; euforia x disforia etc. O quadrado semiótico expõe essas relações da seguinte forma:



Vale ressaltar que as oposições rigorosas não levam em consideração a transitividade inerente à narrativa e aos estados do sujeito. Zilberberg (2006, p. 129 – 147) propõe uma sintaxe mais dinâmica do que a simples oposição de elementos, essa proposição traduz de maneira mais tensiva as relações estabelecidas entre os temas fundamentais no nível fundamental, o autor, propõe o nível tensivo que, para a análise de canção se torna mais interessante como forma de descrição. Podemos exemplificar a proposta do autor no seguinte quadro:



Segundo esse modelo, podemos ainda abordar esses regimes de valores como remissivo (fechamento, desaceleração). Valores referentes à parada; e emissivo (abertura, aceleração). Valores referentes à continuação. Dessa forma, a continuidade é uma continuidade da descontinuidade e a descontinuidade é uma continuidade da descontinuidade. A transitividade é inerente aos estados do sujeito e à narrativa. Assim, o início da narrativa é a “parada da parada”. Cabe ao Destinator, então, persuadir o destinatário a fim de iniciar a “parada da parada”, ou seja, a “não inanição”, transformando o destinatário em sujeito, que sai em busca de seu objeto.

A função subjetal está relacionada ao andamento do sujeito, a função objetual está relacionada ao andamento do objeto, dessa forma esse esquema demonstra a relação do sujeito x

objeto e também continuação (regime emissivo) e parada (regime remissivo). Em nossa análise, aplicamos, ainda, os pressupostos teóricos da Semiótica aplicada à canção, teremos como principal referência para essa fundamentação teórica os estudos de Tatit. O autor define o núcleo de identidade da canção como sendo a letra e a melodia que a sustenta.

Segundo os postulados de Tatit (1996, p. 11-12) a melodia cantada possivelmente tem sua origem na gestualidade da fala. Destaca, ainda, que a canção popular possui uma espontaneidade enunciativa que faz com que a letra da canção se submeta aos contornos melódicos. Podemos, assim, assimilar que, na canção, ocorre uma articulação entre princípios prosódicos e melódicos, sendo essa relação o elemento central da Semiótica da canção.

Dessa forma, é necessário assimilar, na canção, aspectos típicos da fala e da prosódia, uma vez que mesmo havendo um modelo de previsibilidade e de estabilização melódica não há a necessidade de uma padronização coerciva em relação à construção das frases, versos ou das unidades entoativas em uma canção.

A letra de canção pertence a uma esfera de valores muito particular, altamente comprometida com a melodia e todo aparato musical circundante, de tal modo que sua avaliação à luz de critérios unicamente poéticos redunde, quase sempre, em julgamento desastroso. A fixação da sonoridade na canção é basicamente um problema musical. A desestabilização da sonoridade, fenômeno a ser analisado mais adiante, já se configura como questão entoativa. (TATIT, 1994, p. 237)

Assim sendo, o gênero canção, em sua constituição, é bastante complexo, considerando aspectos literários, poéticos, rítmicos, melódicos, prosódicos, harmônicos, de densidade, timbrísticos etc. De maneira que todos esses aspectos devem ser considerados em uma análise. Sobre a articulação entre letra e melodia na canção e os pressupostos para a análise de ambos, podemos destacar a seguinte citação:

É suficiente, para nossa finalidade, atribuímos à organização melódica a função de elemento estruturador do plano de expressão e à organização lingüística a incumbência de conformar o plano do conteúdo. Os aspectos sonoros da letra – rimas, aliterações, assonâncias –, que pertencem certamente ao plano da expressão, tendem a ocupar, na canção, uma posição secundária diante da exuberância do componente melódico, a menos que o autor lhes dispense algum tratamento especial. (TATIT e LOPES, 2003, p. 88)

Em relação à melodia (do grego *melos*) assimilamos, aqui, como o contraste entre as alturas e as durações das notas. Dessa forma, o sentido da frase musical modula o sentido da frase verbal e ambos corroboram o plano do conteúdo.

Em Semiótica, devemos considerar duas categorias distintas que estão imbricadas no processo de significação: andamento - aceleração x desaceleração (campo da extensidade); e a

tessitura - campo das alturas de uma melodia, que podem ser concentradas ou expandidas (campo da intensidade).

Conforme os estudos de Tatit (1994), as unidades entoativas são unidades do nível da célula na melodia. O nível superior é o nível da frase que é distribuída ao longo da tessitura o que pode gerar o efeito de passionalização, tematização ou figurativização. Segundo o modelo do autor, as curvas descendentes (do agudo para o grave) remetem figurativamente à asseveração da fala cotidiana, geralmente associada a um procedimento de distensão, relaxamento. Já o movimento ascendente (do grave para o agudo) pode gerar um efeito de tensão. Assim, a curva melódica ascendente indica que se espera uma resposta (ação – reação), podemos compará-las à curva melódica que entoamos ao fazermos perguntas, apelos e esperamos uma resposta. E, quando fazemos o oposto, curvas melódicas descendentes, esperamos um assentimento, uma adesão. Um exemplo é quando entoamos frases afirmativas ou declarativas.

Outro fator relevante nesse modelo se refere ao alongamento das notas e à desaceleração que pode estar associados a um sentimento de falta. Isso configura o ápice da passionalização, a valorização dos espaços, dos saltos, das durações, enfim, do percurso e da alteridade. Já o procedimento inverso, o encurtamento da duração das notas, a aceleração, a diminuição das alturas são procedimentos que estão associados ao sentimento de realização, de euforia e, conseqüentemente, ao ápice da tematização, valorização da conjunção com o objeto, enfim, da identidade. O autor postula ainda como forma de integração de letra e melodia a figurativização, em que se busca simular a fala nas modulações da canção. Tatit (1997, p. 118-120) postula, então, três modelos de construção melódica na canção:

1. **Tematização** da expressão: se refere ao processo de aceleração e regularização da pulsação rítmica, engendrando motivos melódicos bem definidos.
2. **Passionalização**: se refere ao investimento tensivo em relação ao uso da tessitura melódica, das durações das vogais e das pausas entre as frases. Assim, a tensividade é criada pela ampliação das alturas e das durações. Temos, então, a passionalização da expressão.
3. A **figurativização**: essa construção é o processo inverso da tensão (distensão), processo de desinvestimento do percurso melódico, buscando um grau zero de significação. Apesar de uma melodia de canção não poder ser completamente entoativa, indicar essa tendência já revela um processo que podemos chamar de figurativização enunciativa de expressão. Podemos complementar as reflexões acima com o trabalho de Tatit e Lopes (2004), distinguindo, ainda, três níveis de compatibilidade entre letra e melodia que podem se manifestar em graus variados:

(1) Uma espécie de integração “natural” entre o que está sendo dito e o modo de dizer, algo bem próximo de nossa prática cotidiana de emitir frases entoadas [...] consideramos que a canção reconstrói em seu interior uma compatibilidade com a qual estamos acostumados a conviver: tudo que enunciamos já vem com a melodia. Trata-se, portanto, da produção de um efeito figurativo da locução.

(2) Uma integração baseada num processo geral de celebração. Na letra, exalta-se a mulher desejada, a terra natal, a dança preferida, o gênero musical, uma data, um acontecimento, enquanto na melodia manifesta-se uma tendência para a formação de motivos e temas a partir de decisões musicalmente complementares: aceleração do andamento, valorização dos ataques consonantais e acentos vocálicos (consequentemente, redução das durações) e procedimentos de reiteração. [...] A esse processo musical chamamos tematização melódica [...]

(3) Uma integração baseada no restabelecimento dos elos perdidos. [...] Temos um desenvolvimento melódico sob o signo da disjunção temática, como se neste caso a melodia de fato “evoluísse”, ou seja, se apoiasse na diferença e se propagasse linearmente por toda a extensão de seu campo de tessitura. Assim, podemos falar de uma tendência à “verticalização” peculiar a toda canção passional. (TATIT e LOPES, 2004, p. 200-204)

O autor destaca, ainda, outra forma de integração letra e melodia, que se dá pela harmonia. Articulação na qual a tensão nas frases pode ser modulada a partir do uso de acordes, ao encadeamento deles e às escolhas e em suas configurações harmônicas. Podemos destacar a escolha de acordes maiores ou menores, dissonantes ou não etc. Enfim, acordes que produzem efeito de tensão e de expectativa (alteridade) e outros que geram efeito de distensão e de resolução (identidade).

3. Análise de *corpus*

A seguir, apresentamos uma proposta de modelo de análise em um quadro analítico composto pela enunciação; pelas unidades entoativas, respectivas frases e modelos melódicos; pelas categorizações e descrições no âmbito da Semiótica e, por fim, pelos movimentos retóricos realizados a partir das proposições, categorizados no âmbito da Retórica. Em nosso quadro analítico, buscamos descrever, em um primeiro momento, os estados iniciais na canção e os primeiros movimentos retóricos. Descrevemos, ainda, no âmbito da Semiótica, os possíveis efeitos de sentido na articulação letra x melodia.

Dessa forma, em nossa análise, a partir das descrições e categorizações iniciais, apontamos as principais transformações no nível narrativo e discursivo e as implicações dessas transformações nos movimentos retóricos e nas relações retórico-discursivas presentes na canção.

Introdução		Sons ambientalizando a cena: Sirenes + musicalização																																													
Sem.		- Espacialização: configuração do Englobante da situação enunciativa. (presença do oponente). A introdução é realizada por meio de sirenes, acordes tensivos, e notas dissonantes, de maneira a cenarizar a enunciação de forma tensiva. Temos aqui a preparação para conteúdo emissivo, a parada da parada, ou seja, a preparação do ouvinte para as teses que serão apresentadas.																																													
M. R.		- Exórdio – cenarização: instauração da tensividade argumentativa																																													
E ^{a1}		<table><tr><td>(Sol)</td><td>corda, amor (...)</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td>(Fá)</td><td></td></tr><tr><td>(Mi)</td><td></td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td>(Ré)</td><td>A</td></tr></table>		(Sol)	corda, amor (...)			(Fá)		(Mi)				(Ré)	A																																
(Sol)	corda, amor (...)																																														
(Fá)																																															
(Mi)																																															
(Ré)	A																																														
Semiótica		- Debreagem Enunciativa: Imperativo + Instalação do ator “amor” – Configuração - actancial – destinatário - Contrato Injuntivo: Destinador (orador) x destinatário (amor). - Início do programa narrativo de uso - Programa narrativo de base - Modalização – ator “amor”: dever - Na primeira enunciação da primeira estrofe, o orador (Destinador) entoia uma frase que termina com um tonema extremamente ascendente. Percebemos na segunda unidade entoativa, que fecha a frase o imperativo (a...corda, amor - contrato injuntivo) três graus acima da primeira unidade entoativa. Temos aqui o início da busca, o salto, acompanhado da pausa, após o tonema. Percebemos uma configuração passional, dada a surpresa do salto na segunda unidade entoativa e a pausa após a segunda unidade. Temos também um motivo melódico diferenciado, que não se repete nas próximas frases (passionalização). A entoação ascendente, configura também uma espera pela resposta do destinatário, corroborada pela pausa posterior à frase.																																													
M. R.		- Narração (a) - Gênero Deliberativo buscando a função persuasiva: <i>movere</i>/ Acordo prévio – imperativo “acorda” direcionado ao auditório caracterizado pelo ator “amor”.																																													
E ^{a2}		<table><tr><td>(G) (...) eu</td><td>gora so</td><td></td><td></td></tr><tr><td>ti</td><td>nhei</td><td></td><td></td></tr><tr><td>(F)</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>(E)</td><td>ve um</td><td>que</td><td>fora ba</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td>ção</td></tr><tr><td>(D)</td><td>pe</td><td>ti</td><td>ten</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td>tão que afli</td></tr><tr><td>(C)</td><td>sade</td><td>nha</td><td>do por</td></tr><tr><td>(B)</td><td>lo a</td><td>gen</td><td>no</td></tr><tr><td></td><td></td><td>te</td><td></td></tr><tr><td>(A)</td><td></td><td>lá</td><td></td></tr></table>		(G) (...) eu	gora so			ti	nhei			(F)				(E)	ve um	que	fora ba				ção	(D)	pe	ti	ten				tão que afli	(C)	sade	nha	do por	(B)	lo a	gen	no			te		(A)		lá	
(G) (...) eu	gora so																																														
ti	nhei																																														
(F)																																															
(E)	ve um	que	fora ba																																												
			ção																																												
(D)	pe	ti	ten																																												
			tão que afli																																												
(C)	sade	nha	do por																																												
(B)	lo a	gen	no																																												
		te																																													
(A)		lá																																													

Semiótica	- Instalação dos atores “eu” (orador) configuração actancial “adjuvante” e do ator “gente” configuração actancial “oponente”. - Espacialização e temporalização: Dimensão real – aqui/ agora (onde ocorre a enunciação) X Dimensão onírica (sonho) lá/ então. - Configuração actancial qualificacional - dimensão interoceptiva – aflição. - Modalização do ator “amor” por meio do saber - dado pelo Destinator/ (eu) Temos nas unidades entoativas das frases acima um encadeamento descendente configurando uma asseveração, temos uma asserção de informações que modalizam o destinatário (saber). Temos, assim, nas frases e unidades entoativas em referência uma tematização, percebemos a identidade das unidades entoativas e a asseveração de forma descendente sem saltos, com quedas intervalares e notas curtas. Destacamos também os saltos ascendentes nos tonemas, que caracterizam uma prossecução. Temos na canção, dessa forma a sequência asseveração x prossecução. No final, temos o vocábulo “aflição” que é entoado por meio de duas unidades entoativas, a última delas em ascendência dissonante, em uma entoação ainda não realizada, temos, então, uma configuração figurativa (temor na sincretização letra x melodia).
M.R.	- Narração – o orador se instala na situação argumentativa (eu) e inicia a narrativa em um plano onírico “sonho” em oposição à realidade. - Gênero Judiciário – volta-se ao passado/ Função <i>docere</i> – o ator informa sobre os acontecimentos em seu pesadelo. - <i>Logos</i> focalizando o <i>pathos</i> do “temor” por meio do vocábulo “aflição”/ Constituição do <i>ethos</i> do orador temeroso perante a cenarização. O auditório é caracterizado pelo ator “amor” recurso da ambigüidade este significante pode apontar para dois significados: eu-lírico feminino ou o ouvinte da canção.
E ^{a3}	
Sem.	- Embreagem enunciativa: isotopia figurativa com a reiteração do ator “gente” atualizado como a “dura”, “escura” e “viatura”. Configuração: actancial oponente, Segue então para uma debreagem enunciativa: dupla invocação – “santa”; “criatura” com a reiteração do ator “amor” - Dimensão interoceptiva (surpresa) do ator “eu” por meio da interjeição enunciada (Minha Nossa) - Temos nas unidades entoativas saltos ascendentes repentinos gerando o efeito de sentido de prossecução e de surpresa, seguida de uma gradação descendente, gerando o efeito de sentido de asseveração. Destacamos também a articulação entre a tematização (notas curtas e ritmo acelerado, associada aos saltos intervalares, caracterizando a conjunção do sujeito com seu abjeto (a opressão).
M.R.	- Demonstração: configuração do oponente que é figurativizado metaforicamente – pela isotopia “viatura” “escura” sujeitos a recção semântica de “dura”. - Isotopia – “minha nossa santa criatura” dupla invocação “auditório” e “santa” reiteração do <i>páthos</i> – temor.
E ^{a4}	

		(Fá)	
		(Mi) Chame, chame, chame lá/ Chame, chame	
Sem.		- Instalação do ator “ladrão” configuração actancial adjuvante./ Explicitação da dimensão interoceptiva (reiteração do fonema “x” representado pelo dígrafo nos grafemas “ch” - Manipulação – intimidação – temor da “dura”. - Unidades entoativas repetidas produzindo um efeito de tematização, culminando num tonema extremamente ascendente, uma oitava acima, fuga da melodia, produzindo, então um efeito de figurativização, nesse caso podemos associar à figurativização do temor)	
M. R.		- Conclusão: gênero deliberativo (proposição de intervenção)/ Recurso retórico (figura) da ironia inversão “ladrão x polícia” - Função: movere - <i>pathos</i> do temor – reiteração do “ch” - aliteração em “x” - Entoação de voz alterada drasticamente do grave para o agudo demonstrando alteração no estados de ânimo.	
F ^b		[...] ²	
C ^{a1}			
		[...]	
Semiótica		- Aualização do ator “amor” para “você”. Reiteração da não modalização do ator “eu” – modalizado apenas por um “saber” relacionado às implicações de receber uma visita “dos homens” como a narrada. Possibilidade do fim de sua performance no programa narrativo de uso de forma disfórica. - Temos na evolução da composição uma desaceleração rítmica, uma síncope com o alongamento da duração das notas, uma exploração da tessitura de praticamente toda a escala musical e a harmonia realizada com a predominância de acordes menores – dessa forma, temos uma configuração extremamente passional na canção, articulada aos conteúdos disfóricos da letra. Destacamos também as unidades entoativas nas frases acima que, de forma descendente, geram um efeito de asseveração.	
M. R.		- Conclusão: gênero deliberativo utilizando o subjuntivo introduzido pela partícula “se” – indicando possibilidades. Caracteriza a argumentação pela verossimilhança. - Disjuntivo – “mas” possibilidade da disforia na performance intensificada pela metáfora – “não vindo” implicando um suposto desaparecimento – fato comum aos presos políticos.	

² Como nosso objetivo é a exposição de um modelo de análise, não procederemos a análise da segunda estrofe, tendo em vista que ela segue as mesmas entoações da primeira estrofe.

Percebemos que no âmbito do *logos* (a colocação da questão a ser tratada), a prova proposicional é dada de forma a não haver um comprometimento explícito, mas antes de tudo implícito, no próprio percurso gerativo de sentido. Essa prova proposicional (o *logos*) se articula às provas não proposicionais (o *ethos* e o *pathos*), tendo como suporte a *melos* (canto, melodia), o que pode produzir um efeito de sentido específico: a construção dos referentes (objeto) – “liberdade” e “opressão” no âmbito político e social – numa perspectiva assumida pelo orador (Chico Buarque) e uma modalização passional, que coloca o destinatário-auditório, na posição de sujeito em relação ao objeto (liberdade) ou ao abjeto (opressão) construído no discurso.

Apresentamos, a seguir, um diagrama em que buscamos representar as relações acima descritas no que tange às relações semiótico-Retóricas que buscamos descrever anteriormente.

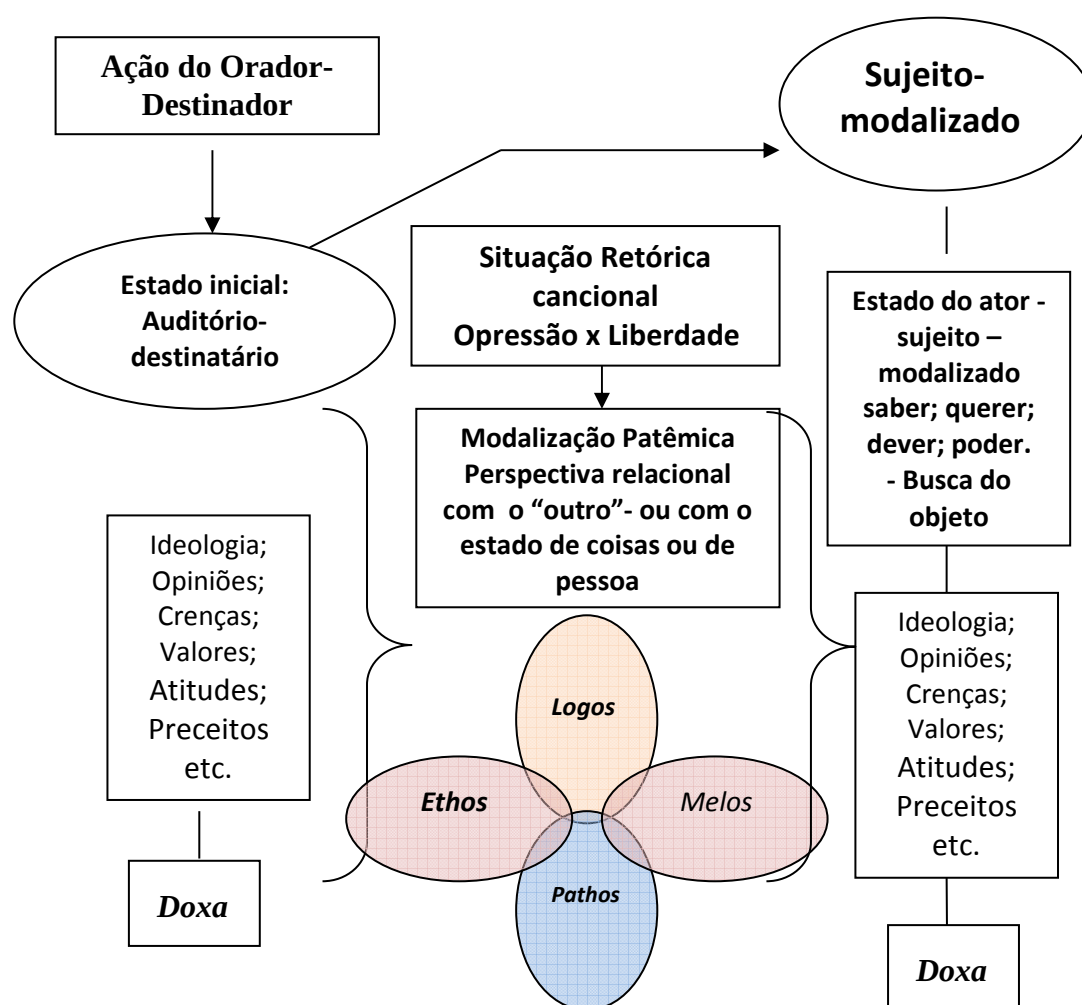
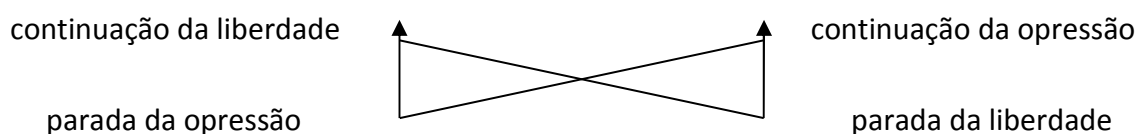


Figura 2. Representação da ação Retórica cancional - articulação da trilogia Retórica na canção associada à *Melos*

Considerações finais

Podemos inferir, nesse breve recorte de nossa análise, que o orador na canção analisada busca configurar um *ethos* que preencha condições de credibilidade para a aceitação do público, podemos destacar figuras de comunhão que configuram uma identidade entre orador (destinador) e auditório (destinatário) como “minha gente”, o objeto de valor “liberdade” como tema fundamental, como objeto de valor e como, por fim, um Bem comum. Da mesma forma coloca a “opressão” como um tema fundamental. Outro fator importante evidenciado em nossa análise é a negociação de sentido que, na canção, fica aberta a uma leitura polissêmica, instaurada a partir da instalação atores (interlocutores) como “amor” no início da canção, tal recurso cria modelos cognitivos pela ativação do conhecimento prévio típico em canções populares. Normalmente, um “amor”, no gênero popular da canção, é comumente interpretado como uma pessoa amada a quem um eu-lírico se refere. Em nosso caso, essa leitura é feita por uma negociação de sentido que pode variar a partir da *Doxa* que dá suporte à inferência do ouvinte e, conseqüentemente, ao sentido dado a canção. Podemos notar, também, que o orador perpassa os gêneros retóricos *epidítico*, *judiciário* e *deliberativo*, além das funções *movere*, *docere* e *delectare*, a fim de alcançar seus objetivos comunicativos na situação Retórica em questão. Por meio de figuras, forma isotopias figurativas que compõem percursos gerativos de sentido, recobrando os temas fundamentais tratados nas canções, percursos que são utilizados para a movimentação Retórica na canção, e, por conseguinte, a articulação da trilogia Retórica. Dessa forma, propomos o seguinte inventário no quadrado semiótico:



A partir dos temas fundamentais, o compositor configura um *ethos* que mobiliza diversas paixões, por meio do *logos*. No caso da canção “Acorda, amor”, destacamos o *pathos* do temor e da compaixão. Para alcançar esses objetivos destacam-se estratégias que têm o objetivo de conduzir o auditório a uma perspectiva assumida pelo orador em relação ao tema liberdade x opressão. Em relação ao *logos*, podemos inferir que é exatamente o que está em questão, colocado por meio das proposições (provas proposicionais): a “liberdade” e a “opressão”, os próprios temas fundamentais abstraídos a partir da análise. Destacamos, ainda a *melos*, que dá

suporte à *elocutio* e à *actio*, e, serve como princípio estruturador e estabilizador do *logos*, instaura os saltos, as gradações, configura um regime de passionalização e, em alguns trechos, a figurativização, sincretizando os efeitos de sentido do enunciado. Dessa forma, sobre a relação *ethos*, *logos*, *pathos* e *melos*, podemos dizer que não se isolam, mas se articulam, conforme demonstrado, pois o *pathos* incide sobre o *ethos* e sobre o *logos*, assim como o *logos* incide sobre o *ethos* e sobre o *pathos* e o *ethos* incide sobre *pathos* e sobre o *logos*. E, por fim, a *melos* que, no gênero canção, serve aos propósitos comunicativos, entoativos e à articulação dos elementos da trilogia Retórica na situação comunicativa instaurada por meio da canção.

Referências

- ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CARMO JR., José Roberto do. *A voz: entre a palavra e a melodia*. In: Teresa: Revista de literatura brasileira. Vol. 4/5. São Paulo: Editora 34, 2003.
- FONTANILLE, J. *Sémiotique du Discours*. Limoges: Pulim, 1998.
- GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo, Cultrix, 1966.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- _____. *O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa*. Filologia e Língua Portuguesa, v. 2, p. 293-310, 2007.
- MEYER, M. *A Retórica*. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. *Questões de Retórica: linguagem razão e sedução*. Tradução António Hall. Lisboa: Edições 70, 1993.
- PERELMAN, Chaim e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: A nova Retórica*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. Ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PIETROFORTE, A. V. *Semiótica Visual: os percursos do olhar*. São Paulo: Contexto, 2004.
- TATIT, Luiz. *Semiótica da canção: melodia e letra*, São Paulo: Editora Escuta, 1994.
- _____. *O cancionista – composição de canções no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. *Musicando a Semiótica – ensaios*. São Paulo, Annablume, 1997.
- _____. *O século da canção*, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- LOPES, Ivã Carlos e TATIT, Luiz. *Ordem e desordem em fora de ordem*. In: Teresa: revista de literatura brasileira. Vol. 4/5. São Paulo: Editora 34, 2003.
- TATIT, Luiz e LOPES, Ivã Carlos. *Terra a vista: aportando na canção*. Gragoatá: Revista do Instituto de Letras da UFF, v. 16. Niterói: 2004.
- ZILBERBERG, G. *Razão e poética do sentido*. São Paulo: Edusp, 2006.

ABSTRACT

We have, as work proposal, the exposure of the perspective of a analysis interdisciplinary model of Songs, addressing the articulation of the rhetorical trilogy. We use as theoretical framework for this exhibition, concepts of Semiotics, applying studies of Greimas, Tatit and Carmo Jr. and concepts of Classical Rhetoric and the New Rhetoric. As a corpus for this exhibition, we will use the song "Acorda, amor", 1974, written by Chico Buarque. Through this exhibition, we also aim to use the analysis model proposed to unveiling ideological traits and passions raised through that song, addressing the discursive strategies and resources used to achieve certain meaning effects and how the song can be associated to an act rhetorical specific with specifics communicative purposes.

KEYWORDS: *discourse; rhetoric; semiotics; passions; sense.*

Discursos, interpretação e autoria: a constituição do sujeito-escolar¹

Soraya Maria Romano Pacífico²

RESUMO

Fundamentados nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de filiação francesa, apresentaremos algumas análises de livros didáticos (LD), de textos midiáticos, e também, análises de redações produzidas por crianças que frequentam as séries iniciais do Ensino Fundamental. Pretendemos refletir sobre como as atividades de leitura parafrástica propostas pelo LD e a ampla circulação do Discurso de Divulgação Científica (DDC) silenciando o Discurso Científico (DC), no material didático, interferem, a nosso ver, na relação do sujeito com a linguagem, desde as séries iniciais. Nossas pesquisas têm demonstrado que o LD, material pedagógico muito utilizado nas escolas brasileiras, privilegia o DDC, o que traz implicações para a construção do efeito-leitor e do efeito-autor, afetando, logicamente, o sujeito-escolar e/em suas atividades de leitura, interpretação e produção textuais.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Interpretação; Sujeito; Efeito-autor; Efeito-leitor.

Introdução

Só tem que pegar. Aprende, meu filho,
dessa lição você vai precisar
Se você repete um estribilho
no coco do povo, e bate, e martela,
o povo acredita naquilo só
Acaba engolindo qualquer balela
Acaba comendo sabão em pó
Imagine um samba...
(BUARQUE, C.; PONTES, P. *Gota d'água.*)

¹ Trabalho apresentado na mesa-redonda *Elementos da perspectiva discursiva no ensino de Língua Portuguesa*, como parte das atividades do IV EPED.

² Docente do curso de Pedagogia e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Pós-Graduação em Psicologia, da FFCLRP-USP.

Eleger *O discurso em suas pluralidades teóricas* como tema de um evento como o EPED é, a nosso ver, uma conquista para estudiosos dos cursos de graduação e pós-graduação em Letras, em Pedagogia e demais áreas que têm a linguagem como objeto de investigação, pois com isso, deixa-se de tratar a língua como algo pronto, deixa-se de estudá-la apenas como uma estrutura fixa regida por leis e regras e passa-se a analisá-la em seu funcionamento discursivo. Face às pluralidades teóricas para se estudar o discurso, filiamo-nos à Análise do Discurso francesa. Sustentados por esse lugar teórico, objetivamos refletir sobre os discursos que circulam dentro e fora da escola, dedicando atenção ao discurso pedagógico que circula nos livros didáticos e ao discurso midiático.

Criticando a ilusão de transparência da linguagem e de unicidade do sentido, buscamos especular sobre as posições discursivas possíveis de serem ocupadas pelo sujeito-escolar e como as posições assumidas na escola podem, ou não, sustentar a leitura dos textos midiáticos. Para isso, selecionamos como *corpus* um livro didático utilizado em escolas públicas e particulares da cidade de Ribeirão Preto-SP, e dois textos que circularam na mídia eletrônica, em 2011.

Após a análise desses discursos, analisaremos uma redação produzida por um sujeito que frequenta as séries iniciais do Ensino Fundamental, a fim de observar quais são os espaços discursivos possíveis para o sujeito-escolar construir sentidos.

1. Pegando o fio da meada...

A teoria discursiva se ocupa dos processos de constituição dos fenômenos linguísticos e concebe a linguagem como constitutiva do sujeito. A Análise do Discurso (AD) considera que os sentidos são construídos sócio-historicamente e que a ideologia intervém na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Outra contribuição da teoria para os estudos linguísticos é questionar a neutralidade da linguagem e apontar para as relações de força que perpassam todo discurso e interferem na interpretação dos textos.

Para muitos alunos, do Ensino Fundamental até a graduação, interpretar é um “bicho de sete cabeças”. Com estranhamento, ouvimos esse sentido de uma aluna do curso de graduação em Química, que cursava como optativa a disciplina Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa, que ministramos, no primeiro semestre de 2012, para o curso de Pedagogia, na FFCLRP-USP. Diante de tal enunciado, não é possível silenciar as seguintes questões: o que leva uma aluna, que passou no mínimo onze anos nos Ensinos Fundamental e Médio, que passou pelo crivo de um dos

mais concorridos vestibulares do país, a FUVEST, a considerar “interpretação algo abstrato, muito difícil”? O que faltou para que essa aluna construísse outra relação com os sentidos? A que tipo de leitura a escola submete seus alunos para que essa situação seja a regra e não a exceção?

Em nossa tese de doutorado (PACÍFICO, 2002) já escrevemos sobre isso, ou seja, pesquisamos os conceitos de autoria e argumentação em redações produzidas por alunos de um curso de Psicologia, de uma universidade particular, de Ribeirão Preto-SP, e o resultado foi que os alunos repetiam os sentidos dos textos lidos, não ocupavam a posição discursiva de autores, sequer exerciam o poder da argumentação.

A nosso ver, esse resultado é o indício de que a leitura parafrástica proposta e valorizada pelo livro didático não permite ao sujeito-escolar realizar gestos de interpretação. Consequentemente, se não há interpretação, a autoria fica interditada para o sujeito.

Para a AD, a interpretação é uma questão ideológica, ou seja, os sujeitos constroem os sentidos porque existe um mecanismo ideológico que “naturaliza” determinadas interpretações e não outras, criando, assim a ilusão de evidência dos sentidos (PÊCHEUX, 1995), como se eles estivessem colados às palavras, apagando-se assim, a constituição histórica de sujeitos e sentidos. Porém, o analista do discurso duvida da ilusão de evidência dos sentidos e trabalha com a opacidade do texto, não busca o único sentido, isto é, o que “x” quer dizer, mas sim, por que se diz “x” e não “y”.

Considerando que a construção dos sentidos não é neutra, tampouco aleatória, podemos dizer que o modo como os sentidos circulam nos livros didáticos e nos textos midiáticos, por exemplo, interfere na posição que o sujeito-leitor pode ocupar para interpretar, pois os mecanismos de controle da interpretação exercem sua força diferentemente nos diversos tipos de discursos que circulam em nossa sociedade.

Navarro, citando Melo, nos diz que sempre há diferença entre aquilo que a coletividade deseja saber e aquilo que a instituição midiática quer fazer saber. E Navarro (idem) acrescenta:

No relacionamento da instituição midiática com a coletividade, um ponto de tensão mais complexo que o apontado por Melo merece atenção. Trata-se da relação que se estabelece entre duas práticas distintas, uma identificada com os agentes produtores de informação e cultura, e outra que reúne os agentes consumidores desses produtos culturais. (NAVARRO, 2008, p. 227).

Concordamos com Navarro e, por isso, defendemos que há uma heterogeneidade que engendra os textos midiáticos, isto é, há uma multiplicidade de vozes dialogando, disputando os sentidos que podem ser ditos, ou não, e essa luta pelo poder dizer sustenta-se na relação desigual

de poder entre aqueles que podem construir e divulgar sentidos e aqueles que só podem ler e repeti-los. Vale lembrar Pêcheux, em seu texto *Ler o arquivo hoje* que, ao considerar a divisão social do trabalho com a leitura uma questão política, escreve:

[...]“a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo, “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações”...(PÊCHEUX, 1997, p. 58)

Nessa mesma direção argumentativa, Gnerre defende que “A linguagem pode ser usada para impedir a comunicação de informações para grandes setores da população” (GNERRE, 1988, p.21). E assim, numa intensa disputa pelo dizer e pela necessidade de interdição aos sentidos que devem permanecer silenciados, vão sendo tecidos os fios discursivos que circulam nos textos midiáticos, cuja luta de vozes só pode ser interpretada se os textos não forem lidos isoladamente, no espaço que lhes cabe na folha do jornal ou da tela do computador, numa visão reducionista, tal qual a do livro didático, que trabalha com a ilusão de completude da linguagem, como se os textos tivessem começo, meio e fim neles próprios.

Trataremos do livro didático adiante, pois aqui queremos analisar dois textos que circularam na mídia eletrônica por ocasião da visita do presidente estadunidense, Barack Obama, ao Brasil, em março de 2011.



<http://marcelinhoonline.blogspot.com>, acesso em 19-03-2011.



www.twitipic.com, acesso em 21-03-2011.

A interpretação dos textos exige do leitor o acesso à memória discursiva, uma vez que a constituição sócio-histórica dos sentidos precisa ser compreendida a fim de ancorar os gestos de interpretação do sujeito-leitor. Vale ressaltar que não estamos falando de uma memória psicológica, mas sim, de memória discursiva que deve ser entendida como:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2007, p.52).

No caso dos textos que estamos analisando, o leitor precisa levar em conta que há vozes antagônicas sustentando a construção dos dois textos, a saber, uma que marca a imposição americana das exigências de segurança para o presidente no período de sua visita ao Brasil e, por outro lado, uma voz de oposição que subverte tais sentidos ao posicionar-se contrariamente a tais exigências, usando a língua inglesa no sentido imperativo, próprio dos americanos, para mandar o presidente de volta a seu país.

O riso emerge dessa/nessa luta de vozes, qual seja, o Cristo que, “assustado” pode submeter-se à ordem e o Cristo que dá a ordem. Essa luta de vozes pode ser interpretada como o lugar que o Brasil ocupa no cenário atual, ora se submetendo aos Estados Unidos, ora tentando conseguir um poder para dizer e fazer. Essa interpretação é possível para o sujeito-leitor que, pela memória discursiva compreende os sentidos construídos sobre a relação desigual de poder existente entre os Estados Unidos e o Brasil; sobre o prestígio da língua inglesa no cenário mundial; sobre a violência no Rio de Janeiro; sobre o Cristo Redentor como um símbolo do Brasil.

Com base nisso, o leitor interpretará que o poder construído pelo uso da língua inglesa confere maior autoridade à ordem dada pelo Cristo Redentor ao presidente americano. Reitera-se, às avessas, com tom de zombaria, o sentido de que os americanos só entendem (ou respeitam) sua própria língua; logo, a ordem dada em inglês deve ser compreendida por aquele que representa o povo americano.

Como estamos apresentando, a interpretação do discurso midiático não pode acontecer com base em uma leitura parafrástica, pois a heterogeneidade, os sentidos que falam antes e dialogam com os atuais são fundamentais para a compreensão dos textos lidos na mídia. Nossa questão é: como a instituição escolar prepara o leitor para ler os textos midiáticos se a leitura praticada nas escolas que assumem o livro didático como autoridade das atividades de leitura e escrita desconsidera que sujeitos e sentidos se constroem junto com o texto e, portanto, os sentidos podem vir a serem outros? Desconsidera, conseqüentemente, que a memória discursiva reverbera por meio de deslizamentos e atualizações dos sentidos, em movimentos discursivos que fazem ecoar velhos sentidos e apontam para novas possibilidades, constituindo, desse modo, a historicidade dos fios discursivos.

Em relação ao livro didático, neste artigo contemplaremos, especialmente, o modo de circulação do discurso científico (DC) e do discurso de divulgação científica (DDC), ou jornalismo científico, em livros didáticos das séries iniciais do Ensino Fundamental. Nossos estudos têm demonstrado que o DC está perdendo espaço para o DDC, no material didático. Ao proceder dessa maneira, o discurso científico fica silenciado e os alunos entram em contato com sentidos construídos por um jornalista e não pelo cientista.

De acordo com Authier-Revuz (1998), o discurso do jornalismo científico, criando efeitos de aproximação entre o leitor e o objeto da ciência, realiza uma espécie de “encenação” na qual o sujeito-leitor imagina-se, a partir da leitura de um texto (DDC) derivado de outro (DC), capaz de compreender ciência, o que, por sua vez, mascara a não-comunicação entre sujeitos e ciência de maneira direta e ainda faz com que os leitores permaneçam assujeitados ao que a mídia considera importante ser divulgado e à maneira como a mesma o faz. A esse respeito, Orlandi (2001, p.150) aponta que “O discurso da divulgação científica desloca o processo do conhecimento científico para a informação científica.” Esse tipo de funcionamento discursivo no LD sustenta um imaginário sobre o sujeito-escolar, qual seja, de que ele não compreende ciência mesmo estando na escola, o que entendemos ser um equívoco.

Para refletir sobre essa questão, apresentamos um texto de divulgação científica presente no livro didático *Porta Aberta: Língua Portuguesa*, de Isabella Carpaneda e Angiolina Bragança, indicado para o segundo ano do Ensino Fundamental. Analisaremos como a linguagem é usada no DDC, como os sentidos são construídos e, principalmente, qual posição discursiva é imaginada para o sujeito-leitor desse texto. O texto, intitulado *Pequenas e poderosas*, encontra-se na página 174 do referido livro e foi retirado da Revista Recreio, como podemos ler a seguir:

Bonitinhas e delicadas, as joaninhas são um dos poucos insetos de que quase todo mundo gosta. Para muitas pessoas, representam até um sinal de boa sorte, por isso, são sempre muito bem-vindas nos jardins. Na verdade, elas só conquistaram esse carinho porque realmente ajudam as plantações. É que as joaninhas se alimentam de pulgões, ácaros, cochonilhas e outros bichos que comem e destroem vegetais. Assim, enquanto almoçam, elas acabam salvando a vida das plantas. Nem todas as joaninhas têm carapaça vermelha com pintinhas pretas. Há cerca de 5.000 espécies desse inseto espalhadas pela América, Europa, África, Ásia e Oceania. Elas podem ser vermelhas, amarelas, cinzentas, pretas ou de outras cores. Algumas têm pintas e outras não.

(Revista Recreio, Ano 1, no. 8. São Paulo, Abril, 4-5, 2000).

Após o texto, o livro didático propõe uma atividade nomeada “Estudo do texto” (p. 175), que traz as seguintes questões, com as respectivas respostas para o professor:

A. As informações dadas no texto são reais ou inventadas?

São reais.

B. Pelo texto, o que são pulgões, ácaros e cochonilhas?

Sugestão de resposta: São bichinhos que prejudicam / destroem as plantas.

C. Por que as joaninhas são consideradas poderosas?

Elas são consideradas poderosas porque protegem as plantas, comendo bichinhos que destroem vegetais.

Como podemos observar, para responder as questões, o sujeito-aluno deve voltar ao texto e copiar as respostas, realizando, assim, uma leitura parafrástica. Todavia, os textos que circulam fora da escola reclamam do sujeito-leitor uma leitura polissêmica, pois aquele que apenas repete o sentido do texto lido realiza uma leitura ingênua, desconsidera a constituição sócio-histórica dos sentidos. Pelo fato de não concordarmos com a legitimação da leitura parafrástica, tampouco com o espaço conquistado pelo DDC no material didático, pesquisamos um artigo científico sobre

joaninhas, intitulado *Coccidophilus citricola* Brèthes, de Antonio Cesar dos Santos e Santin Gravena, a fim de refletir se seria muito difícil para o sujeito-aluno do Ensino Fundamental ler e interpretar o DC. Vejamos um recorte deste artigo:

As joaninhas são predadores de insetos, porém métodos para aumentar e conservar suas populações em campo são ainda pouco desenvolvidos (OLKOWSKI et al., 1990). A eficiência desses inimigos naturais mostra que devem ser incorporados a programas de Manejo Integrado de Pragas (HODEK, 1973). *Coccidophilus citricola* Brèthes (Coleoptera: Coccinellidae) é um importante predador de várias cochonilhas na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Brasil atacando principalmente *Cornuaspis beckii* Newmann, *C. aonidum*, *Chrysomphalus dictyospermi* Morgan, *Aonidiella aurantii* Maskell, entre outras (BOSQ, 1943). *C. citricola* foi uma das espécies mais abundantes em citros na Argentina, o que mostra sua importância para programas de introdução e incremento de inimigos naturais CROUZEL (1973).

Com base na linguagem usada no DC e no DDC presentes no livro didático, observamos que para referir-se às joaninhas, o DC usa: “Predadores de insetos”; “Conservar suas populações em campo”; “Inimigos naturais” (relação de sinonímia para joaninhas). O DDC, porém, recorre a um imaginário de que criança tem uma fala infantilizada, precisando, portanto, ser construído com diminutivos e expressões carregadas de juízo de valor para nomear as joaninhas, como podemos ler em: “Bonitinhas e delicadas”; “Ajudam as plantações”; “Enquanto almoçam, elas acabam salvando a vida das plantas”.

Esses usos linguísticos levam-nos a questionar: será que o sujeito-aluno do segundo ano não compreenderia que as joaninhas são predadores de inseto, inimigos naturais dos pulgões? Será que as joaninhas “almoçam” ou se alimentam? Será que os pulgões precisam ser nomeados como “bichinhos que destroem as plantas”? Será que o discurso do senso comum sobre as joaninhas, isto é, sentidos de que elas são bonitinhas e delicadas, de que trazem boa sorte, constitui o modo pelo qual os alunos podem e devem saber sobre elas? Defendemos que não. Coordenamos, junto com a professora Elaine Sampaio Araújo, na FFCLRP-USP, o CADEP (Centro de Aprendizagem dos Egressos de Pedagogia), do qual participam muitos professores. A partir da leitura do texto de Santos e Gravena (2005), uma professora do grupo trabalhou com alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental os nomes científicos de plantas e insetos e nos relatou sobre o grande interesse das crianças pela leitura, escrita e pronúncia desses nomes. Logo, se há professores que defendem que as crianças das séries iniciais precisam ter contato com palavras simples, com textos curtos, consideramos que seja necessária a revisão desse ponto de vista.

Por tudo isso, defendemos (PACÍFICO, 2002) que há lugares discursivos para o sujeito-leitor, no ato da leitura. O sujeito-leitor pode ocupar a fôrma-leitor e realizar uma leitura cujo objetivo é a repetição do sentido, em que o controle do sentido sempre está presente. Podemos dizer que o

discurso pedagógico valoriza a fôrma-leitor. Indo em direção oposta, os sujeitos podem ocupar outra posição discursiva e assumir a função-leitor, isto é, os leitores não são “formatados” (expressão emprestada da informática para realçar a presença da polissemia nos textos), não repetem os sentidos instituídos como dominantes, e sim, procuram compreender como são criados alguns efeitos de sentido e não outros, eles procuram investigar como se dá, num dado momento sócio-histórico, o funcionamento discursivo, que é novo e único em cada texto; assim, o sujeito que assume a função-leitor realiza uma leitura interpretável, polissêmica (ORLANDI, 1993). Recorrendo a Pêcheux para refletir sobre leitura e escrita temos que:

No cerne da questão: a ambiguidade fundamental da palavra de ordem mais que centenária “aprender a ler e a escrever”, que visa ao mesmo tempo a apreensão de um sentido unívoco inscrito nas regras escolares de uma assepsia do pensamento (as famosas “leis” semântico-pragmáticas da comunicação) e o trabalho sobre a plurivocidade do sentido como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento. (PÊCHEUX, 1997, p. 59)

A crítica que o autor faz ao ensino da leitura e da escrita reduzido à “apreensão de um sentido unívoco inscrito nas regras escolares” toca na complexa relação do sujeito com os sentidos, ou seja, leva-nos a questionar a imposição escolar do mesmo (paráfrase), e a necessidade de possibilitar ao sujeito-escolar o trabalho com o diferente (polissemia).

Com base nas análises aqui apresentadas podemos dizer que as atividades do livro didático constroem-se sobre leituras parafrásticas, permitem ao sujeito ocupar a fôrma-leitor, silenciam a heterogeneidade constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, trabalham com a ilusão de evidência do sentido. Por outro lado, conforme vimos, para interpretar o discurso midiático o sujeito deve ocupar a função-leitor a fim de compreender os sentidos aí construídos, e isso requer o trabalho com a “plurivocidade do sentido”.

2. Leitor e Autor: posições discursivas possíveis para o sujeito-escolar

Em meio a essa complexa relação do sujeito com os sentidos, trazemos outra questão, além da leitura: como o sujeito-escolar trabalha a autoria em seus textos? Autor para a AD deve ser entendido como uma posição discursiva que o sujeito pode ou não ocupar ao produzir seu dizer, oral ou escrito. Ao assumir a autoria, o sujeito constrói uma relação harmônica entre as partes do texto, responsabiliza-se pelas palavras que coloca em curso e pela coerência que começo, meio e fim devem apresentar.

Iamamoto e Pacífico (2010), ao investigarem se os sujeitos-alunos dos quatro anos iniciais do Ensino Fundamental ocupam a fôrma-leitor ou a função-leitor para posterior produção textual e assunção da autoria, chegaram à conclusão de que há um movimento dos sujeitos, ora ocupando a fôrma-leitor, ora ocupando a função-leitor. Todavia, o que prevalece com o decorrer dos anos escolares é a fôrma-leitor, e os sujeitos que migram dessa posição discursiva, geralmente, fazem-no não pela proposta escolar, mas sim, porque eles construíram outra relação com a escrita e ousam sair da fôrma-leitor, assumindo a função-leitor, pois querem produzir seus próprios sentidos e não se prender aos sentidos reducionistas das atividades escolares.

Ao assumir a função-leitor, o sujeito-aluno constrói condições para ocupar o lugar de autor, pois os gestos de interpretação realizados pelo sujeito que assume a função-leitor conferem-lhe possibilidades de compreender a historicidade dos sentidos, de trabalhar com a polissemia, não se restringindo à paráfrase, e essas são condições para que a autoria se instale nos textos.

Para que o leitor entenda a assunção da autoria por um sujeito-aluno do Ensino Fundamental, consideramos importante contextualizar como se deu sua produção textual. Em uma terceira série, ao trabalhar em classe o tema sobre invenções e descobertas, uma proposta do livro didático, a professora buscava construir junto aos alunos o conceito de biografia, para isso, utilizou-se de exemplos de alguns cientistas que ficaram famosos por suas invenções. Dentre estes inventores estavam Alexander Graham Bell, inventor do telefone, Thomas Edison, que inventou a lâmpada elétrica, Gutemberg, inventor da imprensa e Isaac Newton, com a noção da gravidade. Feito isso, a professora solicitou que os alunos pesquisassem novas invenções e organizassem uma biografia do respectivo inventor para apresentar à classe, mostrando que haviam aprendido ou apreendido o conceito de biografia.

No entanto, o sujeito-aluno que produziu o recorte abaixo, não quis simplesmente reproduzir uma biografia, criou uma biografia como se ele fosse o próprio inventor, construindo seus sentidos a partir daqueles já construídos sobre Santos Dumont. Vejamos o texto:

Asas de um sonho

Viveu outrora um ferreiro, que adorava voar, apesar de nunca ter tido tal sensação.

Quando tinha 14 anos decidiu dedicar-se ao projeto de um avião chamando-o de 14 Bis. 14 sua idade e bis (bala de inhame com sal) sua bala predileta. Dedicou-se a esse projeto por 21 anos e demorou dois

anos para construí-lo, em 1906 fez o primeiro voo, teve a altura de 3 metros. No mesmo dia à noite olhando para o céu viu um grupo de estrelas formando seu avião. Ele é o Vitor Dumont.

Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2006) defendem o texto como espaço para autoria, como espaço de possibilidades relacionais. Concordamos com as autoras e nossas pesquisas (RODRIGUES; PACÍFICO, 2007; IAMAMOTO, PACÍFICO, 2010; TIZIOTO; PACÍFICO; ROMÃO, 2009; MORALES DA SILVA, PACÍFICO, 2011) comprovam que quando o espaço para autoria é construído, quando o sujeito-escolar tem condições para assumir-se como autor ele se inscreve em seu dizer, não apenas repete um dizer.

Na redação acima, o sujeito construiu a unidade do texto, a qual é um efeito discursivo construído por aqueles que ocupam o lugar de autor. Entendemos que isso foi possível porque o sujeito-aluno foi além da proposta de copiar uma biografia. Ao inscrever-se no seu escrito, o sujeito encontrou brechas para a emergência da subjetividade (Vitor Dumont); brincou com a polissemia das palavras (bis- bala de inhame e sal); partiu do já-lá, dos sentidos já construídos sobre 14 Bis e Santos Dumont e, assim, pôde olhar para o “céu” e vislumbrar um novo “voo”.

Produções como essa nos fazem defender que a leitura não pode reduzir-se à repetição do sentido lido; que a escrita não pode ser reduzida à cópia, ao treino de caligrafia ou ortografia; que a escola tem de ser um espaço privilegiado para possibilitar a assunção da autoria e a emergência da subjetividade.

Segundo Coracini (1999, p. 171), “Na verdade, o aluno continua sem saber escrever, porque o professor parece nunca ter parado para refletir sobre a escrita e porque o professor (e/ou o livro didático) continua conduzindo as redações como meras tarefas escolares.” Apesar de saber que isso realmente ocorre em muitas escolas, buscamos romper com esse discurso porque esperamos que as contribuições dos estudos discursivos cheguem às salas de aula e que possamos escrever que “na verdade, o aluno usa a escrita para falar de si, para falar do mundo que o cerca, para falar sobre sentidos que o afetam, e assim, os sujeitos-escolares, concebidos como sujeitos de linguagem, cujas leituras e escrita são valorizadas, sentem muito prazer em ler e escrever, dentro e fora da escola.”

Considerações finais

Com base nas análises apresentadas, defendemos que merece atenção o trabalho com a leitura e a escrita nas escolas, a fim de se refletir sobre como os livros didáticos apresentam as chamadas atividades de “compreensão”, “interpretação” e “estudo” dos textos, e quais as implicações dessas atividades para a constituição do sujeito-escolar.

Este estudo também aponta para a necessidade de circulação do discurso científico no contexto escolar, o que possibilitará ao aluno o acesso a um vocabulário mais elaborado, a sentidos construídos pelos cientistas e, não pelos jornalistas, e isso colocará o aluno em contato com uma argumentação consistente, pautada na pesquisa, que é dialógica, e não na ilusão de sentido único como é sustentada pelo LD.

Vale ressaltar a importância do discurso polêmico em sala de aula, visando a possibilitar a assunção da autoria e os gestos de interpretação, o que pode despertar no sujeito-escolar o desejo de falar de si, “nas asas de um sonho”. A disputa dos sentidos torna-se essencial para que o sujeito-escolar se demonstre, coloque em discurso sentidos com os quais ele se identifica ou desidentifica. E a escola deve ser o espaço para que a voz dos sujeitos ecoe, considerando que tanto o sujeito quanto os discursos estão em constante movimento, em constante (trans)formação.

Muitos sujeitos encontram na escola o primeiro chão por onde enveredarão pelos caminhos da leitura e escrita. Sendo assim, a escola precisa preparar o terreno e plantar múltiplos sentidos que deverão ser trabalhados com os sujeitos-escolares para que eles conheçam o novo e não estejam fadados a “acreditar naquilo só, a engolir qualquer balela”.

Referências

- AUTHIEU-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV Revue de Linguistique*, Paris, nº 26, 1982.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. [trad. Claudia Pfeiffer et alli] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- CORACINI, M.J. (org.). A produção textual em sala de aula e a identidade do autor. In: Coracini, M.J. *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. Campinas-SP; Pontes, 1999.
- GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. Martins Fontes, 1988.
- IAMAMOTO, E.N.; PACÍFICO, S.M.R. Sujeito e sentido nas séries iniciais do Ensino Fundamental: o que quer, o que pode essa escrita? In: ROMÃO, L.M.S.; PACÍFICO, S.M.R. (org.). *Efeitos de leitura: sujeitos e sentidos em movimento*. Ribeirão Preto: Alfabeta, p. 181- 207, 2010.

MORALES DA SILVA, M.; PACÍFICO, S.M.R. *Os clássicos no ensino fundamental: o (en)canto do sonho louco de dom quixote e suas possibilidades de interpretação*. Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 5 v. 5 n. 9, p. 89-102-, jan-jun. 2011.

NAVARRO, P. Discurso e mídia: elementos do método arqueológico para análise da produção discursiva da identidade. In: ROMÃO, L.M.S; GASPAR, N.R. (org.) *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro & João, p. 225-244, 2008.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed., Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E.P. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. IN: ORLANDI, Eni Pulcinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi. (orgs.). *Discurso e Textualidade*. Campinas-SP: Pontes, 2006.

PACÍFICO, S.M.R. *Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2002.

PACÍFICO, S. M. R. O silêncio do/no livro didático. In: PACÍFICO, S. M. R. & ROMÃO, L. M. S. *Leitura e Escrita: nos caminhos da linguagem*. Ribeirão Preto-SP: Editora Alfabeta, p. 13-24, 2007.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. "Ler o arquivo hoje". In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 55-66, 1997.

PÊCHEUX, M. *Papel da memória*. In: *Papel da memória* (pp. 49-56) Campinas: Pontes, 1999.

RODRIGUES, E.S.S.; PACÍFICO, S.M.R. Investigações sobre a autoria em textos produzidos por alunos da 4ª.série do Ensino Fundamental. In: PACÍFICO, S.M.R.; ROMÃO, L.M.S. (org.). *Leitura e escrita: no caminho das linguagens*. Ribeirão Preto: Alfabeta, p. 49-77, 2007.

SANTOS, A. C.; GRAVENA, S. *Aspectos Biológicos de Coccidophilus citricola (Coleoptera, Coccinellidae) Sobre Aspidiotus nerii e Chrysomphalus aonidum (Homoptera, Diaspididae)*. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 35, n. 1, fevereiro 2005. Disponível a partir de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782005000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 18 de outubro de 2011.

TIZIOTO, P.; PACÍFICO, S.M.R.; ROMÃO, L.M.S. *Leitura e interpretação: percursos que engendram a escrita infantil*. Revista Teoria & Prática, ano 27, **no. 53**, p. 61-70, novembro 2009.

Sites visitados:

<http://marcelinhoonline.blogspot.com>. Acessado em 19-03-2011.

www.parazinet.com. Acessado em 20 de março, 2011.

www.twitipic.com. Acessado em 21-03-2011.

Livro didático analisado:

BRAGANÇA, A.; CARPANEDA, I. *Porta aberta: Língua Portuguesa*. 2º ano. São Paulo: FTD, p. 174-175, 2007.

ABSTRACT

Based on the French Discourse Analysis, we will present some analyses of didactics books (LD), media texts, and also analyses from the writings produced by children attending the early grades of basic school. We intend to discuss how the paraphrastic reading activities proposed by the LD and the wide circulation of Scientific Divulcation Discourse (DDC) silencing the Scientific Discourse (DC), in the didactic material, interfere, in our view, in the subject's relation with the language, since the early grades. Our research have shown that the LD, educational material widely used Brazilian schools, it privileges the DDC, which has implications to the construction of reader-effect and author-effect, affecting logically, the school's subject in their reading activities, interpretation and textual production.

KEYWORDS: *Discourse; Interpretation; Subject; Author-effect; Reader-effect.*

Referenciação metafórica no discurso político presidencial: um estudo argumentativo

Renata Palumbo¹

RESUMO

Neste artigo, nosso propósito é examinar a função referencial e a retórica das metáforas conceptuais, no discurso político. Observamos os processos referenciais específicos dessas metáforas e a orientação argumentativa efetivada ou reforçada a partir delas no pronunciamento do ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, 2003. Adotamos como referencial teórico os estudos dos seguintes autores: Mondada (2001, 2002, 2005), Mondada e Dubois (2003), Koch e Marcuschi (1998), Marcuschi (2005, 2007), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, 2002), Aquino (1997, 2005), Lakoff (1993), Lakoff e Johnson (1992 [1980], 1993, 2003), Charteris-Black (2005, 2007, 2008, 2009), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: *metáfora conceptual; processos referenciais; argumentação; discurso político; cognição.*

Introdução

Ao se tratar da argumentação, consideramos o procedimento discursivo – que envolve intersubjetividade, seleções linguísticas e fatores pragmáticos – indissociável do processamento cognitivo, na medida em que os interlocutores precisam reconhecer as estratégias discursivas e pelo fato de a modificação de um contexto cognitivo consistir em um propósito argumentativo. Isso faz a seleção de metáforas conceptuais, como as de “contêiner” (LAKOFF e JOHNSON, 1992 [1980], 2003), ser significativa para a argumentação, principalmente, em situações em que o discurso alcança pessoas de diversas culturas, como ocorre nos encontros oficiais entre chefes de Estado. Nesses casos, a presença desses tipos de metáfora pode orientar olhares e direcionar conclusões, ao fazer uso de nossas experiências corpóreas singulares – como nossas percepções sensoriais – para se referir e construir, discursivo e metaforicamente, versões públicas do mundo.

A partir desses pressupostos, neste trabalho, observamos o caráter referencial e o retórico, das metáforas conceptuais no discurso político pronunciado pelo ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, em 26 de janeiro de 2003. Para

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação do DLCV-FFLCH-USP, sob a orientação da Professora Doutora Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. E-mail: rpalumbo_07@ig.com.br

alcançar tal propósito, seguimos o seguinte método de pesquisa: detectamos a tese apresentada nesse pronunciamento e examinamos quais metáforas conceituais foram selecionadas para reforçá-la; analisamos as redes referenciais específicas dessas metáforas e a orientação argumentativa efetivada a partir delas. Adotamos como referencial teórico: Mondada (2001, 2002, 2005), Mondada e Dubois (2003), Koch e Marcuschi (1998), Marcuschi (2005, 2007), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, 2002), Aquino (1997, 2005), Lakoff e Johnson (1992 [1980], 1993, 2003), Charteris-Black (2005, 2007, 2008, 2009), Chilton (1996), entre outros.

1. Processos de referenciação

Acreditamos numa concepção de realidade que vai além dos fatores empíricos do mundo. Sobre este ponto, podemos afirmar que é pelo complexo sistema, que envolve língua, pensamento e mundo, que os sujeitos, condicionados por suas próprias percepções, dão sentidos aos seus referentes textuais, durante a formulação de seus enunciados. Neste viés, a língua não consiste em um sistema transparente, uma relação estruturada entre palavras e coisas, já que, nos processos discursivos, ela consiste em interação, em forma de ação situada, ou seja, concretiza-se em usos textuais diversos e podem produzir sentidos variados.

Quando se passa da língua ao discurso, pois, devemos também considerar o papel da cognição, já que o procedimento discursivo – que envolve intersubjetividade, seleções linguísticas e fatores pragmáticos – é constitutivo e indissociável do processamento cognitivo, assim como afirma Koch (2008, p. 202), para quem a língua está imbricada nas interações sociais, em que os sujeitos ativam modelos de mundo de caráter cognitivo: “A língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam suas percepções, seus saberes, quer de ordem lingüística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo”.

Nessa abordagem, a referência caracteriza-se por ser uma construção coletiva e/ou individual de modos de dizer. Trata-se de construir discursivamente uma realidade, que não corresponde, especificamente, à objetiva – ao mundo empírico apartado das condições humanas de percepção, de valorização, de julgamento, de usos da linguagem – até porque muitas de nossas referências textuais não têm correspondência no mundo externo de nossas mentes, como também, só escrevemos ou falamos sobre fatos, que percebemos de alguma maneira e/ou, em

um ponto de vista argumentativo, que somos motivados por conta de intencionalidades diversas a fazer com que nossos interlocutores os compreendam a partir de determinados recortes. Isto é, os objetos postos em discursos estão além destes; configuram-se em nossas mentes e são negociados nas interações sociais. Esta afirmação equivale a postular, conforme Marcuschi (2007, p. 70), que “não pensamos *com* as coisas, mas *as* coisas com base num sistema social e simbólico de muitos níveis de estruturação e operação. Daí podermos falar de coisas mesmo quando ausentes e inexistentes”².

Nessa perspectiva, proposta pelos estudos da referenciação (KOCH, 2005, 2006, 2008; MONDADA e DUBOIS, 2003; MARCUSCHI, 2005, 2007, entre outros), considera-se ser no mundo discursivo, principalmente, que constituímos imagens daquilo que nos cerca como “objetos de discurso” (MONDADA e DUBOIS, 2003), sejam concernentes ao cotidiano, ao campo literário ou, mesmo, às esferas mais complexas da vida como à da política e à da ciência. Neste viés, importa-nos salientar que os objetos de discurso não são considerados objetos do mundo, ou seja, não se constituem pela remissão linguística a uma entidade autônoma, externa da prática discursiva (RONCARATI, 2010; MONDADA, 2001). Eles são, ao mesmo tempo, unidades mentais e linguísticas, as quais, como produtos culturais, são condicionadas, reunidas e organizadas de determinada maneira na dinâmica discursiva, mais especificamente, por meio de remissões e de retomadas, as quais constituem redes referenciais imbricadas umas nas outras, pelas quais os sentidos dos referentes textuais vão sendo construindo no decorrer do discurso.

Nota-se que essa noção de referenciação vai de encontro a posicionamentos tradicionais e olhares dicotômicos a respeito de referência, como: a relação objetiva entre língua e realidade empírica/concreta vs. o subjetivismo radical; a concepção de estabilidade referencial vs. a desestabilidade generalizada. Sobre isto, também é Marcuschi (2005) quem afirma que, em uma abordagem interacionista e não referencialista da língua, privilegiam-se os encontros sociais, nos quais os discursos estão presentes. São nessas práticas sociais e discursivas que os sujeitos elaboram versões públicas do mundo estabelecidas por meio de ajustes, de acordos e desacordos entre os participantes, ou seja, os objetos de discurso, como o próprio discurso, serão sempre cognitivamente e socialmente coproduzidos.

Considera-se, assim, que os interlocutores ativam conhecimentos prévios a respeito da situação social na qual se encontram, a fim de que seus objetivos sejam alcançados. Em outras palavras, ao interagirem, os sujeitos carregam em si expectativas em relação ao encontro e aos

² Grifos do autor.

outros participantes e utilizam certos conhecimentos e experiências no momento da elaboração de seus enunciados e da compreensão dos discursos alheios. Isto nos possibilita afirmar que o processamento cognitivo, por ser efetivado por sujeitos ativos, é estratégico e, consecutivamente, o textual-discursivo também o é (KOCH, 2005).

Tanto as estratégias cognitivas – ou estratégias de uso do conhecimento – quanto as textual-discursivas dependem dos objetivos do interlocutor, da quantidade de conhecimento de que ele dispõe sobre o(s) outro(s) participante(s) e a respeito da situação social, de suas crenças e de seus valores. Por conta disto, o locutor ora pode, por exemplo, deixar algo implícito no texto por considerar que tal lacuna possa ser preenchida pelo interlocutor a partir de seus conhecimentos prévios, ou mesmo, ora se utilizar de outras estratégias. Isto dependerá da interação de diversas ações e reações por eles praticadas naquela situação ou efetivadas em outros momentos, os quais foram armazenados na memória.

Essa perspectiva, que se distancia da relação objetiva entre língua e mundo empírico e postula ser a construção da realidade uma atividade também cognitiva de enquadre social, coaduna o pressuposto de alguns estudiosos (VEREZA, 2010, entre outros), os quais afirmam que toda cognição é sociocognição, na medida em que construímos aquilo que nos cerca a partir das relações sociais. A respeito disto, importa salientar que, nessas interações, os contextos cognitivos dos participantes alteram-se (AQUINO, 1997), a fazer com que esses sujeitos se modifiquem de algum modo. Isto indica que as imagens constituídas de certos objetos de discursos não estão prontas, acabadas, mas sim em constante transformação; assim como ocorre com o material linguístico utilizado para construí-las.

Por tudo que se expôs, ou seja, ao se caracterizar o referente textual não como o próprio real, mas sim como uma unidade sociocognitiva de construção sensível a ajustes e a acordos, uma questão central apresenta-se de modo significativo na produção de sentido desses denominados objetos de discurso, que é a função da metáfora nesse processo. A princípio, pode-se acrescentar que, nessas práticas sociocognitivas de construção de realidades discursivas, a metáfora cumpre papel relevante, se considerarmos que ela faz parte de nossa percepção de realidades empíricas e está imbricada em nosso processo de interpretação, conforme afirmam Lakoff e Johnson (1992 [1980], 2003).

Essa presença de formulações linguísticas metafóricas, denominadas expressões metafóricas por Lakoff e Johnson (1992 [1980], 2003), pode comprovar essa natureza sociocognitiva de apreensão e de compreensão da realidade empírica que nos cerca e que de modos diversos

construímos em nossos discursos. É partir deste ponto, o qual envolve linguagem, práxis e pensamento, que relacionamos os estudos da referenciação aos da metáfora do ponto de vista (sócio)cognitivo e interacional para discutirmos acerca da referenciação metafórica, já que o fato é estar a metáfora presente de maneira significativa nessas construções e reconstruções (sócio)cognitivo-discursivas de objetos de discurso.

Por acreditarmos que a referenciação se realiza na enunciação, ou mesmo, “pode ser considerada um ato de enunciação” (MORATO, 2005, p.80), a discussão do papel referenciador da metáfora requer um desafio que consiste em articular a dimensão linguístico-discursiva à (sócio)cognitiva deste objeto de estudo, ou seja, explorar o caráter discursivo e textual da metáfora sem desconsiderar as questões cognitivas já desenvolvidas na Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), uma vez que os estudos, posteriormente realizados a partir dela, os quais foram baseados em exemplos reais de uso da metáfora, como os examinados no campo da política, em uma perspectiva também social (CHARTERIS-BLACK, 2005, 2009, entre outros), puderam comprovar a presença de metáforas conceptuais subjacentes nos discursos, que circulam na sociedade em situações específicas da vida, como no campo político.

Dessa maneira, uma abordagem discursiva e social da metáfora também pressupõe a metáfora conceptual como significativa no processo de construção de sentidos e, neste trabalho, em específico, de objetos de discurso de modo a colaborar, na dinâmica textual-discursiva, para os propósitos argumentativos de quem os constrói. Tal posicionamento nos leva a discutir, com mais detalhes, sobre as metáforas conceptuais e discorrer, também, sobre seu papel na argumentação e na referenciação.

2. Abordagem argumentativa das metáforas conceptuais na construção de realidades discursivas

Considera-se que as metáforas conceptuais fazem parte de qualquer língua humana e estão presentes em nosso dia a dia (LAKOFF e JOHNSON, 1992 [1980], 2003; GIBBS, 1999; entre outros) – na maneira como vemos, interpretamos e damos sentido ao mundo empírico – e isto revela que tais práticas de construção de realidades discursivo-metafóricas podem ocorrer tanto em discursos do cotidiano quanto naqueles inseridos em situações mais específicas da vida, como aquelas em que as práticas da linguagem caracterizam-se por um alto grau de argumentatividade

devido ao fato de o locutor ter de interagir com um público complexo e específico, tal como acontece nos encontros políticos oficiais. Nesses contextos situacionais, a argumentação merece muita atenção por parte dos políticos, já que seus discursos podem alcançar uma dimensão internacional.

Em específico, a respeito da argumentação política, pode-se dizer que a metáfora cumpre papel significativo, uma vez que, por meio dela e pelas seleções linguísticas metafóricas, o político poderá construir mundos discursivo-metafóricos, na tentativa de orientar olhares, de fazer promessas e de agir sobre seus interlocutores argumentativamente. Tal função argumentativa da metáfora deve-se, também, ao fato de seu uso ter-se tornado tão habitual que, por vezes, ela pode passar despercebida e apresentar-se como fato, com valor de verdade. Além do mais, por meio da metáfora, é possível tanto acionar um conjunto de crenças e de valores compartilhado entre os participantes, aproximando-os de certa maneira, quanto explicar conceitos complexos do campo político em termos de outros mais simples da vida cotidiana.

Ainda salientamos que o potencial argumentativo da metáfora, de acordo com Charteris-Black (2005, 2009), consiste em possibilitar, simultaneamente, argumentos políticos e posições ideológicas de modo a alcançar ou intensificar a emoção do interlocutor e a criar uma imagem de integridade a quem fala. É neste sentido que a metáfora pode fornecer condições ao discurso para que este se apresente com valor de verdade, visto como essencial para a argumentação. Sobre isto, já nos estudos da retórica aristotélica, retomados pela nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]), considerava-se a necessidade de levar em conta as crenças, os valores, as paixões daqueles que se pretende convencer e/ou persuadir para que as premissas apresentadas nos discursos pudessem ser vistas como verossímeis (prováveis ou controversas) e, consecutivamente, serem revistas, negociadas e aceitas ou não pelo auditório ou parte dele.

Tudo indica, pois, que as metáforas motivam e viabilizam determinadas produções de sentido, que estão alinhadas à proposta enunciativa do locutor, uma vez que este pode selecionar metáforas, pelas quais se apresentem valores e crenças compartilhados entre os participantes, como ocorre na formulação “O futuro será melhor” (LAKOFF e JOHNSON, 1992 [1980]), em que se apresenta o conceito de progresso, consideravelmente discutido em propostas de ação política, a partir da seleção da metáfora orientacional. A respeito desta, os autores da Teoria da Metáfora Conceptual afirmam que os sujeitos orientam-se, no mundo, a partir de uma visão espacial (corpo/espço), em associação com o conceito de limites (espacialização). Entre as possibilidades

de orientação espacial, estão as noções de: alto-baixo; dentro-fora; frente-trás; central-periférico; profundo-superficial.

Sobre essas orientações, na cultural ocidental, frequentemente, ouvimos determinadas expressões, que remetem a valores negativos, como o termo “*down*” em contraposição de “*up*” (do inglês norte-americano). No Brasil, por exemplo, há formulações, que apresentam contraste entre os conceitos positivo (alto) vs. negativo (baixo): “baixo astral”, “levantar o ânimo” etc., como também, não é difícil encontrar tal noção espacial em formulações linguísticas com função referencial ou dêitica, pelas quais se torna possível apresentar juízos de valor, como na relação: alta sociedade vs. baixa sociedade; ela está nas nuvens vs. ela caiu em um buraco; ele está à margem da sociedade (noção de inclusão e de exclusão social), entre outras.

Além das metáforas orientacionais, interessa-nos discutir a respeito das ontológicas, que, por sua vez, ocorrem quando domínios abstratos são apresentados como entidades com limites, que é o caso da coisificação ou da personificação – entidades não humanas que, no discurso, são construídas como pessoas. Assim, conforme Lakoff e Johnson (1992 [1980]), pelas metáforas ontológicas, torna-se possível compreender e construir uma representação mental de algo não proveniente do mundo empírico (abstrato) a partir de experiências com objetos concretos.

Acreditamos que outra metáfora importante para compreender a questão da referenciação metafórica é a do contêiner (advinda dos estudos de Reddy³), ou seja, aquela pela qual se observa a limitação de campos de visão, como territórios, eventos, atividades etc. Parte-se do pressuposto de que essa maneira de observar o mundo é devido à natureza dos corpos físicos, que permite ao ser humano construir seu campo visual a partir de si mesmo e estabelecer limites entre ele e o outro. Há, assim, uma concepção de continente e conteúdo. Nestes casos, mais uma vez, aplica-se a questão da entificação de situações, de atividades ou de estados.

A partir desse pressuposto, considera-se que a maneira como organizamos e damos sentido àquilo que nos cerca e construímos de diversos modos em nossos discursos muito tem a ver com a mobilização da metáfora do contêiner. Tal fato pode ser observado na própria organização de cidades e, até mesmo, dos objetos de uma casa. Nesta, existem guarda-roupas, armários em que se guardam alguns tipos de alimentos, sapateiras, fruteiras, saladeiras, entre várias outras maneiras de se agrupar a partir de uma noção de classificação, de divisão e de limites.

³ REDDY, M. The Conduit Metaphor: a Case of Frame Conflict in our Language about Language. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

Sobre o dizer político, a metáfora de contêiner pode ser aplicada, aqui, à noção de categorização e de recategorização de objetos de discurso apresentados pelos políticos, como ocorre, por vezes, na descrição de regiões geográficas como contêineres de pessoas de modo a formar o conceito de nação, conforme postula Chilton (1996), e a construir imagens desses grupos de acordo com as posições sociais e políticas assumidas por esses enunciadores.

Desse modo, metáforas conceptuais colaboram na atividade de compreensão de um real, não pré-existente, mas construído social e cognitivamente, tornando-o perceptível ao sujeito e, no discurso, marcam-se em algumas ações, como a de se referir, a de quantificar, a de definir propriedades e causas, a de estabelecer metas. Neste viés, ao tornar um elemento abstrato uma entidade, debruçando-se sobre ele e o tomando como objeto de pensamento e de discurso, o sujeito é capaz de agir sobre este e de construí-lo de alguma maneira, como apresentar certas características, medir sua intensidade (discutir seu estado) etc. A respeito disto, se pensarmos na configuração que dá corpo às práticas políticas da linguagem, ou seja, se considerarmos as relações de força e a mobilização de esforços para conseguir legitimação, presentes nesses espaços de interação, podemos afirmar que a construção desses objetos é questão de escolha, ou melhor, consiste em estratégia de uso do conhecimento e da linguagem para fins persuasivos.

Ressaltamos que tais maneiras de criar e de recriar, de construir e de reconstruir, objetos de discurso, inscrevem-se social e historicamente na linguagem de modo a se cristalizar. Nessas práticas discursivas, em que subjazem metáforas conceptuais, o homem, ser social, age não só sobre o que lhe cerca, mas também sobre si mesmo, como se houvesse a ilusão de se poder classificar, identificar e, até mesmo, julgar “as coisas do mundo” e “as coisas do homem” (VEREZA, 2007, p.122).

Pela discussão apresentada até o momento, é possível dizer que a presença desses tipos de metáfora pode orientar olhares e direcionar conclusões, ao fazer uso de nossas experiências corpóreas singulares – como nossas percepções sensoriais – para se referir e construir, discursivo e metaforicamente, versões públicas do mundo político. A partir disto, nas práticas políticas da linguagem, como já mencionamos, o dizer metafórico permite estender conhecimentos familiares a campos mais complexos, como domínios abstratos, oriundos de experiências situadas e imediatas do fazer político. No universo discursivo, pois, a associação desses domínios favorece mapeamentos particulares, os quais serão alinhados à tese defendida pelo locutor. Para Vereza (2010), esses mapeamentos estruturam o discurso e a argumentação.

Isso também pode ocorrer por meio da seleção de metáforas estruturais, em que os mapeamentos caracterizam-se por serem complexos. Interessa-nos indicar os seguintes exemplos apresentados pelos autores da TMC, nos quais evidências linguísticas marcam e disseminam conceitos metafóricos dessa ordem: “TEORIAS (E DISCUSSÕES) SÃO CONSTRUÇÕES”, “IDEIA É DINHEIRO”, “DISCUSSÃO É GUERRA” etc.

Como toda metáfora conceptual, as estruturais consistem em uma motivação para se construir realidades discursivas e colaboram no processo de compreensão de conceitos de elementos abstratos a partir de inúmeras possibilidades de mapeamentos cruzados. Com efeito, é possível observá-las como imbricadas na referenciação, quando se concebe que esses construtos mentais são baseados em experiências socializadas e constituídos nos discursos de modo a fazer com que estes, como interação social, viabilizem um sentido público, mas não fixo, a essas entidades e motivem os sujeitos a ativarem e (re) categorizarem objetos de discurso, que pertencem, ou que foram convencionalizados a pertencerem, a certos domínios conceptuais.

Pode-se dizer que Lakoff (1993) se referiu à questão quando observou que, em um mapeamento, há uma supercategoria, em que se incluem outros níveis básicos de categoria, como no caso da metáfora O AMOR É VIAGEM, na qual relacionamento amoroso pode ser entendido como veículo e, nesta associação, estabelecer-se uma série de subcategorias pertencentes à noção de veículo (carro, trem, avião etc.). O fato é que, quando se observa discursos situados, examina-se que o locutor seleciona uma subcategoria, não outra, um item lexical que a referencie, não outro, entre inúmeras possibilidades do dizer. Tal observação novamente nos remete à ideia de um uso estratégico tanto do conhecimento quanto da linguagem e de metáfora como uma questão também de escolha.

Desse modo, os conceitos metafóricos podem permear redes referenciais metafóricas específicas. Isto quer dizer que o encaminhamento de sentido dos objetos de discurso, que delas fazem parte, pode implicar a ativação de domínios conceptuais e seus mapeamentos por parte tanto do locutor quanto dos interlocutores. Entende-se, logo, que a metáfora viabilizada determinado sentido do referente textual a partir de uma possível orientação dada pela apresentação desses mapeamentos postos no discurso e reforçada pela seleção de outros objetos de discurso, os quais pertencem a determinados modelos de mundo. Assim, estas construções de sentido metafórico ocorrem em uma dimensão cognitivo-discursiva e também pragmática, ou seja, conforme as informações presentes no discurso e as condições específicas deste.

Por tudo que se expôs sobre a classificação de metáfora conceptual apresentada por Lakoff e Johnson (1992 [1980], 2003) – orientacional, ontológica e estrutural – ainda nos importa salientar que, de acordo com esses autores, há uma rede de significação, que interliga essas metáforas de modo a fazer com que exista um complexo sistema de cruzamentos metafóricos, pelo qual se pode chegar a uma metáfora complexa (estrutural), na qual estejam pressupostas outras, como as ontológicas e as orientacionais, assim, esses mapeamentos metafóricos são organizados em estruturas hierárquicas.

De maneira geral, levando-se em conta a noção de metáfora conceptual e a estendendo para um ponto de vista discursivo e interativo, o fato é que esses cruzamentos não estão separados das circunstâncias sociais imbricadas na prática discursiva e isto nos leva a afirmar que os modos de se construir discursivo-metaforicamente objetos de discurso podem-se modificar a partir das transformações ocorridas nos contextos cognitivos dos falantes após interações sociais diversas e conforme as situações específicas, nas quais eles se encontram.

Tendo em vista isso, embora a metáfora conceptual possa motivar escolhas e orientar modos de compreensão, o fato de as seleções metafóricas ocorrerem localmente e de elas interagirem tanto com outras informações postas no discurso quanto com as configurações do encontro, a partir do que dele se observa, leva-nos a crer que, na prática discursiva, elas se tornam elementos passíveis de serem sempre atualizados, na medida em que cada interação é única, ou seja, a combinação dos fatores que a ela dá corpo não se repete.

De modo geral, se a argumentação pode ser entendida, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2002), Aquino (1997), entre outros estudiosos, como o uso estratégico do discurso com o intuito de levar um auditório – conjunto daqueles que se pretende influenciar – a aderir às teses apresentadas, ao seu assentimento, pode-se afirmar que o fato de selecionar uma metáfora em vez de outra pode implicar uma estratégia de uso do pensamento para fins argumentativos do político e/ou de seu grupo, como também, escolher determinadas expressões linguísticas metafóricas é questão de escolha situada social e historicamente. No discurso presidencial, por diversas vezes, elas também são usadas para finalidades diplomáticas, pois, no e pelo discurso metafórico, como mencionamos, acionam-se valores sociais e culturais, que estão incorporados em nossos sistemas conceptuais, essenciais para a legitimação do discurso político (CHARTERIS-BLACK, 2005).

3. Análise do *corpus*

Em 2003, em Davos, durante seu pronunciamento, o ex-presidente da República Luis Inácio Lula da Silva defende a tese de haver necessidade de ação política para mudar situações econômicas de ordem internacional – como mais participação de seu governo no comércio internacional, em específico, nas exportações, impedimento de evasão ilegal de recursos etc. – a fim de que se altere o quadro de desigualdade social do mundo e do Brasil. Lula argumenta que seu governo toma diversas medidas com o objetivo de diminuir a miséria do país, no entanto, as relações de comércio internacional vigentes podem impedir o alcance pleno dessas metas.

É possível examinar que o ex-presidente da República apresenta a proposta de ação política mencionada em termos de construção, como ocorre neste segmento,

(1)

A construção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática, não é somente um ato de generosidade, mas, também, e principalmente, uma atitude de inteligência política.

em que a formulação metafórica “A construção de uma nova ordem econômica internacional”, recategorizada, posteriormente, como “um ato de generosidade” e “uma atitude de inteligência política”, encaminha um olhar específico sobre a ação política internacional e seus agentes, qualificando-os com atributos, supostamente, valorizados socialmente. Se levarmos em conta que esses pronunciamentos oficiais alcançam um número significativo de pessoas, por ficarem disponíveis no *site* do governo brasileiro e por serem noticiados pela mídia internacional, podemos afirmar que tais recategorizações reforçam e orientam o auditório geral a ver como pertinente, viável, a ação política proposta, principalmente, a partir dos atributos “inteligência” e “generosidade”.

Como também, merece nossa atenção a metáfora do contêiner selecionada no discurso de Lula, na medida em que é possível observar que sua presença em determinadas redes referenciais, apresentadas após o segmento (1), permite que o interlocutor crie uma imagem de mundo desigual e, com isto, aceite a ideia de necessidade de mudanças. Observemos as partes destacadas:

(2)

Mais de dez anos após a derrubada do Muro de Berlim, ainda persistem “muros” que separam os que comem dos famintos, os que têm trabalho dos desempregados, os que moram dignamente dos que vivem na rua ou em miseráveis favelas, os que têm acesso à educação e ao acervo cultural da Humanidade dos que vivem mergulhados no analfabetismo e na mais absoluta alienação.

Observa-se, primeiramente, que o objeto de discurso “muros” recupera conhecimentos específicos do domínio “construção”, que pode ser associado à ideia de ação política. Tal procedimento reforça o cenário metafórico apresentado, de modo a enfatizar a necessidade de reforma, ou seja, de derrubada do muro, que divide economicamente e socialmente o mundo.

Posteriormente, objetos de discurso são selecionados – “os que comem dos famintos, os que têm trabalho dos desempregados, os que moram dignamente dos que vivem na rua ou em miseráveis favelas, os que têm acesso à educação e ao acervo cultural da Humanidade dos que vivem mergulhados no analfabetismo e na mais absoluta alienação” – e favorecem essa ideia de divisão, de agrupamento, de modo a possibilitar que o interlocutor construa uma imagem de espaços divididos (inclusão e exclusão social) viabilizada pela metáfora do contêiner. Tal procedimento nos permite afirmar que, durante seu pronunciamento, o enunciador apresenta elementos que reforçam a tese defendida. Com efeito, as metáforas são relacionadas e colaboram para dar ênfase à proposta enunciativa, possibilitando a criação de redes referenciais específicas e complexas, cujos sentidos metafóricos só podem ser observados na dinâmica textual-discursiva.

Isso corrobora a afirmação apresentada, neste trabalho, a respeito do dizer metafórico favorecer, no universo discursivo, mapeamentos particulares, que estão alinhados à tese defendida pelo locutor. Tal procedimento ocorre em várias passagens do discurso. A respeito disto, observemos mais uma parte, em que a proposta de ação continua sendo apresentada em termos de (re)construção e reforçada pela seleção de objetos de discurso, nos quais é possível observar a existência da metáfora de contêiner de modo subjacente:

(3)

Quero convidar a todos os que aqui se encontram, nessa montanha mágica de Davos, a olhar o mundo com outros olhos. **É absolutamente necessário reconstruir a ordem econômica mundial para atender aos anseios de milhões de pessoas que vivem à margem dos extraordinários progressos científicos e tecnológicos que um ser humano foi capaz de produzir.**

Em (3), a formulação “milhões de pessoas que vivem à margem dos extraordinários progressos científicos e tecnológicos que um ser humano foi capaz de produzir” oferece outras informações sobre o objeto de discurso relacionado às seleções linguísticas “os famintos”, “os desempregados” presentes na rede referencial examinada em (2), na qual pudemos detectar a construção de uma imagem do grupo dos desprivilegiados a partir da noção de divisão de território da metáfora de contêiner, reforçada pela seleção “Muros que separam”. Essas seleções colaboram na argumentação do discurso também pelo fato de elas acionarem valores – como o de

justiça social – compartilhados entre os participantes. Relacionamos esse procedimento às afirmações de Charteris-Black (2005, 2009), conforme discutimos neste trabalho, para quem o potencial argumentativo da metáfora consiste em possibilitar que argumentos e posições ideológicas sejam apresentados de maneira a alcançar ou a reforçar emoções e dar integridade a quem enuncia. Pode-se afirmar, pelas pistas linguísticas examinadas, que ocorre tal tentativa nos segmentos examinados.

Também cumpre tal função argumentativa o objeto de discurso “Montanha Mágica de Davos”, ainda em (3). Observa-se que há uma orientação espacial na maneira como se constrói o lugar, em que o encontro ocorre, e, consecutivamente, os participantes (como líderes empresariais e políticos). A noção espacial “alto-baixo”, pois, apresenta juízo de valor (LAKOFF e JOHNSON, 1992 [1980]) – uma vez que há, geralmente, supervalorização do alto em contraposição do baixo – e coloca em evidência o poder fazer, ou seja, o poder agir para mudar desses interactantes.

Assim, a partir da análise de tais estratégias de referenciação, pode-se observar o encaminhamento de sentido metafórico do discurso que, o tempo todo, é condizente com a ideia de necessidade de mudança econômica e social defendida por Lula. Na sequência do pronunciamento, o objeto de discurso relacionado ao grupo dos excluídos ganha outras propriedades e ajustes, como ocorre no segmento a seguir:

(4)

A mudança que buscamos não é para um grupo social, político ou ideológico. Ela beneficiará mais **os desprotegidos, os humilhados, os ofendidos e os que, agora, vêm com esperança a possibilidade de redenção pessoal e coletiva**. Esta é uma causa de todos. Ela é universal por excelência.

Mais uma vez, as expressões referenciais reforçam a ideia de um mundo dividido em territórios com limites. Ao mesmo tempo, é possível examinar, em 04, que as seleções linguísticas com função de retomada (os desprotegidos, os humilhados, os ofendidos e os que, agora, vêm com esperança a possibilidade de redenção pessoal e coletiva) vão dando ao objeto de discurso certos recortes e qualificações de maneira a reiterar a ideia de haver vítimas e, também, de questionar os valores humanitários daqueles que detém poder político-econômico para agir e mudar tal situação social. Este procedimento pode ser entendido como outra estratégia argumentativa, na medida em que, por um lado, continua favorecendo a imagem de integridade

de Lula, que assume um papel de defensor do grupo desprestigiado, e, por outro, pode suscitar certas emoções no auditório de modo a fazê-lo agir conforme a proposta do ex-presidente.

De modo geral, é possível afirmar a existência de uma cadeia metafórica (metáfora da construção, do contêiner) nos segmentos analisados, que possibilita redes referenciais específicas, as quais, na dinâmica textual-discursiva, podem orientar o olhar do auditório, encaminhando um determinado sentido metafórico às situações sociais postas em discurso, e fazer com que estes interlocutores se tornem sensíveis a aderir a proposta de ação política apresentada pelo ex-presidente da República Luis Inácio Lula da Silva.

Considerações finais

Pelas análises, observamos que algumas metáforas – ações políticas em termo de construção, noção de limitação de território para se criar a ideia de divisão de grupos sociais – foram selecionadas para reforçaram a tese defendida pelo enunciador: necessidade de ação política para mudar situações econômicas de ordem internacional e para diminuir a desigualdade social do mundo e do Brasil. Na dinâmica textual-discursiva, constituiu-se uma cadeia metafórica, na qual estavam imbricadas redes metafóricas específicas, que deram evidência à imagem construída de desigualdade social por meio da mobilização da metáfora de contêiner e reforçaram valores argumentativos, como o de justiça e de igualdade, ajustando-se, assim, à proposta argumentativa apresentada durante o pronunciamento.

Referências

- AQUINO, Z. G. O. de. *Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. Vol. I e II. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- CHARTERIS-BLACK, J. *Politicians and Rhetoric: the Persuasive Power of Metaphor*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.
- _____. Gran Bretaña como contenedor: metáforas sobre inmigración en la campaña electoral de 2005. *Discurso e Sociedad*, v.3, 2009, p.467-494.
- CHILTON, P. A. *Security Metaphors*. Cold War Discourse from Containment to Common House. New York: Peter Lang, 1996.
- GIBBS, R. W. Jr. Taking metaphor out of our heads and putting it into the cultural world. In: GIBBS, R. W. Jr.; STEEN, G. (ed.). *Metaphor in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1999, p. 145-166.

KOCH, I. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Como se constroem e reconstroem objetos de discurso. *Revista Investigações*, Campinas, v.21, n.2, 2008, p.99-114. Disponível em: http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.21.2/Ingedore_Koch.pdf. Acesso em 10 de abril de 2009.

KOCH, I. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA*. São Paulo, v. 14, número especial, p. 169-190, 1998.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (ed.). *Metaphor and Thought*. Cambridge: CUP, 1993, p.202-252.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

_____. Metaphors we live by. In: POTTER, J. (org.). *Representing Reality: Discourse, Rhetoric and Social Construction*. London: Sage Publications Ltd., 2003, p.124-132.

MARCUSCHI, L. A. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (orgs.). *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora: Editora UFJF. p.49-77, 2005.

_____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MONDADA, L. Gestion du Topic e organization de la conversation. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 41, p. 7-36, 2001.

_____. Cognition et parole-en-interaction. *Veredas*. Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 9-27, 2002.

_____. L'exploitation située de ressources langagières et multimodales dans la conception collective d'une exposition. In: LAURENT, F.; BRONCKART, J. P. (org.). *L'Analyse des actions et des discours en situation de travail: concepts, methods et applications*. Louvain-la-Neuve: Peers, 2005a, p. 135-154.

_____. A Referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES A. C. (org.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005b, p. 11-31.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). *Clássicos da Linguística 1. Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MORATO, E. M. Aspectos sócio-cognitivos da atividade referencial: as expressões formulaicas. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (orgs.). *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p.79-94.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. (1958). *Tratado da argumentação*. A Nova Retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REDDY, M. The Conduit Metaphor: a Case of Frame Conflict in our Language about Language. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

RONCARATI, C. *As cadeias do texto*. Construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010.

VEREZA, S. C. *Literalmente falando*. Sentido literal e metáfora na metalinguagem. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

_____. Articulating the conceptual and the discursive dimensions of figurative language in argumentative texts. *DELTA*, v.26, número especial, 2010, p.701-718.

ABSTRACT

In this paper, our purpose is to examine the referential and rhetorical functions of the conceptual metaphors in the political discourse. We observe the specific referential processes of these metaphors and the argumentative orientation effected or enhanced from them, in the public pronouncement of ex-president of the Republic Luis Inácio Lula da Silva, in the World Economic Forum, in Davos, 2003. We adopt as theoretical reference the studies of following authors: Mondada (2001, 2002, 2005), Mondada e Dubois (2003), Koch e Marcuschi (1998), Marcuschi (2005, 2007), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958, 2002), Aquino (1997, 2005), Lakoff (1993), Lakoff e Johnson (1992 [1980], 1993, 2003), Charteris-Black (2005, 2007, 2008, 2009), entre outros.

KEYWORDS: *conceptual metaphor; referential processes; argumentation; political discourse; cognition.*

Olhares discursivos plurais no/sobre o discurso dos *media*: a heterogeneidade enunciativa no discurso publicitário.

Alexandra Guedes Pinto¹

RESUMO

Reconhecendo a heterogeneidade como um princípio constitutivo de qualquer discurso, propomos neste estudo explorar alguns dos pontos dessa heterogeneidade num género de discurso específico que é o discurso publicitário impresso. Particularizaremos um tipo específico de heterogeneidade - a heterogeneidade enunciativa - para comprovar, através da análise de casos, como o desdobramento de figuras enunciativas é particularmente relevante no tipo de discurso publicitário, funcionando, assim, como uma marca de género. Defenderemos, deste modo, a conclusão de que a heterogeneidade, enquanto noção discursiva global, e a heterogeneidade enunciativa, em particular, podem conceber-se como fenómenos escalares que se manifestam de forma mais ou menos intensa em diferentes géneros discursivos, colaborando para definir a sua especificidade.

PALAVRAS-CHAVE: heterogeneidade; heterogeneidade enunciativa; géneros de discurso; discurso publicitário.

Introdução

Quando refleti sobre o tema de que poderia falar neste Encontro e sobre a melhor maneira de me integrar no painel em que me incluíram, cujo título é “Olhares discursivos plurais nas/sobre as produções mediáticas”, pensei que o tema da Heterogeneidade dos discursos em sentido global e particularmente o da heterogeneidade enunciativa seria uma boa forma de abordar esta plurivocidade ou, por outras palavras, estes olhares ou vozes discursivos plurais que se manifestam em qualquer discurso.

Abordar este tema da heterogeneidade enunciativa no discurso publicitário, justamente, um dos discursos difundidos pelos *mass-media*, faz ainda mais sentido, pois se concebermos a heterogeneidade, em sentido global, como uma dimensão escalar ou gradual, que se encontra,

¹ Docente do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Membro do Conselho Científico da Unidade I&D Centro de Linguística da Universidade do Porto.

Esta publicação teve o apoio do Centro de Linguística da Universidade do Porto, unidade financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, PEst-OE/LIN/UI0022/2011.

portanto, presente em todo o discurso, mas em graus diferentes em cada discurso, encontramos no discurso publicitário um tipo de discurso altamente heterogéneo.

1. Heterogeneidade semiótica no discurso publicitário

Como disse Joaquim Fonseca (1992:249): “Não há nenhum sistema semiótico homogéneo”, sendo que uma primeira noção de heterogeneidade, prévia relativamente à conversão da língua em discurso, é a que diz respeito à própria língua, enquanto sistema semiótico onde se cruzam sinais e princípios de funcionamento de natureza heterogénea, tais como sejam os deíticos ou índices *versus* as palavras nocionais, ou tal como sejam os lexemas *versus* as palavras funcionais.

Todavia, deixando para trás, “a heterogeneidade inscrita no próprio sistema da língua, em boa medida decorrente da sua inscrição enunciativa e pragmática (...)” (FONSECA, 1992: 253), podemos reconhecer que, sendo o discurso publicitário um discurso multimodal, a acrescer à heterogeneidade que os signos linguísticos já transportam, junta-se a heterogeneidade decorrente de confluírem no mesmo discurso diversos processos semióticos que interagem para gerar sentido. São, pensando particularmente no discurso publicitário impresso, as componentes gráfica e icónica que acompanham a componente linguística e que constroem, com esta, uma unidade semiótica global com fronteiras que nem sempre são fáceis de definir.

Quando, por exemplo, a grafia (aspeto intratextual) num determinado anúncio deixa o seu formato normalizado e é afetada de sobressignificação, constituindo aquilo que podemos designar de iconograma, ela passa a ser explorada como um elemento do design, do grafismo e da iconicidade do anúncio, perdendo, assim o seu estatuto meramente linguístico, tal como pode ser ilustrado a partir do anúncio seguinte:

Figura 1 - Iconograma



Tal como diz Kress (2012: 36),

(...) the textual 'threads' are many and they are materially diverse: gesture, speech, image (still or moving), writing, music (on a website or in a film). These, as well as three-dimensional entities can be drawn into one textual/semiotic whole. Text, in MMDA, is a multimodal semiotic entity in two, three or four dimensions (...). Texts, of whatever kind, are the result of the semiotic work of design, and of processes of composition and production. They result in ensembles composed of different modes, resting on the agentive semiotic work of the maker of such texts.

Embora esta heterogeneidade semiótica, decorrente da confluência num mesmo discurso de sinais de estatuto diverso, seja uma das formas de heterogeneidade que afeta fortemente o discurso publicitário, não é esta heterogeneidade que vamos focalizar nesta análise.

Um outro dos fatores que adensa a heterogeneidade constitutiva da língua e dos discursos no tipo de discurso em análise, decorre da força do seu vínculo contextual ou da sua inscrição pragmática. Discurso é texto em contexto. Sabemos que esta premissa básica na Análise do Discurso é como uma regra bíblica. No entanto, podemos afirmar também que, mais do que noutros tipos de discurso, a dimensão perlocutória no discurso publicitário é particularmente importante, pois que se trata de um texto concebido, construído e pago para ser eficaz, sem essa eficácia é considerado inútil. Assim, as marcas que a força deste vínculo ao contexto, nuclear neste género discursivo, hão-de deixar no texto são poderosas e notáveis e qualquer projeto de

abordagem deste tipo de texto tem de incluir esta dimensão. Não é, todavia, ainda esta a dimensão da heterogeneidade que abordaremos aqui.

2- Heterogeneidade intra e interdiscursiva

Uma outra dimensão da heterogeneidade da língua e dos discursos particularmente presente no discurso publicitário é a forma como este tira partido das relações inter e intradiscursivas, inter e intratextuais (COOK, 2001: 219)².

Com efeito, numa mesma sequência discursiva podemos confrontar a confluência de marcadores argumentativos, descritivos e narrativos, gerando, desta forma, sequências discursivas híbridas, que conferem heterogeneidade à configuração textual intradiscursiva.

NØlke (1993) chama a atenção para uma estratégia argumentativa que encontra na publicidade um lugar privilegiado: o exercício da persuasão sob o disfarce da descrição (*IDEM*: 273-288). Denomina-a de “mutant argumentatif”: “ce qui apparaît à l’issue de nos analyses, ce sont les contours d’un type hybride d’argumentation, jusqu’à présent plutôt négligé : persuasion déguisée en description. » (*IDEM*: 287)

Todo o discurso é um interdiscurso, no entanto, quando pensamos no texto publicitário, mais uma vez, somos convidados a fazer deste princípio discursivo geral uma leitura escalar, na medida em que a forma como o texto publicitário parasita através dos fenómenos da intertextualidade e da interdiscursividade outros textos e outros géneros de texto, transporta para o discurso uma heterogeneidade acrescida.³

A intencionalidade da heterogeneidade macroestrutural e superestrutural é um facto que deve ser ressaltado, na medida em que, como já vimos, os publicitários perseguem propositadamente a indireção ilocutória como estratégia de persuasão camuflada e combinam os géneros discursivos como formas de disfarce da sua intenção comunicativa. Por vezes, em casos mais residuais, a miscigenação atua mesmo como forma de disfarce do próprio anúncio enquanto

² Tal como defende Cook, “Ads draw upon, and thus share features with many other genres, including political propaganda, conversation, song, film, myth, poetry, fairy tales, soap operas, sitcoms, novels, graffiti, jokes and cartoons. (COOK, 2001: 12)

³ Como bem faz ressaltar Adam (1985), todos os discursos são constituídos, na sua maioria, por fragmentos de vários modos de representação do discurso. Desta heterogeneidade de modos é, todavia, possível destacar um modo dominante que corresponda ao programa ou objetivo global do locutor. O que acontece no discurso publicitário é que, fruto da indireção e derivação ilocutórias em cascata e de uma estetização crescente, até a dominância de um determinado modo discursivo é, por vezes, difícil de detetar. Tal como ressaltava Cook (2001: 10), muitas vezes, os anúncios não apresentam quaisquer características internas que permitam identificá-los como publicitários, só sendo possível tal identificação a partir de elementos contextuais.

tal: “the hybrid genres created by advertisers [are] frequent and ingenious attempts to disguise their ads as something else. (COOK, 2001: 13).

Estas estratégias são levadas tão longe pelos criativos publicitários que, por vezes, a identidade individual do anúncio e do discurso como protótipo é colocada em risco pelas práticas em constante mutação: “Ads (...) borrow so many features from other genres that they are in danger of having no separable identity of their own. (IDEM: 39).

Reconhecendo, assim, nesta característica, mais um dos pontos da heterogeneidade do discurso publicitário, devemos dizer que ainda não é, todavia, sobre esta forma de heterogeneidade que nos vamos debruçar nesta reflexão.

3- Heterogeneidade enunciativa no discurso publicitário

De facto, uma outra das formas de perspetivar a heterogeneidade é aquela que nas palavras de Joaquim Fonseca (1992:250) “tendo por pano de fundo a natureza intersubjectiva da linguagem verbal, nos remete essencialmente para a *polifonia* e para o *dialogismo* inscritos na língua, e ainda para o que chamarei *conjugação* e *conjunção* ou *junção* de vozes que se fazem ouvir ou se dão a ouvir no discurso.”

Começamos finalmente a aproximar-nos da noção de heterogeneidade que nos ocupará nesta exposição: o carácter intersubjetivo da língua implanta na sua organização uma estrutura dialógica e dialogal, um dialogismo, uma plurivocidade fundamental que se encontra inscrita na própria língua e se reflete no discurso. Já Ducrot (1988) o comprovou quando defendeu que o próprio sentido é polifónico já que a língua fornece dispositivos que possibilitam que o locutor ponha em cena várias vozes enunciativas, relativamente às quais assume posições de convergência ou divergência.

O conceito de heterogeneidade enunciativa, desenvolvido no âmbito da Análise do Discurso, traz à luz este carácter específico da linguagem verbal, onde as instâncias discursivas - locutor/alocutário; enunciador/enunciatário se desdobram em várias figuras, em várias vozes, implicando, deste modo, a rejeição da unicidade do falante e do ouvinte, mesmo que este discurso se apresente sob forma não dialogada ou que não contenha retomas explícitas de outros discursos.

A heterogeneidade enunciativa constitutiva é definida por Authier-Révuz (1984) a partir do conceito de dialogismo de Bakhtine que parte do pressuposto de que toda a palavra proferida já foi utilizada anteriormente, portanto, mesmo inconscientemente, o sujeito sempre que enuncia tem a presença do outro no seu discurso.

Segundo Bakhtine (1977), as palavras estão carregadas de história, habitadas, atravessadas por discursos anteriores, que compõem a sua memória discursiva, o que faz de qualquer discurso um **interdiscurso**, na medida em que todo o discurso é perpassado por outros. Também Joaquim Fonseca verbaliza esta propriedade no estudo já referido:

(...) a língua é uma complexa realidade histórico-cultural – basicamente porque se constitui como a memória dos usos que aos signos foram e são dados na diversidade dos discursos. Nessa memória que a língua efectivamente é projectam-se as vozes que nos discursos se fizeram ouvir, e até, pelo menos em tese, as circunstâncias da proferição dessas vozes. Essas vozes e o que elas testemunham da sua proferição – acontecimentos e seus protagonistas, tempos, espaços, ambientes, tensões, acordos e desacordos... - habitam os signos em cada sincronia e constituem virtualidades disponíveis para de novo se darem a ouvir quer na interpretação dos discursos já produzidos quer na produção e na interpretação de novos discursos. (FONSECA, 1992: 262)

Retomando esta questão da existência de planos de enunciação distintos no interior de um mesmo discurso, da alternância efetiva dos papéis de locutor / alocutário e o desdobramento ou desmultiplicação da instância de produção – locutor/ enunciador e da instância de recepção/interpretação – alocutário/enunciatário - Charaudeau (1983) apresenta algumas propostas de análise do texto publicitário que visam caracterizar a heterogeneidade / pluralidade / plurivocidade enunciativa deste tipo de discurso. A distinção entre, por um lado, o *circuito discursivo* e, por outro, o *circuito económico* permite, segundo o autor, pôr em evidência a complexa rede interacional que se tece entre os vários participantes no processo publicitário:

Circuito externo ou económico: circuito exterior ao discurso, sendo os seguintes os actantes que nele participam (*IBIDEM*: 118-121):

- **JEc ou EU comunicante:** entidade plural - fabricantes, distribuidores, agentes publicitários;
- **TUi ou TU interpretante:** o consumidor, com o duplo papel de consumir o produto anunciado e o objeto de discurso, o anúncio publicitário.
- **ILo ou ELE objecto:** os produtos publicitados

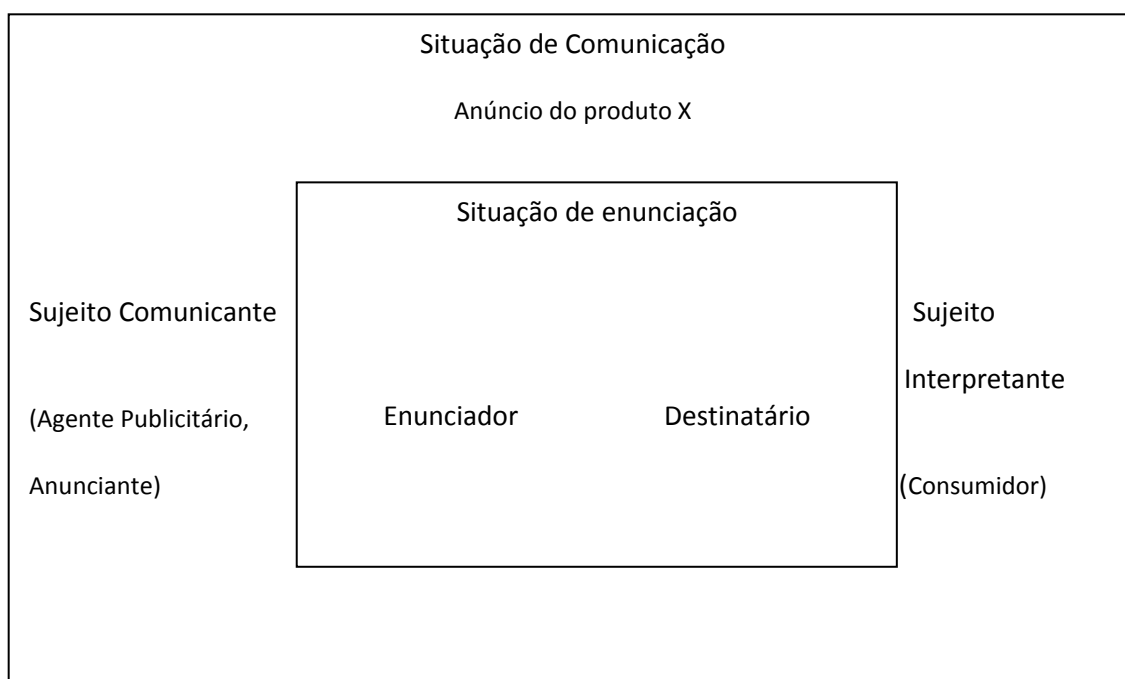
Circuito discursivo ou enunciativo: neste circuito verificam-se três entidades paralelas às identificadas no *circuito económico*, com óbvias relações de condicionamento recíprocas, mas sem uma relação de transparência absoluta:

- **JEé ou EU enunciador:** a voz criada pelo publicitário que serve, normalmente para ocultar a real existência de um eu comunicante - *JEc*. A sua existência circunscreve-se ao anúncio publicitário, funcionando como um apresentador do produto (anuncia a sua existência e os seus predicados).
- **TUd ou TU destinatário:** utilizador eventual do produto ou seja, destinatário virtual e ideal do discurso. Raramente identificado como consumidor, para que se gere a devida distância entre os circuitos.
- **Ilx ou ELE objeto do discurso:** o produto publicitado, ainda que este nem sempre surja explícito no discurso, dado que a presença da marca e outros elementos visuais identificadores podem dispensar a menção explícita do produto.

O efeito de distanciamento gerado, em sede de discurso, entre estas seis entidades paralelas tem por finalidade, na conceção de Charaudeau, a *ocultação* da transação comercial, ou seja, a *ocultação* do *circuito económico* exterior ao discurso, que o consumidor vê como determinado pelos interesses das empresas produtoras e não pelos seus próprios interesses. No *circuito interno discursivo*, esta ordem de interesses é facilmente ocultada e invertida, através da sobreposição dos actantes de nível 2 (*circuito interno*) sobre os actantes do nível 1 (*circuito externo*).

Como resultado desta configuração comunicativa, Charaudeau propõe posteriormente (1995: 102) um quadro em que estas instâncias surgem situadas visualmente:

Figura 2 – Situação de comunicação e situação de enunciação no discurso publicitário



A análise de casos concretos torna muito visível como este desdobramento funciona no discurso publicitário. Se atentarmos, por exemplo, em excertos de textos publicitários redigidos na Primeira Pessoa do Singular (1PS)⁴:

(1) *Atendi e era eu. Muitos dos meus tempos livres passo-os em casa. Ponho um CD a tocar baixinho...* (Voice Mail TMN)

(2) *As maquilhagens extravagantes fazem parte da **minha** profissão, mas, sinceramente, na **minha** vida pessoal, **prefiro** looks que posso usar todos os dias. Os produtos Maybelline são versáteis (...) Experimente fazer como eu fiz nestes três looks natural, chic e sexy* (Luísa Beirão para Maybelline)

(3) ***Eu** quero menos rugas. **Eu** quero um rosto mais firme. **Eu** quero prevenir as manchas de pigmentação. Agora a solução para três desejos. Junte a a b e veja o que Sveltesse pode fazer por si. (Sveltesse)*

(4) *Tu és a coisa mais preguiçosa, suja e presunçosa que já **conheci** em toda a **minha** vida, mas **eu** acho que és perfeito. (Ração para animais Friskies)*

(5) *Querido, **ampliei** o miúdo. (Leite Nestlé Júnior)*

(6) *Dão-**me** até 2000 euros pelo **meu** servidor? **Troco** já. (Compaq)*

⁴ Não cabe dentro do nosso projeto o estudo dos processos comunicativos que confluem com a linguagem verbal nos anúncios publicitários, fazendo destes, entidades multimodais. Embora conscientes de que o isolamento da componente linguística dos restantes processos convergentes é um procedimento artificial, que desvirtua o objeto de estudo numa das suas dimensões centrais que é, justamente, a de significar como um todo, optamos por correr esse risco, visto que nos parece que as questões que vamos demonstrar através deste artifício metodológico são suficientemente importantes, constituindo um passo para o avanço no estudo do anúncio, como objeto semiótico global.

O *eu* em publicidade, quando explícito, corresponde sempre a uma personagem intradiscursiva gerada pelo programa narrativo publicitário, quer nos casos em que esta voz corresponda efetivamente a uma figura antropomórfica representada na imagem ou não. O *eu* dá, assim, sempre voz a um discurso testemunhal do enunciador intradiscursivo ou intraenunciativo – distinto, pois, do Sujeito Comunicante – que, por essa via, certifica as qualidades do produto.

Com um valor discursivo idêntico a este enunciador de 1PS, surge-nos por vezes o enunciador de Primeira Pessoa do Plural (1PP). Nestes casos, ele não cumpre, normalmente, a função de personagem do anúncio como nas publicidades de 1PS, apresentando-se como um *nós* que se identifica com a Marca, podendo, neste estatuto, interpelar ou não diretamente o destinatário no seu discurso:

(7) *Em tudo o que você faz está a energia que **nós** fazemos.* (EDP)

(8) *Por si **fazemos** melhor.* (Philips)

(9) ***Levamos** os seus sonhos a bom porto.* (Marina de Albufeira)

(10) *Até 1 de Janeiro, ao trazer um brinquedo **nós** oferecemos a entrada à criança que o acompanhar.* (Oceanário)

(11) *Este Verão para onde quer que vá, **nós** fazemos-lhe companhia. Sabemos como é importante garantir a segurança e o bem-estar das pessoas, por isso na Real Seguros temos uma equipa de especialistas (...).* (Companhia de seguros Real Seguros)

(12) *Sê tu mesmo. **Temos** um desafio para ti. Pensa em algo novo, original. Reúne-te com os teus amigos e faz o **nosso** Anúncio. Salta, brinca, dança, grita ... faz tudo (...).*⁵ (TMN)

As realizações do enunciador de 1PP no discurso publicitário verificam-se, assim, em três contextos distintos:

- 1- no seio de discursos testemunhais, em que personagens intranarrativas discorrem sobre a sua experimentação pessoal do produto ou outras vivências a ele associadas;
- 2- no seio de um discurso “de marca” emitido por um narrador não identificado que se assume como porta-voz da marca/produto;
- 3- no seio de um discurso de efeito “law-like”, emitido por uma voz que se identifica com a voz do mundo. Nestes casos o *nós* é um *nós inclusivo*, como veremos adiante.

⁵ Contrapondo-se à expressão da forma pronominal “você”, marca de tratamento deferencial, a expressão do pronome de segunda pessoa *tu*, em português, assinala um tratamento informal, funcionando como uma forma de segmentação etária do público e acabando, por isso, por ser menos frequente no discurso publicitário. Ainda, relativamente aos usos do *tu*, devemos registar que muitos deles não constituem casos de interpelação direta do leitor ou sujeito interpretante, mas sim casos em que o texto simula um diálogo entre personagens intranarrativas geradas pelo próprio anúncio.

Por vezes, ainda, este enunciador assume-se como um enunciador-observador - comentador, um enunciador mais distanciado da enunciação, quase comparável a um “narrador heterodiegético” se aplicarmos aqui os conceitos da narratologia de Gerard Genette. Como diz Sanchez Noriega (2000), um narrador que pode ser designado por narrador impessoal “En la medida en que en el relato hay una única instancia narrativa, el narrador principal (...) desprovisto de cualquier rasgo antropomórfico y no identificable con un ser personal”.

Este enunciador pode interpelar diretamente o enunciatário ou não:

(13) *A Mercedes reparou em si. (Mercedes)*

(14) *FREEPORT DESIGNER OUTLET. Sempre com descontos até 50% em grandes marcas. O Freeport está cada vez maior. Com mais grandes marcas a caminho. (Freeport Outlet)*

Neste enunciador de Terceira Pessoa (3P), podem esconder-se diferentes graus de distanciamento enunciativo. Quando o enunciador se assume como um enunciador/comentador - o tal enunciador impessoal que não pode ser identificado com nenhuma pessoa nem possui substância antropomórfica - a sua voz parece confundir-se com a voz do mundo⁶, assumindo a legitimidade e credibilidade que esta possui e instaurando, por esta via, uma relação enunciator/destinatário mais complexa. O enunciador esconde-se por detrás de um discurso impessoal, a voz não tem rosto nem origem, não se comprometendo, aparentemente, nem com a própria marca, enquanto o destinatário é quase como um ouvinte ocasional que intercepta a voz do mundo. O discurso simula uma maior desvinculação relativamente ao destinatário, assumindo uma pretensa postura de desinteresse quanto à receção da mensagem. Claro está que estamos perante uma das manifestações da estratégia de ocultação a que se referia Charaudeau (1983), já que o investimento na persuasão/sedução do destinatário é talvez maior do que o que se faz na modalidade mais direta da interpelação do destinatário:

(15) *As mulheres nunca são estereótipos (Cosméticos Payot)*

(16) *Viver o presente. Pensar o futuro. (Produto de Poupança PPR/E – BPI)*

(17) *Único é aquilo que nunca se repete. (Iogurte Adágio)*

(18) *Os dias são feitos de pequenos momentos. (Chocolates Cadbury)*

(19) *As rugas não ficam definitivamente gravadas na pele.*

(20) *O tempo é um fator incontornável.⁷*

⁶ Este tipo de construções convida a uma “leitura genérica” dos enunciados (ADAM, 1990: 124), procurando inserir proposições que são relativas e contingentes na categoria das proposições genéricas. Daí se extrai o dividendo semântico-pragmático de promover verdades contingentes, relativas às propriedades de uma marca ou produto ao estatuto de verdades gerais.

⁷ Não foi possível localizar as referências comerciais dos dois slogans de produtos de beleza registados nos números 19 e 20.

(21) *A saúde passa também pela pele. (Laboratórios Vichy)*

(22) *Um corpo feliz é um corpo onde é bom viver. (Água do Luso)*

Alguns dos indicadores linguísticos que contribuem para conferir o aspeto semântico de genericidade a estas frases contingentes são:

- . O uso do presente do indicativo com o seu valor aspetual intemporal ou atemporal;
- . O uso dos SN's com valor genérico em que os N's são precedidos de determinantes artigos definidos, não com o seu valor típico de unicidade e definitude referencial, mas com o valor de genericidade;
- . Frases de carácter estativo com ausência de verbo ou com o verbo ser no Presente do Indicativo;
- . A presença dos advérbios “sempre” e “nunca”;
- . Sequências Um N, em que o determinante artigo indefinido surge com o seu valor genérico, integrando frases que se apresentam como analíticas⁸.

Assim, estas marcas linguísticas compõem frases que pretendem aparecer como frases com interpretação genérica, onde, apesar de serem descritas situações particulares, estas surgem sob a aparência de verdades gerais, não contingentes, gerando o efeito de *law-like*.⁹

Não obstante o que dissemos até ao momento, parece-nos que, de todas as ocorrências passadas em revista, a situação interacional que coloca mais em evidência a não correspondência entre os actantes de nível 1 (circuito externo) e os actantes de nível 2 (circuito interno) é a situação em que os destinatários da mensagem são transformados em co-enunciadores da mesma. Neste caso, apelidado de “nós inclusivo”, o *nós* engloba não só o enunciador da mensagem, mas também o próprio destinatário da mesma, num movimento argumentativo de envolvimento intradiscursivo do destinatário. Podemos confrontar os dois usos diferenciados – inclusivo e não-inclusivo - nos seguintes exemplos:

Nós - não inclusivo

(23) *O prazer é algo que se veja? Algo que se toque? Ou sinta? Nós acreditamos que sim. Por isso construímos o BMW Série 1. (BMW)*

⁸ Veja-se a seguinte definição de Oliveira (1996:348): “uma frase que, em virtude do seu significado, é sempre verdadeira é uma frase analítica, por distinção com as que o são só circunstancialmente (frase sintética) (...)”.

⁹ Efetivamente através das diversas ocorrências contextuais das sequências ArtD N e ArtI N confirmamos que, sabendo que os valores que os Determinantes Artigos assumem nos GN que integram são decisivos para configurar diferentes formas de referência nominal e até diferentes valores de verdade das proposições, no discurso publicitário, nem sempre uma sequência *Um N* corresponde a uma descrição indefinida, nem as sequências *O N* recobrem apenas o valor da unicidade referencial.

(24) *Como vê, nós pensamos em tudo para que você não tenha que se preocupar com nada.* (Companhia de Seguros Bonança)

(25) *Nós escolhemos primeiro mas é você que fica sempre com o melhor.* (Pescanova)

Nós - inclusivo

(26) *Cada vez que um bebê nasce, nós aprendemos mais. Com o nascimento de um bebê a vida apresenta-nos milhares de surpresas (...)* (Chico)

(27) *Felizmente, nem tudo nos é imposto.* (Cerveja Super Bock)

(28) *Um corpo feliz é um corpo onde é bom viver. O corpo é como uma casa. Habitamo-lo, é onde passamos toda a **nossa** vida, é onde vivemos. E como só temos um corpo, faz sentido cuidar dele. (...)* (Águas do Luso)

(29) (...). *Baseado no princípio da cronobiologia, porque o **nosso** corpo não reage da mesma maneira ao longo de todo o dia. Um soro “de dia” com Lipodiurne, que favorece a eliminação das gorduras. Um soro “de noite” com Liponocturne, que impede a acumulação de novas gorduras.* (Expresslim Jeanne Piaubert)

(30) *Aspirações intemporais desprovidas de conceitos, de culturas ou de países, foram as **nossas** e são as das crianças de hoje. Na acção de Natal deste ano, a Caixa vai equipar os Hospitais Pediátricos com computadores (...)* (Caixa Geral de Depósitos)

(31) *Ao longo da **nossa** vida aprendemos a atribuir valor ao que é realmente importante, por isso, na Real Seguros, temos uma equipa de especialistas pronta para o ajudar (...)* (Companhia de Seguros Real Seguros)

No caso do *nós* inclusivo, o destinatário é levado, pela pressão intradiscursiva, a acumular as funções de enunciador e de destinatário, solidarizando-se com o discurso.

Patrick Dahlet (1985) descreve estes usos como estratégias de simulação de interação enunciativa, no intuito de fazer crer que o discurso resulta não de uma ação intencional do locutor sobre o alocutário, mas de uma ação conjunta: “discours coopté par les énonciateurs” (IDEM: 346).

Considerações finais

A instanciação enunciativa é uma dimensão estruturante de qualquer discurso. No entanto, mais do que em qualquer outro discurso, no discurso publicitário, cuja função nuclear é a persuasão, o jogo enunciativo e a sua demarcação são particularmente relevantes para explicitar a inscrição dos interlocutores no discurso e a relação interpessoal instaurada entre eles.

Neste estudo começámos por demonstrar como sendo a heterogeneidade uma dimensão constitutiva de qualquer texto e de qualquer discurso, ela deve ser tomada como um fator escalar que se manifesta sob diferentes graus em diferentes géneros de texto. O discurso publicitário é um discurso muito heterogéneo por vários aspetos da sua constituição tais como sejam: o grau da sua multimodalidade, o grau do seu vínculo pragmático, o grau de hibridismo das suas macro e super estruturas, as estratégia de indireção ilocutória sob as quais se constrói e, por fim, o grau da heterogeneidade enunciativa que o afeta.

Poderíamos ter perspectivado a sua heterogeneidade enunciativa, através da análise de recursos linguísticos tais como as negações polifónicas, os marcadores argumentativos, as diversas formas de introdução e evocação, mais ou menos marcadas, do discurso do outro no discurso do enunciador, comprovando, assim, como encontramos um eixo de dialogismo – de vozes em confronto - profundo neste tipo de discurso.

Optámos, neste trabalho, por salientar a heterogeneidade enunciativa mostrando como o desdobramento de figuras enunciativas no discurso publicitário – no sentido do desdobramento das instâncias de produção e de receção do discurso – tecem uma complexa rede interacional entre os actantes deste discurso, apontando, em cada uma das modalidades revistas, para diferentes programas de persuasão.

Este desdobramento põe em marcha estratégias de persuasão mais ou menos diretas, mais ou menos dissimuladas, estando as diferentes escolhas do jogo interacional instaurado diretamente relacionadas com a presença de um maior ou menor grau de indireção ilocutória no discurso, de um maior ou menor grau da estratégia de ocultação a que se referiu Charaudeau no estudo mencionado acima¹⁰ e, logo, ao serviço de diferentes formas de exercício de poder e influência que estão na base do discurso publicitário.

¹⁰ De facto, um dos aspetos insistentemente referidos pelos autores sobre este discurso é a distinção de duas estratégias de *argumentação/persuasão* nos textos publicitários, de acordo com uma orientação argumentativa mais explícita e dirigida a uma desmontagem racional ou uma orientação argumentativa mais indireta e dirigida a uma apreensão emocional. Apesar da convergência entre os autores quanto à necessidade de distinção destas duas estratégias, a dispersão terminológica e conceptual neste domínio é notável. Por exemplo, Charaudeau (1983) distingue entre uma estratégia de *sedução*, ou de envolvimento não declarado e inconsciente, e uma estratégia de *persuasão*, mais racional e justificativa, utilizadas no discurso publicitário, de acordo com as sensibilidades do público-alvo que o mesmo visa atingir. Assim, dependendo do polo do binómio a acionar (“mover” (*movere*) e/ou convencer), o discurso publicitário atualiza um de dois contratos (*IDEM*:127): o *contrato sério*, dirigido a um público racionalista, mediante uma argumentação para convencer da eficácia do produto enquanto auxiliar, muito corrente em anúncios mais técnicos e o *contrato de maravilhoso*, dirigido a um público menos racionalista, mais inclinado a sonhar, em que o papel de auxiliar atribuído ao produto assume uma dimensão quase mágica.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. *Éléments de linguistique textuelle: théorie et pratique de l'analyse textuelle*. Liège: Mardaga, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité(s) Énonciative(s). *Langages*, Paris: Larousse, 73, pp 98-111, 1984.
- BAKTHINE, M. *Le Marxisme et la Philosophie du Langage* – essai d'application de la méthode sociologique en Linguistique. Paris: Éditions de Minuit, 1977.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Language et Discours*. Paris: Hachette, 1983.
- _____, Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, Paris: Larousse, 117, pp. 96-111, 1995.
- COOK, Guy. *The discourse of advertising*. London: Interface, 2001.
- DAHLET, Patrick. Un langage efficace: l'illocution indirecte - contribution à une représentation pragmatique du discours publicitaire. *Separata da Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Línguas e Literaturas*, Porto, 2ª Série, Vol. I, 1985.
- DUCROT, Oswald. *La preuve et le dire* – langage et logique. Paris: Mame, 1973.
- _____, *Polifonia y argumentación*. Universidade del Valle, Colombia: Cali, 1988.
- FONSECA, Joaquim. Heterogeneidade na língua e no discurso. In: *Linguística e texto/Discurso: Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: ICALP, 1992.
- KRESS, Gunther. Multimodal discourse analysis. In: GEE, Paul et alii (org). *The Routledge handbook of discourse analysis*. London, New York: Routledge, 2012, pp 35–50.
- NØLKE, Henning. *Le regard du locuteur*. Paris: Éditions Kimé, 1993.
- OLIVEIRA, Fátima. Semântica. In: FARIA, Isabel Hub et alii (org). *Introdução à Linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996, pp 333-379.
- NORIEGA, José Luis Sánchez. *De la literatura al cine*. Barcelona, Paidós, 2000.

ABSTRACT

Recognizing heterogeneity as a constitutive principle of any discourse, we intend to explore in this study some of the aspects of that heterogeneity in printed advertising discourse. We will focuss on a specific mode of heterogeneity – the enunciative heterogeneity – in order to prove, through the study of particular cases, how the unfolding of enunciative figures is particularly relevant in this discourse, functioning as a typological marker. We will defend, thus, the conclusion that heterogeneity, as a global concept and, more specifically, enunciative heterogeneity can be conceived as a scale phenomenon that manifests itself in more or less intensive ways in different types of discourse, contributing to define their specificity.

KEYWORDS: *heterogeneity; enunciative heterogeneity; types of discourse; advertising discourse.*

A mulher na relação conjugal em canções de Rita Lee

José Antônio Barbosa Alves dos Santos¹

RESUMO

Neste artigo buscamos analisar a construção do discurso sobre a relação conjugal amorosa e o sexo em três canções da cantora e compositora paulistana Rita Lee. Aliando a análise lexical a elementos dos Estudos Críticos do Discurso propostos por Van Dijk (2010; 2003), verificamos como o emprego de determinadas lexias pode contribuir para a formação de um sentido singular, que modifica uma imagem de mulher corrente na sociedade. Pressupomos que o discurso em questão contribui para a formação de uma imagem transgressora da mulher, rompendo com padrões tradicionais, e para a instauração da liberdade de expressão de seu universo, de seus desejos e de sua ação.

PALAVRAS-CHAVE: *lexicologia; universo feminino; Estudos Críticos do Discurso; imagem da mulher; canção brasileira.*

Introdução

A canção brasileira vem sendo, desde a origem do gênero, meio de expressão e ação política, social e cultural. É um meio de contestação da situação social e de afirmação de várias visões de mundo e de ideologias diversas. Em vista disso, buscamos analisar canções de Rita Lee, uma das primeiras bem sucedidas compositoras femininas brasileiras, com o objetivo de verificar os usos lexicais capazes de construir uma imagem da mulher e de seu universo, e expressar uma visão de mundo que a própria mulher tem de si mesma, estabelecendo uma ruptura com os padrões tradicionais sustentados por uma sociedade machista e orientada pelos pontos de vista masculinos.

Para tanto, iremos nos valer de três canções gravadas por Rita Lee em nossa análise: *Benzadeusa*, lançada no LP *Rita Lee* de 1993; *Strip-tease*, do LP *Bom bom* de 1983; e *Chega mais*, do álbum *Rita Lee* de 1979. Por meio da análise dos usos lexicais nas letras das canções, agrupados devidamente por campos semânticos, poderemos notar a importância do léxico na construção de um sentido específico veiculado no discurso, sendo material vulnerável às

¹ Mestrando pelo Programa de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP sob orientação da professora doutora Beatriz Daruj Gil.

estratégias discursivas, constituído por ideologias, além de atuante nas mentes dos ouvintes, podendo inclusive orientar mudanças de suas concepções do mundo.

1. A mulher na canção brasileira

A canção brasileira desenvolve-se a partir de ajustes da produção de música popular espontânea do final do século XIX ao sistema de gravação mecânico recém chegado ao Brasil, o que determinou sobretudo a duração de cada registro, de cerca de três minutos, e o tipo de empostação vocal que esteve em voga pelo menos até o surgimento de João Gilberto, no final dos anos 1950. Mas foi com o rádio que a canção ganhou, entre os anos de 1930 e 1940, maior abrangência. Pela radiodifusão, atingiu todo o território nacional e promoveu as “grandes vozes” que cantavam quase sempre o samba-canção.

Diversas mulheres ganharam destaque como intérpretes de canções de autoria masculina. O rádio dos anos 1930 e 1940, que difundia canções executadas ao vivo, e não canções gravadas, deu espaço ao surgimento de diversas intérpretes femininas que se tornaram conhecidas em todo o país e foram referência para o canto popular das décadas seguintes. No entanto, salvo exceções como Dolores Duran e Maysa, o trabalho de composição da canção era reservado ao homem.

Grandes sucessos entoados por vozes femininas eram, portanto, discursos constituídos a partir de pontos de vista masculinos e refletiam muitas vezes uma sociedade tradicionalmente machista. Um exemplo é *Camisa amarela*, de autoria de Ary Barroso, gravada por Aracy de Almeida, no ano de 1939, cuja letra representa a fala de uma mulher sobre o marido, que faz suas extravagâncias no carnaval, volta desrespeitoso, e mesmo assim é aceito pela esposa, que relewa todos os seus excessos e sua irresponsabilidade:

[...]

Roncou uma semana
Despertou mal-humorado
Quis brigar comigo
Que perigo, mas não ligo!

O meu pedaço me domina
Me fascina, ele é o tal
Por isso não levo a mal
Pegou a camisa, a camisa amarela, botou fogo nela
Gosto dele assim
Passou a brincadeira e ele é pra mim,
Meu Senhor do Bonfim.

Somente na década de 1970 um número considerável de compositoras femininas surgiria no cenário da canção, dentre elas Ângela Ro Ro e Marina Lima, produzindo regularmente e tendo a imagem consolidada e bastante conhecida do público por serem também cantoras. Com elas, pontos de vista legitimamente femininos foram incorporados à canção, quebrando certos tabus e tradições relacionados ao universo feminino, podendo combater o discurso ortodoxo masculino predominante até então.

2. A canção de Rita Lee

Rita Lee surge antes de um período em que se torna comum a presença de compositoras cantoras regularmente ativas na MPB. Estreia na segunda metade dos anos 1960, integrando o grupo Os Mutantes, com os irmãos Arnaldo e Sérgio Baptista, emergido num momento singular da canção, em que se propunham mudanças estéticas, a incorporação de tendências estrangeiras e a subversão das estruturas das instituições que promoviam e sustentavam a canção popular. A Tropicália, encabeçada principalmente por Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé e Rogério Duprat, criaria o ambiente ideal para a introdução do rock, da guitarra elétrica, do ruído e de novas estéticas sonoras e linguísticas na MPB.

A postura subversiva, o deboche e a experimentação sonora são as principais marcas da produção musical dos Mutantes. A utilização de recursos inusitados em gravações ou apresentações, como instrumentos improvisados com lata e mangueira, o theremim (instrumento eletrônico psicodélico e experimental), e as letras nitidamente irreverentes, marcam o caráter do grupo que Rita Lee sustenta posteriormente, mesmo em carreira solo, quando se separa dos irmãos Baptista no início dos anos de 1970.

Rita Lee então passa a constituir uma figura autônoma, empunhando a guitarra elétrica ou tocando teclados sintetizadores, estando à frente da banda e compondo, sozinha ou em parcerias, a maior parte das canções que executa. É a única mulher brasileira até então desempenhando um papel num contexto em que, segundo Tatit (2007, p. 148) “Não bastava um canto profissional puro e simples. Havia necessidade de uma proposta global de execução, em que melodia, letra e instrumentação constituíssem um só corpo, uma só voz, dando suporte material aos conteúdos subjetivos do artista”. Ainda segundo o autor, a obra passava a depender dessa junção de elementos (composição, canto e execução instrumental) para “obter o ‘efeito de verdade’”.

Pela singularidade de sua condição de cantora e compositora e pela postura já adotada nos tempos de Os Mutantes, muito apropriada à rebeldia do rock e possibilitada por esse gênero, supõe-se que a obra de Rita Lee tenha construído uma imagem da mulher e do universo feminino bastante diferente daquela cultivada nas décadas anteriores, arquitetada por compositores homens e, muitas vezes, difundida por meio de vozes de mulheres que reproduziam o discurso masculino.

É da construção dessa imagem nas suas canções que pretendemos tratar, com base em teorias do léxico e orientações dos Estudos Críticos do Discurso que nos permitam apontar para as estruturas por meio das quais ela se constrói. Também trataremos do modo pelo qual esse material linguístico e discursivo se relaciona com o meio social, refletindo ou combatendo posturas ideológicas nele presentes.

3. A canção como discurso

Abordar a canção por um viés discursivo leva-nos a considerar suas diversas faces, embora seja o material linguístico tomado por nós, neste estudo, como o principal elemento a ser analisado. Os discursos são capazes de refletir a compreensão humana dos diversos fatores sociais, e de influenciar indiretamente a compreensão que seus receptores têm dos eventos a que se referem. Mesmo em se tratando de um discurso verbal, não apenas estratégias linguísticas estão envolvidas nesse processo, mas também estratégias que envolvem outros sistemas semióticos, que merecem atenção quando decisivos para a constituição do sentido.

Uma relação direta entre discurso e sociedade é problemática, visto que uma ação social ou discursiva dependem de um indivíduo que as realize e, portanto, será guiada por suas propriedades mentais, por sua cognição. Assim, um discurso a favor de uma determinada ação pode muito bem despertar no enunciatário uma reação contrária a ela, dadas suas crenças prévias, seu julgamento do enunciador e de suas estratégias discursivas. Também discursos sobre determinado evento podem ter diferentes sentidos e expressar diferentes posições, de acordo com a configuração cognitiva dos indivíduos que os realizam.

Van Dijk (2003, p. 145-147) propõe, portanto, que se considere o *discurso* como parte de uma tríade em que, para se ligar à *sociedade*, precisa ser necessariamente mediado pela *cognição* individual. Assim, configura-se o *triângulo discurso-cognição-sociedade*, que nos levará sempre a considerar elementos cognitivos como determinantes de ações sociais e de

estruturações discursivas, e impossibilitará relações diretas, que desconsiderem a ação e o conhecimento individual.

Como cognição devemos compreender tanto a cognição individual como a cognição social, de acordo com Van Dijk (2003, p. 146). Essa segmentação se fará pela distinção entre elementos cognitivos partilhados pelo grupo analisado, como crenças e objetivos comuns, julgamentos partilhados pelos seus integrantes e elementos cognitivos individuais, ou seja, próprios de determinados indivíduos e que não são comuns a todos os membros do grupo para o qual se volta o olhar. Tanto à cognição individual quanto à cognição social (coletiva), irão subjazer ideologias, que certamente direcionarão a perspectiva dos grupos ou indivíduos, o que afetará diretamente o modo como irão se configurar seus saberes, valores e crenças e, conseqüentemente, seus discursos.

O conjunto das informações que constituem a cognição é, no entanto, muito extenso para ser permanentemente acessado e reconfigurado à medida em que um indivíduo se relaciona com seu entorno e com os discursos a que está sujeito. Van Dijk (2010, p. 202-213) propõe que se relacionem diretamente aos discursos os *modelos mentais*, construídos a partir de elementos cognitivos sociais e individuais, mas que apresentam um quadro mais generalizado destes, formados por um número limitado de categorias essenciais tanto para o evento de que trata o discurso quanto para o contexto (situação) em que o discurso se dá.

Portanto, ao construir ou ao compreender um enunciado discursivo, o indivíduo acessará constantemente os seus *modelos mentais de eventos*, ou seja, os modelos de compreensão que ele construiu para determinado evento tratado no discurso, e os *modelos mentais de contexto*, formados pelos conhecimentos que, para o enunciador ou receptor, são essenciais sobre o momento e espaço da enunciação, bem como sobre seus participantes e toda a rede de saberes que se pode tecer a partir desses elementos básicos da situação de interação, como a função de cada um dos presentes, conhecimentos que se pressupõe que eles tenham etc.

Assim, as escolhas que o enunciador fará ao construir seu discurso, como a posição adotada em relação àquilo de que tratará, a configuração da estrutura linguística do enunciado (sintaxe, léxico, procedimentos retóricos) dependerá desses modelos mentais, que não são estáticos, mas que se reconfiguram constantemente, sobretudo os de contexto, que estão em constante (re)construção no momento da enunciação.

A partir desse embasamento teórico, que nos oferece um traçado rigoroso do percurso que se entrepõe entre discurso e sociedade, podemos situar a seleção lexical – sendo o léxico a

estrutura do discurso de nosso interesse neste estudo – no conjunto das estruturas determinadas pelos modelos mentais de eventos e contexto, este último seu determinante mais direto.

4. Léxico e ideologia

O léxico pode ser tomado como estrutura linguística bastante expressiva das ideologias, crenças e valores de um indivíduo. É também por meio dele que o enunciador pode levar a seu ouvinte uma posição a respeito de determinado evento, o que o torna parte importante do discurso enquanto forma de ação, pois muito do sentido construído se deve às escolhas lexicais realizadas.

Isso se dá pelo fato de ser pelo léxico estabelecida a relação cognitiva entre o homem e o mundo natural. O léxico permite ao homem notar, segmentar, categorizar e referenciar a massa amorfa que é o seu entorno físico, e ainda medeia a compreensão do universo cultural, nomeando sentimentos e sensações psíquicas.

A constituição do repertório lexical de uma comunidade já define diversos dos valores partilhados por seus membros, suas crenças, ideologias. Os usos lexicais específicos no discurso irão gerar, por sua vez, sentidos distintos dos determinados pela norma linguística da comunidade de fala a que o enunciador pertence. O sentido gerado pelo léxico no discurso será específico e dependente da cadeia de relações em que está inserida cada lexia no enunciado, bem como de elementos extratextuais. Assim, podemos tomar o léxico e o sentido atrelado a ele como resultados não só de uma configuração social de valores e ideologias, mas também, quando atentamos para o léxico atualizado no discurso, de uma visão de mundo específica do indivíduo enunciador que une ou opõe suas crenças e ideologias àquelas correntes na sociedade em que se situa.

Não podemos deixar de considerar também a influência que os *modelos de contexto* têm na configuração dos discursos. Portanto, para expressar uma posição pessoal ou buscar a persuasão de um público em favor dessa posição, o enunciador deve adequar seus usos ao que lhe parece ser pertinente à situação de comunicação. E por isso, nas análises que faremos adiante, devemos buscar nossos conhecimentos sobre as situações de enunciação, sobre o histórico das práticas do enunciador, sobre o gênero em que esse discurso se enquadra. Assim faremos um estudo mais apropriado do mecanismo da escolha lexical como elemento

constituente de um discurso que expressa ideologia e crenças, e que é capaz de influenciar na mudança da compreensão que seus ouvintes têm dos assuntos tratados no enunciado.

Na conclusão das análises que faremos a seguir, para melhor compreensão e categorização dos sentidos das lexias, agrupá-las-emos por campos semânticos. Os campos semânticos são formados a partir dos traços de sentido (semas) comuns às lexias, e recebem a denominação referente ao mais significativo desses traços para nosso estudo.

Lexias complexas e até mesmo sintagmas lexicais poderão integrar esses grupos, visto que muitas vezes é impossível dissociar duas palavras consideradas avulsas pela norma linguística sem que se perca o sentido adquirido pela sua união. A própria categorização lexical realizada no estudo serve para suprir uma necessidade de sistematização e de oposição de dados, visto que o sentido preciso de cada lexia só se dá no discurso, e nunca isoladamente.

5. A relação conjugal na visão feminina em canções de Rita Lee

Diversos sucessos de Rita Lee abordam situações de relacionamento conjugal, de prática sexual e gerenciamento da relação amorosa. São temas corriqueiros na obra da cantora, quase sempre tratados de forma irreverente.

Propomos para nossa análise três canções que tratam desse assunto: *Benzadeusa*, *Striptease* e *Chega mais*. Buscaremos identificar qual o tipo de posicionamento que esse enunciador feminino tem diante dessas questões. Por meio da análise do léxico empregado nas letras pretendemos verificar o sentido desse posicionamento feminino e tecer relações entre ele e certos valores e ideologias sociais aos quais ele se opõe.

5.1 *Benzadeusa*

Benzadeusa

Roberto de Carvalho - Rita Lee

Mordo tua nuca,
Mas um beijo anestesia a dor.
Te mato de carinho
Em legítima defesa do meu amor.

Não sei dizer não
Pra quem gosta de mim,
Então eu digo sim sim
Yes yes, oui oui, hai, jawohl, si si.

E a gente se casa por um segundo,
 Por um século talvez,
 Até que a vida, a morte,
 O mundo nos separe outra vez.

Faz amor comigo,
 Sempre fica meu amigo.
 Amanhã viro bandida, mal fudida,
 Te dou um tiro no escuro, você vai ver.
 Hoje sou tua heroína,
 Mergulha na menina dos olhos meus.

Sabe lá Deus, por onde nadam as sereias,
 Sabe lá Deus, por onde queimam salamandras,
 Sabe lá Deus, por onde dançam odaliscas,
 Sabe lá Deus, por onde voam arcanjas,
 Sabe lá Deus, por onde andam suas deusas.
 Benzadeusa de Deus!

[Oração a Ave Maria]

Habemus Papisa!

A letra da canção *Benzadeusa*, lançada em 1993 no álbum *Rita Lee*, mostra situação pontual de afetividade “agressiva” (Mordo tua nuca / Mas um beijo anestesia a dor) que se expande para uma imagem mais geral e incerta da vida conjugal (E a gente se casa por um segundo / Por um século talvez). Lidando com temas religiosos que dizem respeito ao poder reservado aos homens no catolicismo, o jogo entre mulher e homem se transfere para a relação reivindicada entre Deus e Deusa, e gera uma afronta ao poder político machista da igreja católica.

O enunciador constrói para si um papel ativo na suposta relação, expresso pelos verbos em primeira pessoa encontrados nas lexias *mordo tua nuca, te mato de carinho, te dou um tiro no escuro, sou tua heroína*. As três primeiras sugerem agressividade, o que amplifica a intensidade da atividade desse enunciador, capaz não só de oferecer o carinho para benefício próprio (Te mato de carinho / Em legítima defesa do meu amor), mas também de causar a morte ao ser frustrado pelo parceiro (Amanhã viro bandida, mal fudida / Te dou um tiro no escuro [...]).

A união conjugal, tratada na segunda estrofe, não reflete um padrão tradicional, que seria o duradouro, o eterno (E a gente se casa por um segundo, / Por um século talvez). Aqui ela é compreendida como algo de duração relativa a outras questões, mundanas, que a poderiam impedir ([...] a vida, a morte, o mundo [...]).

Em termos mais gerais, notamos a construção da imagem de um “eu” feminino que participa da relação conjugal de forma extremamente ativa, buscando a satisfação própria, não sendo submissa ao casamento como um sacramento inabalável, colocando-se numa posição de superioridade ao ser “heroína” do parceiro, e ao equiparar-se à Deusa de um Deus – notem, uma Deusa controladora e dona das decisões. Uma Deusa mais potente que seu Deus.

Essa oposição entre uma figura masculina e outra feminina de Deus pode ser vista ainda como uma afronta ao machismo próprio do catolicismo, reforçada sobretudo pela oração “Ave Maria” entoada ao final da letra, e pela expressão final “habemus Papisa”, com a qual é finalizada a canção.

5.2 *Strip tease*

Strip tease

Roberto de Carvalho - Rita Lee

Eu avistei um garotão no mesmo elevador.
Olhou pra mim e logo vi que ele era bom de amor.
Que graça!
Que massa!
Caí na teia!
Eu só queria aquele gato na veia!

Primeiro andar: blusa, calcinha, tênis, saia de prega,
Segundo andar: meia, sapato, cinto, calça, cueca.

Take it easy!
Strip tease!
Que sorte!
Eu assaltei o garotão na caixa forte!

Em *Strip tease* constrói-se uma situação em que um casal de desconhecidos se encontra e, havendo atração sexual entre ambos, partem para uma relação casual e instantânea. A canção nos chama a atenção de início pelo tema, já que nele um “eu” feminino declara a participação em um ato descompromissado e libidinoso – o que seria reprovável por diversos defensores de uma moral tradicional, segundo a qual a mulher deve se resguardar para um marido, e deve se relacionar sexualmente apenas para gerar a prole, sem chance alguma de ter prazer sexual.

Apesar de a letra se iniciar com uma afirmação do “eu” feminino que o coloca numa posição ativa em relação à tomada de atitude (Eu avistei um garotão [...]), a figura masculina do “garotão” também toma parte na ação (Olhou pra mim [...]). O “Caí na teia”, que sugeriria

ingenuidade do “eu”, sendo a teia uma armadilha, aqui não pode assumir esse sentido, visto que a “vítima” desejou o garoto (Eu só queria aquele gato na veia!) porque ele correspondia a seus anseios ([...] logo vi que ele era bom de amor. / Que graça! / Que massa!).

Na segunda estrofe, vemos a descrição do momento em que o casal se despe, acompanhando o movimento de ascensão do elevador: a mulher se despe primeiro, no primeiro andar (Primeiro andar: blusa, calcinha, tênis, saia de prega), e na sequência o homem, no segundo andar (Segundo andar: meia, sapato, cinto, calça, cueca). A mulher toma portanto a iniciativa em despir-se, e a atitude do homem se segue à dela. É uma figura feminina bastante liberal, portanto (Take it easy! / Strip tease!), com relação à situação que pode parecer absurda a muitos – o sexo no elevador.

Qualquer sentido de passividade da figura feminina seria quebrado no verso final (Eu assaltei o garotão na caixa forte), com o “assaltar” designando a participação ativa e proposital da mulher na “conquista” do homem dentro do elevador – a “caixa forte”.

5.3 *Chega mais*

Chega mais

Rita Lee – Roberto de Carvalho

Eu conheço essa cara, essa fala, esse cheiro,
Essa tara de louco, esse fogo, esse jeito
Escandaloso, você é guloso
E quer me sequestrar.

Chega mais, chega mais!
Chega mais, chega mais!
Chega mais, chega mais!
Chega mais!

Depois me leve pra casa, me prenda nos braços,
Me torture de carinhos, beijinhos, abraços.
Depois me coce, me adoce
até eu confessar

Chega mais é uma das canções mais conhecidas do repertório de Rita Lee. Muito próxima a uma marcha carnavalesca, de fácil assimilação, remete a um momento de encontro de um casal, sendo o enunciador representante da voz de um de seus membros, o feminino, o que é indicado pelo timbre de quem o canta (Rita Lee), e também pelo gênero atribuído aos adjetivos que qualificam o interlocutor do “eu” na canção (“louco”, “guloso”, “escandaloso”).

Na primeira estrofe, o interlocutor é qualificado como perverso, tendo “cara”, “fala” e “cheiro” atraentes, e sendo tarado como “louco”, querendo “sequestrar” o “eu” incorporado pelo enunciador. Num jogo que se assemelha ao da Chapeuzinho Vermelho questionando as características do Lobo, temos uma impressão inicial de que esse homem causaria uma repulsa desse “eu” que o observa. Mas nada mais apropriado à marcha carnavalesca que o encontro, que pela figura à qual dá voz o enunciador, é sugerido no refrão (Chega mais, chega mais!). A expressão é repetida sete vezes seguidas a cada estrofe da canção, mas não leva o ouvinte à exaustão, sendo extremamente adequada ao gênero de canção em que está posta, que flerta com a tradicional marcha de carnaval.

Na estrofe final o locutor feminino sugere diversas ações a serem tomadas pelo interlocutor masculino (“leve pra casa”, “prenda nos braços”, “torture de carinhos”, “me coce”, “me adoce”). Essas sugestões ou ordens, juntamente com o “chega mais” proferido pelo locutor, dão ao “eu” que o enunciador incorpora o estatuto daquele que tem o controle da relação, que comanda os passos do parceiro no sentido de guiá-lo para que ele o satisfaça.

A análise desse conjunto de canções permite-nos ver que as figuras femininas nelas constituídas assumem uma postura ativa na relação conjugal que pode ser notada não apenas na sugestão de ações feitas ao parceiro, como em *Chega mais*, mas também em representações de ações efetivas como as expressas pela lexia “mordo tua nuca”, de *Benzadeusa*, ou por “assaltei o garotão” de *Strip tease*.

Vejamos abaixo o campo semântico que constituímos com as lexias das canções que nos foram significativas para a tomada dessa conclusão. Nele estão as lexias que indicam a postura ativa da mulher na relação conjugal, sendo possível seu desmembramento entre ações persuasivas e ações efetivas, como mostra o quadro:

Postura ativa da mulher na relação conjugal	
Comando da ação	Protagonização da ação
chega mais me leve pra casa me prenda nos braços me torture de carinhos, beijinhos, abraços me coce me adoce	mordo tua nuca te mato de carinho eu digo sim amanhã viro bandida te dou um tiro no escuro sou tua heroína eu avistei um garotão logo vi que ele era bom de amor assaltei o garotão

Considerações finais

A análise do léxico de um pequeno conjunto de canções, referentes a um aspecto da imagem da mulher na obra de Rita Lee, nos permite notar a admissão de um caráter ativo e liberal atrelado à imagem feminina quando o assunto é sua vida conjugal e sexual.

O mérito de Rita Lee não está apenas em colocar a mulher como protagonista na relação, como personagem ativo e potente, mas já antes na atitude de tratar de forma natural e aberta temas polêmicos e velados em nossa sociedade. Se tratar abertamente de sexo na canção é até hoje evitado, havendo várias composições que apenas o sugerem por meio de expressões onomatopaicas ou por uma linguagem indireta e perversa, abordar o assunto por um viés feminino, não admitindo para a mulher um papel submisso e passivo, mas sim atuante e merecedor do prazer físico, é então um grande feito.

As composições com que trabalhamos aqui certamente contribuíram para um abrandamento, pelo menos, da repressão sexual nos discursos públicos e, também, interindividuais. É certo que são canções de décadas em que já havia um movimento de liberação no campo da sexualidade, mas de qualquer maneira marcam a introdução dessa liberação num gênero discursivo amplamente cultuado não só no Brasil, como em qualquer outro país ocidental, o que nos leva a afirmar que algum reflexo esses discursos terão nas mentes e ações de seus ouvintes, seja num sentido comum ou contrário às ideologias e valores a que ele se liga.

Referências

TATIT, L. *O século da canção*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

TATIT, L. Rita Lee e a era das cantoras na canção popular. In: *Todos entoam*. São Paulo: Publifolha, 2007. P. 143-156.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

VAN DIJK, T. A. La multidisciplinaridad del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad. In: WODAK, R.; MEYER, M. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003. P. 143-177.

ABSTRACT

In this paper we want to analyse the discourse construction about relationship and sex in three songs of the Brazilian songwriter Rita Lee. Uniting the lexical analysis to elements of the Critical Discourse Studies developed by Van Dijk, we verify how the use of specific words in the lyrics can contribute to the formation of a singular sense that modifies the traditional image of a woman. We assume that this discourse contributes to the formation of a transgressor image of the women, breaking with the traditional patterns and establishing a freedom of expression of their universe, desires and actions.

KEYWORDS: *lexicology; feminine universe; Critical Discourse Studies; woman's image; Brazilian popular music.*

Comparações e metáforas zoomórficas em “Vidas secas”: uma análise da expressividade estilística

Maria da Graça de Souza¹

RESUMO

Na língua há sempre a necessidade de se apresentar ideias abstratas de forma concreta e sintética. Para isso o homem se serve das metáforas como meios econômicos de expressão e de transmissão desses conceitos. Assim, o uso de comparações e metáforas ocorre em todos os níveis de linguagem. Na obra Vidas secas não só há muitas comparações das personagens com animais, mas também há muitas metáforas zoomórficas que atribuem identidade às personagens, principalmente ao protagonista Fabiano. Nesse sentido, esse artigo, fundamentado nos estudos da estilística léxica, tem por objetivo verificar como o uso desses recursos expressivos contribui com a construção da identidade do sertanejo retirante Fabiano.

PALAVRAS-CHAVE: *estilo; metáfora; símile; léxico; identidade.*

Introdução

Este trabalho é parte de um estudo mais amplo acerca da obra “Vidas secas” de Graciliano Ramos, cujo objetivo é verificar a expressividade das escolhas e criações lexicais que dão ao contexto expressividade e revelam a visão de mundo das personagens. A referida obra tem como um dos traços marcantes a transferência de características de animais para seres humanos, ou seja, as personagens, de modo geral, e principalmente Fabiano – protagonista – são comparadas, a animais. Acreditamos em que o grande uso desses recursos expressivos – comparações e metáforas – contribui para confirmar a hipótese de que o meio ambiente hostil animaliza o homem.

Para a realização da pesquisa, fizemos, em toda a obra, um levantamento das comparações com animais e das metáforas zoomórficas e constatamos que há aproximadamente 44 expressões que associam o homem a um animal; predominando, nessas associações, a comparação com

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação do DLCV-FFLCH-USP, sob a orientação da Profa. Dra. Elis de Almeida Cardoso Caretta. Email: gracasouza@usp.br

animais. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar a importância da escolha dos mencionados recursos expressivos na constituição identitária da personagem Fabiano.

Segundo Martins (1989), a Estilística trata da expressividade da língua, dos recursos expressivos sonoros, lexicais, sintático/semânticos e enunciativos, oferecidos por ela aos falantes/escritores para manifestarem estados emotivos e julgamentos de valor, de modo a suscitar em quem ouve ou lê uma reação, também de ordem afetiva.

Cressot (1980), ao tratar do fato estilístico, postula que ele é decorrente da escolha feita pelo utente no sistema linguístico. Essa escolha é de ordem linguística, psicológica e social, ou seja, para ser compreendido, faz-se necessário que o interlocutor leve em consideração a consciência linguística do interlocutor, fazendo adequações de sua linguagem, de acordo com a situação comunicativa. O referido autor ressalta também que a escolha é limitada por imposições gramaticais: morfologia, sintaxe, etc.. Nesse sentido, a análise estilística busca interpretar a escolha feita pelo utente da língua, visando assegurar o máximo de eficácia ao seu ato de comunicação.

Para Cressot, o estilo é mais que a utilização do vocabulário, das imagens, do material gramatical, da ordem das palavras e da frase, ou seja, a vida latente da obra faz parte do estilo. Assim, postula, de acordo com Marouzeau, que o estilo é “atitude tomada pelo utente, escritor ou falante, perante o material fornecido pela língua” (CRESSOT, 1980, p.15).

Desse modo, a estilística, no sentido mais vasto, tem como objetivo determinar as leis gerais que regem a escolha da expressão e, no sentido mais restrito, determinar a relação entre a expressão, numa língua, e o pensamento correspondente. Por conseguinte, segundo Cressot, o pesquisador, ao tratar da análise estilística, pode estudar os meios de expressão de um indivíduo, de um grupo ou de uma época, buscando verificar a nova sensibilidade linguística gerada, de acordo com a escolha do vocabulário, do material gramatical da ordem das palavras, do movimento e da música da frase. A análise também pode proceder de um fato linguístico; procurar a intenção que a ele associa-se, inquietar-se com as razões profundas que o justifique; esclarecer outros fatos vagamente equivalentes, o pormenor que levou a escolha.

Como mencionamos mais acima, acreditamos em que a seletividade lexical, o uso de símiles e metáforas animais, em “Vidas secas”, têm como um dos objetivos mostrarem que o meio ambiente hostil reduz o homem a um mero animal. Nesse sentido, buscaremos verificar como a identidade de Fabiano é construída a partir da escolha dos mencionados recursos expressivos – de acordo com os postulados da estilística léxica ou da palavra.

Segundo Martins (1989), a estilística léxica ou da palavra trata dos aspectos expressivos das palavras ligados aos seus componentes semânticos e morfológicos; levando, contudo, em consideração os aspectos sintáticos e contextuais.

Há controvérsias entre os estudiosos da linguagem em precisar o conceito de léxico. Nesse estudo estaremos compreendendo o conceito de léxico, de acordo com Martins, isto é, léxico é o conjunto de palavras de uma língua que implica a divisão das palavras em lexicais e gramaticais.

As palavras gramaticais (morfemas, gramemas, palavras-formas) são pouco numerosas no sistema, mas de altíssima frequência nos enunciados. Contudo, a significação dessas palavras só pode ser apreendida no contexto. Já as palavras lexicais, também chamadas de nocionais, reais, plenas etc., mesmo isoladas despertam em nossa mente uma representação (seres, ações). São elas: o substantivo, o adjetivo, os verbos de ação. Este estudo não tratará da expressividade das palavras gramaticais, assim não elencaremos as funções expressivas delas.

Conforme Martins, as palavras apresentam tonalidades emotivas; e a tonalidade afetiva de uma palavra pode ser inerente ao próprio significado dela, ou pode resultar do seu uso em um contexto. Assim, as palavras podem ter um significado afetivo, apresentar traço significativo de avaliação, ter valor evocativo, além de apresentar um sentido mais afastado do significado fundamental, ou seja, linguagem figurada. Para Martins, a linguagem figurada é, dentre todos os outros fatores de afetividade, o mais importante. No entanto, esse estudo limitar-se-á ao tratamento da metáfora e do símile.

Sardinha (2007) postula que há diversas teorias e tradições sobre o estudo da metáfora ao longo dos tempos e que para tratar de todas seria necessário “uma enciclopédia com centenas de volumes” (idem, p.19). Assim como o autor, faremos o recorte de alguns estudos referentes à metáfora.

De acordo com Martins (1989), Bally considera que a linguagem literária tem suas raízes mergulhadas no falar de todos. Desse modo, a figura de linguagem é resultado da necessidade expressiva e deve-se a incapacidade de o espírito abstrair um conceito, de conceber uma ideia fora do contato com a realidade. Para esse linguista, a metáfora é “uma comparação em que o espírito, induzido pela associação de duas representações, confunde num só termo a noção caracterizada e o objeto sensível tomado como ponto de comparação” (MARTINS, 1989, p. 92).

Para Ullmann (1987), tanto no símile quanto na metáfora há duas representações, ou seja, dois elementos apresentam traços significativos comuns. Enquanto no símile preserva-se a significação de cada um dos elementos, na metáfora – entendida como uma comparação

condensada em que se afirma uma identidade intuitiva e concreta entre dois termos – as representações aparecem estreitamente relacionadas, podendo em alguns casos ocorrer a fusão dessas representações.

O símile, conforme Ullmann, relaciona termos de natureza diferente, sendo possível encontrar quatro elementos explícitos: o comparado, o comparante ou termo metafórico, o termo análogo, que explica o ponto comum entre os dois termos e o nexos gramatical. De acordo com Martins, a análise estilística das imagens baseia-se na natureza desses elementos, principalmente nos dois primeiros, mas sem relegar os outros. Por exemplo, o termo análogo pode ficar implícito, contudo quando o utente apresenta-o e sendo ele um adjetivo, muitas vezes tem valor intensificador. A referida autora, além de ressaltar que o nexos comparativo mais usual é o *como*, assinala também que a preposição *de* é de grande importância para o substantivo, pois é o elemento introdutor de um membro comparativo. *Coração de pedra = coração duro como pedra; saúde de ferro = saúde resistente como ferro.*

Segundo Sardinha (2007), foi Aristóteles quem primeiro tratou da metáfora no séc. IV a.C. Para o filósofo, a metáfora é a transposição do nome de uma coisa para outra, ou seja, usa-se o nome de algo para designar outra coisa. Além disso, para Aristóteles a comparação direta também é uma metáfora visto que há somente uma pequena diferença entre ambas. Desse modo, “‘Aquiles se atirou como um leão’ e ‘o leão atirou-se’ (em que ‘leão’ se refere a Aquiles) seriam ambas metafóricas, já que, nas duas, a propriedade de coragem foi transferida para Aquiles” (SARDINHA, 2007, p.20).

De modo geral, predomina, ainda hoje, a visão de que a metáfora é uma figura que faz uma comparação abreviada (uma vez que dispensa o uso de conectores do tipo: “que nem, tal qual, como...”) entre dois elementos não relacionados, e, quando há a presença dos mencionados conectores, relacionando elementos de universos diferentes, a figura é designada de símile ou comparação metafórica.

Carvalho (1969) discorda da definição de metáfora como comparação implícita, pois para ele, a metáfora é um fenômeno primário e a comparação um fenômeno secundário, no sentido de exigir uma reflexão analítica em grau superior de intelectualização, sem existir, todavia, relação genética entre as duas.

Assim, a metáfora A é B nasce de uma identificação do conteúdo intuitivo de um nome que pertence ao objeto B com certa qualidade intuitivamente percebida no objeto A, de tal maneira que na transferência só permanece válida a identidade do predicado assim intuído. Nessa

perspectiva, segundo o autor, de todas as camadas significativas que constroem o “sentido” da palavra, só um subsiste. Ex.: “Fabiano, uma coisa da fazenda, um traste”. (RAMOS, 1985, p. 23).

De acordo com o Dicionário Eletrônico Houaiss (2002), TRASTE designa um objeto da casa de pouco valor; indivíduo sem caráter ou pessoa imprestável.

O vocábulo “traste” possui os seguintes traços: - animado, + pouco valor, + pessoa sem caráter, + pessoa imprestável. Nessa metáfora, segundo Carvalho, a identidade entre Fabiano e traste se dá pelo sema: +pessoa imprestável.

Já na comparação *A é como B*, os objetos A e B concebem-se separadamente como de fato diversos, para mentalmente se aproximarem, destacando-se por uma abstração refletida das qualidades diferenciais, aquele traço análogo que motiva a aproximação. EX.: “Ele, a mulher e os filhos tinham-se habituado à camarinha escura, pareciam ratos...” (RAMOS, 1985, p. 18).

Conforme o referido dicionário, RATO é designação comum dos roedores da família dos murídeos, especialmente daqueles do gênero *Rattus*, como o rato-preto e a ratazana (...) responsáveis pela destruição de grandes quantidades de alimento e pela transmissão de diversas doenças, como a peste bubônica.

O vocábulo “rato” possui os seguintes traços: + roedor, + doença, + ladrão, + esconderijo (escuro). Nessa comparação, de acordo com Carvalho, há o destaque de um traço mais significativo (viverem no escuro), porém não se esquecem os outros.

Nesse sentido, para o autor a metáfora é produto linguístico de uma visão intuitiva em que se afirma uma identidade, diferentemente da comparação em que se afirma uma pura semelhança, resultante de uma reflexão sobre a intuição originária.

Estudiosos que tratam das metáforas, conforme Sardinha (2007), têm postulado que essas não são apenas recursos retóricos poderosos usados conscientemente por políticos, advogados, jornalistas, escritores e poetas para “embelezar” a fala ou a escrita, elas também são usadas como meios econômicos de expressão de transmissão de conceitos abstratos que se tornariam muito difíceis de serem expressos. Nesse Sentido, de acordo com os postulados teóricos de Lakoff e Jonhson, a metáfora é a base do pensamento, ou seja, as metáforas funcionam como meios naturais para estruturar o pensamento. Assim, elas são usadas desde cedo porque existem em nosso pensamento e, além de existirem em qualquer língua como um recurso natural, elas também são culturais.

Conforme mencionamos mais acima, o campo de estudo referente à metáfora é vastíssimo, tornando o tema muito amplo. Desse modo, trataremos apenas da METÁFORA CONCEPTUAL – corrente fundada por George Lakoff e Mark L. Johnson.

A metáfora conceptual surgiu na década de 70, e de acordo com Sardinha (2007), os principais conceitos dessa teoria são:

- A metáfora conceptual é um fenômeno cognitivo (mental) acima de tudo, ou seja, uma maneira de conceitualizar um domínio de experiência em termos de outro, normalmente de modo inconsciente. Recebe esse nome porque conceitualiza algo. Exemplo: O AMOR É UMA VIAGEM.

- EXPRESSÃO METAFÓRICA: expressão linguística que é uma manifestação de uma metáfora conceptual. Por exemplo: ‘nosso casamento está indo muito bem’. Essa expressão advém da metáfora conceptual O AMOR É UMA VIAGEM..

- DOMÍNIO: área do conhecimento ou experiência humana. No exemplo acima, os dois domínios são AMOR e VIAGEM. O domínio caracteriza-se como fonte e alvo.

O domínio-fonte é a base responsável pela conceitualização de algo; no caso a VIAGEM, já o domínio-alvo é aquele que é conceitualizado “AMOR”. Um mesmo domínio-fonte pode servir a vários domínios-alvo: VIAGEM pode ser fonte do conceito de AMOR, mas também de vida.

- MAPEAMENTOS: as relações feitas entre os domínios. Assim, de acordo com o exemplo anterior, poderíamos ter mapeamentos tais como:

1. Viajantes: amantes ou marido e mulher;
2. Mapa da viagem: planos futuros da vida a dois;
3. Destino da viagem: relação feliz a dois;

- DESDOBRAMENTOS (*entailments*): são as inferências que podemos fazer a partir de uma metáfora conceptual: O AMOR É UMA VIAGEM, logo:

1. Se uma viagem longa é repetitiva e monótona, então um casal que vive há muito tempo junto pode achar o relacionamento monótono;
2. Se uma viagem longa é cansativa, então um casal que vive junto há muitos anos pode cansar do relacionamento.

A teoria da metáfora conceptual apresenta outros pontos importantes tais como:

- Não há verdades absolutas, visto que as metáforas são culturais, resultantes de mapeamentos relevantes para certas civilizações ou ideologias;

- Metáfora, nessa teoria, é sinônimo de metáfora conceptual. Para se referir às metáforas efetivamente produzidas, faz-se necessário usar o termo “expressão metafórica”.

- Metáfora é uma representação mental, pois existe na mente e atua no pensamento. É abstrata, mas sua existência materializa-se na fala e na escrita por meio das expressões metafóricas.

- As expressões metafóricas são geradas pelas metáforas conceptuais automaticamente.

- As metáforas conceptuais são convencionais e inconscientes, não se parecem com as metáforas, tradicionalmente definidas como uma figura de linguagem. Desse modo, se confundem com o senso comum.

- São as metáforas conceptuais que possibilitam as expressões metafóricas.

- As metáforas conceptuais são culturais e, nesse sentido, refletem a ideologia e o modo de ver o mundo de um grupo de pessoas. Elas não são individuais.

- O corpo humano é a origem de muitas metáforas conceptuais, ou seja, geralmente há uma experiência humana física, corporal, por trás dessas metáforas.

- Pode acontecer de uma metáfora conceptual ser também uma expressão metafórica, como por exemplo: TEMPO É DINHEIRO que licencia expressões metafóricas como ‘economizar tempo’; ‘gastar tempo’; ‘perder tempo’ e a própria ‘tempo é dinheiro’.

É importante ressaltar, conforme Sardinha (2007), que há uma abordagem recente para o estudo de metáforas, cujos pressupostos teóricos ainda não estão formalizados. Essa corrente tem recebido a designação de metáfora sistemática, devido à crença de que as metáforas recorrentes devem ser o ponto de partida, para o estudo das metáforas que sistematicamente indiquem que os participantes de alguma interação estão ativando algum tipo de representação metafórica mental. Essa corrente de pesquisa teve início com Lynne Cameron (2000), devido a principalmente dois fatores: contraposição à teoria conceptual da metáfora e maior disponibilidade de dados sobre o uso da linguagem, principalmente em formato digital (corpora eletrônico), facilitando, a partir de programas de computador adequados, a percepção da sistematicidade do uso da metáfora.

Conforme podemos observar, os estudos referentes à metáfora têm mostrado que esta deixou de ser tratada apenas como uma figura de linguagem, um recurso retórico, passando a assumir o status de processo cognitivo, meio natural para estruturar o pensamento.

1. Comparações com animais e metáforas zoomórficas em “Vidas secas”.

Antes de iniciarmos nossa análise, é interessante tecermos algumas considerações sobre as metáforas zoomórficas e as comparações com animais, visto ser este o tema de nossa pesquisa.

Como mencionamos mais acima, na língua há sempre a necessidade de se apresentar ideias abstratas de forma concreta e sintética. Para isso o homem se serve das metáforas como meios econômicos de expressão e de transmissão desses conceitos. Assim, o uso de comparações e metáforas ocorre em todos os níveis de linguagem.

De acordo com Cardoso (2007), comparar o homem a animais é uma prática comum na vida cotidiana e a utilização de metáforas zoomórficas, referindo a pessoas, pode ocorrer de forma positiva ou pejorativa. A autora ressalta que é na expressão pejorativa que os nomes dos animais acabam sendo mais utilizados, referindo-se a características físicas e psicológicas. A metáfora conceptual **HOMEM É ANIMAL** possibilita inúmeras expressões metafóricas relacionadas à aparência, ofensa, delinquência, vaidade, inteligência; entre outros aspectos.

A transferência de características de animais para seres humanos, principalmente no que diz respeito à expressão de pejoratividade, está diretamente associada à atribuição de juízos de valor, segundo Cardoso.

Conforme mencionado mais acima, verificamos – na obra “Vidas secas – 44 expressões que associam o homem a um animal; predominando, nessas associações, a comparação com animais. Devido a espaço, não será possível analisar todas as expressões. Faremos, portanto, um recorte, privilegiando a personagem Fabiano visto ser ela a personagem protagonista.

É importante ressaltar que os excertos, selecionados para análise, foram retirados da obra Vidas secas 54ª ed., Rio, São Paulo, Record, 1985.

2. Identificação de Fabiano com animais: metáforas zoomórficas.

- Você é um bicho, Fabiano. (p.18)

Era um bicho resistente, calejado Tinha nervo, queria brigar, metera-se em espalhafatos e saíra de crista levantada. (p.106)

Não havia meio de introduzir o diabo do calcanhar no tacão. A um arranco mais forte, a alça de trás rebentou-se, e o vaqueiro meteu as mãos pela borracha, energicamente. Nada conseguindo, levantou-se resolvido a entrar na rua assim mesmo, coxeando, uma perna mais comprida que a

outra. Com raiva excessiva, a que se misturava alguma esperança, deu uma patada violenta no chão.(p.73)

Se topasse o soldado amarelo, esbodegava-se com ele. Andou entre as barracas, emproado, atirando coices no chão, insensível às esfoladuras dos pés. (p.78)

Fabiano, que não esperava semelhante desatino, apenas grunhira: - "Hum! hum!" (p.40)

Fabiano estranhou a pergunta e rosnou uma objeção. (p.121)

Mas então ... Fabiano estirava o beico e rosnava. (p.105)

Tabela 1. Traços de identidade entre Fabiano e bichos.

Termo A = real	Termo B = imaginário	Traços semelhantes
Fabiano	Um bicho	+ instinto, + ferocidade, + resistência; - humano
	Patada violenta = cavalo	+ instinto, + violência,+ irracionalidade, + patas
	Atirando coices = cavalo	+ instinto, + violência ,+ irracionalidade, + patas
	Grunhira =voz do porco ou o javali	+ instinto, + animalização, - voz humana
	Beico rosnava/rosnou (cachorro)	+instinto, +ferocidade, + animalização, - voz humana
	Crista (galo)	+instinto, +resistência, +imponência, + briguento.

Poderíamos afirmar, a partir da tabela 1, que as expressões metafóricas acima foram licenciadas pela metáfora conceptual O HOMEM É UM ANIMAL RACIONAL; porém, acreditamos em que se esse homem vive num ambiente hostil, em condições mínimas de sobrevivência; esse homem vai perdendo os traços humanos, transformando-se num bicho, conforme os versos do poeta Augusto dos Anjos “O homem, que, nessa terra miserável, / Mora, entre feras, sente inevitável/ Necessidade de também ser fera” (ANJOS, 1997, p. 87). Desse modo, a nossa cultura possibilita inferirmos outra metáfora conceptual O HOMEM É UM BICHO NO MEIO HOSTIL. Nesse sentido, essa metáfora possibilita os seguintes desdobramentos ou inferências:

- Se o homem é um bicho no meio hostil, logo esse meio determina o comportamento do homem.
- O meio hostil transforma o homem em bicho.

- O homem só sobrevive num meio hostil se “virar” bicho.
- Fabiano é um homem que se identifica e é caracterizado como um animal,

conforme a seletividade lexical: **“um bicho, patada violenta, atirando coices, grunhira, beijo rosnava/rosnou, crista”**.

Acreditamos em que e as expressões metafóricas, em análise, foram motivadas, principalmente, pela metáfora conceptual – O HOMEM É UM BICHO NO MEIO HOSTIL. Entretanto, apesar de Fabiano ter uma vida seca, em todos os sentidos, – seca de água, seca de amor, seca de conhecimento letrado, seca de socialização – ele ainda não virou uma fera, apresentando certa “humanidade”, conforme podemos observar nos fragmentos abaixo da obra “Vidas secas”.

Pelo espírito atribulado do sertanejo passou a idéia de abandonar o filho naquele descampado. Pensou nos urubus, nas ossadas, coçou a barba ruiva e suja, irresoluto, examinou os arredores (...) Fabiano (...) pegou no pulso do menino, que se encolhia, os joelhos encostados no estômago, frio como um defunto. Aí a cólera desapareceu e Fabiano teve pena. Impossível abandonar o anjinho aos bichos do mato (RAMOS, 1985, p.10)

Voavam sempre, não se podia saber donde vinha tanto urubu (...) Olhou as sombras movediças que enchiam a campina. Talvez estivessem fazendo círculos em redor do pobre cavalo esmorecido num canto de cerca. Os olhos de Fabiano se umedeceram. Coitado do cavalo. Estava magro, pelado, faminto e arredondava uns olhos que pareciam de gente (RAMOS, 1985, p.124)

As expressões metafóricas apontam que a personagem Fabiano, ainda não perdeu todos os traços de “humano”, mas as características de animais vão cada vez mais se incorporando a ele, conforme podemos perceber na análise dos símiles mais abaixo. Reiteramos que o processo de “animalização” deve-se à agressividade do meio, à subcondição de vida, à falta de conhecimento intelectual, à falta de perspectiva que o imobilizam e fazem-no agir por instinto como as aves de arribação, por exemplo.

3. Semelhanças de Fabiano com animais: símiles zoomórficos.

Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado. (p.19)

O corpo do vaqueiro derreava-se, as pernas faziam dois arcos, os braços moviam-se desengonçados. Parecia um macaco. (p.19)

Estava escondido no mato como tatu. Duro, lerdo como tatu. Mas um dia sairia da toca, andaria com a cabeça levantada, seria homem. (p.24)

Não, provavelmente não seria homem: seria aquilo mesmo a vida inteira, cabra, governado pelos brancos, quase uma rês na fazenda alheia. (p.24)

O que o segurava era a família. Vivia preso como um novilho amarrado ao mourão, suportando ferro quente. Se não fosse isso, um soldado amarelo não lhe pisava o pé não. O que lhe amolecia o corpo era a lembrança da mulher e dos filhos. Sem aqueles cambões pesados, não envergaria o espinhaço não, sairia dali como onça e faria uma asneira. Carregaria a espingarda e daria um tiro de pé de pau no soldado amarelo. (p.37)

Interessou-se pelo vôo dos urubus. Debaixo dos couros, Fabiano andava banzeiro, pesado, direitinho um urubu. (p.51)

De perneiras, gibão e guarda-peito, andava metido numa caixa, como tatu, mas saltava no lombo de um bicho e voava na catinga. (p.75)

O amo abrandou, e Fabiano saiu de costas, (...) afastou-se tropeçando, os sapatões de couro cru batendo no chão como cascos. (p.94)

Aquilo ganhava dinheiro para maltratar as criaturas inofensivas. (...) O rosto de Fabiano contraía-se, medonho, mais feio que um focinho. (p.101)

A raiva cessou, os dedos que feriam a palma descerraram-se - e Fabiano estacou desajeitado, como um pato, o corpo amolecido. (p.102)

Dois excomungados tinham-lhe caído em cima, um ferro batera-lhe no peito, outro nas costas, ele se arrastara tiritando como um frango molhado. (p.102)

Os pés calosos, duros como cascos, metidos em alpercatas novas, caminhariam meses. (p.121)

Derreado, bambo, espichava-se e roncava como um porco. (p.98)

Tabela 2. Traços de semelhança entre Fabiano e bichos.

Comparado	Comparante	Termo análogo	Nexo gramatical
Fabiano	um bicho	entocara-se	como
Fabiano	uma rês	governado ...	quase
Fabiano	novilho	preso/amarrado	como
Os sapatões	cascos	batendo no chão	como
Os pés	cascos	duros	como
Fabiano	um tatu	escondido/duro/lerdo	como
Fabiano	tatu	metido numa caixa	como
Fabiano	um macaco	desengonçado	parecia
Fabiano	um porco	roncava	como
Rosto ...	um focinho	feio	mais que
Fabiano	um pato	desajeitado	como

Fabiano	um frango molhado	tiritando	como
Fabiano	um urubu.	banzeiro, pesado	direitinho
Fabiano	uma onça		como

De acordo com Ullmann (1987), há tanto no *símile* quanto na *metáfora* a presença de dois elementos com traços significativos comuns. Nesse sentido, podemos afirmar que o *símile* também é motivado pela *metáfora* conceptual mencionada mais acima: O *HOMEM É UM BICHO NO MEIO HOSTIL*. Entretanto, no *símile* preserva-se a significação de cada um dos elementos e exige uma reflexão analítica em grau superior de intelectualização, dando destaque a um traço mais significativo, conforme postulado por Carvalho.

Podemos observar que ao explicitar o termo análogo (*vide* tabela 2), o autor expressa a ideia de forma mais incisiva, enfatizando em Fabiano determinada característica de um animal em detrimento de outras. A seletividade lexical dos termos análogos, de modo geral, é avaliativo-pejorativa – **entocara-se, governado, preso/amarrado, escondido/duro/lerdo, duros, metido numa caixa, desengonçado, roncava, feio, desajeitado, tiritando (tremendo), banzeiro, pesado**. Essa seletividade permite-nos inferir que o meio hostil está reduzindo esse homem a um bicho, mas a um bicho “domesticado” como uma *rês* governada pelo dono; entretanto esse “bicho”, em determinados momentos, gostaria de ser selvagem “como uma onça”.

É interessante observarmos que ao destacar semelhanças entre Fabiano e um animal, o autor explicita a característica negativa do animal; contudo, não ressalta as características da onça, tais como: +ferocidade, +agilidade, +força, +grande porte. Acreditamos em que isso se deve ao fato de Fabiano não possuir tais características.

Considerações finais

A partir do apresentado, chegamos às seguintes constatações:

As expressões metafóricas zoomórficas são motivadas pelas metáforas conceptuais: O *HOMEM É UM ANIMAL RACIONAL* e O *HOMEM É UM BICHO NO MEIO HOSTIL*. Essas metáforas conceptuais são culturais, pois, consoante postulado por Sardinha (2007, p.33) refletem a ideologia de um grupo de pessoas, e conforme já mencionamos, “a comparação entre seres humanos e animais sempre foi comum em nossa sociedade” (CARDOSO, 2007, p.61). Porém, essas

comparações apontam, de modo geral, apenas um traço identificatório com um bicho. Entretanto, o autor da obra em análise vai mais além, pois ao construir a identidade da personagem Fabiano, mostra que o meio hostil transforma o homem em bicho “frankstein”, uma vez que Fabiano vai “incorporando” características de vários animais.

A construção identitária, da referida personagem com um bicho, vai se revelando por meio de comparações em que se destacam a similaridade entre os dois elementos – o comparado e o comparante – e o termo análogo entre os dois elementos, de modo geral, é um adjetivo com traços semânticos negativos.

De acordo com Cardoso, quando fazemos a transferência de características de animais a seres humanos, principalmente no sentido pejorativo; a associação está diretamente ligada a juízos de valor. Tais juízos de valor ficam claros a partir da seletividade lexical referente aos animais e às características desses animais atribuídas à personagem.

Todavia, acreditamos em que esses juízos de valor vão além da personagem caracterizada, ou seja, esses juízos de valor não têm a mera função de caracterizar depreciativamente a personagem, eles visam despertar uma reflexão crítica nos leitores de nossa sociedade, cujos governantes fazem “nada” para evitar que pessoas nas condições de Fabiano se transformem em animais. Aliás, a única forma de resistirem e sobreviverem no meio em que se encontram, é se tornarem “bichos”, conforme Fabiano: “- Você é um bicho, Fabiano. Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades. Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado” (RAMOS, 1985, p. 18).

Referências

- ANJOS, A. *Antologia poética*. São Paulo: PubliFolha, 1997. p. 87
- CARDOSO, E. A. É o bicho! In: *Revista Língua Portuguesa*, ano II, nº. 21, 2007. p. 60- 61
- CARVALHO, J. H. *Estudos linguísticos*. Coimbra: Atlântida Editora, S.A.R.L., 1969. Vol.2
- CRESSOT, M. *O estilo e suas técnicas*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- HOUAISS, I.A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0.5a*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. CD-ROM
- MARTINS, N.S. *Introdução à estilística*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.
- RAMOS, G. *Vidas secas*. 54ª ed., Rio, São Paulo, Record, 1985.
- SARDINHA, T. B. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007.
- ULLMANN, S. *Semântica*. Uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekin, 1987.

ABSTRACT

In the language it always has the necessity of if presenting abstract ideas of concrete and synthetic form. For this the man if serves of the metaphors as economic resources of expression and transmission of these concepts. Thus, the use of comparisons and metaphors occur in all the language level. In the work "Vidas secas" not only there plows the characters' the lot of comparisons with animals, but there also the lot of metaphors animals that attribute identity to the characters, mainly to the protagonist Fabiano. In this sense, this article, based on the studies of the lexical stylistic, has for objective to verify as the use of those expressive resources they contribute with the construction of the identity of the personage Fabiano.

Keywords: *style; metaphor; simile; lexicon; identity.*

O silêncio do outro lado de *A barca de Gleyre*? Ah! As tão esperadas cartas de Godofredo Rangel...

Camila Russo de Almeida Spagnoli¹

RESUMO

Objetos de estudo em diversas áreas, as cartas têm cada vez mais despertado o olhar tanto de leitores como de pesquisadores que, na busca de elementos que revelem traços autobiográficos, da criação artística ou até mesmo dos bastidores da vida de determinado período, recorrem ao texto epistolar como fonte de pesquisa. As missivas de Monteiro Lobato (1882-1948) a Godofredo Rangel (1884-1951) estão reunidas em A barca de Gleyre (1944), sendo o outro lado desta correspondência considerado uma espécie de lacuna. Entretanto, algumas cartas de Rangel foram publicadas, em 1984, no Suplemento Literário de Minas Gerais. O trabalho levanta algumas das relações e dos diálogos entre as cartas de Lobato e as até então inéditas de Rangel, sem perder de vista a discussão de aspectos do próprio gênero em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Monteiro Lobato; Godofredo Rangel; Suplemento Literário de Minas Gerais; epistolografia; crítica genética.

Introdução

A vasta correspondência de Monteiro Lobato permite reunir diferentes perspectivas deste escritor que se cartou com parentes, amigos e intelectuais. Em *A barca de Gleyre*, publicada em 1944, encontram-se apenas reunidas as cartas endereçadas a Godofredo Rangel, tendo essa conversa escrita permanecido por mais de quarenta anos. Entretanto, dessa relação epistolar é conhecido certo “fantasma” que assombra leitores e principalmente pesquisadores: as cartas escritas por Rangel. Diferentes hipóteses são atribuídas em torno da não publicação, aumentando ainda mais a atmosfera de mistério ante *A barca*.

Porém, dezessete cartas, dadas a público em 1984, devem saciar um pouco a curiosidade suscitada pelo silêncio que recobre as tão aguardadas respostas de Rangel.

Para contribuir com o suspense desta intrigante lacuna epistolar, um pouco de calma e história antes de conhecer as tais cartas!

¹ Mestranda em Culturas e Identidades Brasileiras pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof.^a Dra. Telê Ancona Lopez. camilarusso@yahoo.com.br

José Godofredo de Moura Rangel nasceu na cidade mineira de Três Corações em 1884, tornou-se amigo de José Bento Monteiro Lobato durante o período em que cursava Ciências Jurídicas e Sociais no Largo São Francisco. Publicou os romances *Vida ociosa* (1920), *Falange gloriosa* (1955) e *Os bem casados* (1955), os volumes de contos *Andorinhas* (1922) e *Os humildes* (1944), as obras infantis *Um passeio à casa de Papai Noel* (1943) e *Histórias do tempo do onça* (1943), assim como a novela *A filha* (1929) e uma gramática *Estudo práctico de Português* (1917)².

Em *A barca de Gleyre*, acha-se reunida somente a correspondência ativa de Lobato endereçada a Godofredo Rangel. As cartas cobrem o período 1903-1948, sendo o primeiro documento um bilhete (sem data e organizado em volume no ano de 1903) e o último, uma carta de 23 de junho de 1948, doze dias antes da morte de Monteiro Lobato.

As cartas remetidas a Rangel dispõem as múltiplas facetas lobatianas. Ali está o jovem estudante de Direito que convive com o leitor de romances franceses, cujas leituras se diversificam para a construção do contista que estreia em 1918 com *Urupês*. A partir da compra da *Revista do Brasil*, enceta uma trajetória revolucionária na produção do livro no país. Cresce o intelectual engajado que solta a voz na campanha em defesa do ferro e do petróleo. Na maturidade, cheio de recordações, encerra sua longa conversa epistolar.

Conhecidas nossas são as cartas de Monteiro Lobato. Entretanto, há sempre algumas que devem ser feitas quando se pensa nesta amizade escrita: O que aconteceu com as cartas de Godofredo Rangel? Por que elas não foram publicadas? Estas cartas existem de fato? Se existem, com quem estão?

As respostas são variadas e apontam caminhos próprios da genética epistolar. No texto “Qual genética para as correspondências?”, José-Luis Diaz refere-se às cartas “fantasmas”:

Em matéria epistolar, os fantasmas são as cartas hoje perdidas, que não possuem senão uma existência hipotética, mas cuja presença virtual se deduz, certamente, através de outras cartas que fundamentam sua existência – seja pela simples alusão, seja às vezes por citações (DIAZ, 2007, p.129).

² RANGEL, Godofredo. *Vida ociosa*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1920. -

_____. *Falange gloriosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

_____. *Os bem casados*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

_____. *Andorinhas*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1922.

_____. *Os humildes*. São Paulo: Universitária, 1944.

_____. *Um passeio à casa de Papai Noel*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943.

_____. *Histórias do tempo do onça*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943.

_____. *A filha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929.

_____. *Estudo práctico de Português*. [S. l. : s. n.], 1917.

Constituirão um verdadeiro caso de fantasma epistolar as cartas de Godofredo Rangel a Lobato? Eis que parte dessa obscuridade parece ser iluminada nas páginas do *Suplemento Literário* mineiro. É desse silêncio quebrado que se trata este texto.

1. Em cena: Godofredo Rangel

Organizados por Márcio Sampaio, dois números especiais do *Suplemento Literário* são dedicados a Godofredo Rangel como forma de prestar homenagem ao escritor no ano de seu centenário³. Por meio da transcrição de artigos críticos, depoimento de amigos e familiares, capítulos de romances, contos, além de materiais inéditos como trechos de obras e de algumas das tão aguardadas cartas a Monteiro Lobato, o *Suplemento* vai delineando aspectos da vida deste mineiro que foi escritor, tradutor, professor e juiz, entre outras atividades.

A não publicação das cartas é assunto que já ocupa as primeiras páginas do *Suplemento*; Segundo o biógrafo Enéas Athanázio⁴, o escritor permanecia tímido mesmo lançando suas obras e recebendo diversas críticas literárias, de modo que também expressava essa timidez na atitude que tinha diante de uma possível publicação de suas cartas. Após ter sugerido que Lobato organizasse a própria correspondência e deste tê-la reunido em *A barca de Gleyre*, Rangel, mesmo em meio a tantos pedidos, não dá as suas cartas ao público:

O mineiro, no entanto, recusa-se, incompreensivelmente, a publicá-las [as cartas]. O autor da sugestão não cede aos rogos e à argumentação dos amigos. Vai além: proíbe que seu filho, o Dr. Nello Rangel, as publique após a sua morte⁵.

Uma das razões que o escritor aponta para que as cartas não tenham sido publicadas é o fato de que Rangel as considerava sem interesse especial em seu conteúdo e que apenas provocaram as excelentes respostas de Lobato. Ademais, é curioso notar que ele não escreve nem o prefácio para *A barca de Gleyre*, deixando a tarefa a Edgard Cavalheiro.

Cabe lembrar que o primeiro plano para a publicação da correspondência era de saírem juntas tanto as cartas de Lobato quanto as de Rangel, porém, foi decidido que primeiro se lançariam apenas as do autor de *Urupês*:

Minha ideia no começo era dar as tuas e as minhas [cartas] juntas, articuladas, mas vi que isso iria estragar tudo. Para quem está de fora, tem muito mais interesse uma conversa

³ Cf. SAMPAIO, Márcio (org). *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 947, 24 nov. 1984.

Suplemento Literário de Minas Gerais, Belo Horizonte, ano 19, n. 948, 1º dez. 1984.

⁴ ATHANÁZIO, Enéas. *Godofredo Rangel*. Curitiba: Gráfica Editora, 1977.

⁵ ATHANÁZIO, Enéas. Godofredo Rangel. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 947, p. 4, 24 nov. 1984.

telefônica da qual só ouve um lado; o fato de não ouvir o outro lado força mais a imaginação. Fica um imenso campo de colaboração aberto à imaginativa do auditor. Solto agora as minhas cartas a você; e depois você solta as tuas a mim⁶.

Essa insistência que tinha em não publicar seus textos, não só as cartas, mas também sua obra, perpassa a trajetória literária de Rangel, aspecto este que é testemunhado em *A barca de Gleyre*. Os pedidos de Lobato para a publicação de contos e romances do amigo são frequentes, principalmente quando está à frente da *Revista do Brasil*, contudo, Rangel parece posicionar-se de maneira diferente: “[...] Quando mandas os originais dos *Bem casados* e da *Vida ociosa* para o lançamento em livro? Anda, mexe-te, vive – sai dessa água verde da Estrela – primaveriza-te, ó toupeira em hibernação!”⁷.

Para Enéas Athanázio, todo esse acanhamento tem suas consequências:

Monteiro Lobato, o amigo e confidente, o “bulldog” da Cainçalha, chegou ao auge da fama literária. Tornou-se extremamente popular, viveu em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Nova Iorque. Ele [Rangel], porém, vegetou em pobres vilocas interioranas, mais ou menos desconhecidas. Não há dúvida, entretanto, que contribuiu para essa situação. Nunca se promoveu ou procurou propagar o próprio nome e a sua obra. Contentava-se, parece, com a posição de “outro lado” do célebre taubateano⁸.

Márcio Sampaio, no texto “A outra barca”, introduz as cartas inéditas no *Suplemento*, além de indicar alguns dos rumos tomados pelos documentos que pertenceram ao escritor:

Aconselhando os filhos que queimassem seus papéis – rascunhos, esboços, tudo que ficara como massa ainda informe de sua literatura, bem como as cartas que, ao longo de quatro décadas, escrevera a Lobato, “por se tratarem de coisas sem valor literário” – Godofredo Rangel dava, ao morrer, mais uma prova de sua proverbial modéstia. [...].

Mas, mineiramente, com esse débil brilho de esperança, abre-se uma brecha que garante a sobrevivência do legado do escritor para o quadro do patrimônio cultural brasileiro: ele próprio, em uma nota afixada na pasta de suas cartas a Lobato, deixa a critério dos filhos a seleção daquilo que lhes parecer literariamente relevante⁹.

O trecho é exemplar para discutir questões relativas à publicação de cartas, ao envolvimento de familiares nas decisões e na conservação do arquivo e, até mesmo, ao valor de levar ao conhecimento público uma conversa epistolar. Aliás, em se tratando das cartas de Rangel, quais foram os critérios adotados para selecionar o *literariamente relevante*, o que deveria ser publicado? As cartas não contribuem para o *quadro do patrimônio cultural brasileiro*? Por que, então, não foram lançadas em livro? Enfim, querelas à parte! Philippe Lejeune, no texto “A quem pertence uma carta”, nos lembra de que “mesmo postada, a carta continua sendo, intelectual e

⁶ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010, p.565. (Carta de São Paulo, 27/10/1943).

⁷ Ibidem, p.435. (Carta de São Paulo, 04/03/1919).

⁸ ATHANÁZIO, Enéas. Godofredo Rangel. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 947, p. 4, 24 nov. 1984.

⁹ SAMPAIO, Márcio. A outra barca. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 948, p. 8, 1º dez. 1984.

moralmente, propriedade de seu autor – e, depois de sua morte, de seus herdeiros, que são os únicos que podem autorizar a publicação [...]”¹⁰.

Fato é que as cartas não saíram em *A barca de Gleyre* e até hoje são desejadas por muitos pesquisadores. Entretanto, é no do *Suplemento Literário de Minas Gerais* que temos acesso à dezessete cartas, até então inéditas, escritas de Rangel para Lobato. Vamos a elas.

2. As cartas discutem as cartas!

Enviadas de diversos lugares do Brasil, as missivas testemunham as mudanças de endereço de Rangel ao longo do tempo: São Paulo, Caldas, Silvestre Ferraz, Campinas, Três Pontas e Belo Horizonte.

Embora menos de vinte cartas não permitam uma análise desses quarenta anos de correspondência como um todo, há alguns possíveis diálogos que podem ser estabelecidos com as respostas de Lobato.

A primeira edição de *A barca de Gleyre* é lançada com Lobato ainda vivo e organizando suas *Obras Completas*, o que nos remete a alguns aspectos intrínsecos ao preparo da edição de cartas para a publicação. Na sessão intitulada “Escusatória”, Lobato nos apresenta a correspondência utilizando-se de um discurso repleto de questões que abrangem o universo dos estudos do gênero epistolar:

Estas cartas se salvaram, das que escrevi a Godofredo Rangel no dilatado espaço de quarenta anos. Quarenta anos do mesmo amigo e mesmo assunto, que fidelidade!... E a consequência foi se tornarem uma raríssima “curiosidade”. Não sei em nenhuma literatura de tão longa correspondência, sobre o mesmo assunto, entre só dois sujeitos.

O gênero “carta” não é literatura, é algo à margem da literatura... Porque literatura é uma atitude – é a nossa atitude diante desse monstro chamado Público, para o qual o respeito humano nos manda mentir com elegância, arte, pronomes no lugar e sem um só verbo que discorde do sujeito. O próprio gênero “memórias” é uma atitude: o memorando pinta-se ali como quer ser visto pelos pósteros – até Rousseau fez assim – até Casanova.

Mas cartas não... Carta é conversa com um amigo, é um duo – e é nos duos que está o mínimo de mentira humana. Ora, como da minha conversa escrita com Rangel se salvassem quase todas as cartas, tive ensejo um dia de lê-las – e sinceramente achei que constituíam uma “curiosidade editorial” de bom tamanho. E que teriam interesse para o público justamente porque ao escrevê-las nunca me passou pela mente que jamais fossem dadas a público. Mas vacilei. Dá-las ou não? Tão íntimo tudo aquilo. Tantas perversidadezinhas para com os amigos, tanta piada para cima do Nogueira – o companheiro que no fundo mais admirávamos... Além de que isso de cartas é sapato de defunto. Depois que o autor morre é que elas aparecem.

¹⁰ LEJEUNE, Philippe. A quem pertence uma carta? In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.) *O pacto autobiográfico*: de Rousseau à Internet. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Pensei, pensei, pensei. Por fim, vá lá. Tenho sérias dúvidas sobre se estou ainda vivo – e se as cartas saírem com a minha revisão de semivivo, apresentar-se-ão podadas de muitas inconveniências que um semimorto já não subscreve¹¹.

Referidas como uma “curiosidade editorial”, Lobato alude à personagem de *Memórias Póstuma de Brás Cubas*, de Machado de Assis, para confessar a edição ou as edições feitas com vistas à publicação. Qual imagem queriam passar de si? Para isso, o quanto foram alteradas e recortadas? Só Lobato e Rangel o sabem!

A ideia de reunir a correspondência em livro aparece em diversas passagens ao longo de *A barca de Gleyre*:

Falas tanto nas minhas cartas que estou na suspeita de que se encham de coisas boas pelo caminho. Chegas a insistir na absurda ideia da publicação! Estou curioso de relê-las e verificar que enxertos são esses, tão do teu agrado. Se eu fosse o Frango Sura ou outro qualquer dos muitos que te desconhecem a sutilíssima ironia, era provável que me iludisse. Mas conheço-me e também te conheço, meu tranca. E digo como o malandro: “Não brinca, mano”. Dois quilos de cartas. Quanto nonsense nelas, quanto sonhinho tolo! Mas desempenharam uma grande missão. Com o trocá-las anos a fio, e escrever-nos virou-nos hábito, e bom hábito – e a vida é uma sedimentação de hábitos¹².

Reli as cartas minhas que mandaste, e que saudades tive do que já lá vai nesses treze anos de palestra pelo correio! Saudades... Pela primeira vez ponho aqui esta palavra. E sabe o que no fundo quer isso dizer? Velhice... [...] Poucas correspondências haverá como a nossa, tão longa e tão fora do mundo. [...] Façamos de nossas cartas duas cópias a máquina bem batidinhas, em bom papel, para as relermos na velhice. São, afinal de contas, as nossas memórias íntimas – mas memórias só para nós. Nem nossos filhos entenderão o que fomos um para o outro¹³.

Que ideia sinistra a tua, de publicarmos as minhas cartas! Seria dum grotesco supremo, porque cartas só interessam ao público quando são históricas ou quando oriundas de, ou relativas a, grandes personalidades. No nosso caso não há nada disso: não são históricas e nós não passamos de dois pulgões de roseira – eu, um pulgão publicado; você, um pulgão inédito. O interesse que achas nas tais cartas é o interesse da coruja pelas peninhas dos seus filhotes. Formam um álbum de instantâneos da nossa vida. Mas o público quer penas de pavão, plumas de avestruz ou aigrettes de garça não quer peninhas de filhote de coruja. Todos iriam rir-se de nós, além de que estão cheias de maldadezinhas endereçadas a amigos e conhecidos, sobretudo por mim, que tenho a mania de arrasar tudo, a começar por mim mesmo. Não. Varra com a ideia.¹⁴

Fui mexer na minha tremenda papelada epistolar e tonteei. É coisa demais. É um mundo. Pus a Ruth¹⁵ separando aquilo e classificando por ordem de data – é o primeiro passo. O segundo será separar certas cartas, como as tuas, que são as mais numerosas; e como por milagre tenho aqui as minhas, estou vendo que desse passo vai sair coisa grossa e talvez muito interessante. Desconfio, Rangel, que essa nossa aturada correspondência vale alguma coisa. É o retrato fragmentário de duas vidas, de duas atitudes diante do mundo – e o panorama de toda uma época. Literatura, história e mais coisas. [...] Bom. Esta vai apenas para te comunicar que meti mãos á mina. Quando estiver tudo datilografado, você

¹¹ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010.

¹² Ibidem, p. 378. (Carta da Fazenda, 29 de outubro de 1916).

¹³ Ibidem, p.380 e 381. (Carta da Fazenda, 05 de novembro de 1916).

¹⁴ Ibidem, p. 440. (Carta de São Paulo, 26 de maio de 1919).

¹⁵ Refere-se à Ruth Monteiro Lobato (1916 – 1972), sua última filha.

vai se assombrar, e verificar que éramos muito mais interessantes nos bastidores epistolares do que no palco – e juntos penetraremos na posteridade [...] ¹⁶.

Achei ótima a ideia de você mesmo bater na máquina as tuas cartas. Farei isso às minhas, e assim as depuraremos dos gatos, do bagaço, das inconveniências. Deixaremos só o bom – como as canas de chupar que a gente atora a ponta e o pé. Depois decidiremos sobre o que fazer. Imagine uma edição de Cartas Nossas em dois ou três volumes, coisa que nunca foi feita neste país!

Não posso formar opinião definitiva antes da datilografia de tudo, da poda das pontas e pés e da “limpeza” raspagem da cana. Numa das tuas há uma pequenina confissão que se sair impressa te deixa raso aí em Belo Horizonte. Aquela historia do... ¹⁷

Os trechos mostram, em um primeiro momento, como a ideia de publicar as cartas parecia absurda a Lobato, de modo que, após pensar no assunto e retomá-lo com o amigo, decide mergulhar no projeto de organizá-las. Verifica-se também referências à materialidade dos documentos, inicialmente escritos à mão e posteriormente datilografados.

Ademais, Lobato brinca com a própria ideia da esfera íntima e confessional de uma correspondência quando, cheio de irreverência, escreve sobre a *poda das pontas e pés* e da “limpeza”, *raspagem da cana*, remetendo novamente à edição pela qual as cartas deveriam passar. E, mesmo com a conclusão de que se tratam de memórias íntimas, Lobato mostra sua percepção visionária ao decidir publicar sua conversa epistolar não só por trazer em si aspectos de sua vida e de Rangel, mas por reunir um retrato da época. Como leitor de cartas, nosso escritor é arguto e sabe que lançar a correspondência em livro auxiliaria na trajetória para a posterioridade.

Em sendo assim, *A barca de Gleyre* parece testemunhar a própria gênese da publicação das cartas. Porém, é preciso atentar-se de que esta é apenas a perspectiva de Lobato, sendo desconhecido o outro lado do diálogo e apenas inferido através das respostas dadas. Nesse sentido, o *Suplemento Literário*, em duas das cartas inéditas, dá voz a Rangel frente ao preparo da edição. Em 15 de outubro de 1916, Rangel escreve:

Acabei de ordenar mais ou menos tuas cartas. Fazem um pacote de uns dois quilos. Impressos, dariam uns cinco volumes a Charpentier. Cá estão ao teu dispor. Foi meu compêndio de estética. Você e o Ricardo foram os meus dois iniciadores, você tem continuado o que ele encetou, arrancando-me da mão romances de fancaria e orientando-me o gosto pela boa leitura. Tuas cartas são um curso completo, e mais uma vez te lembro que ali tens massa para um livro de arte maciça, condensada, além de outros de prosa leve, que seduzem pela naturalidade do dizer, aliada à sutileza do conceito – segredo que Anatole possui tão bem e que mais ganham como coleção de cartas. Se escrevesse um romance em cartas farias uma nova “Melle. de Maupin” que peca por ser mais romance que epístolas, se é que neste romance pode haver algo frágil ¹⁸.

¹⁶ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010, p. 558 e 559. (Carta de São Paulo, 05 de setembro de 1943).

¹⁷ Ibidem, p. 560. (Carta de São Paulo, 15 de setembro de 1943).

¹⁸ SAMPAIO, Márcio (org.). 40 anos de correspondência. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 948, p.10, 1º dez. 1984. (Carta de 15/10/1916).

A leitura deste fragmento em diálogo com o conjunto de *A barca de Gleyre*, principalmente com a carta de 29 de outubro, 1916, revela que o plano de publicação possivelmente partiu de Godofredo Rangel ao dispor e ordenar os tais dois quilos de cartas. É também o mineiro quem enxerga nas cartas assuntos de valor literário quando se refere a elas como *compêndio de estética e curso completo*.

Pouco mais de um ano, em 21 de novembro de 1917, o assunto é retomado:

Daqui uns tempos, se tiver pachorra e houver encontrado um bom plano de coordenação, quero ver se tiro um livro teu das tuas cartas. Manda-mas logo que possas, que preciso delas para rever algumas velhas coisas que me interessam. Creio que é legítima velhice esse gosto de reler e mexer em papéis velhos... Ou será sintoma de cabeça assentada. Quando a gente se desilude de esperar belas coisas do Futuro, vê que essas belas coisas já nos passaram despercebidas entre as mãos sôfregas: volvemos então a remexer no bric-à-brac do passado, onde encontramos o melhor do que buscávamos. Mas já é muito misticismo para uma só carta¹⁹.

A definição da carta como partilha parece muito bem se adequar a correspondência entre Lobato e Rangel. Através dos excertos, observa-se que as cartas chegam aos destinatários; passa-se um tempo e, para serem relidas, elas voltam aos seus respectivos remetentes; e, por meio desta última citação, há um terceiro momento de troca quando Rangel pede novamente as cartas de Lobato para relê-las.

Enquanto o autor de *Os humildes* sugere a ideia de publicar as respostas do amigo, ele deixa entrever em seu discurso o pouco valor que dava à sua própria correspondência, chegando a queimá-la. Neste caso, não se refere às cartas enviadas a Lobato, mas a Bárbara Pinto de Andrade, com quem se casou em 1906:

Quis tentar esta seleção em minhas cartas de amor_ vi porém que o gênero não se prestava, dado o estado de estupidez e, que fica atacado o correspondente, e acabei, depois de relidas à Bárbara, para renovação de estudos d'alma antigos, e acabei por fazer delas um fogueirão, que não deflagrou menos intensamente que a labareda que as incendiava interiormente (...)²⁰

Além da própria gênese de *A barca de Gleyre*, algumas das cartas testemunham fases do processo de criação de Monteiro Lobato e até mesmo de Rangel.

3. Gênese a quatro mãos

¹⁹ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010, p.10. (Carta de 21/11/1917).

²⁰ SAMPAIO, Márcio (org.). 40 anos de correspondência. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 948, p.10, 1º dez. 1984. (Carta de 15/10/1916).

Ao longo da correspondência, verifica-se que, como parte do processo de escrita, ambos os escritores trocavam impressões sobre sua produção literária, enviando um ao outro as diversas versões manuscritas para receber sugestões, críticas e discutir aspectos da criação. Em 1910, Rangel escreve:

Dei-me um mês de férias para me refazer da fadiga dos “Bem Casados”. Estou como se estivesse vindo de uma longa viagem de dois meses sem tréguas: e é estremunhado que estudo autos em atraso e releio a jornalada amontoada: ao mesmo tempo, com alvoroço contente de estudante que passou no exame, recomeço o português, prosseguindo na quarta leitura dos “Lusiadas” e relendo o “D. Quixote” do Jornal do Brasil, com dois volumes do Anatole à espera.

Recomeçar a escrever-te é um prêmio que me concedi.

Quando digo que passei em exames, não elogio com isso meu manuscrito: nem tão pouco o detraio, pois sobre ele não tenho juízo: bem como uma parreira não sabe dizer se são boas ou más os cachos que produz. Espero tua apreciação para ver claro: e depois do mês de esparecimento, vou operar a refusão do oito, caso o aproves, ou começar o nº 13, se o condenares.

(...)

Penitencio-me de uma frase que lá ficou atrás armando efeito: como uma parreira etc. Quero dizer que me sinto confuso para dizer se o livro é bom ou mau, oscilando entre estes dois juízos²¹.

O livro ao qual se refere, *Os Bem Casados*, é publicado postumamente em 1955; a distância cronológica que separa o ano em que a carta foi escrita, 1910, e quando o romance é publicado, já mostra o quanto o escritor demorou-se frente às diversas fases pelas quais passou seu texto até a publicação. Momentos de pausa diante do manuscrito seguidos de uma retomada da escritura literária caracterizam o processo de construção, bem como pedir a opinião de Lobato sobre o trabalho em andamento. Por meio da metáfora da parreira, Rangel alude ao próprio fazer literário e as dificuldades da escrita, de modo que o escritor não se sente confortável para opinar sobre sua própria criação, tornando o outro, seu leitor amigo e crítico, peça fundamental na avaliação da matéria produzida. Outra prática que passa a ser conhecida é a numeração dos textos antes de serem intitulados, método este semelhante ao adotado por Lobato.

Há também no *Suplemento* a carta de 21 de novembro de 1917 na qual a produção de Rangel é assunto:

[...] Quanto à literatura, procuro restaurar o velho hábito de terminar “números”. Acabei hoje meu livro de contos. Chamo “livro” apenas por espírito de coordenação e coleção. É o que há de menos livro, pelo disparatado da feitura de várias peças: “A Desforra”, trágico-fluvial, uma pasmaceria galinácea, uns derretimentos de “Tatá”, e mais matéria velha, tendo apenas que não conheces uns três contos, que não te mando por achá-los pouco dignos de uma viagem tão longa. [...]

²¹ SAMPAIO, Márcio (org.). 40 anos de correspondência. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 948, p.9, 1º dez. 1984. (Carta de 06/a?/1910).

Agora vou ver nestas férias colegiais se tiro meu nº 5 do velho manuscrito dos “Bem Casados”. Depois um livro de crítica aos pedacinhos, depenando um livro, com notas à margem, desligados, evitando sínteses e generalidades: frisar o mais interessante. Depois um livro de reflexão e anedotas, uma espécie de mosaico²².

Embora não esteja disponibilizado no *Suplemento Literário* um número expressivo de cartas, torna-se possível avançar nas pesquisas sobre a obra de Rangel, que ainda permanece pouco estudada.

Ao recorrer às cartas de *A barca de Gleyre*, encontram-se diversas passagens em que Lobato comenta sobre *Vida Ociosa*, desde as fases de construção do texto até as edições com vistas à publicação em 1920, pela editora Monteiro Lobato & Cia. Após diversos pedidos, o amigo editor não só comemora a decisão de lançar o livro de Rangel como amplia os planos e pretende projetá-lo simultaneamente em território estrangeiro:

Ora até que enfim resolves soltar a Vida Ociosa! Vais ver o sucesso. Antes, porém, de tratar comercialmente a coisa, vou explicar-te onde estamos e ao que vamos. [...] Ora, tudo isto para te dizer que podemos lançar também lá [na Argentina] a tua Vida Ociosa. Ao mesmo tempo aqui e em Buenos Aires. E este fato forçará aqui a atenção do público. Que tal? Manda-me os originais definitivos para calcularmos o custo da edição e fazermos proposta. Estou ansioso por te ver no giro²³.

O entusiasmo de Lobato parece não encontrar no interlocutor a mesma disposição:

Quanto a meu livro, segura breve (o “Vida Ociosa”) para que o edites em volume se ainda te mantiveres na mesma atrevida intenção. Vais talvez arriscar dinheiro impróprio e, o que é pior, dinheiro da Sociedade que organizaste. Por isso, quando eu te mandar os originais, pensa bem antes, para que evites malogro daquela natureza para ti e remorsos para mim²⁴.

As cartas de *A barca de Gleyre* auxiliam na tarefa de recuperar parte dos diversos caminhos percorridos até a publicação, bem como das vários momentos do processo de edição, inclusive a faceta de Monteiro Lobato como editor e sua presença marcante nos bastidores:

E você, infame? Eu sempre ansioso por lançar-te com todas as zabumbas e não te mexes. Venham logo os originais, que a nossa casinha editora vai de vento em popa – mais que vento: furacão!²⁵

A Vida Ociosa ainda não chegou. Ao receber tua carta falávamos dela, eu e o Menotti: que era um crime deixá-la inédita. Felizmente acordaste e a coisa “evem” vindo. Vou caprichar na edição e dá-la digna do autor.²⁶

A Vida Ociosa ficará para quando estivermos mais folgados. Atualmente somos obrigados a dar execução a uma série de edições contratadas.²⁷

²² LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010, p.10. (Carta de 21/11/1917).

²³ Ibidem, p. 443. (Carta de São Paulo, 06 de julho de 1919).

²⁴ SAMPAIO, Márcio (org.). 40 anos de correspondência. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 948, p.10, 1º dez. 1984. (Carta de Três Pontas, 16/11/1919).

²⁵ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010, p. 447. (Carta de São Paulo, 30 de dezembro de 1919).

²⁶ Ibidem, p. 451. (Carta de São Paulo, 14 de fevereiro de 1920).

²⁷ Ibidem, 452. (Carta de São Paulo, 15 de março de 1920).

Pelo meu programa, a Vida Ociosa entra em cena em junho, e mandarei a última prova para o “repasso de autor”.²⁸

Queria pregar-te uma surpresa: dar a Vida Ociosa pronta quando menos esperasses. Mas o sentimentalismo entrou em conflito com o utilitarismo – e lá vão as provas para o teu repasse final. Falha a surpresa, mas escapas ao perigo de erros por descuido aqui. Creio que entre nós não é preciso contrato. Tudo meio a meio, como já combinamos. Mas é forçoso que cortes aquele final com que toda gente – e com carradas de razão – se implica²⁹.

Vieram as provas. Mandarei segundas. Dos dois títulos, melhor o velho. Bonança! Desenxabido demais. Molenga. Vê se achas coisa mais forte, mais sugestiva.³⁰

Chegaram as provas completas de teu livro. Eu mesmo farei a última revisão, que será simples conferência das correções finais. Vou começar com dois ou três milheiros, e fica combinado que receberás os cobres aqui, pessoalmente³¹.

O retardamento de teu livro veio de que encomendei um prefácio ao Malta e ele demorou um bocadinho. Só amanhã descem para a oficina as provas desse prefácio já revistas – e vinte dias depois teremos o livro.³²

Lobato exerce uma função bem ativa na publicação de *Vida Ociosa*. Outras cartas, enviadas em anos anteriores, revelam os comentários críticos, as alterações e as sugestões. Seu papel de leitor, crítico e editor ora confunde-se com o de próprio escritor:

Recebi *Vida ociosa*. Parece-me aconselhável trocar a simples enumeração dos capítulos, coisa anticomercial, pela denominação dos capítulos, coisa comercialíssima. Acho horripilantemente árido um romance de capítulos numerados. E é fértil o em que cada capítulo tem um titulozinho tentador. Como faz Mestre Machado. O do Léo Vaz também é assim. Tudo que nos livros predispõe bem o público leitor e comprador é agradável a Deus. Se queres, eu mesmo batizo os capítulos – ou então mandas-me daí os nomes³³.

O autor de *Urupês* insiste para que Rangel publique seus textos. Depois que este aceita lançar *Vida Ociosa*, Lobato participa de cada uma das fases: edita, sugere títulos, revisa o texto e até mesmo divulga o livro aos amigos, chegando a encomendar o prefácio ao escritor José Maria de Toledo Malta cujo pseudônimo era Hilário Tácito.

Após o lançamento de *Vida Ociosa*, Rangel escreve a Lobato elogiando o trabalho feito:

Recebi 15 exemplares do “Vida Ociosa”. O trabalho tipográfico está primoroso. Realça-lhe ainda o valor do prólogo. O Minarete já tem uma história narrada a sério por um historiador às direitas. Se o livro não valer por si, valerá pelo prólogo que é, não só uma crônica primorosamente escrita, como um repositório de dados interessantes sobre o pai do Jeca e sua formação literária. Porque, cá entre nós: o Cenáculo, afinal, era você. Se outros nomes dele ficarem é que tu os levarás a reboque pelos mares da glória, como bom amigo que és. Creio que a glória de Ramalho foi feita um tanto desse modo pelo Eça...

²⁸ LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010, p. 453. (Carta de São Paulo, 23 de março de 1920).

²⁹ Ibidem, p. 455. (Carta de São Paulo, 4 de agosto de 1920).

³⁰ Ibidem, p. 455. (Carta de São Paulo, 30 de agosto de 1920).

³¹ Ibidem, p. 456. (Carta de São Paulo, 4 de outubro de 1920).

³² Ibidem, p. 456. (Carta de São Paulo, 29 de novembro de 1920).

³³ Ibidem, p. 433. (Carta de São Paulo, 08 de fevereiro de 1919).

Vejo pelo carinho que tiveram meu livro chocho e pueril que estão deveras resolvidos a lançar-me. Pelo êxito teremos a medida da força projetiva de vocês. Peguei da pena várias vezes para dirigir-me ao Hilário Tácito agradecendo, mas não soube como dirigir-me a ele. Aterra-me escrever a um homem de espírito, com que não privo. Isso me obrigaria a artesoar frases e repuxar conceitos finos do bestunto e duvido muito que fizesse coisa que não impressionasse mal. Reservo-me, por isso para agradecer-lhe pessoalmente quando eu aí for. (...) ³⁴

Tendo ainda como foco *Vida Ociosa*, o *Suplemento* apresenta uma carta inédita de Monteiro Lobato a Rangel, que não consta na seleção de *A barca de Gleyre*, na qual é referida parte do processo de elaboração do prefácio em questão:

[...] O Malta, do "Pommery", é o espírito mais fino que há em São Paulo. Dei-lhe as provas do livro e disse-lhe: lê isso e escreve o prefácio. Ele soltou boa gargalhada; uma a idéia de ler, outra a idéia de prefaciar. Como é um requintado só lê as cousas supremas da literatura universal. Não perde tempo com o bom: dá-o todo ao ótimo. Só ao ótimo. Riu-se, pois, à minha idéia de ler provas de um novo, de um nacional, de um indígena deste país que imortaliza em Academia 40 bestas. Insisti: exijo que leia. Quanto ao prefácio sei que o farás, como consequência forçada da leitura. Fez cara de tédio e para comprazer-me levou as provas. Dias depois aparece com 50 tiras escritas. Era o prefácio. – Então? perguntei. – É a mais perfeita obra-prima que tenho lido nesta terra! E dissertou sobre a Vida com tal entusiasmo que me comoveu ³⁵.

Considerações Finais

É através desta relação entre as cartas de *A barca de Gleyre* e as inéditas do *Suplemento Literário de Minas Gerais* que se instaura uma leitura da correspondência como arquivo da literatura, ou, como José-Luiz Diaz se refere, *um mergulho nos segredos do ateliê literário* tanto de Rangel quanto de Lobato. Segundo Marcos Antonio de Moraes, essa perspectiva de estudo das cartas:

[...] vê o gênero epistolar como "arquivo da criação", espaço onde se encontram fixadas a gênese e as diversas etapas de elaboração de uma obra artística, desde o embrião do projeto até o debate sobre a recepção crítica favorecendo a sua eventual reelaboração. A carta, nesse sentido, ocupa o estatuto de crônica da obra de arte. A crítica genética, ao considerar a epistolografia um "canteiro de obras" ou um "ateliê", busca descortinar a trama da invenção, o desenho de um ideal estético, quando examina as faces dos processos da criação.

[...] tanto mais fértil será o terreno epistolar, quando os interlocutores definem contratos mais ou menos explícitos, nos quais a troca de opinião sobre trabalhos em desenvolvimento fundamenta os passos da criação, muitas vezes vista como ação compartilhada. [...] Em vista dessa ostensiva abertura para o debate, a produção artística, colocada à apreciação do outro, se faz, em muitos momentos, a quatro mãos, diluindo o

³⁴ SAMPAIO, Márcio (org.). 40 anos de correspondência. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 948, p.10, 1º dez. 1984. (Carta de 29/12/1920).

³⁵ Carta de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 947, p. 7, 24 nov. 1984. (Carta de 1920).

conceito de obra como produto solipsista ou composta sob a égide romântica do "gênio"³⁶.

Embora sejam dezessete cartas publicadas, a diversidade de assuntos que elas abrangem e, conseqüentemente, os estudos que podem ser feitos através delas, permitem que esse outro lado de *A barca de Gleyre* seja um pouco mais explorado. É claro que todo estudo que pretenda se utilizar de tais documentos carrega em si a parcialidade, dada a quantidade de cartas que ainda não foram divulgadas oriundas desta conversa escrita.

Certo é que esta seleção de textos que foi feita no *Suplemento* possibilita reunir elementos biográficos e da trajetória literária de Rangel, como é o caso dos trechos que têm como assunto principal a publicação de *Vida Ociosa*.

Enfim, se em *A barca de Gleyre* faltam as respostas de Rangel, é por meio deste *Suplemento Literário* que um espaço de diálogo, ainda que pequeno, se abre diante dos olhos ávidos dos pesquisadores da correspondência. E após a leitura do *Suplemento*, eis que nos surge uma “diferente” inquietação: Por que só essas cartas foram publicadas? Mas são inquietações demais para um trabalho só!

Referências

ATHANÁZIO, Enéas. *Godofredo Rangel*. Curitiba: Gráfica Editora, 1977.

DIAZ, José-Luis. Qual genética para as correspondências. In: *Manuscrita*. Revista de Crítica Genética. Trad. Cláudio Hiro e Maria Sílvia Ianni Brasalini, nº 15, São Paulo: Humanitas, 2007.

LEJEUNE, Philippe. A quem pertence uma carta? In: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.) *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010.

MORAES, Marcos Antonio de. Epistolografia e Crítica Genética. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.59, n.1, Jan./Mar. 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000100015&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jan. 2012.

RANGEL, Godofredo. *Estudo Prático de Português*. [S. l. :s. n.], 1917.

_____. *Vida ociosa*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1920.

_____. *Andorinhas*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1922.

_____. *A filha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929.

_____. *Um passeio à casa de Papai Noel*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943.

³⁶ MORAES, Marcos Antonio de. Epistolografia e Crítica Genética. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.59, n.1, Jan./Mar. 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000100015&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____ *Histórias do tempo do onça*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943.

_____ *Os humildes*. São Paulo: Universitária, 1944.

_____ *Falange gloriosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

_____ *Os bem casados*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

SAMPAIO, Márcio (org). *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 947, 24 nov. 1984.

_____ *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 19, n. 948, 1º dez. 1984.

ABSTRACT

Object of study in several areas, the epistolary genre interests readers and researchers who, in search of autobiographical elements, artistic creation or even aspects of life in a particular period, read between the letters lines. The letters of Monteiro Lobato (1882-1948) to Rangel (1884-1951) are collected in A barca Gleyre (1944), and the other side of that correspondence is considered a kind of gap. However, seventeen letters of Rangel to Lobato were published (1984) in the Suplemento Literário de Minas Gerais. The paper raises some of the relationships and dialogues between the letters of Lobato and Rangel, and discusses aspects of the epistolary genre itself.

KEYWORDS: *Monteiro Lobato; Godofredo Rangel; Suplemento Literário de Minas Gerais; epistolarity; genetic criticism.*

Wittgenstein, jogo de linguagem e discurso: análise de uma linguagem midiática

Rafael Duarte Oliveira Venancio¹

RESUMO

O presente artigo visa entender como o rádio se distingue dos demais sons do mundo. A hipótese aqui formulada é a de que o rádio, em sua definição, é uma linguagem, e não um aparelho. Com isso, há um estudo detalhado do rádio em seu jogo de linguagem (Wittgenstein) e em seus diferendos (Lyotard), considerados aqui enquanto parergon e ergon, ou seja, enquanto recorte e modelo operacional da linguagem em sua intersecção com o mundo. Para a investigação proposta por esse artigo, foi pensado o papel do discurso em meio à Filosofia Analítica da Linguagem bem como às ideias pragmáticas acerca da performatividade e da lógica ilocucionária (Austin e Searle). Essas duas investigações formam aquilo que é chamado aqui de Gramática do Rádio – considerando o conceito wittgensteiniano de gramática –, o ponto nodal que nos permite caracterizar o rádio enquanto linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem Midiática; Rádio; Jogo de Linguagem; Discurso; Pragmática.

Considerações Iniciais

O questionamento acerca do que é determinada prática midiática é um dos desafios postos desde os primórdios das pesquisas no campo da Comunicação Social. Essa busca por existenciais – pela resposta do intrigante “O que é” – sempre foi vista enquanto grau máximo de afirmação de um determinado meio. Com isso, essas afirmações sempre reforçaram um aparelhocentrismo, limitando o campo de abordagem.

O presente trabalho deseja observar como uma prática midiática não é definida pelo seu meio, pelo seu aparelho, mas sim por uma linguagem midiática. Utilizando o rádio enquanto objeto de estudo, observaremos como o rádio se distingue dos demais sons do mundo através de uma linguagem radiofônica.

Para tal abordagem analítica da linguagem, será utilizado o conceito de jogo de linguagem

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais da ECA-USP, sob a orientação da Profª Drª Rosana de Lima Soares. rdovenancio@gmail.com

de Ludwig Wittgenstein². No entanto, para melhor dimensionar o fazer midiático – no caso, o fazer radiofônico –, há a necessidade de expandir a questão do jogo de linguagem em sua capacidade pragmática bem como em sua dimensão de psicologismo fraco representada por uma noção particular de *discurso*.

Tal dimensão discursiva precisa levar em conta uma noção de ação linguística, pautada pela performatividade (J. L. Austin) e pela lógica ilocucionária (John Searle), caracterizando a definição de uma linguagem – no nosso caso, a linguagem midiática do rádio – através da ideia wittgensteiniana de *práxis social* do seu cumprimento de regras [*rule-following*].

Assim, o presente trabalho, analisando o cenário radiofônico da cidade de São Paulo e suas 69 rádios AM e FM (com recorte focal de *corpus* em 96 programas), busca, utilizando o arcabouço teórico da Filosofia Analítica da Linguagem descrito, a composição da definição da linguagem midiática radiofônica compondo aquilo que, pela letra do pensamento de Wittgenstein, pode ser chamado de uma Gramática do Rádio, o ponto nodal que nos permite caracterizar o rádio enquanto linguagem.

1. A Gramática de um Jogo de Linguagem

O presente trabalho possui uma questão central: como o rádio se distingue dos demais sons do mundo. E, com isso, ele versa sobre a grande questão do que seria o rádio, normalmente configurado sobre a forma “O que é o Rádio?”. A hipótese aqui defendida é que o rádio, em sua definição, é uma linguagem e não um aparelho.

Ora, verificando a fala radiofônica em ausência – ou seja, a imitação do “som do rádio” –, podemos observar a autonomia da linguagem radiofônica em relação ao aparelho que, no limite, é o que proporciona o seu status de linguagem. O que move a prática radiofônica não são mecanismos de transmissão e recepção mecânicos, mas sim seu caráter de linguagem, suas possibilidades de recorte do mundo proporcionadas pela concatenação e pela especificação.

Claramente, a linguagem radiofônica permite um recorte do mundo até porque, dada sua capacidade linguística, ela é recorte em duas maneiras: (1) ela proporciona uma ordem das coisas; e (2) ela mesma é recortada do mundo, ou seja, dos demais sons. Essas duas maneiras são as duas

² *Tractatus* é WITTGENSTEIN, 2009, *Investigações Filosóficas* é WITTGENSTEIN, 1999, *Gramática Filosófica* é WITTGENSTEIN, 2003, *Observações Filosóficas* é WITTGENSTEIN, 2005 e *Zettel* é WITTGENSTEIN, 1989a. No entanto, para manter a normatividade dos estudos da área, utilizaremos a citação via proposições ou parágrafos. Ex: (TLP 5.6), (IF, §528), (GF, 11), (OF, § 82) e (Z, §327). O mesmo faremos com *Le Differend*, que é LYOTARD, 2007, mas colocaremos (LD, §22) para manter o diálogo com a tradição posta.

faces de um mesmo recorte, sendo indissociáveis. Suas condições de existência e de (re)apresentação consistem nesse mecanismo linguístico.

Tal consideração pontua a posição deste trabalho dentro da Filosofia Analítica da Linguagem, mais especificamente no pensamento wittgensteiniano e sua concepção da natureza da linguagem enquanto (re)apresentação. Eis aqui a ordem do gramático, da lógica dos jogos de linguagem aos quais somos submetidos.

Assim, é errôneo achar que, por exemplo, a imaginação delimita as fronteiras do sentido, podendo até expandi-lo. Na realidade, a imaginabilidade está entre os critérios lógicos já postos. Tal “gramática não é um ‘grande espelho’. Ela não *reflete* a essência das coisas. Ao contrário, ela é autônoma. Ela *determina* a essência das coisas” (BAKER & HACKER, 2005b, p. 19).

Mas não podemos acreditar, tal como bem nos coloca o §398 das *Investigações Filosóficas*, que essa gramática é apenas mais uma forma de *Vorstellungswelt* [mundo de representações].

O que há de importante para se notar aqui é que estamos postos na linguagem, imersos em seus jogos e que tudo, na verdade, é (re)apresentação não só por sua falta de autonomia, mas porque tudo são *utterances* da lógica do mundo. Não somos donos do quarto visual, nem do *Vorstellungswelt*, somos parte dele. E isso não é diferente com o rádio.

Assim, a postura do presente trabalho é tratar o rádio enquanto um jogo de linguagem, possível de traçar uma gramática. É através dessa Gramática do Rádio que podemos caracterizar o rádio enquanto uma linguagem. Essa Gramática, baseada no conceito de Wittgenstein, é composta por uma dimensão de escritura – para usar o termo desconstrucionista – que a faz agregar dois dos três setores linguísticos do rádio, representados pelo quadro esquemático a seguir:

<i>Parergon</i>	<i>ergon</i>	Múltiplos
• Jogos de linguagem • Regras lógicas • Normas linguísticas • O rádio (o que os une)	• Diferendo • Atos de fala, apostas linguísticas • Estratégias performativas • O modelo de programa de rádio (o que os distingue)	• Reprodutibilidade técnica • Materialidade sonora • Fenômeno • O programa de rádio em si (o que se manifesta)
Gramática da linguagem radiofônica (ou Gramática do rádio)		

Aqui, há um uso proeminente dos termos *parergon* e *ergon*, retirados da Paraestética derridariana. Ora, assim, é a escritura, esse B’ da linguagem radiofônica, que proporciona o recorte. Ela é a instância definidora da prática midiática radiofônica e de sua instância linguística.

Esse B' da linguagem radiofônica, seguindo o arcabouço teórico de Jacques Derrida, reside naquilo que é denominado enquanto *parergon*. O conceito de *parergon* ganha destaque na Estética com a *Crítica do Juízo*. Kant (2005, p. 45) constata que os ornamentos (*parerga*), tal como as molduras de uma pintura, apesar de não fazerem parte da representação artística e, até mesmo, prejudicarem o belo genuíno, são essenciais para uma ampliação e um reconhecimento do gosto estético.

Essa consideração de Kant – que poderia, até mesmo, passar despercebida – é retomada por Jacques Derrida em seus estudos de Estética. Neles, Derrida indica que o *parergon* de uma obra de arte indica uma necessidade, uma falta, que essa possui em seu processo representacional. O que constitui os *parerga*, no raciocínio de Derrida (1987, p. 59-60) “não é apenas a sua exterioridade enquanto um acréscimo, mas sim a ligação interna estrutural que os fixam na falta interior da obra (*ergon*). E essa falta é constitutiva da própria unidade do *ergon*. Sem essa falta, o *ergon* não precisaria de *parergon*. A falta do *ergon* é a falta de um *paregon*”.

Dessa forma, esses ornamentos – tal como a moldura para uma pintura ou uma coluna para um busto – é o que fazem a obra de arte ser reconhecida enquanto tal. É a última fronteira entre o que é e o que não é. Dessa forma, pensando no amplo escopo teórico de Derrida, vemos o quanto o *parergon* está relacionado com a escritura e com o projeto de desconstrução de antagonismos binários.

Derrida também acredita em um trabalho, ao menos especulativo, em cima do *parergon*. Especulativo porque podemos vê-lo, conceituá-lo, no entanto, ele é indissociável do *ergon*. Isso é exemplificado por Derrida (1981) através de um texto de Mallarmé intitulado *Mimique* onde a própria imitação do nada é imitação, mesmo se caracterizarmos que para haver imitação é necessário imitar algo.

Essa referência sem referente é o puro trabalho na moldura, a possibilidade aberta pelo *parergon* que traz para a arte a mesma possibilidade que a *archi-escritura* para a linguagem. “Em um espaço constantemente diferido há uma escritura que funda a fala e a escrita. Fala e escrita, então, supõem uma *archi-escritura* como condição de possibilidade de toda a linguagem” (FERRO, 1992, p. 102). Se a *archi-escritura* é a possibilidade de toda a linguagem, o *parergon* é a possibilidade da linguagem de uma prática estética.

Mas o que compõe o *parergon* e o *ergon* de uma linguagem, no nosso caso, da linguagem radiofônica?

Ora, a análise do *parergon* apenas pela letra de Derrida é insuficiente para analisar o nosso

trabalho dentro de uma postura derivada da Filosofia Analítica da Linguagem. O que temos, com Derrida, pode ser resumido nos seguintes termos: (1) O *parergon* é um lugar de (re)apresentação, ou seja, é através dele que reconhecemos uma prática enquanto tal. Essa (re)apresentação opera através de um recorte, uma distinção entre a obra de arte e as demais coisas do mundo; (2) O *parergon* é uma “função da função”. A definição da obra de arte proporcionada pelo *parergon* não é a demonstração de uma origem (tal como demonstra a tradição representada por Heidegger) ou de uma estrutura. Ela está encerrada em uma função. O *parergon* nada mais é que uma função que define essa função; (3) O *parergon* possibilita um trabalho na moldura. Usando a reflexão de Mallarmé, Derrida demonstrou acerca das possibilidades de imitação. Imitação e definição de uma obra de arte estão intimamente ligados; e (4) O *parergon* indica uma lógica que o relaciona com o *ergon*. Derrida chama essa situação de uma “violência do emoldurar”.

Ao analisar a questão da Estética da filosofia desde Hegel até os Antiessencialistas, os teóricos analíticos da arte, encontramos mais nove pontos interessantes: (1) A ideia hegeliana de um jogo formal, raiz de entendimento da obra de arte; (2) A presença de um agonismo da linguagem, uma contenda na definição da obra de arte tal como demonstram Schopenhauer e Nietzsche; (3) A importância da combinatória, descrita por Deleuze, para a definição dos jogos que recortam a (re)apresentação. A influência da ideia leibniziana de um xadrez no cerne de qualquer representação; (4) A investigação deleuziana da linguagem através de regras de um jogo de significações e sentidos; (5) A questão de uma ausência de criação na arte. Campo artístico como campo de potencialidades e combinações tal como demonstra o debate Kandinsky/Duchamp; (6) A definição do que é arte ou não através da questão de uma Álgebra de função tal como mostra Duchamp na questão do *readymade*; (7) A ausência de essência no recorte da arte diante das coisas do mundo tal como descrevem os antiessencialistas; (8) A analogia entre arte e jogos na questão de suas regras. Essa analogia feita pelos antiessencialistas, baseados na reflexão feita pelas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein; e (9) Por último, a definição das regras do que é ou não uma arte, através do conceito wittgensteiniano de seu ar familiar [*Familienähnlichkeit*], tal como pregam os antiessencialistas.

Essas nove considerações somadas com as quatro derridarianas, atualizam o conceito de *parergon* na medida que dão para essa condição de recorte um caráter linguístico. Ou seja, não só ele poderá servir para questões de práticas de linguagem, mas no próprio conceito reside um mecanismo com tais propriedades.

Vemos assim que o *parergon*, na realidade, é o local de um recorte lógico, que pode ser visto

através de mecanismos próprios da linguagem tal como a combinatória. Aliás, na verdade, acabamos por ver que o *parergon*, pode ser visto enquanto *locus* do jogo de linguagem. É através de um jogo de linguagem que opera a definição de uma determinada prática.

Ou seja, a análise do *parergon* do rádio é uma análise do jogo de linguagem do rádio. O que faz o rádio se recortar dos demais sons do mundo é o seu jogo de linguagem, o engendramento de regras que se relacionam entre si através de similaridades.

Já o *ergon*, na dimensão teórica posta pelo presente trabalho, se vincula com a ideia do diferendo. Ora, o *ergon*, como vimos anteriormente, não pode ser considerado enquanto a obra em si, mas sim um modelo de obra.

Esse modelo de obra é definido pelo diferendo, conceito lyotardiano, definido enquanto uma estratégia de jogar o jogo de linguagem. Para Lyotard, em sua obra *Le Différend*, o que seria a *aposta*, o *lance* do diferendo?

Nessa visão, os atores de uma prática artística e/ou midiática (ou qualquer outra atividade (re)presentacional) não fazem as regras dos jogos, apenas podem atuar nelas. E tal atuação é jogando sob a forma de apostas, tal como em um jogo de cartas onde jogar e apostar estão interconectados. “Quando Cézanne usa seu pincel, o que está em aposta na pintura é posto em questão; quando Schönberg senta em seu piano, é o que está em aposta na música; quando Joyce pega sua caneta, é o que está em aposta na literatura” (LD, §192). Dessa forma, mesmo os movimentos mais radicais nos campos artísticos são estratégias de jogar dentro deles. Não há criação, apenas disputa sem consenso, fruto do agonismo da linguagem.

O que são formados aqui são o que Lyotard chama de *gêneros do discurso*, tal como pode ser visto na citação do §188 de *Le Différend*³. Cada escola de estilo é um *gênero do discurso*, uma estratégia de se tentar jogar bem o jogo de linguagem. Há o jogar bem e há o jogar mal, tal como bem notado na visão lyotardiana da letra wittgensteiniana:

As regras de formação e conexão que determinam o regime de um enunciado precisam ser distinguidos, tal como estamos fazendo, dos modos de conexão que emergem dos gêneros do discurso. Tal como Wittgenstein observa, o conjunto de regras constituindo um jogo de tênis ou de xadrez é uma coisa, o conjunto de recomendações de uma estratégia para vencer é outra coisa. Ignorando o último, você pode jogar “mal”. Mas é ok jogar “mal”: “Eu sei, eu estou jogando mal e não quero jogar melhor”. Nesse caso, tudo que o meu interlocutor pode dizer é “Ah, está tudo bem” ([Retirado de] Wittgenstein [Aulas de Ética] 1929-1930). Sem mencionar que jogar “mal” pode ser uma boa estratégia,

³ “Você não brinca com a linguagem. E nesse sentido não há jogos de linguagem. Há apostas amarradas a gêneros do discurso. Quando essas apostas são alcançadas, nós falamos em sucesso. Há conflito, então. O conflito, no entanto, não é entre humanos ou entre qualquer entidade; na verdade, ele resulta de enunciados [*phrases*]. (...). Não importa qual é o regime, todo enunciado é, em princípio, o que está apostado em um diferendo entre gêneros do discurso” (LD, § 188).

uma sem antecedentes, que no prosseguimento poderá ser dita enquanto “bem jogada!”. Gêneros do discurso são estratégias – de ninguém (LD, § 185).

Assim, o rádio possui um jogo de linguagem, mas o fazer do rádio é um diferendo. Já os programas de rádio em si são apenas múltiplos. Esses múltiplos, meros objetos, são os produtos da gramática do rádio, que por sua vez, é o amplo escopo interacional entre jogos de linguagem e diferendos, entre regras e maneiras de jogar (de apostar, de fazer seu lance).

Recapitulando, para mostrarmos o rádio enquanto linguagem, precisamos construir sua Gramática, que é composta pela análise do *parergon* e do *ergon*. Ora, nosso caminho de reflexão nos levou a constatar que a análise do *parergon* do rádio é a análise do jogo de linguagem radiofônico e a análise do *ergon* do rádio é a análise dos diferendos, dos gêneros do discurso radiofônicos. Mas, como devemos analisar jogos de linguagem e diferendos? Será que a noção de discurso pode nos ajudar?

2. Discurso e o Jogo de Linguagem: o caso do Rádio

Ora, dentro de um escopo wittgensteiniano – ou, no limite, no amplo escopo da Filosofia Analítica da Linguagem –, o discurso é um componente do jogo de linguagem, uma das configurações que o compõe. No caso da linguagem radiofônica, portanto, podemos falar em um *discurso radiofônico*, ou seja, a totalidade da visão social dos enunciados, práticas e ideologias acerca do rádio.

E isso, mesmo sem aparelho, emissão e recepção, ainda é Rádio, um de seus definidores. Reside no *discurso radiofônico* todo o olhar social sobre uma prática midiática, sobre uma linguagem. E isso é visto de maneira muito ordinária e, talvez pouco perceptível, em enunciados tais como “Eu acho que o rádio...”.

Se nas configurações do jogo de linguagem radiofônico há as garantias de historicidade para o Rádio e de seu processo histórico, o *discurso radiofônico* nada mais é que a garantia que o Rádio foi, de certa maneira, aceito enquanto um recorte na interação linguagem e mundo.

No entanto, nele também reside um princípio do esquecimento. Se o olhar social do rádio não for mais favorável, o jogo de linguagem não se desarticulará, mas entrará no esquecimento. Tal como diz a letra wittgensteiniana, a pluralidade dos jogos de linguagem não é fixa: “novos jogos de linguagem nascem e outros envelhecem e são esquecidos” (IF, §23). O *discurso radiofônico* é o fiel da balança nesse processo.

Além disso, podemos verificar outra configuração discursiva dos jogos de linguagem: a *formação discursiva radiofônica*. Retiramos a ideia de formação discursiva na formulação de Michel Pêcheux em *Semântica e Discurso*:

Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estudo da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (...). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: (...) os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhe são correspondentes (PÊCHEUX, 2009, p. 146-7).

Ou seja, a *formação discursiva radiofônica* é a obtenção da linguagem radiofônica por fatores meramente ideológicos, não havendo a necessidade da emissão-interação-recepção, mas apenas o uso daquilo que pode ser dito (normalmente pautado pela visão social, ou seja, pelo *discurso radiofônico*). Isso demonstra uma ação do comum externo, do mundo dos signos em ação (i.e. semiose).

Eis aqui uma atividade (re)presentacional da (re)presentação do rádio. Ela está presente, ordinariamente, muitas vezes quando se desenha o papel do rádio em um determinado tempo e espaço. Por vezes, os trabalhos teóricos do rádio, aquilo que podemos chamar de *visão ideológica do Rádio*, tiveram sua elaboração pautada por determinada *formação discursiva radiofônica*.

Com isso, a *formação discursiva radiofônica* é a garantia última da presença do rádio mesmo na ausência daquilo mais “duro” no aparelhocentrismo que é a totalidade das partes do Modelo Matemático de Comunicação de Shannon e Weaver, ou seja, o caminho emissor-interação(aparelho)-recepção. A *formação discursiva radiofônica* garante a importância de tanto considerar o rádio como linguagem como de inserir o comum exterior, tal como fez Umberto Eco, aos modelos comunicacionais.

O discurso sobre uma prática midiática – que é, em si, uma prática linguística – não é o jogo de linguagem em si, mas sim uma das suas formas configuracionais. É interessante notar que, boa parte das vezes, o discurso age mais quando estamos pensando na dimensão de ação linguística, ou seja, na dimensão pragmática. Isso acontece porque o arcabouço wittgensteiniano nos leva a pensar em um psicologismo fraco.

Quando estuda a questão do psicologismo na lógica, Susan Haack nota três posturas: o

antipsicologismo (de Frege), o psicologismo forte (de Boole) e a posição intermediária do psicologismo fraco. Cada uma delas pode ser definida com uma posição:

(i) a lógica é descritiva em relação aos processos mentais (ela descreve como nós pensamos, ou talvez como nós devemos pensar); (ii) a lógica é prescritiva em relação aos processos mentais (ela prescreve como nós deveríamos pensar); (iii) a lógica não tem nada a ver com processos mentais; Pode-se chamar estas posições de psicologismo forte, psicologismo fraco e antipsicologismo, respectivamente. Exemplos: Kant sustentou algo como (i); Peirce, uma versão de (ii); Frege, (iii) (HAACK, 2002, p. 310).

Peirce conclama que a lógica é normativa em relação ao raciocínio. No psicologismo fraco não estamos falando de ideias (tal como no psicologismo forte) ou de proposições (tal como no antipsicologismo). Nele, a lógica está a serviço das sentenças, baseadas no comportamento mundano que é igualmente objetivo e acessível.

Por essa via, fica mais fácil entender como Peirce e Wittgenstein podem encontrar um diálogo possível. Peirce, estando entre Boole e Frege, proporciona um importante *framework* para a compreensão dos conceitos wittgensteinianos, especialmente em uma dimensão do *New Wittgenstein* que promove a junção entre *Tractatus* e *Investigações Filosóficas*.

Ora, se no *Tractatus*, o conectivo sentencial de Peirce – via Sheffer – possui papel central, essa forma de operação de pensamento também se torna reforçado na leitura das *Investigações Filosóficas* onde o campo do psicologismo fraco se abre no arcabouço wittgensteiniano. Aqui, Wittgenstein se arrepende profundamente de uma negação completa do psicologismo no *Tractatus* e isso se torna claro no parágrafo 292 das *Investigações*: “Não creia sempre que você lê suas palavras nos fatos; você os reproduz em palavras, segundo regras! Pois, na verdade, você precisaria aplicar a regra num caso especial, sem guia” (IF, §292).

Há aqui um ataque tanto ao antipsicologismo que, de certa maneira, implica um solipsismo lógico como em um psicologismo forte que levaria a um behaviorismo da linguagem. Wittgenstein nos coloca que não há antipsicologismo porque o domínio da linguagem é um domínio compartilhado através das regras dos jogos de linguagem e que não há psicologismo forte porque não há um ideal metafísico a ser seguido (uma guia), apenas as regras de interação.

Aqui notamos o quanto do jogo de linguagem wittgensteiniano está a serviço das sentenças, não importando se são sentenças de suas regras como sentenças de suas atividades. Tal como o parágrafo 202 das *Investigações* indica, “eis porque ‘seguir a regra’ é uma *práxis*. E acreditar seguir a regra não é seguir a regra. E daí não podermos seguir a regra ‘privadamente’; porque, senão, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra” (IF, §202).

Dessa forma, estamos envolvidos em jogos de linguagem que são baseados em duas situações: no cálculo enquanto uso (não há uma maneira bem definida de calcular, há apenas o jogar o jogo de linguagem, ou seja, no limite, o significado está no uso e não em um substrato de realidade) e na obediência de regras enquanto pluralidade do seu seguimento (não há uma maneira certa de jogar o jogo de linguagem).

O jogo de linguagem é, antes de tudo, um método para observar a inserção linguística na vida, sendo ela formada por diversos setores com gramáticas próprias. Vivenciamos cada um desses setores ao usar um determinado jogo de linguagem.

Assim, podemos observar o quão frutífero pode ser uma leitura de psicologismo fraco acerca do jogo de linguagem. Ela é uma ponte sólida entre o *Tractatus*, que busca ver os limites da linguagem enquanto limites do mundo, e as *Investigações Filosóficas* que observa que a constituição dessa linguagem-mundo está calcada no uso de jogos de linguagem, de maneira muito parecida com as questões das sentenças.

Por isso que há toda a dimensão do *ergon* (i.e. diferendo) em um jogo de linguagem que é a dimensão pragmática de uma determinada prática linguística com seus atos de fala. No caso do Rádio, verificado pela pesquisa empírica, é o domínio dos gêneros radiofônicos que, na tradição lyotardiana, podem ser chamados de *diferendos radiofônicos*, ou mesmo, *gêneros do discurso radiofônico*.

São, no total, sete *gêneros do discurso* radiofônicos: jornalístico, esportivo, musical, humorístico, variedades (*talk radio*), ficcional e publicitário. Cada um deles possui uma lógica ilocucionária própria, definida pelas 12 dimensões propostas por Searle (2002, p. 2-11). São elas: propósito ilocucionário, direção do ajuste, condição de sinceridade, ênfase, posicionalidade, interesse, contexto circundante, temporalidade, necessidade, institucionalização extralinguística (competência), função verbal e estilo.

A primeira diferença se centra na questão do *propósito* que, nos termos da ação linguística posto pelo escopo pragmático, é “uma tentativa de levar o ouvinte a fazer algo. O propósito de uma descrição é ser uma representação (verdadeira ou falsa, precisa ou imprecisa) de como alguma coisa é. O propósito de uma promessa é assumir o falante a obrigação de fazer algo” (SEARLE, 2002, p. 3-4). Ou seja, dentro do escopo das diferenças, é o principal ponto de macrodefinição de classificação da performatividade de um ato linguístico.

Já a segunda diferença se concentra como a performatividade de um ato de fala age na relação linguagem-mundo, mais especificamente na chamada *direção do ajuste*.

Algumas elocuições têm, como parte de seu propósito ilocucionário, fazer as palavras (mais precisamente, seu conteúdo proposicional) corresponder ao mundo; outras, fazer o mundo corresponder às palavras. As asserções estão na primeira categoria, as promessas e os pedidos, na segunda (SEARLE, 2002, p. 4-5).

Por sua vez, a terceira diferença é a chamada *condição de sinceridade do ato*, ou seja, a condição psicológica de quem realiza o ato de fala. Searle (2002, p. 8) as classifica, basicamente, em três tipos, representados por letras maiúsculas: “B para *believe* (acreditar), W para *want* (querer), I para *intend* (ter a intenção, intentar)”.

A condição de sinceridade – junto com o propósito ilocucionário e a direção do ajuste – são as três dimensões cruciais para a taxonomia de Searle. Afinal, no limite, o propósito *diferencia*, o ajuste *coloca na realidade* – realidade aqui vista como a interação entre linguagem e mundo tal como bem nos inspira Wittgenstein – e as condições de sinceridade *avaliam* um determinado ato de fala.

A quarta diferença se concentra na questão da *ênfase*. A ênfase se concentra na gradação da própria performatividade dentro de um determinado ato. “Sugerir” e “Insistir”, por exemplo, podem ter o mesmo propósito ilocucionário, como bem descreve Searle, mas um comprometimento diferente. É o mesmo caso entre “pedir” e “suplicar”, cuja própria imagem mental do ato implica performances diferentes (aqui podemos até pensar na distinção não só linguística, mas também física entre atos diferentes).

Já a quinta diferença se refere a *posicionalidade* do emissor. Na letra searliana, isso é bem definido pela distinção que “um general convida (ordena) um soldado a fazer algo” e “um soldado convida (sugere) um soldado a fazer algo”. Aqui entra não só questões de hierarquia, mas também de legitimidade social. Ela é diretamente relacionada com a décima diferença.

A sexta diferença é em relação ao *interesse*. Há aqui uma combinação binária entre falante e ouvinte: falamos coisas que é de interesse de ambos, de interesse de apenas um (só do falante ou só do ouvinte) ou mesmo que é do desinteresse de ambos. Apesar de Searle exemplificar a distinção com o par opositivo congratulação-condolência, a sexta diferença é bem mais múltipla do que isso, indicando dissimulações, hipocrisias e outros interesses que, normalmente, são muito presentes em atividades comunicacionais.

Por sua vez, a sétima diferença possui interesse no *contexto circundante* no ato de fala. Seu foco está nas ações linguísticas representadas por “expressões [que] servem para relacionar

emissões com outras emissões e com o contexto circundante”, tal como uma objeção (SEARLE, 2002, p. 9).

A oitava diferença se centra na *temporalidade* do ato de fala. Temporalidade essa expressa tanto pela construção frasal (i.e. tempo verbal) como pelo conteúdo proposicional.

Já a nona diferença é acerca da *necessidade* de determinada ação linguística. Por exemplo, para pedir um prato de comida em um restaurante, você precisa pedi-lo ao garçom (ato necessário). No entanto, para separar camisas azuis de vermelhas, você não precisa enunciar “Essa é uma camisa azul” para separá-la, basta fazê-lo fisicamente (ato não-necessário).

A décima diferença é aquela que, tal como o próprio Searle (2002, p. 10) admite, “Austin fala algumas vezes como se julgasse que todos os atos ilocucionários são dessa espécie”. Ou seja, estamos falando da *institucionalização extralinguística*: certos atos de fala só podem ser ditos pelas pessoas que possuem autoridade para isso. É o famoso caso que só pode dizer “Eu nomeio esse barco como *Queen Elizabeth*” quem tem a autoridade para isso. Searle, intencionalmente ou não, expande o conceito de instituição extralinguística para a ideia de *competência*, apenas implícita na quinta diferença (posicionalidade). Competência essa que, curiosamente, faz Austin ganhar respaldo em sua generalização. Afinal, só pode enunciar que está chovendo quem possui competência para isso (ou está na chuva ou está contando uma história chuvosa), o mesmo caso para as promessas.

No limite, a *competência* é acerca da capacidade do emissor de cumprir as *condições de êxito* de um ato ilocucionário, ponto central para a letra austiniana. Tal como bem afirma Austin,

a não ser que um certo efeito seja obtido, o ato ilocucionário não será realizado de forma feliz, com sucesso. Isso não é dizer que o ato ilocucionário é conseguir certo efeito. Não se pode dizer que avisei uma audiência a não ser que ela escute o que eu disse e tome o que eu digo em determinado sentido (AUSTIN, 1975, p. 116).

A décima primeira diferença se centra na *função verbal* dentro de um ato linguístico, ou seja, se o indicador de ação (i.e. o verbo) centra a capacidade performativa em si ou não. Exemplo: concluir possui essa capacidade (só podemos concluir algo ao enunciá-lo), mas gabar não (você não se gaba ao dizer “eu me gabo”).

Por fim, a décima segunda diferença é uma questão de *estilo*. Aqui, o ato de fala fica vinculado a condições como gírias (enunciar um determinado verbo e enunciar um similar composto por um palavrão possuem estilos diferentes, sendo atos de fala distintos), aspectos

culturais e, até mesmo, características sonoras da fala como o sotaque.

Cada gênero radiofônico possui uma configuração única em sua lógica ilocucionária. Apenas dessa maneira que ele consegue por o jogo de linguagem em ação e realizar o rádio não enquanto um aparelho, mas sim enquanto uma prática midiática calcada na linguagem.

3. Considerações Finais: Rádio como linguagem

Dentro do amplo escopo da Gramática do Rádio notamos dois elementos: as configurações do jogo de linguagem e as ações linguísticas. O primeiro grupo compõe o *satzsystem* da linguagem radiofônica, seguindo o conceito do Middle Wittgenstein (o Wittgenstein em diálogo com o Círculo de Viena). Ora, o *satzsystem* assim é a régua do jogo de linguagem do rádio, é ela que permite entendermos a nossa vivência desse jogo de linguagem comunicacional que resulta em uma prática midiática. Assim, para fazer parte da linguagem radiofônica, do seu recorte, precisamos ter tal régua contra a realidade resultante da interação entre linguagem e mundo. Com isso, participamos de *todas* as configurações radiofônicas.

No entanto, simultaneamente, vivenciamos só *uma*. Essa vivência de *uma* é porque sabemos, através da régua *satzsistêmica*, que é dessa *uma* que estamos diante e que não estamos diante de nenhuma das *outras*. Assim, a simultaneidade se resume a saber, ao mesmo tempo, que ouvimos *uma* e que não ouvimos *todas* as *outras*. E isso, é nossa conclusão da análise lógica, análise do *parergon* do rádio.

Já com o estudo pragmático dos sete gêneros radiofônicos enquanto diferendos da linguagem do rádio, a análise do *ergon*, completa a nossa tarefa de uma Gramática do Rádio. A dimensão da ação linguística confirma nossa hipótese de que o aparelhocentrismo não consegue dar conta de todas as questões levantadas até aqui, dignas do tratamento do rádio enquanto linguagem.

Retomando, assim, o ponto anterior a essas considerações finais, acabamos por entrar, então, em um caminho de conclusão e de reflexão acerca do que é o rádio, de como ele se distingue dos demais sons do mundo e como as pessoas usam essa linguagem dentro da prática midiática. E com isso podemos, em uma definição resumida, dar uma resposta.

Rádio é uma linguagem que permite a articulação de um som próprio, denominado *som radiofônico*, com a audição humana e que, com isso, se configura enquanto apto para um uso

mediático (i.e. de Comunicação Social), visando a legitimação da fala e da escuta enquanto meios autônomos – dotados de técnica maquínica e configuração linguística própria – de se comunicarem em escala social.

Referências

- AUSTIN, J. L. *How to do Things with Words*. Cambridge: HUP, 1975.
- BAKER, G. P & HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Understanding and Meaning* (Part I: Essays). 2. Ed. (revisada por P. M. S. Hacker). Malden: Blackwell, 2005a.
- BAKER, G. P & HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Understanding and Meaning* (Part II: Exegesis §§1-184). Segunda edição (revisada por P. M. S. Hacker). Malden: Blackwell, 2005b.
- BAKER, G. P & HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Rules, Grammar and necessity* (Essays and Exegesis §§185-242). Segunda edição (revisada por P. M. S. Hacker). Malden: Blackwell, 2009.
- CARROLL, David. *Paraesthetics: Foucault, Lyotard, Derrida*. New York: Methuen, 1987.
- DE DUVE, Thierry. *Kant after Duchamp*. Cambridge: MIT Press, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- DELEUZE, Gilles. *A Dobra: Leibniz e o Barroco*. Campinas: Papirus, 2009.
- DERRIDA, Jacques. *Writing and Difference*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.
- DERRIDA, Jacques. *Dissemination*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- DERRIDA, Jacques. *The Truth in Painting*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- ECO, Umberto. *Estetica e teoria dell'informazione*. Milão: Bompiani, 1972.
- ECO, Umberto. *A Estrutura Ausente*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FERRARETTO, Luis Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Sagra, 2000.
- FERRO, R. *Estructura y Desconstrucción*. Buenos Aires: Biblos, 1992.
- HAACK, Susan. *Filosofia das lógicas*. São Paulo: Unesp, 2002.
- HEGEL, G. W. F. *Estética*. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.
- HEIDEGGER, Martin. *Origem da Obra de Arte*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- KANT, Immanuel. *Critique of Judgment*. Mineola: Dover, 2005.
- KENNICK, W. E. "Art and the ineffable". *The Journal of Philosophy*. Vol. 58, n. 12, New York: The Journal of Philosophy Inc, jun/1961.
- KLIPPERT, Werner. "Elementos da peça radiofônica". In: SPERBER, G. B. (org). *Introdução à peça radiofônica*. São Paulo: EPU, 1980.
- LYOTARD, Jean-François. *The Postmodern Condition*. Minneapolis: UMP, 1984.
- LYOTARD, Jean-François. *The Differend*. Minneapolis: UMP, 2007.
- LYOTARD, Jean-François & THÉBAUD, Jean-Loup. *Just Gaming*. Minneapolis: UMP, 2008.
- MALCOLM, Norman. "Wittgenstein on Language and Rules". *Philosophy*. vol. 64, nº 247, Cambridge: Royal Institute of Philosophy/CUP, janeiro/1989.

- NÖTH, Winfred. *Panorama da Semiótica – de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1995.
- ORTRIWANO, Gisela. S. *A Informação no Rádio*. São Paulo: Summus, 1985.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.
- PEIRCE, C. S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce* (8 vol.). Cambridge: HUP, 1958.
- RODRIGUEZ, Angel. *A dimensão sonora da linguagem audiovisual*. São Paulo: Senac, 2006.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo como vontade e como representação*. S. Paulo: Unesp, 2005.
- SEARLE, J. R. *Speech Acts*. Cambridge: CUP, 1976.
- SEARLE, J. R. *Expressão e Significado*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SEARLE, J. R. & VANDERVEKEN, D. *Foundations of illocutionary logic*. Cambridge: CUP, 2009.
- SHANKER, S. G. *Wittgenstein and the Turning-Point in the Philosophy of Mathematics*. Albany: SUNY, 1987.
- SHANNON, C. E & WEAVER, W. *A Mathematical Model of Communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.
- WAISMANN, Friedrich. *Ludwig Wittgenstein and the Vienna Circle*. Oxford: Basil Blackwell, 1979.
- WEITZ, Morris. "Symbolism and Art". *The Review of Metaphysics*. Vol. 7, n. 3, Washington: The Philosophy Education Society of America, mar/1954.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Fichas (Zettel)*. Lisboa: Edições 70, 1989a.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Lectures on the Foundations of Mathematics: Cambridge 1939* (editado por Cora Diamond). Chicago: UCP, 1989b.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Gramática Filosófica*. São Paulo: Loyola, 2003.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações Filosóficas*. São Paulo: Loyola, 2005.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. In: *Major Works*. N. Y.: Harper, 2009.
- ZIFF, Paul. "Art and the 'object of art'". *Mind*. Vol. 60, n. 240, Oxford: OUP, out/1951.
- ZIFF, Paul. "The task of Defining a Work of Art". *The Philosophical Review*. Vol. 62, n. 1, Durham: Duke University Press, jan/1953.

ABSTRACT

This article aims to understand how the radio is distinguished from other sounds of the world. The hypothesis formulated is that the radio, in its definition, is a language, not a device. Thus, there is a detailed study of the radio in your language game (Wittgenstein) and their differends (Lyotard), considered here as parergon and ergon, i.e., while the cut and the operational model of language in its intersection with the world. For the proposed research for this article, has been thought about the role of discourse through the Analytic Philosophy of Language and though the pragmatic ideas about the performative and illocutionary logic (Searle and Austin). These two studies form what is called here the Grammar Radio - considering the Wittgensteinian concept of grammar - the key point that allows us to characterize the radio while language.

KEYWORDS: Media language; Radio; Language-game; Discourse; Pragmatics.